

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

ADRIANA BRAVIN

**GANDARELA, A SERRA E O MOVIMENTO:**  
**Ação coletiva e comunicativa na antecipação aos danos da mineração**

Belo Horizonte

2018

ADRIANA BRAVIN

**GANDARELA, A SERRA E O MOVIMENTO:**

**Ação coletiva e comunicativa na antecipação aos danos da mineração**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do grau de Doutora em Comunicação Social.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto de Carvalho.

Área de Concentração: Comunicação e Sociabilidade Contemporânea

Linha de Pesquisa: Textualidades Mediáticas

Belo Horizonte

2018

301.16 Bravin, Adriana.  
B826g Gandarela, a serra e o movimento [manuscrito] : ação  
2018 coletiva e comunicativa na antecipação aos danos da  
mineração / Adriana Bravin. - 2018.  
166 f.  
Orientador: Carlos Alberto de Carvalho.

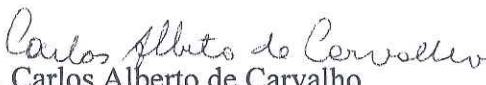
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas  
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
Inclui bibliografia.

1. Comunicação - Teses. 2. Movimentos sociais – Teses;  
3. Gandarela, Serra do (MG) - Teses. I. Carvalho, Carlos  
Alberto de. II. Universidade Federal de Minas Gerais.  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

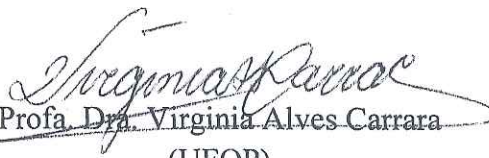



**Ata da Defesa de Tese de Adriana Bravin**  
**Número de Registro na UFMG 2014651811**


Às quatorze horas do dia 12 de dezembro de 2018, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, reuniu-se a comissão examinadora constituída pelos professores doutores CARLOS ALBERTO DE CARVALHO (Orientador - Universidade Federal de Minas Gerais), ELTON ANTUNES (Universidade Federal de Minas Gerais) e JOSÉ ANTONIO MARTINUZZO (Universidade Federal do Espírito Santo), e pelas professoras doutoras ANGELA CRISTINA SALGUEIRO MARQUES (Universidade Federal de Minas Gerais) e VIRGINIA ALVES CARRARA (Universidade Federal de Ouro Preto). A comissão reuniu-se para julgar o trabalho final da aluna do doutorado Adriana Bravin, intitulado **GANDARELA, a serra e o movimento: ação coletiva e ação comunicativa na antecipação aos danos da mineração**, requisito final para obtenção do Grau de Doutora em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, área de concentração Comunicação e Sociabilidade Contemporânea, linha de pesquisa Textualidades Midiáticas. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Dr. Carlos Alberto de Carvalho apresentou a banca e, em seguida, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho final. Após a apresentação, seguiu-se a arguição pelos examinadores e examinadoras, com a respectiva defesa de Adriana Bravin. Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. A Comissão Examinadora julgou a candidata **apta a receber o grau de Doutora em Comunicação Social**. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Presidente da Comissão, que encerrou a sessão, lavrando, assim, o presente documento que será assinado pelos membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2018.

  
Prof. Dr. Carlos Alberto de Carvalho  
(Orientador - UFMG)

  
Profa. Dra. Angela Cristina Salgueiro  
Marques (UFMG)

  
Profa. Dra. Virginia Alves Carrara  
(UFOP)

  
Prof. Dr. José Antonio Martinuzzo  
(UFES)

  
Prof. Dr. Elton Antunes  
(UFMG)

Aos meus pais, Altamir (*in memoriam*) e Djanira

## AGRADECIMENTOS

À minha família, que mesmo distante fisicamente, sempre esteve perto. À minha mãe Djanira, minhas irmãs Eloiza, Izabel e Rita, cunhados, sobrinhos e sobrinhas, que me alimentaram durante esses anos de ausência-presença com fé e alegria renovadas em nossos bons momentos juntos.

Às amizades-irmandades que a vida em Mariana (MG) me trouxe de presente, especialmente ao casal Giulle Vieira da Mata e Sergio da Mata. Se gerar ideias é um processo criativo que implica dar forma a algo que nasce, antes, em nossos sonhos, devaneios, e imaginação, Giulle foi minha doula nesse processo, e Sergio, a pessoa que me conduziu à primeira reunião com o Movimento Gandarela, quando atuávamos no Movimento Mariana Viva.

Ao auxílio sempre luxuoso e amizade de Juçara Brittes, Estevam Las Casas, Maria Antônia, que me cobriram de mimos e carinhos durante meu período de pouso na “casa das brumas”, em Ouro Preto, para a confecção final da tese. E, claro, à alegria contagiante dos verdadeiros donos da casa, os *dogs* Bibi e Tião, que tornaram mais leve os dias mais tensos na reta final. Aos amigos e às amigas do Espírito Santo, pelo caminhar juntos em tantos momentos mas, em especial, neste.

Aos colegas com quem dividi a docência no Laboratório Integrado I, em 2018, no curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, e que me apoiaram nos momentos finais da escritura da tese, Ricardo Augusto, Flavio Valle, Carlos Jauregui, Adriano Medeiros e Marcelo Freire, muito obrigada!

Pelo caminhar comigo nessa pesquisa, me orientando com sabedoria e paciência, me alimentando com seu saber e me despertando para um universo de possibilidades diante dos meus olhos agradeço ao meu orientador Carlos Alberto de Carvalho que generosamente me recebeu na pós-graduação, sendo fundamental também no período do doutorado sanduíche vivido em Braga, Portugal.

Ao professor Moisés de Lemos Martins, pela acolhida generosa, conversas frutíferas e atenção refinada durante o período de doutorado sanduíche sob sua supervisão no Centro de Estudos Comunicação e Sociedade (CECS), da Universidade do Minho, em Braga, Portugal. Aos felizes encontros que esse período proporcionou e às amizades que me sustentaram nesse lá-longe, especialmente Ana Carmem Palhares, Felipe Trombete, Grazielle Fulber, Maristela Mosca, Mara Rubia, Fatima Ramos, Gabriela, Aazar Min; ao conforto espiritual na Casa Caminheiros do Amor, em Braga.

À Oficina Ecologia e Sociedade, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, à Lucia Fernandes e Stefania Barca e aos movimentos socioambientais de Portugal com os quais tive a oportunidade de debater e aprender sobre os conflitos da

mineração neste continente; ao CES Coimbra pela oportunidade de organização do Seminário e Fórum público “Diferentes formas de dizer não: conflitos da mineração”, a convite de Lúcia Fernandes, parceira sempre disposta. Ao Felipe Milanez e à Stefania Barca pela oportunidade de participar da Conferência da Rede Entitle, na fria Estocolmo, Suécia, onde apresentei o caso Gandarela.

Aos colegas do doutorado com quem dividi a construção deste saber nas aulas de metodologia e que deixaram suas marcas também no construir desta tese: Cristian Goes, Flavio Valle, Thiago Salgado, Carlos Trovão. Às aulas provocadoras de Elton Antunes, Bruno Souza Leal, Carlos Alberto de C Vera França, das quais eu sempre saía com a cabeça cheia de ideias. À sempre atenciosa Elaine, secretária do PPGCOM. À Ana Ruggieri, que um dia foi minha monitora em Redação Jornalística, na UFOP, pela revisão da tese.

Aos professores da banca de defesa.

À Universidade Federal de Ouro Preto pela licença para qualificação.

À Capes pela bolsa para cursar o doutorado sanduiche em Portugal.

*"Nunca duvide que um pequeno grupo de cidadãos preocupados e comprometidos possa mudar o mundo; de fato, é só isso que o tem mudado".*

- Magaret Mead



## RESUMO

Esta tese investiga a ação coletiva que resulta no Movimento Pela Preservação da Serra do Gandarela (MPSG), e como essa ação se desdobra nos campos jurídico, político-institucional e comunicacional em defesa da água e contra a mineração, no Estado de Minas Gerais, constituindo-se em uma força social capaz de promover movimentos de fratura na lógica desenvolvimentista do discurso minerador. O MPSG oferece, no presente, uma visão de futuro que se contrapõe ao horizonte da mineração, uma experiência inovadora pautada na ação antecipada aos danos causados por esta atividade, uma atitude preventiva e de permanente vigilância sobre aquilo que ameaça o território e os valores que defende. A combinação de saberes acumulados na experiência do viver *com* a mineração e do sofrer suas consequências conecta sua iniciativa à emergência das lutas diante das atuais condições ambientais de risco e vulnerabilidade, especialmente ao aliar-se a dois elementos: defesa da água e contraposição à mineração. O caminho metodológico é um percurso que se oferece como chave para a compreensão da formação dessa coletividade e das ações mobilizadas que definem sua identidade coletiva no campo do conflito socioambiental com a mineração, a partir do qual emerge. Compreende-se, nessa trajetória, o “dizer de si” ou como esse sujeito coletivo narra sua luta e constrói sua capacidade de agir. A ação do MPSG pauta-se em formas de organização horizontais, na conexão entre diferentes atores sociais, na rede de saberes especializados, na solidariedade orgânica e, especialmente, no uso de diferentes estratégias de comunicação para diferentes momentos de embate e mobilização contra a implantação do Projeto Apolo, da mineradora Vale, na Serra do Gandarela. A pesquisa alcançou dois momentos da luta em defesa da Serra que levarão a diferentes movimentos de fratura: 1) A mobilização dos atores; 2) A proposição: a campanha pelo Parque Nacional da Serra do Gandarela. Eles revelam o dizer não a um modelo econômico pautado em atividades extrativistas e as formas da sociedade civil fazer-se ouvir ao cobrar limites à atividade mineradora. Aponta-se a importância da estrutura pré-existente de afiliação e a linha de continuidade entre diferentes movimentos sociais nascidos nos conflitos com a mineração, a criação de um espaço de experiência próprio desses coletivos e de uma memória das lutas, constituindo-se, assim, uma escola de ativismo ambiental em Minas Gerais.

**Palavras-chave:** Ação coletiva; Movimentos sociais; Comunicação; Gandarela; Mineração.

## ABSTRACT

This thesis aims to investigate the collective action that resulted in the Movimento Pela Preservação da Serra do Gandarela (MPSG), and how this action unfolds in the legal, political-institutional and communicational fields in defense of water and against mining in the State of Minas Gerais, composing a social force capable of impairing the mining discourse. At present, the MPSG provides a perspective of future that opposes to the mining view, an innovative experience based on preventive actions to the damages caused by such activity, a preventive action of permanent vigilance on what threatens MPSG's territory and values. The combination of knowledge gathered throughout the experience of living *with* mining and suffering its consequences connects MPSG's actions to the urgency of the struggles in face of current environmental conditions of risk and vulnerability, especially when it is combined with two elements: water defense, and the opposition to mining. The methodological path offers itself as a key to understanding the emergency of this collectiveness and the mobilized actions that define its collective identity in the field of socioenvironmental conflict against mining, MPSG's starting point. This paper also aims to understand the "self-saying" or how this collective subject narrates its struggle and builds its ability to act. MPSG's action is based on horizontal organizational patterns, on the interconnection between different social actors, on a networking of specialized knowledge, on organic solidarity, and especially on the use of different communication strategies for different moments of struggle and deployment against implementation of the Apollo Project mining company Vale, in Serra do Gandarela. The research encompasses two moments from the fight in defense of Serra do Gandarela, which will lead to different movements: 1) The mobilization of the actors; 2) The campaign for the Serra do Gandarela's National Park. Such moments unravel the saying no to an economic model based on extractive activities, as well as the ways in which the civil society make themselves heard when imposing limits to the mining activity. This research also highlights the importance of the pre-existing affiliation structure and the continuity of different social movements born in the conflicts against mining, the rising of a space where the group could share its experience, and a memory of the struggles. Therefore, constituting a school of environmental activism in Minas Gerais.

**Keywords:** Collective action; Social movements; Communication; Gandarela; Mining.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Estimativa de reservas minerais das minas do Sistema Sudeste da Vale .....	856
TABELA 2 - Estimativa de reservas minerais das minas do Sistema Sudeste da Vale .....	867
TABELA 3 - Estimativa de gastos com os principais projetos da Vale .....	867
TABELA 4 - Principais projetos de investimento da Vale em 2009 e gastos orçados em 2010 .....	878
TABELA 5 - Previsão de Exaustão das minas do Sistema Sudeste da Vale .....	889
TABELA 6 - Gastos totais e orçados da Vale em projetos de investimentos em 2010 e 2011 .....	889
TABELA 7 - Reservas de minério de ferro por minas no Sistema Sudeste da Vale .....	890
TABELA 8 - Previsão de exaustão nas minas de minério de ferro do Sistema Sudeste da Vale .....	901
TABELA 9 - Cronologia da mobilização dos atores (2004-2009) <b>Erro! Indicador não definido.</b>	

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - O(s) Outro(s) do Gandarela em interseção .....	266
QUADRO 2 - A proposição como fratura: a criação de UCs na Serra do Gandarela.....	1211
QUADRO 3 - As disputas de horizontes e as fraturas ao projeto minerador na Gandarela .....	1255
QUADRO 4 – O contexto, a ação e a comunicação na mobilização dos atores.....	1266
QUADRO 5 - Cronologia dos principais acontecimentos sobre a criação do Parna Gandarela e ações coletiva e comunicativa do MPSG .....	1277
QUADRO 6 - A ação comunicativa do MPSG: água como valor.....	1355
QUADRO 7 - A ação comunicativa do MPSG: injustiça .....	1377
QUADRO 8 - A ação comunicativa do MPSG: alternativas econômicas .....	14040
QUADRO 9 - A ação comunicativa do MPSG: responsabilidades compartilhadas.....	1411
QUADRO 10 - Repertório de Ação do MPSG .....	1433

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - A Serra do Gandarela, suas nascentes e o traçado dos limites da proposta para criação de um Parque Nacional na área.....	14
FIGURA 2 - Constelação de movimentos e entidades que formaram o MPSG.....	19
FIGURA 3 - Localização da Serra do Gandarela no Quadrilátero Ferrífero.....	61
FIGURA 4 - Atividades de mineração no QF em relação à região da Gandarela.....	62
FIGURA 5 – Jornal da Campanha "Água vale mais que minério" .....	778
FIGURA 6 - Frame do documentário "Não Vale à pena".....	789
FIGURA 7 - Heterogeneidade ambiental de cangas no QF .....	934
FIGURA 8 - Atributos da Mata Atlântica do Gandarela .....	945
FIGURA 9 – Localização das cavernas mapeadas na região do Gandarela .....	11919
FIGURA 10 - Localização do projeto Apolo, os limites municipais e os principais acessos. .....	1222
FIGURA 11 - Bloco esquemático com as formações geológicas do Quadrilátero Ferrífero/Aquífero com destaque para o Geossistema Canga + Formação Cauê (formação ferrífera) e as surgências .....	1377
FIGURA 12 - Campanha "A extinção é para sempre" .....	13939
FIGURA 13 - O Parna mutilado .....	1411
FIGURA 14 - Coração na Serra do Gandarela.....	1433

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAF - Autorização Ambiental de Funcionamento

ACP - Ação Civil Pública

Acramda - Associação Comunitária Rural de André do Mato Dentro

AIIV - Articulação Internacional das Atingidas e Atingidos pela Vale

AMDA - Associação Mineira de Defesa do Ambiente

APA - Área de Proteção Ambiental

APA SUL - Área de Proteção Ambiental Sul

Arca Amaserra - Associação para a Recuperação e Conservação Ambiental em Defesa da Serra da Calçada

CBH-Velhas - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas

Cetem - Banco de Dados de Recursos Minerais e Territórios, do Centro de Tecnologia Mineral

CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais

CNDTFM - Comitê Nacional de Defesa dos Territórios Frente à Mineração

Codema - Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental

Codema - Conselho Municipal de Meio Ambiente (para os municípios de MG)

Conlutas - Coordenação Nacional de Lutas

COPAM - Conselho Estadual de Política Ambiental

DA - Diretório Acadêmico

DAP - Departamento de Áreas Protegidas

DCE - Diretório Central dos Estudantes

Diap - Diretora de Áreas Protegidas

DN - Deliberação Normativa

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral

EIA/RIMA - Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo relatório

FEAM - Fundação Estadual de Meio Ambiente

Fonasc-CBH - Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacia Hidrográficas

Gesta - Grupo de Estudos em Temática Ambiental

Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICM-Bio - Instituto Chico Mendes de Biodiversidade

IEF - Instituto Estadual de Florestas

IEF - Instituto Estadual de Florestas

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LP - Licença Prévia

LOP - Licença de Operação de Pesquisa Mineral

MACACA - Movimento Artístico, Cultural e Ambiental

MCB - Movimento Contra a Barragem de Raposos

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MovSam - Movimento em Defesa das Serras e Águas de Minas

MPE - Ministério Público Estadual

MPF - Ministério Público Federal

MPSG - Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela

NMS - Novos Movimentos Sociais

OCMAL - Observatório de Conflitos da Mineração na América Latina

ONG - Organização Não Governamental

OP - Oportunidades Políticas

Parna - Parque Nacional

PCH - Pequenas Centrais Hidrelétricas

Pró-Città - Instituto de Estudos Pró-Cidadania

QA - Quadrilátero Aquífero

QF - Quadrilátero Ferrífero

RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RMBH - Região Metropolitana de Belo Horizonte

Semad - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Siam - Sistema Integrado de Informação Ambiental

Sindágua MG - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto do Estado de Minas Gerais

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TMR - Teoria da Mobilização de Recursos

TNMS - Teorias dos Novos Movimentos Sociais

TPP - Teoria do Processo Político

UC - Unidade de Conservação

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 O MOVIMENTO SOCIAL COMO AGENTE DA TRANSFORMAÇÃO E DO CONFLITO ...	36
1.2 A TNMS: CULTURA E IDENTIDADE ENTRAM EM CENA .....	45
1.3 DA AÇÃO COLETIVA E DAS REDES: PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS.....	48
1.4 OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A IDENTIDADE COLETIVA.....	55
2 DO CONFLITO AOS AGENTES: UM LONGO CAMINHO DE APRENDIZADO.....	60
2.1 O PRÉ-MOVIMENTO GANDARELA E A FORMAÇÃO DA COLETIVIDADE: A “ESCOLA” DO SOS SERRA DA PIEDADE E DO MOVSAM .....	67
2.2 A VALE AVANÇA SOBRE AS SERRAS: O PROJETO APOLO E O CONTROLE TERRITORIAL.....	81
2.3 A SERRA DO GANDARELA E SUA RELAÇÃO COM A ÁGUA.....	91
3 AÇÃO COLETIVA, COMUNICAÇÃO E MOVIMENTOS DE FRATURA .....	98
3.1 A MOBILIZAÇÃO DOS ATORES: DA AMEAÇA À FORMAÇÃO DO MOVIMENTO PELA PRESERVAÇÃO DA SERRA DO GANDARELA (MPSG).....	98
3.2 A PROPOSIÇÃO: A CAMPANHA DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO GANDARELA .....	126
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>145</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>150</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>158</b>



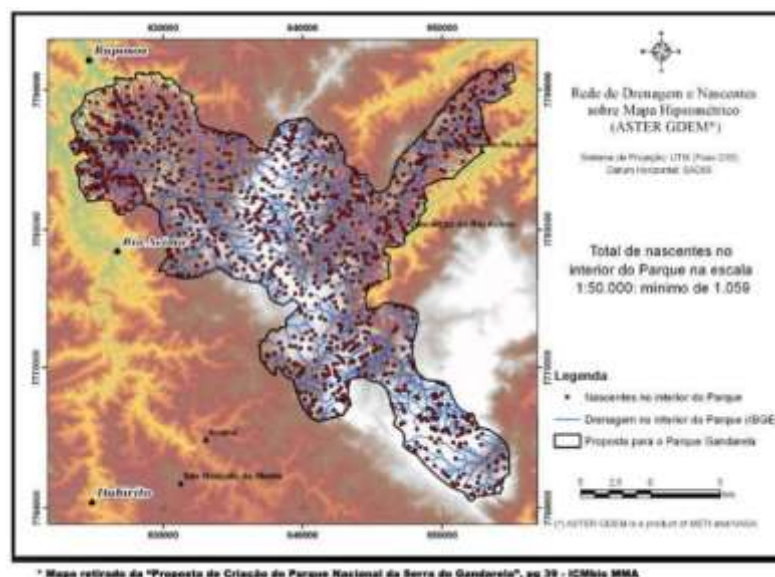
## INTRODUÇÃO

Todo contar tem começos, o que não significa serem os únicos. Assim também o é no percurso de uma tese: atravessa-se vários começos, passa-se por desvios, recuos, caminhos em terras distantes, solidão, encontra-se pessoas, histórias, fios da meada teórico-prática a serem tecidos. Narro aquilo que percebo, narro aquilo me afeta. Ser afetado é mudar de estado; nada fica como antes. Um duplo movimento, afetar e ser afetado, leva a transformações contínuas no fluxo do tempo. Esse é um jogo que não tem fim, pois frequentemente somos aquele ou aquela que afeta e é afetado pelas experiências vividas e compartilhadas.

Esse é um dos meus começos para tecer os fios da experiência de afetação que resultou nesta (e desta) tese. Em 2012, assisti uma palestra sobre o conflito na Serra do Gandarela, em Belo Horizonte. Impressionou-me o profundo conhecimento, de pesquisadores e ativistas que dividiam a apresentação, sobre a importância ambiental daquele lugar, para mim desconhecido, e o nível de detalhamento sobre suas nascentes, revelado por meio de uma fotografia de satélite (Figura 1) que identificava a localização exata de mil delas naquela montanha localizada nas proximidades da capital.

Uma fotografia do “coração das águas” do Gandarela, e, por quê não, das águas de Minas Gerais. Se Minas são muitas, então, esse pedaço da Serra pode ser tomado como parte do coração mineiro. As pessoas que falavam com tanto conhecimento sobre essa região tão rica em água estavam empenhadas em impedir que seu destino fosse ser transformada em bilhões de toneladas de minério de ferro. Logo eu saberia o porquê.

FIGURA 1 - A Serra do Gandarela, suas nascentes e o traçado dos limites da proposta para criação de um Parque Nacional na área



Fonte: ICM-Bio (2010)

Coincidência ou não, em julho de 2009 – quando eu estava de mudança do Espírito Santo para Minas Gerais – nascia o Movimento Pela Preservação da Serra do Gandarela (MPSG), ou melhor, era oficializado. Descobri, ao londo da pesquisa, que ele já era um “embrião” a se desenvolver nas lutas de cidadãos e cidadãs locais contra processos de expansão das empresas mineradoras, com apoio de agentes de Estado, sobre o território do Quadrilátero Ferrífero, que aprendi ser, na verdade, Aquífero-Ferrífero. O lugar de onde se extrai a maior parte do minério produzido no Brasil é também o coração das águas que vertem da Região Central desse Estado-mundo-Minas-Gerais para abastecer a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e alimentar rios grandiosos, como o São Francisco e o Rio Doce<sup>1</sup>.

Após o impacto daquela palestra, conheci a campanha pela criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela, uma proposta encaminhada pelo nascente MPSG ao ICM-Bio para fazer frente a um megaprojeto da mineradora Vale<sup>2</sup>, naquele mesmo território. Também estive junto de atividades realizadas pelo coletivo, como o Abrace a Serra, quando conheci, no município de Rio Acima, uma parte dessa imensa montanha situada a cerca de 65 km da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Desconhecia a relação minério de ferro e água, e muito menos sabia que essa indústria extrativista se apoia na abundância de recursos hídricos presentes nos locais de extração para o beneficiamento do minério, umas das etapas de sua produção. Portanto, a presença de água é fator que favorece e interessa à atividade minerária na Gandarela. Assim, quando o Movimento Gandarela apresentou a imagem do “coração das águas” naquela palestra e informou que naquele local também havia minério, compreendi que a mobilização social, política e comunicacional implicada naquele gesto apresentava um outro modo de “significar” a problemática desencadeada pelos desenfreados processos de extração mineral.

Desenhava-se, assim, a primeira pista para desenvolver a presente investigação, a de que foi preciso a criação do Movimento Gandarela – a sua existência – para que o público mais amplo tomasse conhecimento da própria Serra, da importância de seus mananciais e nascentes para o abastecimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), e da ameaça representada pelo projeto minerador. É como se o Movimento tivesse, ao chamar a atenção para a área que defende, por meio de sua ação coletiva e comunicacional nos mais variados formatos, “destacado” a Serra da paisagem natural.

Ao apontar como minha experiência de vida e de afetação em terras mineiras relaciona-se ao “objeto” que abordo em uma pesquisa acadêmica, corro o risco de incorrer na simplificação do exercício teórico que se espera em tal abordagem. Entretanto, agradeço a Paul Ricouer (1991) e sua hermenêutica da distanciação por nos brindar com outras

---

<sup>1</sup> Faço um parênteses para referenciar minha relação de afeto com o rio que vem de Minas e atravessa minha cidade e meu estado de origens: Colatina, Espírito Santo.

<sup>2</sup> O Projeto Apolo, que será descrito no item 2.2 desta tese.

possibilidades de interpretação dos textos vivos com os quais necessitamos, nos termos de Antunes, Mafra e Jáuregui (2018, p. 51), “sujar as mãos”. Trata-se de um exercício no qual o hermenêuta “(...) parece não se esconder por detrás de um véu: ele se expõe, permite falar de si ao falar dos textos, explicita sua interação na produção de sentidos e reconhece que sua visada na interpretação não tem os propósitos totalitários de um paradigma informacional”.

Essa pista das experiências que nos afetam me auxilia, inclusive, a enxergar no gesto simbólico do “coração das águas”, à qual a imagem das nascentes do Gandarela me remeteu, o início de um processo de criação e manutenção do simbolismo da Serra do Gandarela. Creio que, se assim não fosse, certamente o problema não seria visto a partir dessa dimensão, em especial, a partir de uma coordenada diferenciada que é a prioridade governamental – local, estadual e federal – ao empreendimento industrial de extração mineral. Digamos que o que o Movimento possibilita é a apresentação – e presentificação – de novos campos problemáticos, de redefinição dos contornos de objetos e seu sentido econômico, social, político, ambiental e simbólico. Foi essa premissa que guiou a investigação.

No contexto dos debates emergentes sobre a situação do acesso à água como um direito humano distinto, o embate água *versus* mineração apresentava-se como uma das chaves para a compreensão da ação coletiva e comunicativa do MPSG e da sua configuração identitária. Percebi que aquilo que motiva a formação do Movimento é a própria manutenção da vida: a salvaguarda da Serra do Gandarela como fonte de água pura para 5 milhões de pessoas que dela necessitam como garantia para sua segurança hídrica em um futuro de escassez que já é presente. Assim, a noção antecipada do dano ambiental (*o sofrer*), acionada pelo MPSG em função de uma memória de danos semelhantes em outras áreas do Estado e do país, instaura um *agir* para que o futuro da região venha a ser diferente.

Compreendi que esse campo experiencial, a partir do qual a resistência ao projeto minerador (ainda não implantado) exhibe e explica uma profusa produção de verdade (ANTONELLI, 2009), mobilizou aqueles atores reunidos naquela palestra inicial e que aquele momento fazia parte de uma de suas estratégias de comunicação para alcançar um público variado e informar a população a respeito da ameaça às águas do Gandarela, apresentando outra interpretação para aquele lugar e a problemática da mineração.

Essa mobilização coletiva apontava para uma diferença e a relacionava a uma ação preventiva, um gesto de antecipação ao curso dos acontecimentos dados como certos no campo político-empresarial, em se tratando do “destino minerador” deste Estado e do favorecimento da visada desenvolvimentista, em curso desde o início dos anos 2000 no país. Era preciso compreender, então, como e de que modo a ação coletiva e comunicativa do Movimento Gandarela procurava fraturar as narrativas legitimadoras da mineração e da exploração dos recursos naturais a qualquer custo, como a água, ao mesmo tempo em que

configurava a identidade coletiva do grupo como um modo de agir, engajar-se e comunicar o seu projeto.

Assim, as questões da investigação foram se desenhando à medida que procurava entender como esse ator coletivo emergiu e construiu sua capacidade de contrapor-se à mineração? Como a ação coletiva e a ação no campo comunicacional, em defesa da Serra do Gandarela, foram construídas ao longo do tempo? O que o MPSG buscou anunciar por meio de suas ações? Suas formas de ação e os contextos de comunicação foram o *locus* de observação para argumentar, na tese, que são das experiências dos danos e impactos causados pela atividade mineradora, adquiridas no lugar onde os sujeitos são chamados a intervir na realidade, que derivam as formas de ação coletiva e os quadros de interpretação que permitiram ao MPSG enquadrar a problemática da mineração não somente pela perspectiva econômica e suas compensações ambientais aos danos muitas vezes irreparáveis, mas a partir de um outro conceito de justiça, aquele no qual convoca-se o direito em si, antes de ser lesado. A ação coletiva não necessariamente precisa da existência do dano. Basta o risco para mobilizar a sociedade.

Trata-se de uma estratégia diferenciada, pautada na ação preventiva mobilizada no princípio da precaução, preconizado por organismos internacionais, como a ONU, e aprovado na Conferência Mundial para o Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. Esse princípio afirma a própria incerteza diante do risco como motivo para agir preventivamente, antes dos danos, seja por atividades industriais ou, por exemplo, em relação à saúde coletiva.

Esse modo de agir revelado no MPSG diante dos riscos evidentes de uma calamidade ambiental representada pelo o que os impactos da mineração podem fazer com o aquífero Gandarela, nos aproxima às reflexões de Koselleck (2006; 2014), especialmente quando este autor relaciona ao momento presente a interseção do espaço de experiência ao horizonte de expectativas. Desse modo, experiências passadas podem projetar-se no “ainda não” e invocar, no presente, uma expectativa que, mesmo sem poder ser vivida, pode ser experimentada como antecipação. Invoca-se, nessa atitude, um princípio da precaução, um comportamento ético em relação ao presente e ao futuro e, ainda, uma relação entre afetar e ser afetado pelos acontecimentos e o curso da história que fazemos.

Sobre as escolhas feitas no passado e que são sentidas no presente e no futuro: é possível compensar a perda contínua de milhões de litros de água para uma atividade econômica à custa do risco de desabastecimento de populações inteiras? Ou mesmo, à custa do comprometimento futuro dessas mesmas fontes de abastecimento, seu completo esgotamento? Questões como essa representaram uma “novidade” quando foram colocadas ao público e invocadas, por exemplo, na campanha “Água Vale mais que Minério no Quadrilátero Ferrífero”, do MovSam, um dos atores integrantes da rede constituída no MPSG.

Dessa forma, provoca-se a discussão da água como recurso estratégico, o questionamento ao modelo de desenvolvimento econômico que privilegia a extração de matérias primas para exportação, aponta-se as falhas na legislação e o comprometimento dos recursos como água para futuras gerações. Ao invocar a responsabilidade dos governantes e o compromisso dos cidadãos, o MPSG nos invoca a questionar: o que significa ser precavido? Ser precavido é pensar no futuro, na herança intrageracional, mas agir no presente conflitante. Atitude precavida que busca se expressar e agir nos campos jurídico, científico e comunicacional. Em nosso gesto interpretativo, era preciso compreender como o MPSG tecia sua ação e a compreensão do problema água *versus* mineração, ou como tornava expostas as fraturas no horizonte da mineração de modo a, nesse movimento, apontar o outro lado da questão, os outros modos de existência do/no território que não apenas atividade mineradora.

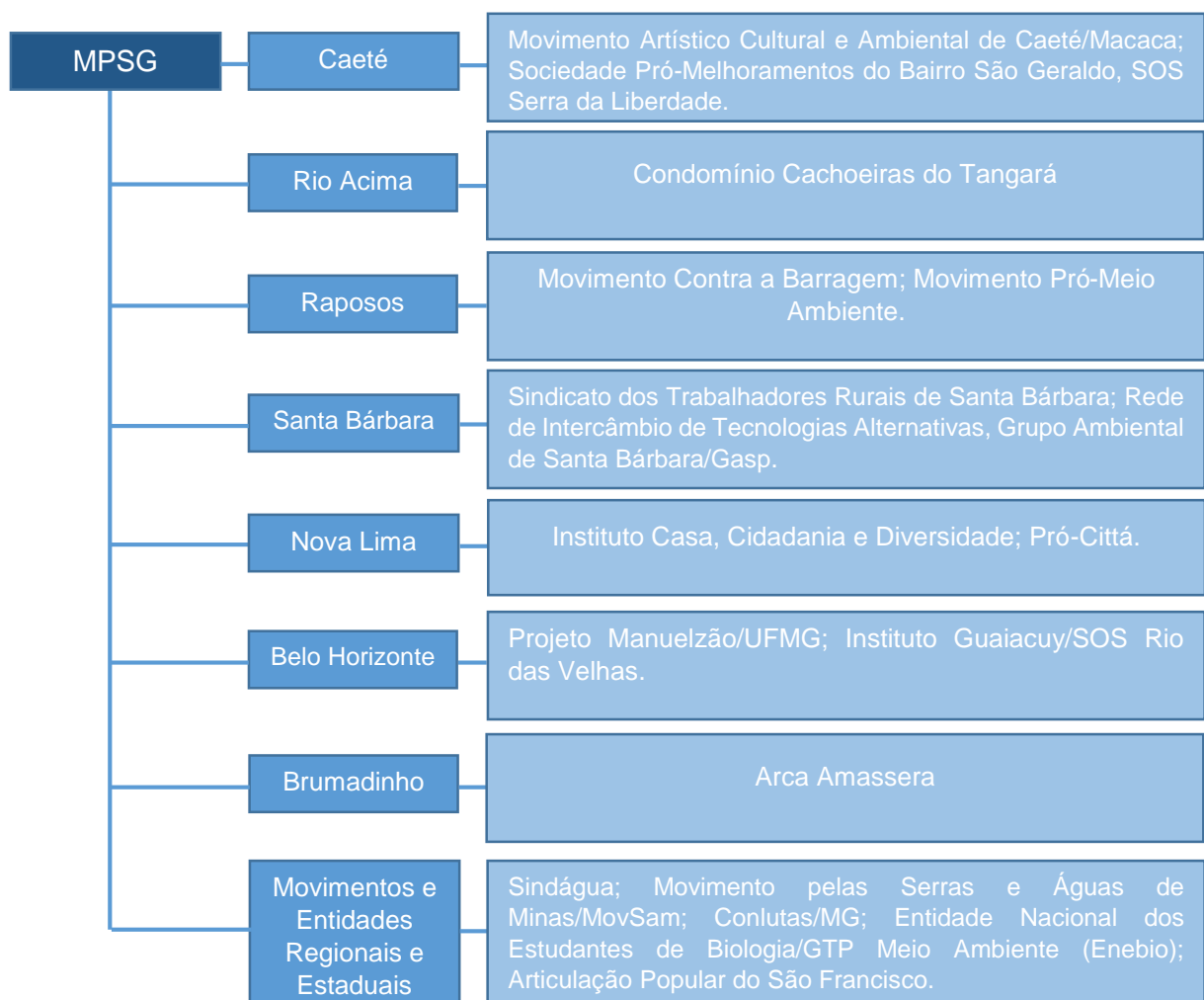
O conflito socioambiental na Serra do Gandarela, como será descrito, emerge em várias localidades ao mesmo tempo e em tempos diferenciados, espraia-se pelo território-espaço do Quadrilátero Ferrífero-Aquífero (QFA), envolvendo cidadãos e cidadãs, moradores das áreas urbanas e rurais dos municípios a serem impactados direta ou indiretamente pelo projeto minerador, alcança região metropolitana e capital Belo Horizonte, instituições públicas – de universidade a órgãos fiscalizadores, legisladores, Judiciário –, organizações não-governamentais, empresariais, coletivos até então dispersos, cientistas, profissionais autônomos – de professores a advogados, de biólogos a donas de casa.

Esse conflito é como um quebra-cabeça. As peças vão chegando e se juntando, fazendo sentido à medida que são colocadas lado a lado. Assim, os opositores do projeto Apolo, da Vale, vão compreendendo também o *modus operandi* da mineradora, adotando estratégias e ações diferenciadas a cada umas das situações conflituosas (ZHOURI; GENEROSO; CORUJO, 2016). Essa vigilância sobre a atuação da empresa configura-se, portanto, como uma das formas de ação do MPSG e de sua identidade coletiva (MELUCCI, 1996) pautadas na antecipação aos danos, na ação de mobilização frente a uma ameaça – o projeto minerador que ainda não se realizou mas é presentificado através da ação política e comunicacional do Movimento Gandarela. São diversos os contextos nos quais o conflito irá se desenvolver. Mas como o conflito emerge? E como alcançar esse grande movimento mobilizador? Como compreender sua forma de ação para alcançar uma interpretação a seu respeito?

Para isso, no Capítulo 1, parto das principais teorias dos movimentos sociais para compreender o papel e a importância destes nas transformações sociais e políticas, caracterizá-los e encontrar os nexos com a formação do MPSG como um coletivo em rede, sem inscrição jurídica, formado por cidadãos e cidadãs integrantes de um variado leque de associações civis – movimentos sociais, associações de moradores, de estudantes, de pesquisadores, sindicato – que se organiza horizontalmente (Figura 2).

O caminho metodológico para a compreensão do conflito e dos agentes parte da proposição de Melucci (1996) sobre a singularização do campo do conflito para reconstituirmos a formação do ator a partir de uma coletividade que se mobiliza por meio de ações que contestam e denunciam as ameaças e os riscos da expansão do Projeto Apolo sobre o território-espço da Serra do Gandadela, e através das quais desenvolve suas identidades no conflito. A Figura 2 apresenta a primeira formação do MPSG, em 2009, quando grupos e entidades de diversas localidades reuniram seus esforços, até então dispersos, em torno da defesa de um bem comum a todos, a Serra do Gandarela.

FIGURA 2 - Constelação de movimentos e entidades que formaram o MPSG



Fonte: Elaboração própria.

Neste percurso, no qual busco compreender o quadro, ou o campo do qual emerge o conflito socioambiental, reconstruo os recursos de inovação dos agentes sociais, cujo poder de agir no plano social é desnudado nas circunstâncias de incerteza, como nos lembra Ricouer (1991a). Procuo observar, por meio da prática dos sujeitos sociais mobilizados na

ação, como se deu esse aprendizado coletivo, uma vez que há uma lógica na ação coletiva que implica, dentre outros fatores, no acúmulo e aprendizado de experiências do passado, como lembra Melucci (1996).

Nesse sentido, no Capítulo 2, abordo a formação de dois importantes movimentos que considero primordiais para tal compreensão, o SOS Serra da Piedade e o Movimento em Defesa das Serras e Águas de Minas (MovSam), ambos constituídos a partir da interação entre atores da sociedade civil<sup>3</sup>, com a participação de atores políticos e institucionais para fortalecer suas formas de organização. Esses coletivos entrelaçam movimentos sociais similares e campanhas em comum no combate à expansão da mineração sobre os territórios, especialmente no QFA, articulam uma rede interrelacional e comunicativa de atores sociais locais a redes de movimentos de abrangência nacional e internacional<sup>4</sup> que se opõem à expansão da mineração sobretudo em uma região onde o seu alcance já ultrapassou o limite do razoável, e funcionam como uma verdadeira “escola” de ativismo socioambiental, na qual integrantes do futuro Movimento Gandarela têm participação efetiva.

Será por meio da experiência vivenciada nos conflitos ambientais anteriores ao que envolve a Serra do Gandarela que integrantes do MPSG irão adquirir capacidades para realizar diagnósticos e prognósticos (KOSELECK, 2014) sobre danos causados e riscos futuros advindos das atividades mineradoras. Essas capacidades do ativismo local se traduzem no aprendizado de estratégias de fortalecimento de mobilização social e de repertórios de ação, como a mobilização do direito (LOSEKANN, 2013), necessários na produção de conhecimento e no reconhecimento mútuo de atores sociais e políticos para o intercâmbio de recursos materiais e simbólicos (CAPANEMA, 2009) e na articulação de uma rede de movimentos contra o avanço da mineração em Minas Gerais (MOVSAM, S/D). Tais capacidades fornecem condições para que o MPSG torne-se o sujeito que narra sua ação (de contestação), ou nos termos de Ricouer (1991b), o *agente*, o *quem narra* sua própria história. A perspectiva comunicacional contida nesse argumento encontra eco no pensamento de Melucci (1999) quando este sociólogo nos convida a pensar os movimentos sociais como meios de comunicação tanto porque anunciam algo quanto porque são o que anunciam. Vejamos de que forma.

A compreensão deste conflito socioambiental implica ir além da valoração econômica que normalmente é associada ao debate envolvendo a atividade mineradora,

---

<sup>3</sup> Uma sociedade civil que, conforme o sociólogo Boaventura de Souza Santos (2013), tem como princípios a solidariedade, o voluntariado e a reciprocidade de “cidadãos trabalhando em ações voluntárias, para conversar, discutir, criar soluções...sem visar o lucro” (p.1). Essa visão solidária envolve oprimidos, explorados, e até a natureza, numa cosmovisão indígena. Conforme este autor, “nós não temos o poder do dinheiro, mas dos princípios, das ideias, causas e valores. E temos a nosso favor a maioria da população mundial que é vítima do sistema atual” (idem).

<sup>4</sup> A rede formada pelo SOS Serra da Piedade, como será visto, teve um caráter pioneiro na articulação de atores sociais, políticos e institucionais de abrangência microrregional (Região Central de Minas) em defesa de um bem comum dos mineiros, suas serras e águas.

apontada como “destino” econômico “único” e “necessário” à sobrevivência das localidades que dela se tornaram dependentes. Com frequência, nesses termos, o debate coloca os sujeitos sofreadores das consequências da mineração no território local como “opositores” ao progresso e ao “desenvolvimento” proporcionado por tais atividades, uma vez que questionam “qual” desenvolvimento, apontam as contradições da “compensação ambiental”, denunciando os impactos devastadores desta atividade, ou indagam “para quem vão os lucros da mineração”, de fato.

Nesse sentido, a questão em tela invoca perspectivar, muitas vezes, o que não é mensurável ou, como nos ensina Joan-Martinez Alier (2014), a linguagem de valoração é incomensurável. Implica apontar que as atividades de extração mineral produzem mudanças profundas e drásticas nas localidades onde se instalam, impactando os modos de vida de seus habitantes de diversas maneiras e gerando medos e angústias, expectativas e incertezas nas pessoas do lugar. Diante da invasão de “empresas, carros e pessoas estranhas” e de uma nova dinâmica social com a chegada de um grande projeto de mineração, vive-se entre a promessa de desenvolvimento e a angústia com os danos socioambientais causados pela construção do empreendimento. Esses medos e incertezas são expressos nos inúmeros conflitos socioambientais relacionados à atividade mineradora (ARAOZ, 2013; BACELAR, 2014). Recorre-se a esses exemplos neste Capítulo.

Entre as alterações ambientais decorrentes da atividade mineradora relacionam-se a poluição do ar, da água, desmatamento, desaparecimento da fauna, poluição sonora (explosões de dinamite, trânsito de caminhões), geração de áreas degradadas, conflitos de uso do solo, com redução da área de cultivo e de coleta de alimentos/frutos, assim como restrição de locomoção, com muitas vias de ligação entre propriedades e localidades, antes usadas pelos moradores, sendo fechadas pelas empresas.

Em regiões urbanas, são conhecidos os efeitos como depreciação de imóveis circunvizinhos à mineração, transtornos ao tráfego urbano, inchaço das cidades, favelização, aumento da violência, exploração sexual, sobrecarga dos serviços públicos (saúde, saneamento, segurança). Como observam Milanez e Santos (2013, p. 22), “as comunidades locais tendem a arcar com a maioria dos impactos negativos, enquanto que grande parte dos benefícios é concentrada pelas empresas, ou pelos governos nacionais”.

Basta lembrar o ocorrido em 5 de novembro de 2015, em Mariana (MG), a data para sempre na memória do maior crime ambiental ocorrido no Brasil, resultante da associação entre a ganância e irresponsabilidade dos agentes mineradores à inoperância dos processos de licenciamento e fiscalização ambiental pelos agentes de Estado. Os rastros deixados nos corpos dos que sofreram e sofrem com as consequências do crime em suas vidas e os danos ambientais irreversíveis parecem não entrar na conta daqueles lucros exorbitantes que as grandes corporações mineradoras anunciam ano a ano.



Assim, ao tratar das lutas em defesa de um bem comum – a água – ameaçado pela mineração e que não pode ser mensurado e nem calculado, alinho-me ao pensamento da socióloga argentina Mirta Antonelli (2009), qual seja: o de que as projeções imaginárias de um futuro promissor que o modelo extrativista traria, à custa das perdas ambientais irreparáveis e do “passivo” que deixa como heranças, claramente não se realizaram. Os conflitos aí instalados indicam justamente uma fratura entre a promessa da mineração e o presente vivido daquelas e daqueles afetados por esta atividade industrial de inúmeras formas. Os conflitos apontam, portanto, mais perdas do que ganhos e lançam projeções sombrias sobre vidas, territórios, paisagens, biodiversidade ou água.

A abordagem sobre o que está em disputa – o combate à atividade danosa da mineração em favor da preservação da água – será compreendida a partir de uma dupla visada neste capítulo: a do interesse econômico representada pelo ator que provoca a ação coletiva em análise, a empresa mineradora Vale, e a das perspectivas conceituais dos diversos saberes que emergem da sociedade civil, especialmente do campo científico, para “dizer” a Serra do Gandarela de outro modo. Aqui encontramos as bases conceituais da argumentação sobre o valor da água acima do valor do minério, principal linha de força a ser mobilizada na ação coletiva e comunicativa do MPSG.

O Capítulo 3 nos leva à observação da ação coletiva deste ator por meio dos campos prático (o que fazem, como fazem e por que) e do simbólico (o que dizem, como dizem e por que). Inicia-se com os contextos de mobilização (o campo do conflito) que levarão à formação deste ator, à sua forma de organização, à identificação de um “nós” e ao que constitui sua linha de força principal ou seu modo de ser e de interpretar a problemática que anuncia – a sua identidade coletiva pautada em uma atitude preventiva em relação à defesa da água e do meio ambiente, uma atitude ética que expressa valores que implicam o cuidado consigo e com o outro em um horizonte nebuloso de esgotamento dos recursos naturais.

Esse primeiro momento-chave da constituição do conflito possibilita a compreensão sobre quem são os Outros com os quais o MPSG interage, seja por meio de confrontos ou de alianças. Denominei esse momento de “a mobilização dos atores” e o analisei no intervalo temporal de 2004 ao início de 2010. Portanto, o fator tempo foi fundamental para compreender e interpretar a ação de sujeitos coletivos mobilizados a partir de um conflito ambiental como um processo comunicacional.

O desenrolar temporal do conflito me levou ao segundo momento-chave que perdurou de 2010 a 2014, período durante o qual os atores investiram no que denominei “a proposição”, que é quando desenvolve-se a campanha para a criação do Parque Nacional da

Serra do Gandarela, posteriormente denominado Parna + RDS<sup>5</sup>, e os embates derivados das disputas em torno de quatro eixos temáticos que levam aos quadros de interpretação da ação comunicativa do MPSG, ou seja, a como o Movimento enquadra a problemática em tela: 1) a argumentação da água como um valor maior que o minério (quadro “água como valor”); 2) os motivos para ser contra a mineração na Gandarela e os direitos usurpados (quadro “injustiça”); 3) as formas possíveis de alcançar autonomia econômica frente aos projetos mineradores e os jogos de interesse (quadro “alternativas econômicas”); 4) o compromisso ético (quadro “as responsabilidades compartilhadas”)

Nesse momento, o MPSG amplia seu escopo de ações para o campo comunicacional de onde observei como promove a compreensão sobre o conflito por meio dos modos como conecta o seu fazer (sua ação política) ao dizer (suas formas de comunicação), ou a maneira como interpreta sua ação ao dotá-la de significados, promovendo e compartilhando novos sentidos. Conforme Melucci, como um sistema de ação, os movimentos sociais atuam em um campo que tanto pode prover possibilidades quanto limites para a ação. E, nesse sentido, a criação do Parna Gandarela, em 13 de outubro de 2014, impõe limites à ação desse agente ao permitir que os interesses corporativos minerários, acoplados aos interesses da esfera política, prevaleçam sobre a proposição da sociedade civil à preservação permanente do aquífero Gandarela. É criado o Parque mas os interesses minerários extraem, a seu favor, a razão da defesa antecipada do MPSG, o próprio “coração das águas”, enquanto as áreas reivindicadas para as RDSs não são criadas.

Observamos, por meio desses momentos de mobilização e proposição, a articulação das ações estratégicas e comunicativas, a contestação dos significados da primazia da mineração sobre os recursos naturais e hídricos e a elaboração de diferentes soluções – o outro lado do discurso, ou, uma ação política e comunicacional que promove fraturas na compreensão da mineração a qualquer custo – como a interpretação da Serra do Gandarela como um aquífero e a proposição do Parque Nacional da Serra do Gandarela (Parna). Será em torno dos dois momentos-chaves anteriormente descritos que se articularão as contraproposições dos atores sociais, ou seja, as fraturas emergem do próprio agir, engajar e comunicar do Movimento Gandarela.

Os momentos dizem das ações estratégicas, disputas de argumentos, emergência das proposições feitas pelo Movimento à medida que avança na luta, formando sua identidade coletiva em torno de sua ação preventiva e antecipadora dos danos ambientais, o que leva à compreensão da ação coletiva e comunicativa como mobilização política do Movimento Gandarela. É desse modo que constituem-se na proposição do Parna com RDS e na

---

<sup>5</sup> Refere-se à proposição relativa à criação de duas unidades de conservação contíguas, um Parque Nacional e duas Reservas de Desenvolvimento Sustentável, em atendimento os pedidos encaminhados pelas comunidades do entorno da Serra do Gandarela.

interpretação da Serra do Gandarela como um aquífero – “o coração das águas” que abordei no início desta Introdução –, o que denomino como movimentos de fratura, ou formas de agir que se contrapõem àquilo que coloca em risco a sobrevivência do coletivo, contestando significados e valores, e propondo alternativas em favor dos cidadãos e cidadãs, ou seja, do bem comum.

### **Percurso metodológico**

O caminho metodológico para analisar as formas e processos de mobilização e ideologias do ator coletivo é fornecido pela perspectiva da teoria da ação coletiva de Alberto Melucci (1989; 1996; 1999; 2001). Nessa abordagem, considera-se: (1) a organização da ação (a forma), como ponto de observação analítica; (2) as interações comunicativas, por meio das redes de movimentos e organizações (pré) existentes (os interlocutores); (3) e os fatores estruturais que indicarão tanto o adversário em comum quanto aquilo que está em jogo ou disputa. Esses pontos, abordados na revisão da literatura sobre movimentos sociais, no Capítulo 1 desta tese, forneceram as bases conceituais para abordar nossa questão de partida: como e de que modo a ação política e comunicativa do Movimento Gandarela procurou fraturar as narrativas da mineração e da exploração dos recursos naturais a qualquer custo, como a água, ao mesmo tempo em que configurou a identidade coletiva do grupo como um modo de agir, engajar-se e comunicar o seu projeto?

Nesse sentido, fez-se necessário compreender tanto o contexto do qual emerge o MPSG quanto as estruturas pré-existentes desse movimento, identificadas durante o processo de pesquisa por meio de entrevistas com os atores, referências em reportagens e outros trabalhos acadêmicos. Leituras sobre conflitos socioambientais e economia ecológica auxiliaram a situar o MPSG em relação a um conjunto de atores em razão das assimetrias no acesso aos recursos naturais e às decisões sobre seus usos e finalidades, o que leva à emergência dos conflitos. Aponta-se o Movimento SOS Serra da Piedade e o Movsam como frutos das lutas sociais que estão na base da coletividade fundante do MPSG diante daquilo que os grupos elaboram como uma injustiça, ou seja, os processos sociais desagregadores e impactos ambientais empreendidos pela lógica do interesse privado da mineração acoplada aos interesses e à política neoextrativista do Estado.

O compartilhar de valores e repertórios de ação resulta no que considero o aprendizado coletivo para o enfrentamento ao aparato jurídico-institucional-político dos interesses privados da mineração. É nessa “escola” que se forma a rede de atores sociais do MPSG, identificado como um tipo de organização formada a partir de redes de movimentos mobilizados desde o início dos anos 2000, diante de fatores estruturais comuns (as ameaças da mineração), que compartilham solidariedade, ideologias e sonhos de um futuro sustentável

no qual a água tenha prioridade ao minério, o que o conecta aos discursos de movimentos de justiça ambiental (ASCERALD, 2010; MARTINEZ-ALIER, 2001).

Nessa perspectiva conceitual, os processos amplificadores das injustiças levarão à ação coletiva e à formação da identidade coletiva dos atores no campo do conflito. Assim, o caminho de investigação proposto por Melucci toma a identidade coletiva como um conceito analítico a ser observado a partir de quatro pontos: a) os processos de mobilização, formas organizacionais e de comunicação; b) modelos de liderança (nível interno); c) relações com concorrentes, aliados e adversários; d) reações do sistema político e de controle social (interação com seu exterior).

Nesse sentido, a investigação teve como propósitos específicos: 1) identificar como se deram os processos de mobilização da sociedade civil em reação e oposição ao projeto de expansão da Vale sobre a Serra do Gandarela – primeiro passo para a compreensão da ação e da identidade coletiva construída pela rede de atores e movimentos que resultará na proposição da criação do Parna Gandarela e do MPSPG, em 2009; 2) identificar, nos contextos comunicativos do próprio movimento, as formas de ação no campo comunicacional e os sentidos aí produzidos sobre o conflito em tela e a temática que o permeia – a problemática socioambiental implicada na relação água *versus* mineração.

A observação desse processo forneceu elementos para compreender a construção da identidade coletiva do MPSPG por meio de sua ação coletiva e comunicativa em dois diferentes momentos-chave da luta constitutivos de seus movimentos de fratura: 1) A mobilização dos atores (2004 a 2009)<sup>6</sup>; 2) A proposição: a campanha pela criação do Parna Gandarela (2010 a 2014)<sup>7</sup>. Esses movimentos tanto são pensados como fraturas em relação ao discurso minerador preponderante quanto fornecem elementos para o MPSPG construir sua capacidade argumentativa em dizer não ao modelo econômico pautado no neoextrativismo vigente no país. Ao oferecer um argumento antagonista e, ao mesmo tempo, propositivo – pensar a água como um valor maior que o minério e propor a criação de uma unidade de conservação em lugar de uma mina de extração de minério –, o MPSPG oferece sua linha de fissura e de força como forma de impor limites à atividade mineradora em uma dada região do país onde os interesses de Estado e mineração são cruzados.

Compreende-se que os momentos de (1) mobilização e de (2) proposição resultam de embates e oposição a ação do(s) Outro(s) – mineradora e agentes de Estado, principalmente – e que, em tais momentos, os atores mobilizam ações nos campos político-institucional e comunicativo. Nesse sentido, em relação à identificação dos processos de mobilização, a investigação apontou as formas de organização e de comunicação (a ação

---

<sup>6</sup> Ver TABELA 9 à pág. 112.

<sup>7</sup> Ver QUADRO 5 à pág. 127.

política e as estratégias comunicativas), e evidenciou o(s) propósito(s) de sua luta, a quem o Movimento se opõe (adversários), com quem se alinha (parceiros na luta) e a quem chama à responsabilidade (agentes a conquistar).

O quadro a seguir resulta da nossa interpretação a respeito da interseção entre o Gandarela e o(s) seus Outro(s) identificados no conflito em tela.

QUADRO 1 - O(s) Outro(s) do Gandarela em interseção

Cooperador/ auxiliador		Obstáculo/ cooperador	
Ministérios Público Estadual/Federal	Governo Federal (Ministério do Meio Ambiente)	Vale S.A.	Governo Federal (Ministério do Meio Ambiente, ICM-Bio) Governo do Estado (Secretaria Meio Ambiente)
Políticos (Legislativo)	Governo Federal (ICM-Bio)		
Candidatos ao Governo de MG e à Presidência da República			
Prefeituras do entorno do Parque	Movimentos sociais	Mineradoras	Prefeituras do entorno do Parque
Comunidades do entorno do Parque	Movimentos ambientalistas		
Sociedade em geral	Atingidos pela mineração		

Fonte: Elaboração própria.

Importa considerar que, em vários momentos, os agentes a conquistar (agentes de Estado) podem, também, se tornar adversários. E parceiros na luta, como as comunidades do entorno da Serra do Gandarela, também podem se tornar adversários da proposição do Parque. O conflito, portanto, atravessa todas essas instâncias.

Compreender como a ação coletiva desse ator será comunicada por ele mesmo foi o próximo passo metodológico. Esse objetivo foi orientado pela perspectiva comunicacional refletida na teoria da ação coletiva de Melucci (1999). Importou relacionar os contextos de comunicação às formas de ação/atuação do Movimento. A análise foi direcionada à identificação dos contextos comunicativos mobilizados (os momentos de embate), dos argumentos apresentados e dos enquadramentos relacionados.

Esse percurso indicou as linhas de força e de fissuras/fraturas a emergir dos argumentos e interpretações promovidas pelo Gandarela em sua ação comunicacional, a partir de quatro eixos temáticos ou quadros de sentido: 1) a importância da água (quadro “água como valor”); 2) por que não se pode minerar na Gandarela e os direitos usurpados (quadro “injustiça”); 3) as formas possíveis de alcançar autonomia econômica frente à

mineração e os jogos de interesse (quadro “alternativas econômicas”); 4) o compromisso ético (quadro “as responsabilidades compartilhadas”).

Tornou-se possível, então, observar os movimentos de fratura, captando os momentos em que os atores endurecem a ação. Percebi, pelo caminho da reconstrução dos momentos-chave da fase inicial, que identifiquei como “a mobilização dos atores”, de 2004 ao início de 2010, que esse endurecimento acontecia à medida que os grupos trocavam informações entre si e, desse modo, tomavam conhecimento sobre os passos da mineradora relativos às tentativas de licenciamento da Mina Apolo.

Nesse sentido, compreendi que, mesmo interpondo-se à mineradora, por meio da mobilização do direito (LOSEKANN, 2013), um repertório de ação coletiva através do qual o Movimento conseguiu bloquear as quatro primeiras tentativas de licenciamento do projeto Mina Apolo, e de argumentos de base científica, os atores não garantiam êxito para sua ação preventiva – identificada na nossa análise desde os primórdios da luta. Era preciso colocar “algo” precisamente no mesmo lugar pleiteado pela mineradora, propor uma saída que fosse justa para comunidades, sociedade e meio ambiente, qual seja, a Gandarela livre da mineração. Nesse sentido, a fratura como uma disputa de horizontes (Governo X Vale X Movimento) configurou-se no projeto para criação de Unidades de Conservação (UCs) na Gandarela, inclusive um Parque Nacional, resultante da proposta encaminhada por este coletivo ao ICM-Bio, em 2009.

A expressão do endurecimento ao nomear os “inimigos a combater” continua na fase subsequente, identificada como “a proposição – a campanha pela criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela”, em um quadro que se relaciona às negociações sobre os limites do futuro parque, especialmente no grupo de trabalho (GT2), criado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Semad), do qual integrantes do MPSG participaram, e a proposição do Parque + RDS, indicada a partir da manifestação das comunidades do entorno da Serra do Gandarela, junto ao ICM-Bio, e que será retirada da proposta final sancionada pela Presidência da República. São desses momentos conflituos, ou seja, desse quadro de ações no campo político que resultarão as interpretações/argumentos que levarão aos quadros de sentido elencados anteriormente.

### **Observando materialidades e processos de comunicação: os procedimentos**

Para alcançar a compreensão a respeito do processo em curso, era necessário reconstruir a ação, o seu passo a passo, cruzando atores implicados em seus diferentes contextos ou momentos de embate. O primeiro documento a que tive acesso sobre os passos da ação foi o histórico do Movimento, fornecido pelo próprio grupo e onde se apresentava uma linha do tempo a respeito das primeiras tentativas de licenciamento do então projeto da

mina Maquiné-Baú, da Vale, no município de Caeté (MG), em 2004, às ações empreendidas pela sociedade civil em diferentes tempos, espaços e instâncias de mediação e embate, e encerrava-se em 2012, no contexto da proposição do Parna Gandarela.

Esse documento auxiliou-me na compreensão sobre a tramas temporais, ou um “jogo de vai-e-vem”, implicadas na “eclosão” de reações da sociedade civil ao projeto minerador em diferentes espaços e tempos, o que resultou na união de um conjunto heterogêneo de atores no início da oposição ao projeto da Vale, que, posteriormente, seria renomeado Mina Apolo. Este foi um importante fio a tecer a minha compreensão sobre o que leva à mobilização dos atores. Além disso, as informações desse histórico foram cruzadas a dados colhidos em minhas próprias atividades de acompanhamento e observação do Movimento, em dois momentos: o primeiro, iniciado ainda em 2012, quando da minha aproximação ao MPSG; e o segundo, a partir de 2014, no desenvolvimento desta pesquisa.

Os hiatos temporais do documento fornecido pelo MPSG (2010-2011, 2013-2014) foram complementados por diversos procedimentos metodológicos: pesquisa e análise documental; entrevistas semi-estruturadas com atores do MPSG; levantamento de dados sobre a Vale na expansão de suas atividades minerárias e no projeto Apolo nos relatórios anuais da empresa (disponibilizados no site da empresa); pesquisa e seleção de reportagens veiculadas na imprensa a respeito do projeto e sua oposição; pesquisa bibliográfica com o levantamento específico sobre a teses e dissertações sobre o conflito na Serra do Gandarela, produzidas em diferentes área do conhecimento; levantamento e análise das formas e contextos de comunicação utilizados pelo MPSG em diferentes momentos.

Esses procedimentos possibilitaram que fossem desenvolvidos dois movimentos de análise: 1) a reconstrução dos recursos de inovação (repertório de ação) dos atores, mapeando os contextos de mobilização, atores implicados, ação empreendida, principais argumentos e formas de enquadramento; 2) formas, contextos e objetivos de comunicação. Ambos procedimentos resultaram em tabelas que auxiliaram na organização, compreensão e seleção dos dados para a posterior análise do processo.

Para o primeiro movimento, a análise documental constituiu-se no principal procedimento, iniciando-se com o acesso a ofícios e documentos produzidos pelos atores e enviados a órgãos jurídicos, executivos, fiscalizadores e legisladores, em todas as instâncias de mediação durante toda a fase de mobilização. Os ofícios e documentos foram obtidos junto à organização do MPSG e referem-se às primeiras articulações entre as entidades e movimentos e defesa do Gandarela (ANEXO A), às ações empreendidas junto ao MPE (ANEXO B), ao conselho da APA-Sul (relatório baseado na apresentação pela entidade Macaca na reunião do Conselho Consultivo desta entidade, realizada no Parque Estadual da Serra do Rola Moça, em 15/09/2008), parecer do MPF referente às Autorizações Ambientais de Funcionamento (AAFs), datado de 15/05/2009, ofício do Projeto Manuelzão e mais

entidades que o endossam ao ICM-Bio (ANEXO C), a proposta original para a criação do Parque do Gandarela encaminhada por essas entidades, em 2009. Toda a documentação selecionada foi arquivada pela pesquisadora.

À medida que observava e analisava esse procedimento, também formulava a minha compreensão a respeito dos diferentes níveis de comunicação (interpessoal, intergrupar, mediada, institucional, organizacional, horizontal, vertical etc), empreendidos nesse momento da mobilização. Assim, para o segundo movimento de análise, a ação comunicativa foi mapeada a partir da diversidade das formas e ferramentas de comunicação utilizadas pelo Movimento em diferentes momentos, o que apontou a capacidade deste ator em articular estratégias e objetivos variados de comunicação, a fim de difundir sua luta e constituir sua ação coletiva e seus processos de comunicação em quatro níveis, não hierarquizados, de interação social, no período de 2010 a 2014, recorte temporal que se refere à campanha para a criação do Parna. São eles:

- 1) Ampla abrangência: neste aspecto, as ferramentas de comunicação utilizadas foram: a rede social *Águas do Gandarela*<sup>8</sup>, página do grupo na Internet criada em 2010 para ampliar o canal de denúncias, de campanhas, produção de memória e divulgação das ações e propostas do MPSG. Possuía conexão com a página do grupo no *Facebook* (*Salvem a Serra da Gandarela*)<sup>9</sup>; o canal no *Youtube*<sup>10</sup>, *TV Gandarela*, criado em 2013, abriga audiovisuais produzidos pelos voluntários do Movimento sobre atividades, projetos, campanhas, ato de protesto realizados pelo grupo, e documentário e vídeo promocional. O mais acessado foi “Aquífero: do Latim “aqua” + “ferre””, disponibilizado no canal em 2014, com 6,4 mil visualizações.
- 2) Maior urgência: implicou a produção e difusão da *newsletter* do Movimento para uma lista de *e-mails* com cerca de cinco mil inscrições. Importante ferramenta de divulgação de ações imediatas, como campanhas e abaixo-assinados, e ainda das informações sobre o processo de criação do Parna Gandarela e o monitoramento das ações da mineradora Vale, na região da Gandarela. Essa lista incluiu, por exemplo, integrantes da APA-Sul (Área de Proteção Ambiental Sul, que abrange a Serra do Gandarela), governantes e políticos, imprensa etc.

---

<sup>8</sup> Possuía 20 abas que dão acesso aos seguintes assuntos: jornal O Gandarela; a Serra, ICM-Bio – propostas-GTs; Quadrilátero Ferrífero; Reportagens; Turismo; Apoiadores do Parque; Entenda o Caso; Membros; Fotos; Agenda; Forum; Eventos; Notas; Caraça&Gandarela; Mapas; Denúncias; Música; Documentos; Reuniões. Recentemente foi reformulada e conta com quatro abas: Proteja!, Entenda, Atividades, Notícias. Rede Social: <https://aguasdogandarela.org.br/>. Último acesso em 25/10/2018.

<sup>9</sup> Página no Facebook: <https://www.facebook.com/SalvemASerraDoGandarela?fref=ts>. Último acesso em 25/10/2016.

<sup>10</sup> Página da TV Gandarela: <https://www.youtube.com/user/tvgandarela/videos>. Último acesso em 01/09/2018.



- 3) Mobilização interna: também utilizava lista de *e-mails*, mais filtrada, com cerca de 500 inscrições, e configurou-se como canal de mobilização e de informações mais regulares junto aos apoiadores e simpatizantes do Movimento;
- 4) Momentos-chave: utilizou-se dois suportes impressos: o primeiro, folder “GANDARELA, Água, Serra e Vida”, distribuído em 2010 durante as audiências públicas da Mina Apolo; e o jornal *O Gandarela*<sup>11</sup>, distribuído principalmente no corpo a corpo, nas mobilizações em espaços públicos, em escolas, em atividades promovidas pelo Movimento. Adaptava-se, ainda, a objetivos específicos, como a comunicação direta com as comunidades localizadas no entorno da Serra e do Parna, a exemplo da edição de número 3 (nov/2013), que se voltou especificamente para explicar a proposta de criação de Reservas de Desenvolvimento Sustentável no entorno do Parna para garantir a permanência das comunidades tradicionais nesse território. Faixas e cartazes também foram usados nesse contexto comunicativo, principalmente em performances (manifestações nas vias públicas, participação em protestos, em audiências e consultas públicas, eventos etc).

Para o levantamento das ações empreendidas pelos atores na fase de proposição do Parna, de 2010 a 2014, realizou-se entrevistas com os integrantes do MPSPG, identificados como Informante 1 (oriundo do Movimento Artístico, Cultural e Comunitário de Caeté, o Macaca), Informante 2 (do Movimento Contra a Barragem de Raposos) e Informante 3 (ligado ao saber especializado, de Belo Horizonte), compondo um quadro representativo de três importantes núcleos articuladores do MPSPG; conversas informais; consultas ao material informativo produzido pelo grupo (site, jornal, newsletter); cruzamento das informações com as notícias veiculadas na imprensa no mesmo período; acesso a outros bancos de dados sobre o caso Gandarela nos observatórios de conflitos ambientais citados nesta tese, enfim, um procedimento exaustivo de levantamento de dados a fim de compreender as ações e os momentos que importarão para a narrativa da luta empreendida pelo MPSPG.

Após alcançar os passos da ação de mobilização nessa fase, importava identificar os momentos de conflito, os argumentos e críticas apresentados pelo Movimento durante o processo, localizando a ação nas formas de comunicação através das quais o MPSPG promove a visibilidade da luta e dos confrontos enfrentados no jogo entre apoiadores, opositores e agentes a conquistar (conforme QUADRO 1- Os Outros do Gandarela), ou seja, como os quadros de interpretação são elaborados.

---

<sup>11</sup> Possui quatro páginas, tamanho tabloide, quatro cores. Foram impressas quatro edições: no. 1: dez/2010-jan/2011; no. 2: abril/2012; no. 3: nov/2013; e no. 4: jan/2014. A primeira edição foi custeada com recursos dos próprios integrantes do movimento. As demais, com recursos do Fundo Socioambiental Casa em apoio ao projeto de comunicação do grupo, intitulado “Comunicar Gandarela é vital para o futuro”. O n.3 circulou com 15 mil exemplares para atingir moradores do entorno da Serra do Gandarela. Os demais com cerca de 3 mil.

Em um primeiro momento, procedeu-se a um levantamento geral do material de campanha produzido pelo MPSG, de 2010 a 2014, considerando os três suportes utilizados pelo grupo: impresso, audiovisual e digital. Recorreu-se a um conjunto variado de textos, em suas diversas materialidades, procurando alcançar a frequência/ausência dos temas de interesse e atores envolvidos no processo, os momentos que geraram maior debate, confronto, crítica ou insatisfação na manifestação pública do MPSG, como, por exemplo, a participação das comunidades do entorno da Serra na proposta de elaboração ds RDS, uma vez que tal proposição somente será feita em 2012, após a realização das consultas públicas para apresentação do projeto do Parna pelo ICM-Bio, enquanto a proposta do Parna encaminhada pelo nascente MPSG para este Instituto segue ao final do ano de 2009. Será somente na edição de número 3, de novembro de 2013, do jornal O GANDARELA que o assunto Reservas de Desenvolvimento Sustentável, voltadas para atender as comunidades do entorno da Serra, será tratado com detalhamento e o próprio jornal passa a contar com o subtítulo “o jornal do Parque e da RDS”.

A análise de conteúdo foi utilizada na primeira fase de tratamento das informações cruzadas temporal e espacialmente e resultou em uma tabela onde as informações foram organizadas em função de: 1) assunto/tema; 2) problemática; 3) veículo utilizado e data. A observação do padrão temporal (a sequência dos acontecimentos) e da repercussão cruzada entre os seguintes meios comunicativos utilizados pelo MPSG auxiliaram nessa tarefa de seleção a partir dos impressos folder e jornal O GANDARELA, o informativo on-line Gandarela Informa/Comunicado Gandarela<sup>12</sup>, o site Águas do Gandarela e a lista de e-mail da qual também participei para os propósitos da pesquisa. Assim, os enquadramentos refletidos neste processo comunicacional desenvolvido entre 2010 e 2014 giraram em torno de:

- a) os motivos relativos à luta em defesa da Gandarela, apontando-se aspectos sobre sua relevância ambiental, as raridades (o patrimônio espeleológico, a paleoteca do tatu gigante), o aquífero e as centenas de nascentes, a qualidade das águas especial e Classe 1 (potável), as necessidade de preservar o sistema geofuriginoso (as cangas), o fato de ser a última área não minerada no Quadrilátero Ferrífero e estar incluída em áreas de preservação, como a APA-Sul RMBH e a Reserva da Biosfera do Espinhaço. Estes aspectos nos dizem da razão pela qual a ação do MPSG também é diferenciada, uma vez que a defesa da Serra e de suas águas contra a mineração não configura uma postura de total contrariedade à atividade mineradora, como poderia-se pressupor, mas uma ação orientada para a delimitação daquilo que pode ou não ser feito em uma área, o QA, onde a mineração já alcançou o limite do razoável, conforme

---

<sup>12</sup> A referência cruzada é porque a mesma forma de comunicação, enviada por lista de e-mails, foi renomeada ao longo do processo.

essa visão. O “por que somos contra a mineração na Serra do Gandarela”, tema com frequência abordado, indicou essa compreensão e, ainda, a visada sobre a questão central da água, o que importa para a interpretação da problemática a respeito das áreas livres de mineração com uma das proposições feitas pelo MPSG ao mover o gesto de proteção da Gandarela. Além de também ser uma crítica contundente ao modelo econômico da mineralização da sociedade, nos termos de Araoz (2013).

- b) os processos institucionais para criação do Parna envolvendo diferentes atores citados pelo MPSG – ICM-Bio (colaborador/opositor), Semad (opositora), MMA (agente a conquistar/opositor), Vale (opositoras), Prefeituras (opositoras/colaboradoras), comunidades (colaboradoras), outras mineradoras de pequeno porte no entorno da Serra (colaboradoras, em relação à negociação no Grupo de Trabalho 2, criado pela Semad para negociar os limites do Parna do qual o MPSG participou). Outra temática que apareceu com frequência foram as discussões e resultados sobre as negociações dos limites do Parque em dois Grupos de Trabalhos (GTs) criados pela Semad para debater o assunto: o GT1, com o ICM-Bio e do qual resulta a “proposta ICM-Bio/Semad”, que o MPSG contesta, e o GT2, do qual participa.

O MPSG também contesta o resultado da negociação neste GT2 uma vez que a mineradora Vale alcança o objetivo de manter a área destinada à Mina Apolo fora dos limites do futuro Parna, o que contraria os propósitos de criação do próprio Parna, argumenta o MPSG. Esse aspecto será bastante enfatizado pelo MPSG em seus próprios meios comunicativos. Após a realização das consultas públicas para debater a proposta do Parna com a sociedade, em 2012, o MPSG realiza vigilância sobre os passos do processo tanto em relação ao ICM-Bio quanto do MMA, para onde a proposta só é enviada após pressão exercida pelo grupo. Esses aspectos levam ao próximo item da análise do conteúdo refletido pelo MPSG em sua comunicação;

- c) dos atores envolvidos, a frequência positiva ao ICM-Bio na condição de parceiro do MPSG se mantém entre os anos de 2010-2012. Após essa fase, o MPSG assume uma postura de cobrança desse ator em relação à sua obrigação legal tanto de convocar as consultas públicas quanto enviar o processo ao MMA, e ao fato de “aceitar” negociar os limites do Parque com a Semad no GT1. A Vale, com frequência, é citada como obstáculo ao propósito de salvaguarda da Gandarela, portanto, a mineradora representa a ameaça. A partir de 2012, o MPSG endurece as críticas à mineradora e passa a citá-la em suas comunicações como “intransigente”, “radical” e “mentirosa”, à medida que aponta a contramão da imagem de “responsabilidade social” da empresa à sua “radicalidade” em querer minerar a Gandarela.

Essa postura, mais crítica e contundente, relaciona-se tanto ao silêncio da mineradora em relação às consultas públicas do Parna quanto à sua nova tentativa de

licenciamento fragmentado da Mina Apolo, em 2012, ignorando o processo de consulta do Parque. Também aponta-se o fato de seus diretores reunirem-se com prefeitos, órgãos legisladores, Semad e MMA para “negociar” a área pretendida na Gandarela para minerar. Outro aspecto enfatizado é o fato de a própria mineradora oferecer áreas de compensação para o Parque para manter a sua pretensão à área de Apolo intacta. Ao seu lado aparecem atores que exercem um papel ambíguo, como a Semad e o MMA, duramente criticados a partir de 2012. A Semad é apontada como obstáculo, uma vez que formaliza um grupo de trabalho para negociar os limites do Parque sem a participação da sociedade civil. Críticas advindas de vários lados, dentre elas, do próprio MPSPG, levam a Semad a retroceder no “acordo” feito com o ICM-Bio. O Ministério do Meio Ambiente aparece a partir do envio da proposta do Parna, em 2013, e será “monitorado” pelos agentes do MPSPG, inclusive em Brasília.

Esses passos da ação de vigilância são frequentemente narrados, mas um deles, em 2014, terá maior ênfase. Será quando, em reunião com um diretor da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA, Sérgio Brandt, o MPSPG toma conhecimento de que as RDS não serão criadas. Na sequência, o MPSPG narra sua reunião com a ministra do Meio Ambiente em Brasília e reforça seu papel vigilante nos processos. Uma ausência percebida entre os atores implicados nesse processo é a de representantes de comunidades do entorno do Parna. Um deles, Júlio, da Acramda, que falece no ano anterior, é rememorado na edição n. 4, de janeiro de 2014, do jornal O GANDARELA, como importante força na luta em prol do Parna.

De modo geral, o MPSPG concentra-se em sua comunicação, em momentos direcionados, ao público mais ampliado – de Belo Horizonte e adjacências –, apontando os passos de sua ação, os “lances” das disputas em torno da proposta de criação do Parna e as consequências para o abastecimento da RMBH caso a Serra do Gandarela seja minerada. A ação vigilante, como destacado anteriormente, será a marca do grupo em todo o processo. Em momentos específicos, configura sua comunicação dirigida às comunidades da Gandarela, como no número do jornal O GANDARELA, citado anteriormente.

A variada gama de ações empreendidas, como elencado no QUADRO 5 com os principais acontecimentos da campanha do Parque, apresentado no Item 3.2, levou-me a indagar: quais aspectos do conflito no campo político foram selecionados pelos atores para refletir e influenciar o público sobre sua defesa pela criação do Parna? O que estes aspectos nos dizem do modo como o MPSPG enquadra o(s) problema(s) enfrentado(s) durante esta fase da ação coletiva nos quatro anos da campanha do Parna? Para alcançar a formação de tais quadros de sentidos, recorreu-se aos aspectos apontados na análise de conteúdo, mas ainda

tínhamos pela frente a tarefa de escolher de onde olhar o processo comunicativo que nos levaria à formulação conceitual promovida pelo MPSG em sua ação comunicativa.

Diante da miríade de informações circulantes e de meios comunicativos utilizados, selecionei, para o propósito do movimento de análise, os impressos folder O GANDARELA, “Serra, Água e Vida”, lançado em 2010 para circular nas audiências públicas sobre o projeto Mina Apolo; o jornal O Gandarela, auto-intitulado “O Jornal do Parque”, em suas quatro edições anuais de 2010 a 2014, e a edição de 2015 da *newsletter* “Gandarela Informa”, lançada pós-criação do Parna e distribuída pela lista de e-mail. Os recortes temporais justificaram-se por se tratar do início, meio e fim da ação de promover e divulgar a proposta de criação do Parna.

As escolhas recaíram sobre esses veículos em função de seus objetivos. O folder e o jornal por serem constituídos especificamente para o momento da proposição do Parna, ou seja, por privilegiarem conteúdo e públicos específicos (como explicado anteriormente) para a finalidade de apresentação de propósitos e informação do passo a passo do processo. O “Gandarela Informa”, de 2015, por tratar-se do primeiro produzido após a criação do Parna e trazer as críticas do grupo ao processo. O folder, por ser o primeiro e conter os dados das formulações conceituais iniciais do MPSG sobre o conflito em torno da criação do Parque, e as formas como o grupo se apresenta; o jornal, por se constituir e auto-intitular “o jornal do Parque”, portanto, um veículo que privilegia esse *locus* de observação, conforme seu editorial no número 1. “Construímos este veículo de comunicação para trazer a você, leitor, as informações que consideramos essenciais para o entendimento do que é e qual a importância desse Parque Nacional para todos e para o futuro da nossa região” (O GANDARELA, 2010/2011, p. 02).

Aliás, vale a pena destacar outra proposição do jornal, que, inclusive, levará a formulação do quadro de injustiça:

Fique claro que este será um espaço de defesa do parque da vida, da água e de um desenvolvimento econômico e social de fato sustentável. A criação dessa unidade pública de conservação começará enfim a fazer justiça à região, que assiste revoltada, ao extermínio da sua biodiversidade e à população de suas águas, e privilégio de iniciativas particulares insustentáveis e causadoras de danos irreversíveis” (O GANDARELA, 2010/2011, p. 01).

Elenca-se, a seguir, as materialidades observadas para o propósito de interpretação dos quadros de sentido gerados pelo MPSG:

- 1) Folder “GANDARELA, Serra, Água e Vida” – informativo com uma única edição de seis páginas, cor, lançado em 2010.

- 2) Jornal O GANDARELA – o Jornal do Parque: foram publicadas quatro edições anuais: edições n. 1, de novembro/2010-janeiro/2011 (8 páginas); n.2, de abril/2012 (4 páginas e um encarte); n.3, de novembro/2013 (4 páginas); n.4, de janeiro/2014 (4 páginas).
- 3) Gandarela Informa – a newsletter enviada via e-mail em 2015, ano seguinte à criação do Parna

O conjunto de textos observado nesses veículos de comunicação refere-se ainda aos elementos visuais destacados nessas publicações, mas também compartilhados em sua rede social *aguasdogandarela*, de modo que a imagem apoia a observação dos processos de interpretação empreendidos pelo MPSG. A partir desse material, poderíamos selecionar os argumentos apresentados e os principais “episódios” ou eixos temáticos que emergem da ação comunicacional. Nesse passo, era preciso, ainda, perceber como os atores elaboram uma contrariedade como uma injustiça – a ameaça do projeto minerador sobre as fontes de água do Gandarela –, apontando os direitos existentes que estão sendo descumpridos (LOSEKANN, 2013).

Os argumentos construídos pelos atores apontam o que questionam e o que criticam, derivando daí os sentidos que formam a percepção de injustiça construída na ação coletiva e comunicativa. Percebemos, nesse movimento de análise, que a presença do projeto Apolo na Serra do Gandarela é elaborada como uma injustiça à medida que os atores apontam a relação com a água produzida e armazenada nesse lugar como um direito que está sendo ameaçado (o direito humano à água) e apresentam razões científicas, jurídicas e socioambientais para sua preservação, recorrendo a conceitos de justiça ambiental, direito humano à água, áreas livres de mineração.

Os sentidos construídos na ação apontaram quatro formas como os atores enquadram a problemática na Gandarela e produzem significados sobre sua ação. A combinação dessas formas, que serão comunicadas na ação coletiva às proposições feitas pelo Movimento, promove a compreensão sobre o conflito a partir dos seguintes eixos temáticos/ quadros de interpretação: 1) a importância da água (quadro “água como valor”); 2) por que não se pode minerar na Gandarela e os direitos usurpados (quadro “injustiça”); 3) as formas possíveis de alcançar autonomia econômica frente à mineração e os jogos de interesse (quadro “alternativas econômicas”); 4) o compromisso ético (quadro “as responsabilidades compartilhadas”).

## 1 O MOVIMENTO SOCIAL COMO AGENTE DA TRANSFORMAÇÃO E DO CONFLITO

Os movimentos sociais, por meio de sua palavra, muito mais do que por seus aparatos, “falam antes”. Eles são o que o sociólogo italiano Alberto Melucci (1989; 1996) chamou de “profetas do presente”. Esse dizer o que é preciso dizer, antecipando-se, não significa “adivinhar”, como um oráculo, aquilo que porventura esteja envolvido nas brumas do tempo porque, ao predizerem a mudança, não anunciam o que está por vir de um futuro ainda distante, “mas um que já está presente” (MELUCCI, 1996, p. 01-10). Sua ação antecipa, no tempo, o horizonte do “ainda não”, aquilo que o “falar antes” abre ao novo. Isso é gestão do futuro, o que a utopia joga como possibilidade (ANTONELLI, 2009).

Ao analisar o poder argumentativo das grandes corporações mineradoras na Argentina, Mirta Antonelli (2009) enfatiza o movimento ético-político implicado na disputa pela gestão do futuro entre os novos significados oferecidos pelos movimentos sociais e o imaginário promovido pelas empresas mineradoras em relação ao desenvolvimento sustentável que por elas seria impulsionado. Maristela Svampa (2013), por sua vez, aponta que os movimentos realizam, no processo de significação, com sua linguagem de valorização em defesa dos territórios, dos bens comuns, dos direitos humanos etc.,

demandas da população que se inscrevem em um horizonte de uma democracia radical, que inclui democratização das decisões coletivas e o direito de dizer “não” frente a projetos que afetam condições de vida dos mais vulneráveis e comprometem o porvir de futuras gerações (SVAMPA, 2013, p. 43).

Essas formas de agir no presente que descortinam horizontes de expectativas (KOSELLECK, 2014), ou uma gestão do futuro, orientam o Movimento Pela Preservação da Serra do Gandarela (MPSG) em sua ação antecipadora e reveladora no tempo. Isto porque, ao relacionar o que os impactos da extração de minério de ferro podem fazer ao presente e ao futuro das águas no coração da principal região mineradora do país, o Movimento antecipa, por meio de suas ações coletiva e narrativa, uma ameaça concreta do projeto de implantação da Mina Apollo, da empresa Vale, sobre a Serra do Gandarela, que é uma importante fonte de recarga hídrica para a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e seu entorno. Ao revelar os riscos à segurança hídrica de 5 milhões de pessoas, em função da vulnerabilidade do aquífero Gandarela, junto ao qual repousam as reservas minerais sob interesse da empresa Vale, e de experiências concretas advindas de impactos causados pela extração mineral, o MPSG age na tentativa de limitar tal atividade e de chamar os gestores públicos à responsabilidade em seu dever, de Estado, de proteger os cidadãos de tais ameaças.

Há um “horizonte de possíveis” em sua pauta, marcada pela natureza social e política da questão ambiental, que o envolve e que extrapola a mera negociação de interesses, como pressupõe a lógica da esfera econômica: uma atitude preventiva para a sustentabilidade humana (social e econômica) e um outro modelo de desenvolvimento em oposição à dependência econômica gerada pela atividade minério-exportadora; a democratização dos direitos, no que tange ao acesso aos recursos naturais/bens comuns, como a água, ao território e ao espaço, especialmente, a participação nas decisões sobre usos/finalidades desses ambientes; e uma consciência de valores pautada pela solidariedade intrageracional, naquilo que torna possível compartilhar o meio ambiente com gerações futuras, a partir de uma postura ética e responsável hoje.

Nesse sentido, embasados em experiências vividas, ou nos termos do historiador Reinhart Koselleck (2014), um *espaço de experiência*, os movimentos, como o MPSP, agem no sentido de tensionar o que está dado como certo em uma lógica dominante, forçando uma “ruptura” nos limites do sistema (MELUCCI, 1996, p. 24), a partir de um presente conflitante. Nesse modo de agir, os “profetas do presente” sinalizam um *horizonte de expectativas*, um futuro que já é, e assumem a função/papel de revelar os problemas públicos à sociedade. Essa proposição nos ajuda a melhor situar a condição dos movimentos sociais como “profetas do presente”.

Segundo Koselleck (2006; 2014), o *espaço da experiência* diz de um passado atual no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados, quer se trate de experiência privada ou transmitida por gerações e instituições, portanto, aquilo que também diz de um conhecimento de experiências alheias. A expectativa, como a experiência, é subjetiva e intersubjetiva, e tende ao “ainda não”, ao “não experimentado” de um futuro transformado em presente que apenas pode ser previsto. Porque passado e futuro não coincidem, experiência e expectativa não são remetidas uma à outra simultaneamente, mas constituem uma diferença temporal no presente, entrelaçando esses distintos tempos de modo desigual e possibilitando não uma mera continuidade, mas a mutabilidade como característica do tempo histórico.

O mútuo condicionamento dessas categorias fica claro quando Koselleck (2014) sinaliza como suas estruturas temporais são cruzadas: a experiência pode modificar-se com o tempo, é condicionada a uma expectativa retroativa e recolhe as experiências feitas, enquanto a expectativa não pode ser adquirida sem experiência, só pode surpreender aquilo que não se espera e cria uma experiência nova ao romper o *horizonte de expectativa*.

Se os movimentos sociais não se guiam por oráculos, a proposição de Koselleck é fundamental para compreender que, a partir das experiências passadas, a “profetização” sobre o futuro *agora* é possibilitada não somente como ação de previsão sobre o vindouro, mas, principalmente, como um *diagnóstico*, no qual estão contidos os dados da experiência,



que antecede *prognósticos possíveis* (KOSELLECK, 2006), ainda que essa segunda ação se depare com o limite de não poder ser experimentada. “O que estende o horizonte de expectativa é o espaço de experiência aberto para o futuro”, nos diz Koselleck (2006, p. 313), e é nesse campo de ação aberto às possibilidades que o antever colocado em prática pelo Movimento Gandarela fornece estratégias para evitar danos maiores adiante, em função das “lições” do passado, das condições de existência no presente e do inesperado que pode se abrir no futuro.

É nesse modo de antecipar a expectativa no presente que agem os movimentos sociais, ao assumirem a função de revelar os problemas (presentes e futuros) à sociedade, como os causados pela atividade mineradora. O “profetizar” o que está adiante, como faz o Movimento Gandarela, significa “cobrar a fatura”, hoje, de um futuro que pode acontecer à Serra do Gandarela e às populações do seu entorno, a partir de um passado que se faz atual: o *presente vivido* dos atingidos e atingidas por impactos, desastres e crimes ambientais causados pela atividade mineradora, como o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, pertencente às empresas Vale e BHP Billinton, em Mariana (MG), ocorrido em 5 de novembro de 2015; as consequências da intensificação do extrativismo mineral – como a escassez hídrica e perda de biodiversidade e de territórios; o esvaziamento da economia local em favor da dependência econômica acentuada pela mineração etc. Portanto, o vestígio (desse passado) não é “imaginado”, mas empiricamente comprovado.

Assim, a função derradeira das “profecias” estaria menos em predizer o futuro e mais em construí-lo. Romper com o *horizonte de expectativas* – aquele para o qual a Serra do Gandarela, convertida em uma montanha de minério, seria triturada e exportada em milhões de pedaços “pelo maior trem do mundo”<sup>13</sup>, por exemplo – e criar uma experiência nova, na qual revela-se o “aquífero Gandarela” como destino de atividades econômicas pautadas no comunitarismo e no localismo, e no valor da água como um bem comum de maior importância frente à mineração, constituem o direito a diferir no tempo (LEFF, 2006), aquele que ainda não é.

Ao relacionar *espaço de experiência* e *horizonte de expectativas* ao campo de investigação empírica e a ações concretas que orientam a execução do movimento social e político que faz a história avançar, Koselleck (2014) nos fornece chaves para pensar a tensão entre experiências e expectativas, ou seja, aquilo que amadurece os sujeitos que fazem a história (e sua própria história) e uma *estrutura de prognóstico* para o planejamento da ação

---

<sup>13</sup> Faço aqui uma referência ao poema “O maior trem do mundo”, de Carlos Drummond de Andrade, no qual o poeta nascido em Itabira (MG) – berço também da antiga Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), hoje Vale S.A., profetiza: “O maior trem do mundo/ Leva minha terra/ Para a Alemanha/ Leva minha terra/ Para o Canadá/ Leva minha terra/ Para o Japão (...)”. A poesia-protesto de Drummond revela a dor da perda de uma referência espaço-sentimental de sua terra, o Pico do Cauê, que desapareceu com a extração de minério de ferro pela CVRD.

(o agenciamento). Isto porque todas as histórias se realizam ou foram constituídas na e pela experiência e expectativa das pessoas que atuam ou sofrem (KOSELLECK, 2014; 2006).

Assim, vemos, nesse fundo de agir-sofrer das experiências e expectativas, a correlação aos agentes da transformação social, do conflito ou do confronto – os movimentos sociais – também sofredores de sua ação, pois, como nos lembra Paul Ricouer (1997, p. 353), “ser afetado é também uma categoria do fazer”, uma vez que somos afetados pela história e nós próprios nos afetamos pela história que fazemos (RICOUER, 1991b).

Desse modo, retomando a discussão inicial deste capítulo sobre os “profetas do presente”, compreende-se porque para diversos estudiosos da sociologia a transformação que os movimentos sociais anunciam, por meio de sua ação antecipadora, já estaria em curso no momento mesmo de sua “eclosão”. Por isso, se inscrevem em um *horizonte* de novas visões de mundo no qual são os atores/autores sociais que agem em nome de coletividades (TOURAINÉ, 1989), de produção de significados para suas ações e identidades coletivas (MELUCCI, 1996), de novas formas de atuação e articulação em redes de movimentos (SCHERER-WARREN, 1993; CASTELLS, 1999) e teias de interações informais (DIANI, 1992 citado por ALONSO, 2009), por meio dos quais expressam-se os confrontos políticos (TARROW, 2009), e de experiências criadoras que incluem afetividade (CEFAI, 2009) e solidariedade (TOURAINÉ, 1989; MELUCCI, 1996).

O assunto “movimentos sociais” é complexo e possui inúmeras abordagens, vislumbradas mesmo nas formulações conceituais que tentam apreender a multiplicidade do fenômeno. Um dos principais teóricos da ação coletiva, o italiano Alberto Melucci (1996), oferece a seguinte definição, de acordo com sua abordagem culturalista, considerando a produção de significados como central nesta forma de agir coletivamente e dar sentido ao que fazemos juntos.

A noção de ‘movimento’ em si, que originalmente significava uma entidade que atua contra o sistema político e governamental, agora torna-se inadequada como uma descrição da realidade reticular e de formas difusas de ação coletiva. ‘Movimentos’ contemporâneos assumem a forma de redes de solidariedade entrosadas com significados culturais potentes, e são precisamente esses significados que os distinguem tão nitidamente de atores políticos e organizações formais ao lado deles (MELUCCI, 1996, p. 04).

Da vertente dos estudos dos movimentos sociais que privilegia o processo político, Charles Tilly (1993 citado por ALONSO, 2009, p. 56) os apreende como uma “interação contenciosa”, que “envolve demandas mútuas entre desafiantes e detentores do poder, em nome de uma população sob litígio”. Compreende-se que suas ações voltam-se, hoje, para a esfera política, mas sobretudo dirigem-se à própria sociedade civil de onde emergem

(ALONSO, 2009). Por isso, essas formas de *contentious politics*<sup>14</sup> (MCADAMS; TARROW; TILLY, 2009) almejam não a “revolução” implicada na tomada do poder político, mas, por meio da visibilidade, alcançar a opinião pública favorável às suas lutas a fim de obterem efeitos políticos. Em outra vertente, partindo da realidade da América do Sul e do Brasil, a pesquisadora Maria da Gloria Gohn (1997; 2011a) aborda os movimentos a partir de seu caráter de participação popular: como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas.

O fato é que diferentes perspectivas teóricas têm sido desafiadas a abordar a complexidade dos movimentos sociais a partir de suas múltiplas formas de configuração, expressão, organização, relação com outros atores e instituições, com contextos sociohistóricos e econômicos, com aparatos técnicos, com formas políticas etc. Ao longo do século XX, as abordagens sociológicas europeias e norte-americanas sobre os movimentos sociais buscaram responder o que são esses fenômenos, observando-se a relação entre os atores e as estruturas macro ou microsociais. De acordo com a corrente teórica, o foco podia incidir tanto sobre a configuração das ações coletivas, das formas de organização social e dos conflitos gerados em determinados contextos sociohistóricos e políticos quanto sobre as análises que partiam da estrutura interna dos movimentos e da construção interativa e conflitiva da própria ação.

Observando a natureza dos conflitos, a Sociologia da Ação interpretou a formação dos movimentos sociais a partir de uma complexidade de abordagens analíticas, tais como as de ordem econômica, funcional-psicossocial, política e acionalista-culturalista. Novas interpretações continuam sendo tecidas levando-se em conta a centralidade de alguns eixos, como o das correntes pós-modernas, como a culturalista (GOHN, 2011a), destas para os ativismos e redes sociais, dos processos políticos para a questão do público etc. (TARROW, 2009; MELUCCI, 1996; CEFAL, 2009; CASTELLS, 1999; SCHERER-WARREN, 1993).

Maria da Gloria Gohn (2011a) destaca, no debate contemporâneo, a emergência de três tópicos que passam a mobilizar a atenção dos pesquisadores dos movimentos sociais no plano internacional: a emergência do movimento antiglobalização, em escala global e transnacional; lutas sociais baseadas em demandas comunitárias e identitárias locais; e mobilizações impulsionadas por novas políticas sociais públicas. O tema da violência desdobra-se em torno do crescente debate sobre o terrorismo, que, recentemente, passou a ocupar a atenção dos investigadores na renovação dos estudos, em especial na relação entre movimentos sociais, ciclos de protesto e revoluções (TARROW, 2009).

---

<sup>14</sup> A expressão foi traduzida como “confronto político” no referido artigo publicado na revista Lua Nova, porém, também aparece em outros textos de referência como “política contestatória” ou “conflituosa”.

Novas categorias de análise foram acionadas, como redes sociais, inclusão social, capital social, mobilização, empoderamento, autoestima, ao lado de justiça social, igualdade, cidadania, emancipação, direitos, lutas pelo biopoder e território, identidades coletivas, que já eram abordadas (GOHN, 2011a). Cefai (2009) acrescenta as abordagens que privilegiam a arena pública, o agenciamento, a afetividade, a temporalidade e a indignação e revolta.

Por um lado, essas mudanças de perspectivas resultaram em esforços no sentido de reconfigurar os eixos analíticos em torno dos quais Gohn (2011a) identifica cinco formas de abordar os movimentos sociais na atualidade: a culturalista, herdada da Teoria dos Novos Movimentos Sociais; da Justiça Social; da resistência e luta contra o neoliberalismo; do pós-colonialismo e da institucionalização das ações coletivas. Por outro, proporcionaram uma maior abertura conceitual diante da multiplicidade de formas de mobilização e lutas sociais que, desde a década de 80, encontraram terreno fértil em outras escolas sociológicas, a exemplo da “praxeológica” ou “pragmática”, na França (CEFAI, 2009).

Nesse sentido, as novas abordagens tensionaram as teorias clássicas e submeteram o tema dos movimentos a diversas “experimentações”, conforme elenca Cefai (2009): (*i.e*) economia das convenções, gramática da justificação e sociologia dos regimes de engajamento, antropologia das ciências e da técnica e antropologia dos atores-rede, ciências cognitivas, pesquisa pragmatista sobre os públicos, etnometodologia, análise conversacional e hermenêutica narrativa.

E foi em torno de indagações que buscaram compreender o como surgem, se organizam e mobilizam para suas causas, para, em seguida, indagar o porquê o fazem de determinada maneira, com que fins e com quais recursos que os sociólogos construíram esse objeto pela sua análise, o que nem sempre coincide com a complexidade empírica da ação (MELUCCI, 1996). Os movimentos sociais tornaram-se “um problema” de pesquisa para as Ciências Sociais a partir de um discurso que, inclusive, irá moldar ou “colonizar o modo de pensar” de sociólogos da ação coletiva em torno de determinadas abordagens teóricas<sup>15</sup>.

Independente das escolas teóricas, um aspecto ao menos parece ser consensual entre as diversas abordagens sobre a “questão” dos movimentos sociais: o de que eles se reúnem em torno de “situações problemáticas a serem resolvidas”, como se refere Cefai (2009, p. 19), e, para tanto, necessitam colocar em jogo sua “experiência criadora”. Ela seria expressa tanto na “forma” quanto no “conteúdo” dos movimentos, por meio de ações realizadas como um modo de visibilizar suas demandas, reverberar sua voz e pressionar por

---

<sup>15</sup> Um exemplo está na crítica que Cefai (2009, p. 12) faz às correntes norte-americanas ao afirmar que “as teorias da ação racional e da mobilização dos recursos colonizaram profundamente o modo de pensar dos sociólogos da ação coletiva”, resultando daí uma literatura que, por sua vez, reflete a colonização desse pensamento pela “retórica da economia, do empreendimento e do empreendedor, da estratégia de rentabilização de interesses predeterminados e de capitais disponíveis”. Zhouri *et al.* (2005) reflete o mesmo em relação à abordagem dos conflitos socioambientais por uma “certa sociologia”.

mudanças. Nesse sentido, Cefai (2009, p. 13) argumenta que estaríamos diante de “formas de desaprovação, de denúncia, de reivindicação e de mobilização”, ou seja, da emergência de um “senso cívico” pautado na “experiência de problemas públicos”.

As motivações são inúmeras, assim como as identidades acionadas no campo do conflito. Pressionar por mudanças políticas, questionar os modelos econômicos, colocar em prática novos modos de viver e conviver, lutar por respeito, dignidade ou justiça social. Vislumbrar utopias. Movimentos “falamos antes”, expressam o que está nascendo, por isso, a análise dessas formas de expressão coletiva busca compreender o que estão a anunciar por meio de suas ações.

## 1.1 DO CHÃO DA FÁBRICA AO CONFRONTO POLÍTICO

Interpretar a natureza dos conflitos, os agentes da transformação social e sua decisão de agir, até meados do século passado, correspondia, pela perspectiva marxista, a compreender as classes sociais ou as lutas de classes como promotoras das mudanças e do desenvolvimento histórico. Esse paradigma pautou o debate sobre movimentos sociais organizados por operários e partidos políticos e teve por base a luta política que impulsionaria as classes trabalhadoras rumo à revolução, à superação da dominação burguesa, das contradições capital/trabalho e do modo capitalista de produção em direção ao socialismo. As lutas se davam naquilo que os sociólogos denominam *processo de produção*, no qual os sujeitos eram relacionados à condição de classe. Determinante para compreender os conflitos era, portanto, o lugar que esse sujeito coletivo ocupava na estrutura social – se operário, se sindicalista, se integrante de um partido (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

A contestação às teorias da revolução desenvolve-se em torno da desmobilização política (ALONSO, 2009) e da abordagem psicossocial que irão dominar os debates entre os anos 30 e 60. Argumenta-se que a sociedade de massa e o capitalismo exacerbavam valores individualistas e promoviam o culto às personalidades narcísicas, preocupadas com sua autossatisfação e desinteressadas da política. Em decorrência desse quadro, o apelo à emoção e à irracionalidade da *multidão* responderiam pelas mobilizações coletivas em torno de frustrações individuais (ALONSO, 2009). Já o quadro de privações tanto materiais quanto culturais dos indivíduos, no contexto histórico e político das décadas de 20 e 30 do século passado, impulsionaria as mobilizações motivadas pelo sentimento de privação, marginalização de grupos sociais, desorganização e desajustes sociais.

A partir de meados da década de 60 e princípio da década seguinte, o retorno das grandes mobilizações, na Europa e nos Estados Unidos, em torno de temas tão variados quanto os grupos em torno deles organizados, como direitos civis, feminismo, pacifismo,

ecologismo e etnias, provocou uma “ruptura”<sup>16</sup>, segundo Alonso (2009), em relação às interpretações baseadas em concepções marxistas e funcionalistas sobre esses fenômenos, principalmente por se tratarem de protestos e ações descolados de categorias de classe.

A ruptura está no próprio nome que o fenômeno ganhou. Tratava-se seguramente de “movimentos”, no sentido de ações coordenadas de mesmo sentido acontecendo fora das instituições políticas, mas não eram, de modo algum, protagonizadas por *mobs*, tampouco por “proletários” (ALONSO, 2009, p. 03).

A percepção sobre essa mudança social pauta-se tanto pelo protagonismo dos sujeitos dessas mobilizações coletivas por demandas pós-materiais (INGLEHART, 1971 citado por ALONSO, 2009) – jovens, mulheres, negros, profissionais liberais oriundos, em sua maioria, da classe média, não oriundos de instituições partidárias ou sindicais – quanto pelas novas bandeiras de luta empunhadas em favor da qualidade de vida e da diversidade de estilos (identidades), mais do que pela redistribuição de recursos (ALONSO, 2009). Conforme Nunes (2013, p. 159),

na América do Sul, esse quadro se transforma, a partir do final dos anos 70 e início dos anos 80 com a redemocratização de vários países, quando emergem diversos movimentos como os feministas, populares urbanos, comunidades religiosas, camponeses sem-terra, homossexuais, indígenas.

À luz dessas formas de protesto e influenciada pela sociologia das organizações, a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), desenvolvida na década de 70, reinterpreta a problemática do agente a partir de outro lugar. Não mais o descontentamento e as emoções descontroladas de um indivíduo privado de recursos materiais e culturais, nem reivindicações em torno de razões econômicas e muito menos a coordenação de um partido ou sindicato. “A decisão de agir seria ato de deliberação individual, resultado de cálculo racional entre benefícios e custos” da ação (ALONSO, 2009, p. 52). Essa pressuposição de um ator individual, segundo Alonso, não leva em conta a problemática da formação da identidade coletiva, aprofundada por Melucci em sua obra *Challenging Codes – collective action in the information age*, de 1996.

O compartilhamento de valores e ideologias não ganha relevo na TMR e, nessa interpretação, que privilegia a racionalidade e a organização, os movimentos sociais são entendidos como *grupos de interesse* (ALONSO, 2009)<sup>17</sup>. Para explicar o processo de mobilização, mais do que identificar suas razões, a TMR aposta no par *recursos-organização*,

<sup>16</sup> A ideia de ruptura é visível nas abordagens de Touraine e Melucci.

<sup>17</sup> Nessa perspectiva analítica, Alonso (2009) aponta a herança do pensamento de Olson a respeito da lógica da ação coletiva organizada por grupos de interesse em torno de benefícios coletivos que se converteriam em vantagens individuais.

assim, a ação coletiva dependeria de financiamento e infra-estrutura, ativistas e apoiadores. Qualquer motivação para agir em defesa de ideais, direitos ou significados passaria, antes, pelo plano material dos movimentos sociais, ou seja, esses grupos precisariam contar com uma base organizacional pré-existente (associações ou estruturas comunitárias), sem a qual a ação sequer se desenvolveria (ALONSO, 2009).

Ao observar esse ponto de vista organizacional pré-existente à ação, os sociólogos ligados à Teoria do Processo Político (TPP), posterior à TMR, refutaram essa premissa, alegando que os agentes/participantes da ação se formavam durante o processo conflituoso, mas concordaram que a *coordenação* entre os que querem participar é necessária para que haja um *ator coletivo*<sup>18</sup>. Em vez de recursos materiais para gerar a ação, seriam necessárias *estruturas de mobilização*, ou seja, recursos, organizações, formais ou informais, como redes sociais, para favorecer o movimento. “A mobilização é, então, o processo pelo qual um grupo cria solidariedade e adquire controle coletivo sobre os recursos necessários para sua ação” (ALONSO, 2009, p. 55). Ao invés de pensar a oposição movimentos sociais *versus* Estado, a TPP opõe “detentores do poder” (os membros da *polity*), os que têm controle ou acesso ao governo que rege uma população (incluídos os meios de repressão), e “desafiantes”, que visam obter influência sobre o governo e acesso aos recursos controlados pela *polity*.

A TPP considera, ainda, a estrutura de oportunidades políticas (OP), que pode delimitar escolhas dos agentes no curso da ação, fornecendo incentivos que afetam as expectativas quanto ao sucesso ou fracasso da ação. Tais oportunidades são, segundo Tarrow (2009, p. 39), “dimensões sólidas da luta política que motivam as pessoas a se engajar no confronto político”.

A esse respeito, Dick Flacks (2005, p. 54) explica que oportunidade política “refere-se a oportunidades de acesso e de mobilização proporcionadas a um dado movimento pelo ambiente político”, porém, ressalva que o conceito pouco contribui para apontar quais oportunidades são mais pertinentes para determinadas mobilizações. A crítica é dirigida ao fato de os analistas da “OP” não estarem voltados para o futuro da ação, nos modos como os movimentos calculam suas oportunidades e as exploram. Flacks (2005, p. 54) argumenta que

os activistas e os organizadores dotados de algum sentido estratégico já sabem que precisam de tentar perceber quais os potenciais pontos de acesso e as possibilidades de alianças existentes num dado ambiente político. No essencial da sua prática cabem os esforços no sentido de avaliar as vulnerabilidades das elites e as suas próprias. É provável que partam do pressuposto de que a estrutura de oportunidades existente não é, efetivamente, propícia aos seus esforços, e por isso vêem-se obrigados a

---

<sup>18</sup> Alain Touraine e Alberto Melucci afirmam o mesmo. Melucci (2001), inclusive, incorpora alguns pressupostos da TPP à sua teoria da identidade coletiva, pontuando que o agente se faz na ação, a partir de *orientações* diversas, *vínculos* e *oportunidades*.

tentar descobrir oportunidades onde estas parecem estar quase totalmente ausentes.

## 1.2 A TNMS: CULTURA E IDENTIDADE ENTRAM EM CENA

Segundo Ângela Alonso (2009), a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS)<sup>19</sup> não se configura propriamente como uma “escola coesa”, mas angaria “familiares” entre os principais teóricos dessa linha de interpretação dos movimentos sociais, Alain Touraine, Junger Habermas e Alberto Melucci<sup>20</sup>. Eles compartilham a análise de que as mudanças operadas no capitalismo na primeira metade do século XX, com a passagem de uma sociedade industrial para “pós-industrial” (TOURAINÉ, 1989) ou “sociedade da informação” (MELUCCI, 1996), promovem uma interpenetração entre mundo público e privado, advindo daí as transformações que resultaram em conflitos relacionados a esta nova forma societal (ALONSO, 2009).

Nesta nova sociedade, a dominação se dá por meio da tecnologia e da ciência (domínio cultural), levando a mudanças nas subjetividades. Uma nova zona de conflitos se configura e as reivindicações não mais são geradas ou estão relacionadas às desigualdades nas relações capital/trabalho e à esfera econômica. Teriam avançado para a vida privada, ganhando dimensões simbólicas. Desse modo, a politização dessa esfera da vida estaria em curso, demandando, então, uma outra forma de abordagem para os movimentos sociais, assentada na sua *interpretação cultural* (ALONSO, 2009; MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011; GOHN, 1997). Nesse sentido, Alain Touraine (1994 citado por GOHN, 1997) destaca a emergência dos “novos movimentos sociais” (NMS): são eles os atores que expressam a *resistência social* às diferentes formas de dominação e opressão e não só a originária da propriedade privada dos meios de produção. Então, “a noção de movimentos sociais deve tomar lugar da noção de classe” porque

Não se trata mais de lutar pela direção dos meios de produção e sim pelas finalidades das produções culturais, que são a educação, os cuidados médicos e a informação de massa, a defesa dos direitos do homem, o direito à vida dos que estão ameaçados pela fome e pelo extermínio, à livre expressão,

---

<sup>19</sup> Em entrevista a Alonso e Botelho (2012), o sociólogo Sidney Tarrow faz uma ressalva à abordagem da TNMS. Diz ele: “Originalmente, a teoria (TNMS) foi desenvolvida para entender os assim chamados movimentos ‘pós-materialistas’ nos países mais avançados da Europa, e então ela foi estendida (inapropriadamente, a meu ver) à América Latina e a outros países do Sul, sem um entendimento claro de que os fundamentos estruturais e os processos políticos dessas regiões eram muito diferentes dos da região em que a teoria nasceu. Em parte, isso se deveu às complexidades da situação latino-americana nas décadas de 1980 e 1990, mas minha impressão é que isso também se deveu ao desejo – por parte de estudiosos que queriam seguir os teóricos europeus dos Novos Movimentos Sociais, como Touraine – de generalizar a teoria para além das condições estruturais a partir das quais ela se originou” (ALONSO; BOTELHO, 2012, p. 15).

<sup>20</sup> À maneira “marxista”, estes autores não perdem de vista o enquadramento macro-histórico e a associação entre mudança social e formas de conflito. Entretanto, consideram superados os debates sobre as possibilidades da revolução e as explicações deterministas e economicistas da ação coletiva (ALONSO, 2009, p. 53-54).



à livre escolha de um estilo e uma história de vida pessoais (TOURAINÉ, 1994 citado por GHON, 1997, p.152).

Para Touraine (1970 citado por MOTAÑO; DURIGUETTO, 2011), são essas ações sociais localizadas, que não passam por sindicatos ou partidos políticos e nem são motivadas pela contradição capital/trabalho, que promovem as transformações sociais. Este autor defende que o conflito está em toda parte e envolve questões urbanas, ecológicas, feministas, étnicas, promovendo a emergência das *políticas da identidade* (TOURAINÉ, 1989). Para o também pós-marxista Boaventura Souza Santos (2005 citado por MOTAÑO; DURIGUETTO, 2011), essas questões representam novas formas de opressão em torno das quais os novos movimentos sociais concentram suas lutas, uma vez que não são explicadas pelas relações de produção e atingem não uma classe e, sim, grupos sociais transclassistas. Nesta concepção, são as formas de vida, e não mais a atividade produtiva (trabalho), que definem os atores, grupos marginais em relação aos padrões de normalidade sociocultural. São negros, hispânicos, índios, homossexuais, mulheres, jovens, velhos, intelectuais que tomam o espaço público para visibilizar seu protesto, suas demandas e causas em uma “atitude de oposição” (TOURAINÉ, 1989) compartilhada pelos diversos grupos. Os principais exemplos citados por Touraine são os movimentos feminista e ambientalista. Com relação a este último, observa-se, a partir das distintas identidades assumidas pelos movimentos dos anos 60, a referência ao movimento ecológico (como era chamado) na literatura da TNMS como um dos agentes da transformação cultural operada naquele período, com influências até os dias atuais.

Importa para este autor compreender a constituição dos movimentos sociais – o ator, o adversário e o tema do conflito<sup>21</sup> – e observar que os atores que promovem e produzem reivindicações e demandas não mais as dirigem para questionar e mudar o Estado ou o mercado, mas, sim, voltam-se para as orientações culturais da sociedade, atuando como agentes de pressão social por meio de formas de ação direta e buscando mudanças nas orientações valorativas de longa duração, geridas e sediadas no seio da sociedade civil. Os movimentos pelo reconhecimento das “minorias” e as lutas pelos direitos – das mulheres, dos indígenas, dos homossexuais, por exemplo, partiam da própria sociedade civil e buscavam uma “nova imagem da sociedade”, demandando uma democratização dos costumes, e mais tarde, das leis (ALONSO, 2009, p. 61)<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> Esse modelo de análise é confrontado pelos críticos da tradição marxista por ignorar, como questões determinantes, a *estrutura* e as *contradições sistêmicas* em sua interpretação. (Cf. Motaño e Duriguetto, 2011, p. 314).

<sup>22</sup> Nesse sentido, Melucci argumenta com Touraine: “Eles (os novos movimentos sociais) não lutam meramente por bens materiais ou para aumentar sua participação no sistema. Eles lutam por projetos simbólicos e culturais, por um significado e uma orientação diferentes da ação social. Eles tentam mudar a vida das pessoas, acreditam que a gente pode mudar nossa vida cotidiana quando lutamos por mudanças mais gerais na sociedade” (MELUCCI, 1989, p. 59).

A teoria acionalista de Touraine vai tentar explicar os movimentos sociais a partir do foco conflitivo voltado para a defesa das coletividades, que, para o autor, é central “contra a organização tecnocrática social” (MOTAÑO; DURIGUETO, 2011, p. 315). Ele observa a emergência desses “novos atores” a partir da constituição de uma “coletividade”, por meio das ações que os agentes mobilizam e, através das quais, desenvolvem suas *identidades* no campo do conflito – ponto importante para a reflexão a respeito da identidade coletiva do Movimento Gandarela. Concordando com o sociólogo francês, anos mais tarde, Melucci (1996; 2001) vai afirmar que, como toda ação é um sistema de construção do ator em campo de conflito, então, a identidade coletiva não é um dado *a priori*.

A *espontaneidade* seria marca desses novos movimentos, que desenvolveriam ações sociais fragmentadas, sem coordenação e estratégias políticas bem definidas, por isso, não haveria articulação sociopolítica entre eles, e muito menos mediação sociopartidária. Ao passo que “movimentos sociais fortes seriam aqueles decididos a se *autogerenciar* definindo por si mesmo seus fins e meios, sem que sejam subordinados a partidos” (MOTAÑO; DURIGUETO, 2011, p. 315).

Um outro autor importante na perspectiva da TNMS é Tilman Evers que, ao também reforçar o argumento da *espontaneidade*, destaca como elemento realmente “novo” nesse conjunto “a criação de pequenos espaços de prática social nas quais o poder não é fundamental” (EVERS, 1984 citado por MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 316), mas, sim, a referência à *solidariedade* e à constituição da *identidade* dos grupos nas ações coletivas empreendidas. Essas organizações *espontâneas* e *autônomas*, segundo Evers, inauguram novas formas de atuação política, diferente dos modelos mais tradicionais, e novos agentes, assim como novos campos de ação. Nessa perspectiva analítica, a força dos NMS estaria “no seu potencial para criar e experimentar formas diferenciadas de relações sociais cotidianas e de fazer política”<sup>23</sup> (EVERS, 1984 citado por MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 316).

Em síntese, os chamados novos movimentos sociais podem ser reconhecidos a partir de algumas “chaves” de compreensão: (i) seriam grupos ou minorias, em vez de grandes coletivos; (ii) suas demandas simbólicas relacionariam-se ao reconhecimento de identidades e de estilos de vida; (iii) recorreriam à ação direta, pacífica, baseada na fluidez não hierárquica, descentralizada e desburocratizada de suas redes de relacionamento; (iv) suas demandas são dirigidas, antes, à sociedade civil e não ao Estado, uma vez que almejam mudanças culturais a longo prazo (ALONSO, 2009).

---

<sup>23</sup> Desse modo, pontuam Montañó e Duriguetto (2011), o *potencial transformador* não é político, mas *sociocultural*: a mudança social viria pela *contracultura*. Diferente desse ponto de vista, Alain Touraine (1989, p. 13) afirma que a expressão “movimentos contraculturais” é vaga e promove uma falsa interpretação dos acontecimentos do maio de 68 francês porque “(...) Não se deve confundir o surgimento de utopias de um tipo novo e o surgimento de movimentos sociais. Mas essas novas utopias são importantes porque indicam a direção na qual se formarão os novos movimentos”.

### 1.3 DA AÇÃO COLETIVA E DAS REDES: PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS

A noção de ação coletiva de Alberto Melucci, desenvolvida de forma mais completa na obra *Challenging Codes – collective action in the information age* (1996), abrange um conjunto de

práticas sociais envolvendo simultaneamente um número de indivíduos ou grupos, compartilhando características morfológicas similares em um espaço e tempo contíguos, implicando um campo de relações sociais e a capacidade das pessoas envolvidas de dar sentido ao que estão fazendo (MELUCCI, 1996, p. 20, tradução nossa).<sup>24</sup>

Esse ponto de partida inicial serve para diferenciar sua abordagem construcionista sobre os fenômenos empíricos que remetem a ação coletiva, movimentos sociais e outras noções similares do senso comum e considerar aquilo que os atores coletivos fazem concretamente. Nessa compreensão da ação como um sistema de relações – formas compartilhadas de normas e significados culturais em interação numa estrutura social – Melucci (1989) enfatiza a interação entre atores, suas práticas, produção de significados, e ainda entre objetivos, recursos e obstáculos atravessados pelo tempo. É desse modo que a ação coletiva se constrói, orientando intencionalmente os atores a partir de certas *oportunidades* e *coerções*, por isso, a abordagem metodológica do sociólogo italiano toma a *organização* da ação como ponto de observação analítica (MELUCCI, 1989).

Uma dessas formas de organização são os movimentos sociais – ou um *sistema de ações* que opera em um campo de possibilidades e limites (Idem) –, por meio dos quais os atores podem engajar-se e constituir-se coletivamente. Assim, define os movimentos sociais como *formas de ação coletiva* – que envolvem solidariedade, manifestam um conflito e excedem (rompem) com os “limites de possibilidades” do sistema com relação à ação em pauta (MELUCCI, 1996, p. 21-28). Nesse sentido, o autor compreende

[...] conflito como uma relação entre atores opostos, lutando pelos mesmos recursos aos quais ambos dão um valor. A solidariedade é a capacidade de os atores partilharem uma identidade coletiva (isto é, a capacidade de reconhecer e ser reconhecido como uma parte da mesma unidade social). Os limites do sistema indicam o espectro de variações tolerado dentro de sua estrutura existente. O rompimento destes limites empurra o sistema para além do espectro aceitável de variações (MELUCCI, 1989, p. 57).

Essas três dimensões analíticas, que possibilitam a condição de existência de um

---

<sup>24</sup> “[...] social practices (i) involving simultaneously a number of individuals or groups, (ii) exhibiting similar morphological characteristics in contiguity of time and space, (iii) implying a social field of relationships and (iv) the capacity of the people involved of making sense of what they are doing”.

movimento e que seja diferenciado de manifestações organizadas e comportamento de massa, são identificadas na configuração do Movimento Pela Preservação da Serra do Gandarela: a sua formação a partir de uma rede local de ativistas, engajados na defesa de um território ameaçado pela mineração e que se interpõem à lógica predominante do capital global acoplado ao Estado, ao mesmo tempo denunciando as ambiguidades na relação do poder político com o mercado, forçando os limites, do ponto de vista político, à atividade mineradora e ao seu avanço sobre os recursos hídricos.

Ao abordar a ação coletiva como um sistema de relações e os movimentos sociais como uma de suas formas, Melucci (1989) defende a superação de certos dilemas teóricos, como os dualismos nos quais a Sociologia baseou-se para a análise dos movimentos, tais como isolamento/solidariedade ou estrutura/motivação, e alinha-se às teorias sociológicas dos anos 70, em especial a Alain Touraine e Junger Habermas, em favor da abordagem estrutural sistêmica, não sem antes tecer também o seu próprio ponto de vista crítico.

A herança dos anos 70 teria legado um “paradigma cético” em relação aos movimentos sociais, uma vez que não se valoriza o que eles dizem de si mesmos, mas tenta-se desvendar a ação coletiva por meio de suas relações internas e externas (MELUCCI, 1989, p. 51) – o que não será desconsiderado por este autor, mas valorizado a partir de um ponto de vista que privilegia as formas mais invisíveis ou ocultas da ação, ouvindo as “vozes mais silenciosas” (MELUCCI, 1996, p. 78). Esse “dizer” dos movimentos sociais, que aqui tomamos como o narrar a si mesmos e suas lutas, constitui aquilo que o autor definiu na própria ação coletiva – a capacidade de dar sentido ao que estão fazendo – por meio de um processo pelo qual os atores constroem a ação à medida que se comunicam, produzem e negociam significado, avaliam e reconhecem o que têm em comum, enfim, tomam decisões (ALONSO, 2009). Nesse sentido, a contribuição de Melucci para a abordagem da ação coletiva enfatiza o papel das interações comunicativas.

Esses processos interativos são construídos por meio de redes de relacionamento que favorecem a formação dos movimentos sociais a partir de um campo de oportunidades e constrangimentos. Portanto, sua organização, liderança e estratégia se beneficiam dessas relações e organizações existentes<sup>25</sup> para facilitar o engajamento e construir a motivação e interação para a ação coletiva (MELUCCI, 1996). A análise dos movimentos leva em conta essas formas e processos de mobilização e ideologias relativos ao que constitui o ator coletivo (interior do sistema do ator social) e os relacionamentos com seu exterior – os adversários, aliados e concorrentes<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> Nesse sentido, a identidade coletiva interna do Movimento Gandarela é constituída a partir de sua formação heterogênea, agregando diversos agentes coletivos e individuais, ou seja, a partir de estruturas pré-existentes, como veremos mais adiante.

<sup>26</sup> Como será discutido no item seguinte deste capítulo, a respeito da identidade coletiva como um processo resultante da ação coletiva, tanto a teoria desenvolvida por Melucci quanto a Teoria do Processo Político levam

Por meio dessas interações, definem-se a formação, perpetuação e alteração da ação coletiva. E, aquilo que lhes permite tornarem-se atores coletivos – a identidade coletiva – resulta de tais interações. Parte-se, portanto, da ideia de que, não sendo um dado *a priori*, a identidade coletiva resulta de processos no campo do conflito: negociação, trocas, decisões entre os atores no campo da ação.

Para a mobilização ocorrer, insatisfações e frustrações não são suficientes para reunir os atores em um movimento social. Melucci (1996) considera que fatores estruturais operam sobre a mobilização dos agentes, a começar tendo claro a identificação de um adversário, este ator social em conflito com o grupo pelo controle de recursos ou valores. Isto porque o conflito depende sempre da forma como a sociedade está estruturada e das suas relações com o ambiente. Além disso,

(...) O conflito frequentemente pode afetar o próprio modo de produção ou a vida cotidiana das pessoas. Os participantes da ação coletiva não são motivados apenas pelo o que eu chamaria de `orientação econômica`, calculando custos e benefícios da ação. Eles também estão buscando solidariedade e identidade que diferentemente de outros bens, não são mensuráveis e não podem ser calculados (MELUCCI, 1989, p. 53 – grifos nossos).

Nessa perspectiva, a construção de uma identidade coletiva, a definição de uma proposta e aquilo que está em jogo, ou disputa, no conflito são fundamentais para a mobilização ocorrer. Ela irá se desenvolver à medida que o “nós” é reconhecido e afirmado por todos que a constituem<sup>27</sup>, considerando-se os traços em comum entre os participantes e a solidariedade específica, o que é fundamental para identificar os outros contra os quais a ação é direcionada (os antagonistas).

Ao sublinhar os advérbios “apenas” e “também”, na proposição de Melucci, chamamos a atenção para os pontos convergentes entre as teorias do Processo Político e dos Novos Movimentos Sociais, que se apresentam de maneira mais específica com relação às estruturas necessárias à mobilização, no que tange tanto à ação estratégica – visando o controle de bens e recursos para sustentar a ação coletiva – quanto aos aspectos da formação de solidariedade e identidades coletivas (ALONSO, 2009, p. 65).

Nesse sentido, cabe destacar, para além das dimensões simbólicas, que o estudo em tela evidencia as condições concretas de luta. A ressalva é que, se temos uma disputa de sentidos sobre o como significar o objeto Serra do Gandarela – pelo viés econômico ou

---

em conta, ainda, a forma como o ator/movimento irá agir em um campo de oportunidades (e possibilidades) e os constrangimentos (ou limites) que sua ação poderá sofrer do sistema político e dos aparelhos de controle social.

<sup>27</sup> O aspecto do reconhecimento mútuo será retomado no próximo item deste capítulo. Destaco que Melucci (1996) enfatiza o caráter sempre plural, ambivalente e, muitas vezes, contraditório dos atores coletivos em seu processo de construção de identidade coletiva, lembrando que eles não são meramente sujeitos que agem com a unidade de propósitos a eles atribuída por lideranças ou opositores.

socioambiental –, também temos uma disputa sobre o como gerir e delimitar esse território com relação à preservação das fontes de água. Por isso, faz-se necessário acoplar a tais dimensões simbólicas aquilo que move as lutas para além desse campo, considerando-se que conflitos socioambientais respondem simultaneamente a modelos de desenvolvimento, a disputas por recursos naturais e a diferentes formas de valoração simbólica e material da natureza (ASCERALD, 2004).

Entretanto, não discordamos de Melucci (1996, p. 74 – tradução nossa) quando este autor enfatiza que, “além dos objetos concretos e simbólicos em jogo em um conflito, o que as pessoas lutam para sempre é pela possibilidade de se reconhecerem e serem reconhecidas como sujeitos de sua ação”<sup>28</sup>. E, nesse sentido, a solidariedade, o vínculo que une os participantes uns aos outros, vai lhes permitir afirmarem-se como tais sujeitos e resistir à ruptura das relações sociais induzidas por conflitos. É em função desse tipo de solidariedade que Melucci explica a importância da estrutura pré-existente de afiliação, de onde provém os diversos atores/participantes da mobilização. “Isso providencia a linguagem e a base material necessária para tal reconhecimento ocorrer”, uma vez que “o movimento mobiliza porque tem acumulado o legado e os recursos de estruturas sociais pré-existentes que o tem orientado em direção a novos objetivos de transformação” (MELUCCI, 1996, p. 292-293)<sup>29</sup>.

Este aspecto é visível no Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela, uma vez que este agente é formado por um conjunto de atores, de cidadãos e cidadãs e entidades que atuam em âmbito local-regional no enfrentamento aos projetos de expansão da mineração em Minas Gerais e na mobilização da sociedade em relação às ameaças e consequências do modelo minerador sobre as montanhas, que são os reservatórios de água – a exemplo dos Movimentos SOS Serra da Piedade e em Defesa das Serras e Águas de Minas, o MovSam, como será demonstrado no Capítulo 2. Na identificação de objetivos comuns, no compartilhamento de seus enfrentamentos em campo, na constituição de repertórios de ação, que incluem a criação e manutenção de linguagens de valoração e modos específicos de enquadrar a problemática da mineração, em suas interconexões com a preservação da água, os grupos criam seu próprio *espaço de experiência*, mantendo-o em permanente interação uns com os outros.

Estamos falando, portanto, de uma forma organizacional, as redes, cuja abordagem aparece em diversos momentos das Teorias dos Novos Movimentos Sociais, o que colabora para ampliar o próprio conceito de movimentos sociais. Os sociólogos da Teoria do Processo Político, por exemplo, utilizam o conceito de redes, em um primeiro nível, como

---

<sup>28</sup> Do original: “beyond the concrete or symbolic objects at stake in a conflict, what a people fight for is always the possibility to recognize themselves and recognized as subjects of their action”.

<sup>29</sup> Do original: “(...) it can provide the language and material basis required for such a recognition to take place” (pág. 293). “A movement mobilizes because it has gathered the legacy and the resources of preexisting social structures and has oriented them towards new goals of transformation”.

*redes de relações interpessoais* para vincular os integrantes do grupo entre si e atrair novos membros<sup>30</sup>; e, em um segundo, incorporam a ideia de proximidade nos processos de intercâmbio político entre os atores aliados assentados em *redes sociais nativas*, ou seja, na localidade, ainda que os conflitos adquiram caráter transnacional (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009), a exemplo dos Movimentos Antiglobalização, uma vez que a base dos protestos encontra-se na comunidade (CABO, 2008). Concordamos com essa abordagem que privilegia o território como *lócus* onde efetiva-se o “enfrentamento”, para usar um termo recorrente entre os ativistas.

Melucci (1996; 1989), por sua vez, afirma que o que distingue os movimentos sociais contemporâneos em relação aos seus predecessores e aos atores políticos e organizações formais ao seu lado é exatamente a forma de *redes de movimento*, de *solidariedade* ou *áreas de movimento* que congregam grupos na partilha de identidades coletivas e significados culturais, ou seja, de uma cultura de movimento. Essas redes de relações informais conectam núcleos de pessoas e grupos a áreas mais amplas de participantes, tornando-se um ponto para o qual convergem tanto orientações conflitantes quanto formas de comportamento diferentes que o sistema não pode integrar. São pequenos grupos formados por sujeitos implicados nas causas que defendem, ou, como define Melucci (1989, p. 61), “imersos na vida cotidiana (que) requerem um envolvimento pessoal na experimentação e na prática da inovação cultural”.

É desse modo que observamos, junto às organizações formais que integram o Movimento Gandarela, as associações de moradores, de condomínios, culturais, ambientais e organizações não-governamentais, uma rede informal de ativistas formada por profissionais autônomos, pesquisadores, estudantes, moradores dos locais afetados ou ameaçados pela atividade mineradora que se reúnem em torno de um fim específico – a defesa da Serra do Gandarela e das serras e territórios de Minas Gerais contra o avanço da mineração e as ameaças à água e ao território –, colocando em prática inovações culturais tanto em sua forma de organização quanto de mobilização.

Pensar a identidade coletiva do Movimento Gandarela não constitui, pela própria diversidade cultural e de interesses dos múltiplos atores que o compõe, que as pessoas em torno dele possuam os mesmos valores sociais, políticos, ideológicos etc. Nessa perspectiva, somente podemos inferir uma identidade coletiva deste Movimento pela “suspensão” de diferenças individuais no momento em que, coletivamente, há mobilização em torno da causa específica pela qual lutam. Por hipótese, sem tal “suspensão”, poderia mesmo ser impossível agregar número significativo de pessoas em torno daquilo que mobiliza na defesa da Serra do

---

<sup>30</sup> Segundo Tilly (1978 citado por ALONSO, 2009, p. 55), “a coordenação depende de solidariedade, produto de *catnet*, isto é, da combinação entre o pertencimento a uma categoria (*catness*) e a densidade das redes interpessoais vinculando os membros do grupo entre si (*netness*)”.

Gandarela e das questões que são mais caras ao Movimento.

Melucci (1989, p. 61) toma de Gerlach e Hine o conceito de “redes submersas” para descrever essa forma contemporânea de estruturação da ação coletiva, considerando-se suas múltiplas associações, uma militância parcial e curta, o envolvimento pessoal e solidariedade afetiva. Nesse modo de agir coletivamente, envolvendo ao mesmo tempo autonomia dos coletivos e solidariedade, a rede submersa funciona como um sistema de troca por meio do qual tanto pessoas quanto informações circulariam.

Em sua descrição, datada de 1989, Melucci cita rádios livres locais, livrarias e revistas como os sistemas informacionais que comporiam tais redes, mas, na atualidade, esse sistema encontra-se na Internet e é principalmente através dela que os coletivos travam suas lutas pela visibilidade. Vemos esse exemplo em atividades organizadas pelo Movimento em Defesa das Serras e Águas de Minas, o MovSam, ao qual o Gandarela é associado. As campanhas “Água Vale Mais que Minério” e “Minério Não se Bebe”<sup>31</sup>, por exemplo, ganharam perfis no *Facebook* e *blog* no *wordpress*. Outra forma de mobilizar para uma causa encontra-se no “Ministério da Verdade”, que, por meio de sua página no *Facebook*, reverbera campanhas que evidenciam as ameaças e a destruição causada pelas mineradoras nos territórios, uma iniciativa autônoma criada a partir do crime ambiental da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG), em 2015.

O aspecto relacional que permeia essa compreensão permite abordar os movimentos como “redes sociais” constituídas em teias interdependentes que lhes dão forma e, o ativismo, como um fluxo contínuo de interações sociais. Nesse sentido, “movimentos sociais seriam uma estruturação policêntrica, frouxa, de contornos ambíguos, englobando conexões formais e informais entre ativistas e organizações, pelas quais circulariam recursos, valores, informação, poder” (ALONSO, 2009, p. 73). Também a noção de redes permeia o conceito de identidade coletiva na definição de Diani (1992 citado por ALONSO, 2009, p. 73), que afirma os movimentos como “redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajadas em conflitos políticos ou culturais, com base em identidades coletivas compartilhadas”.

Sendo a interação em redes uma forma constitutiva dos movimentos sociais<sup>32</sup>, Ilse Scherer-Warren (2013) considera a complexidade das formas para distinguir redes sociais de outros dois espaços interativos, os coletivos em rede e as de movimentos sociais. A ideia de redes sociais comporta conexões entre atores e agentes variados (os *nós* da rede) ligados entre si pelos laços de afinidades/identificações ou propósitos comuns em defesa de uma

---

<sup>31</sup> Abordaremos as campanhas do MovSam no Capítulo 2. A campanha “Minério Não se Bebe” afirma ser “em defesa das águas e serras e apoio aos atingidos pela mineração”. Disponível em: <https://www.facebook.com/minerionaosebebe/?fref=ts>. Acesso em: 18 out. 2018.

<sup>32</sup> Essa concepção também se apresenta nas obras de Alain Touraine e Manuel Castells, como lembra Scherer-Warren (2013).



causa, por exemplo, constituindo, dessa forma, uma comunidade de sentido. Refere-se a interações que ocorrem com certa continuidade e estruturação, como as redes sociais formadas por laços de parentesco, amizades, comunitárias. Às redes formadas com o propósito de mobilizar a sociedade civil ou propor políticas públicas ou sociais, a autora distingue, por um lado, as organizações empiricamente delimitadas – coletivos em rede – daquelas redes mais complexas – os movimentos sociais. As primeiras caracterizam-se como conexões entre redes de organizações não-governamentais que operam em uma mesma temática em defesa da cidadania, e que podem vir a ser um dos segmentos (*nós*) de redes de redes (SCHERER-WARREN, 2013).

Quanto às redes de movimentos sociais, que mais particularmente nos interessa neste estudo, a autora afirma que operam por meio das conexões entre atores coletivos diversificados do campo da sociedade civil, que compartilham identidades ou identificações, definem uma zona de conflito, seus adversários, um projeto ou utopia, visando algum tipo de transformação social. Podem articular-se em torno de conteúdos específicos, a exemplo do ambientalista, feminista, étnico ou trans-identitário (como eco-feminismo, antirracismo, ambientalista), compondo, deste modo, “redes das redes do agir e pensar coletivo”<sup>33</sup>.

Tais redes permitiriam vislumbrar diferentes níveis de atuação da sociedade civil organizada em torno de reivindicações, encaminhamento de ações, protestos, manifestações simbólicas e pressão política que se referem à participação cidadã num sentido mais amplo, em torno de interesses públicos e valores. A rede de movimentos sociais comporia um desses níveis organizacionais e articularia vários atores/organizações participantes de outras formas de ação social, como (*i.e*) organizações de base ou associativismo localizado, organizações de articulação e mediação política e mobilizações na esfera pública.

Maria da Gloria Gohn (2011b) argumenta que a atuação dos movimentos sociais na construção de proposta e realização de diagnósticos<sup>34</sup> sobre a realidade social favorece que, atuando em redes, possam construir ações que funcionem como resistência às diversas formas de exclusão e que funcionem como lutas pela inclusão social. É dessa forma que os movimentos constituem o chamado *empowerment* de atores da sociedade civil, uma vez que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. A concepção teórica dos novos movimentos sociais considera, portanto, que, para estes existirem, são necessários: i) a construção de identidade/identificações coletivamente, em torno de interesses/valores compartilhados na defesa da cidadania; ii) um campo de conflito definido e adversários nesse campo; iii) e um projeto de transformação/utopias de mudanças sociais (SCHERER-WARREN, 2013).

<sup>33</sup> Trata-se de um “conceito de referência”, adverte a autora, que transcende a concretude de uma dada empiria localizada em atores/sujeitos coletivos específicos, mas que auxilia na apreensão dos rumos das ações de *movimento* no seguinte sentido: é da própria dinâmica articulatória característica da rede e da utopia ou projeto que a envolve que resulta o movimento social (SCHERER-WARREN, 2013, p. 19).

<sup>34</sup> Como será abordado em relação aos modos como o Movimento Gandarela enquadra os problemas enfrentados quanto à defesa e preservação da Serra.

## 1.4 OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A IDENTIDADE COLETIVA

O olhar “culturalista” para os Novos Movimentos Sociais (NMS) volta-se para a abordagem daquilo que é relativo à dinâmica interna das manifestações, a saber: as novas formas de sociabilidade, visões de mundo e valores compartilhados. Como objeto de análise da Sociologia, esses “novos personagens em cena” – os sujeitos coletivos emergentes – possibilitam que se pense o desempenho dos movimentos sociais no plano da afirmação e constituição de suas identidades e que sejam enfatizadas outras camadas relativas à análise da ação coletiva e das práticas de mobilização, participação e de organização desses grupos, tais como solidariedade, amizade, comunidade e emoções, considerando-se, ainda, a organização das lutas em torno do reconhecimento de direitos e de diferenças (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 331). A abordagem da identidade coletiva torna-se central na análise desses novos movimentos sociais, particularmente os centrados em questões culturais e, nessa linha, a contribuição do sociólogo italiano Alberto Melucci (1989; 1996; 2001) é de especial interesse para essa discussão.

Este autor desenvolve a noção de identidade coletiva como uma ferramenta analítica, o que vai permitir vislumbrar a pluralidade de níveis que a ação coletiva pode comportar<sup>35</sup>, sendo esta, talvez, sua mais importante contribuição para o campo de estudos dos movimentos sociais, como enfatiza. Isto porque, identidade coletiva como um conceito analítico fornece uma perspectiva do campo de relações sociais como parte da construção da ação coletiva e uma visão dinâmica de sua definição, indo do topo à base da ação, do visível ao invisível, considerando, assim, a dimensão relacional na constituição do ator a partir de sua interação com o interior e exterior de seu sistema de ação (MELUCCI, 1996), conforme discutido no item 1.3 deste capítulo.

Assim, metodologicamente, Melucci (1996) traça o caminho para essa investigação, observando-se: (*i.e*) os processos de mobilização, formas organizacionais e de comunicação, modelos de liderança – como os níveis internos do sistema que constitui o ator coletivo; relações com concorrentes, aliados, adversários, e as reações do sistema político e de controle social – como aquilo que diz o que se deve levar em conta na interação dos atores com seu exterior, e que corrobora para que tomem forma, perpetuem-se ou modifiquem-se.

Também a Teoria do Processo Político adotou o conceito de “identidade coletiva” sob a perspectiva relacional, considerando-a como resultado de processos contínuos de “formação de fronteiras entre grupos sociais e de ativação seletiva de pertencimentos sociais

---

<sup>35</sup> Além disso, ela é uma questão central voltada para o espaço público, como observa Isabel Cabo (2008, p. 40). “A criação de identidade envolve contestação social em volta da reinterpretção das normas, da criação de novos significados e do desafio à construção social no que toca à definição de limites entre o público e o privado e o domínio público”.

anteriores” (ALONSO, 2009, p. 72). Nesse sentido, os sociólogos McAdam, Tarrow e Tilly (2009) concordam que, para além da microperspectiva da interação face-a-face, o jogo com antagonistas, aliados e agentes culturais mais amplos pode limitar ou incentivar a ação coletiva, daí, como afirmado no item 1.3 deste capítulo, toda ação coletiva define-se como um sistema de construção do ator em campo de conflito, ponto convergente nas abordagens de Touraine e Melucci: o agente se faz em campo, a partir de orientações diversas, vínculos, oportunidades e obstáculos.

Sendo a identidade coletiva construída na ação, esta não considera somente as dimensões políticas e reações a restrições, disputa, conflito. Ela também assim o é, e mais ainda, produz orientações simbólicas e significados que os atores são capazes de reconhecer; permite que eles atribuam os efeitos de suas ações a si mesmos ao recorrerem ao sentimento de pertencimento e à noção do que causam; possibilita que apropriem-se dos resultados do que fazem e decidam, com os outros, como e em que eles serão alocados. Por isso, pode-se argumentar com Melucci (1996, p. 73 – tradução nossa) a respeito da identidade coletiva em termos de ação, uma vez que trata-se da “(...) capacidade do ator coletivo para reconhecer os efeitos de suas ações e atribuir tais efeitos a si mesmos. Assim definida, a identidade coletiva pressupõe, primeiro, uma habilidade auto-reflexiva dos atores sociais”<sup>36</sup>.

Sua construção relaciona-se, portanto, com essa capacidade de o ator se diferenciar, reconhecer-se e ser reconhecido, uma vez que as identidades precisam ser reconhecidas para serem validadas. Portanto, esse duplo movimento de identificação – por si e através dos outros – leva à questão do reconhecimento mútuo (RICOUER, 1991a; 2004) de um nós e de um outro, pois, além da autoidentificação, por meio de capacidade de ação autônoma que diferencia o ator de outros em uma continuidade temporal (a unidade dessa identidade coletiva), é preciso que essa capacidade de distinguir-se seja reconhecida por esses “outros” – aqueles a quem a ação se dirige ou que podem limitá-la.

Ainda em torno das relações entre identidade coletiva e reconhecimento, Melucci (1996, p. 73-74) aponta uma tensão e um paradoxo. A primeira, entre a definição que um movimento dá a si mesmo e o reconhecimento concedido a ele pelo resto da sociedade, porque é impossível falar da identidade coletiva sem remeter a sua dimensão relacional. Em situações de conflito, essa tensão fica mais evidente e a reciprocidade da interação é rompida. Como o conflito trata-se de “uma relação entre atores opostos, lutando pelos mesmos recursos aos quais ambos dão valor”, Melucci (1989, p. 57) enfatiza, nessa definição, a característica antagonista implicada nas lutas sociais nas quais os adversários lutam por recursos escassos, negam mutuamente suas identidades, colidem com algo comum a ambos, mas que cada um se recusa a conferir ao outro (MELUCCI, 1996).

---

<sup>36</sup> Do original: “[...] ability of a collective actor to recognize the effects of its actions and to attribute these effects to itself. Thus defined, collective identity presupposes, first, a self-reflection ability of social actors”.

Sobre o paradoxo, ele observa que, ao mesmo tempo em que o ator deve ser capaz de autoidentificar-se – reconhecer a si e a sua ação, por exemplo, dizer-se um “nós”, a unidade temporal da luta etc. –, também deve afirmar sua diferença em relação ao ambiente externo de onde emerge e onde deve, também, localizar-se. Isto porque, como dito anteriormente, um ator coletivo não pode construir a sua identidade independentemente do seu reconhecimento. Nesse sentido, o Estado é uma agência simbólica para que esse reconhecimento aconteça, pois, em sua trajetória, “os movimentos encontram o poder do Estado e ajustam suas estratégias a isso” (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009, p. 35)<sup>37</sup>.

Entretanto, Melucci (1996) enfatiza que esse reconhecimento também pode significar negação, desafio ou oposição por outros atores sociais e políticos, o que não invalida o grau mínimo de reciprocidade no reconhecimento social entre movimento, autoridades, outros movimentos, terceiros. Porque, para agir, os atores reivindicam a sua diferença – o que o autor enfatiza como a capacidade para produzir e reconhecer a realidade coletiva como um nós – e supõem que ela seja reconhecida, mesmo diante de formas extremas de negação.

Vejamos como esse quadro pode refletir-se em relação ao Movimento Gandarela. Primeiro, é preciso que o coletivo tenha clareza de quem é, de quais são os seus propósitos, qual o conflito e a causa que defende – os princípios que o regem. Desse modo, pode autoidentificar-se e constituir-se em torno de um “nós”, diferenciando-se dos demais atores sociais implicados em conflitos socioambientais, a partir de um campo de oportunidades e constrangimentos que reconhece e define como tal – neste caso, sua ação de prevenção/antecipação à defesa da água e de um território frente à ameaça concreta da atividade mineradora. Um dos maiores desafios ambientais do nosso tempo diz respeito à escassez de água e, em Minas Gerais, os ambientalistas alertam para a exploração minerária como uma de suas causas (campanha “Água vale mais que Minério”<sup>38</sup> é um exemplo). Assim como lançaram alertas sobre riscos envolvendo as barragens de rejeitos de mineração, antecipando-se ao que iria ocorrer em 2015, com o rompimento da barragem de Fundão, das empresas Samarco/ Vale/ BHP Billiton, em Mariana, em 2015. Ao chamar a atenção para tais ameaças, alerta-se para a crise ambiental mais ampla, com o esgotamento dos recursos naturais e as consequências disso para todos igualmente.

Ao mesmo tempo em que o campo oportuniza a ação coletiva também pode constrange-la, pois é preciso considerar os limites a tal ação, que pode vir a ser interceptada,

---

<sup>37</sup> Como vemos no Movimento Gandarela, que constrói sua identidade coletiva em torno da defesa da Serra e da proposta de criação de um Parque Nacional (Parna) para preservá-la da atividade mineradora. O reconhecimento desta proposta pelo Ministério do Meio Ambiente e a criação do Parna, em outubro de 2014, validaram a ação e a identidade coletivas do grupo, mas o movimento teve que ajustar suas estratégias em função de o Parque não atender aos propósitos de salvaguardar integralmente a Serra da mineração.

<sup>38</sup> Em 2015, foi lançada a campanha pelo MovSam, movimento que agrega integrantes do MPSPG. A campanha pode ser conferida nos seguintes links: <https://aguavalemaisqueminerio.wordpress.com/>, <https://www.facebook.com/aguavalemais/>. Acesso em: 19 ago. 2018.

impedida e mesmo não ser reconhecida. Por exemplo, sua validade ser colocada em xeque diante da valoração econômica do minério, importante fonte de receita para Minas Gerais e o país; da geração de empregos diretos e indiretos em um quadro atual de recessão e mesmo da defesa da necessidade do minério para a produção de bens de consumo. É neste campo que o movimento irá agir externamente para validar sua ação, visando a adesão desde as comunidades que serão mais diretamente impactadas pela atividade mineradora quanto, de maneira mais abrangente, à sociedade em relação à defesa da Serra da Gandarela e de seus mananciais de água, e pressionar o poder público pelos limites à atividade mineradora. O paradoxo da identidade diz, portanto, desse duplo movimento de afirmação: da diferença, em relação ao restante da sociedade, e da pertença à cultura partilhada por essa mesma sociedade na qual os movimentos lutam para serem reconhecidos como atores sociais<sup>39</sup>.

Além desse objetivo “empírico”, orientam-no mudanças valorativas geridas e sediadas na sociedade – outros modos de se relacionar com o meio ambiente, defesa dos bens comuns, do território, comunitarismo, sustentabilidade etc. –, que, a exemplo das lutas pelo reconhecimento dos direitos das “minorias” – mulheres, indígenas, homossexuais, e o próprio movimento ecológico, nas décadas de 60 e 70 – partiam da própria sociedade civil e buscavam uma “nova imagem da sociedade”, demandando uma democratização dos costumes, e mais tarde, das leis (ALONSO, 2009, p. 61).

Especialmente, a ideia da construção de outros horizontes em contraponto à ideologia promissora da mineração (ANTONELLI, 2009), nomeadamente, o futuro no qual o desenvolvimento econômico proporcionado pelo extrativismo se sobreporia a todo e qualquer custo ambiental desta atividade, como enfatizado no início deste capítulo. Desse modo, acreditamos preliminarmente que o Movimento Gandarela busca construir sua diferença por meio de suas ações coletiva e narrativa, atuando nos campos comunicacional, político e jurídico, em distintos momentos de embate na luta em defesa da Serra do Gandarela.

E, se todo agir se dá a partir de certas condições – aquilo que precede o indivíduo e oferece a ele o *agir-sofrer* (RICOUER, 1994; 1997) – veremos que a formação do sujeito coletivo MPSG tem pressupostos em um *espaço de experiência* correlativo a um *horizonte de expectativas* (KOSELLECK, 2006; 2014), especialmente daqueles afetados pelo viver *com* e *na* mineração. Uma vez que, com Ricoeur, aprendemos que a condição de “ser afetado pelo passado” vem acompanhada de um horizonte de expectativa, e que não somos apenas vítimas das (nossas) ações humanas porque também somos agentes, compreendemos que o novo – no horizonte das questões ambientais, como no conflito em tela – apresenta-se na

---

<sup>39</sup> Assim, Melucci (1996, p. 74 – tradução nossa) afirma: "O paradoxo da identidade consiste sempre no fato de que a diferença, para ser afirmada e vivida como tal, pressupõe uma certa igualdade e um certo grau de reciprocidade". Entretanto, ele alerta que quando essa base mínima para o reconhecimento está faltando, só pode haver a pura repressão, um vazio de significado que anula o campo social em que a identidade coletiva pode ser produzida.

condição das coletividades que querem mudar circunstâncias que não produziram.

Nesse sentido, importa compreender a constituição do Movimento Gandarela como sujeito de sua ação, e de sua identidade coletiva, tomando a organização da ação como ponto de observação analítica, conforme a abordagem metodológica proposta por Melucci (1996). Lembrando que este autor, como discutido neste capítulo, considera a ação como um sistema de construção do ator em campo de conflito. Deriva daí nossa proposição de análise da ação coletiva empreendida pelo MPSG a partir da experiência desse ator coletivo nos contextos de enfrentamento à mineração. Como será demonstrado, a ação do MPSG pauta-se em formas de organização horizontais, na conexão entre diferentes atores sociais, na rede de saberes especializados, na solidariedade orgânica e, especialmente, no uso de diferentes estratégias de comunicação para diferentes momentos de embate e mobilização.

Tais quadros, que derivam de aprendizados coletivos colhidos em confrontos anteriores pelos atores que o constituem e o constituíram, favorecem sua capacidade de produzir fraturas sobre a lógica desenvolvimentista dos interesses de Estado e das corporações mineradoras, segundo a qual o destino da Serra do Gandarela seria sua conversão em milhões de toneladas/ano de minério de ferro para exportação. A fratura, portanto, nos fala de uma disputa de horizontes (Governo e mineradoras X movimentos sociais) na qual, apesar de um futuro sem mineração ainda não ser vislumbrado, questiona-se a manutenção dessa atividade industrial. Imprime-se uma mudança na lógica da extração a qualquer custo ao associá-la aos riscos impostos à sociedade frente ao comprometimento dos recursos hídricos impactados ou totalmente destruídos pela mineração. Desse modo, importa que a sociedade se sinta concernida pelas lutas do movimento. Sua ação nos desafia a buscar um novo olhar sobre os movimentos sociais, especialmente os surgidos no bojo dos conflitos socioambientais com a mineração, ainda em curso, de onde ele emerge.

## 2 DO CONFLITO AOS AGENTES: UM LONGO CAMINHO DE APRENDIZADO<sup>40</sup>

*“Cada um de nós tem seu pedaço no pico do Cauê”.*

- Carlos Drummond de Andrade

A formação de uma coletividade, da qual o Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela (MPSG)<sup>41</sup> resulta, é fruto de um caminho de lutas e aprendizados trilhado por cidadãos e cidadãos engajados na defesa de territórios ameaçados ou impactados pelas atividades de extração e beneficiamento de minério de ferro, especialmente na região do chamado Quadrilátero Ferrífero<sup>42</sup> (QF), onde se encontra a Gandarela. Esse território – que ambientalistas irão rebatizar de Quadrilátero Aquífero (QA) – é uma das principais regiões produtoras de minério de ferro do mundo. Localiza-se na Região Central de Minas Gerais, onde vivem cerca de 5 milhões de habitantes (22% da população do estado), e é delimitado por uma área de 7.000 km<sup>2</sup>, envolvendo 33 municípios, entre eles, a capital Belo Horizonte (ao Norte) e cidades formadas durante o Ciclo do Ouro (séculos XVI a XVIII), como Mariana, Ouro Preto, Congonhas do Campo, Caeté, Raposos e Sabará – todas, em maior ou menor escala, “cidades minério-dependentes” (COELHO, 2012)<sup>43</sup>.

---

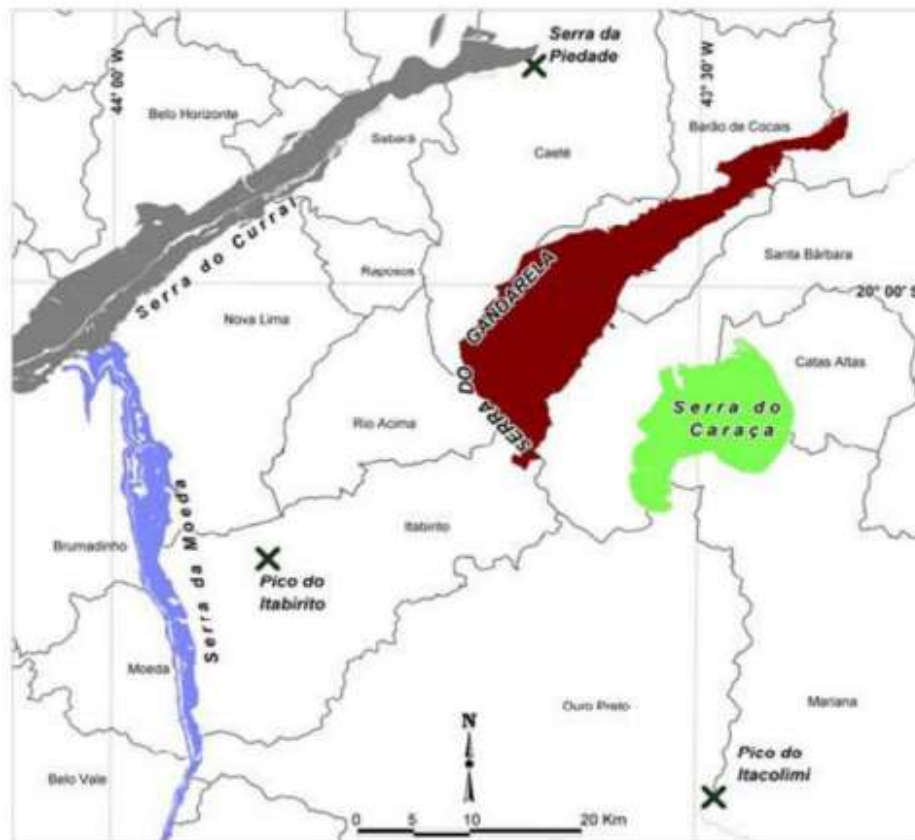
<sup>40</sup> Para reconstituir a formação do MPSG, realizei entrevistas qualitativas com integrantes do movimento, considerando três núcleos fundamentais nas mobilizações contra a Mina Maquiné, posteriormente Projeto Apolo, e na produção de conhecimento técnico especializado sobre a importância ambiental da Serra do Gandarela. Eles serão identificados da seguinte maneira: Informante 1, relacionado ao município de Caeté, atuante no Movimento Artístico, Cultural e Ambiental (Macaca); Informante 2, do município de Raposos, relacionado ao Movimento Contra a Barragem de Raposos (MCB); e Informante 3, de Belo Horizonte, relacionado ao saber científico produzido a partir da universidade. Além disso, cruzei essas informações à documentação relacionada ao Movimento Gandarela, como histórico fornecido pelo próprio grupo, ofícios, manifestos, estudos produzidos pelo movimento, jornal O Gandarela, reportagens sobre o assunto, além de teses e dissertações produzidas sobre o conflito ambiental na Serra do Gandarela.

<sup>41</sup> Sua criação foi formalizada em junho de 2009, em uma reunião convocada pelo Projeto Manuelzão/UFMG e pelo Movimento Contra a Barragem de Raposos (MCB), que reuniu grupos, entidades ambientalistas, associações e moradores em torno de um mesmo objetivo.

<sup>42</sup> Principal região produtora de minério de ferro no país. As atividades de exploração mineral no Quadrilátero foram iniciadas com a extração do ouro no século XVII. Também são exploradas jazidas de manganês, bauxita, ouro, pedras preciosas, como topázio e esmeralda, e extração de rochas. Mais recentemente, há, também, grande presença de empreendimentos imobiliários (condomínios). (Cf LAMOUNIER, 2009).

<sup>43</sup> A produção da região responde por 28,6% do PIB de Minas (Cf. CASTRO; NALINI JÚNIOR; LIMA, 2011). Disponível em: [http://sites.ufop.br/sites/default/files/qfe2050/files/quadrilatero\\_ferrifero.pdf?m=1525724467](http://sites.ufop.br/sites/default/files/qfe2050/files/quadrilatero_ferrifero.pdf?m=1525724467).

FIGURA 3 - Localização da Serra do Gandarela no Quadrilátero Ferrífero



Fonte: Águas do Gandarela (S/D).

O conflito ambiental na Serra do Gandarela<sup>44</sup>, a última ainda não explorada pela mineração no QF, emerge entre uma série de conflitos envolvendo a atividade mineradora nessa região, especialmente a partir dos anos 2000, com a expansão das atividades de extração de minério de ferro em consonância com a política nacional neoxtrativista em curso<sup>45</sup>.

<sup>44</sup> A Serra do Gandarela compõe a Serra do Espinhaço e integra a região do Quadrilátero Ferrífero, uma rica província mineral que abrange partes dos municípios de Caeté, Nova Lima, Raposos, Rio Acima, Barão de Cocais, Itabirito, Ouro Preto e Santa Bárbara (os quatro primeiros fazem parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte).

<sup>45</sup> Cf. Santos (2013); Milanez e Santos (2013).



FIGURA 4 - Atividades de mineração no QF em relação à região do Gandarela



Fonte: MPSG (2011).

Melucci (1996) indica que, diante de múltiplas e variáveis formas de ação coletiva localizadas em diferentes níveis do sistema social, deve-se proceder por distinguir entre o campo de conflito e os atores que trazem tal conflito à tona. Este autor aponta como caminho metodológico a singularização do campo de conflito para, em seguida, explicar como certos grupos sociais agem dentro dele. Uma vez que movimentos “falam antes” (MELUCCI, 1996), expressam o que está nascendo, a análise dessas formas de expressão coletiva busca compreender o que estão a anunciar por meio de suas ações.

Assim, compreende-se que a existência do campo de conflito resulta da própria ação dos agentes de contestação ou daqueles que trazem o conflito à tona por meio de suas ações coletivas. A singularidade das situações conflituosas envolvendo a atividade mineradora, como veremos, nos diz dos esforços empreendidos pelos grupos sociais para denunciar os impactos ambientais e sociais resultantes das práticas desrespeitosas dessa indústria para com comunidades e meio ambiente, para apontar (e cobrar) a responsabilidade dos agentes públicos e para reivindicar outros valores para o(s) território(s) ameaçado(s).

Tal quadro nos indica o pano de fundo a partir do qual as coletividades, como o MPSG e seus antecessores, SOS Serra da Piedade e MovSam, irão se formar em um movimento de reação e oposição aos grandes projetos mineradores em Minas Gerais, expressando seu descontentamento de inúmeras formas, contestando o modelo econômico desenvolvimentista e desafiando tanto as corporações mineradoras quanto os agentes de Estado na esfera pública.

Pesquisadores apontam a relação entre a intensificação do modelo exportador de bens primários no país – este, baseado em uma política neoextrativista –, e a multiplicação dos conflitos sociais e ambientais (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010; SANTOS, 2013; MILANEZ; SANTOS, 2013). Foi a partir dos anos 2000 que o Brasil investiu com maior força no desenvolvimento de um modelo minero-exportador que representou uma reprimarização da economia brasileira e a consolidação de um projeto neoextrativista acoplado às dinâmicas do capital global (SANTOS, 2013; COELHO, 2012). Neoextrativismo, conforme Gudynas (citado por MILANEZ; SANTOS, 2013),

(...) como um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção internacional subordinada. (...) o Estado tem um papel ativo, buscando sua legitimação por meio da apropriação e redistribuição de parte da renda gerada, apresentando afinidades com a emergência de governos autodefinidos como progressistas (GUDYNAS, 2012 citado por MILANEZ, SANTOS, 2013, p. 10).

Na América Latina, entre 2001 e 2011, a participação dos produtos extrativos nas exportações passou de 40% para 78%, na Bolívia, de 42% para 62%, no Chile, e de 12% para 30%, no Brasil (MILANEZ; SANTOS, 2013). Esse modelo respondeu pelo chamado *boom* da mineração – registrado entre 2003 a 2013 –, quando as importações mundiais de minérios cresceram 630% e a tonelada do produto alcançou o pico de US\$196 (em abril de 2008). Durante esses anos, o Brasil figurou como o segundo maior exportador de minério no mundo, respondendo por 14,3% do mercado mundial, enquanto o setor minerador ampliou igualmente seu peso na balança comercial do país, passando sua participação de 5% nas exportações para 14,5% no mesmo período. O minério de ferro correspondeu a 92,5% deste total (MILANEZ *et al.*, 2016).

Os estados de Minas Gerais e Pará concentram a produção nacional de minério de ferro. Os números dessa produção, em Minas Gerais, somente na primeira parcela do século XXI, indicam o que significam, para as economias brasileira e mundial, os territórios aqui designados como “ameaçados” pelo extrativismo predatório. No primeiro semestre de 2011, Minas foi o segundo estado brasileiro que mais exportou minério de ferro. No ano seguinte, a Vale foi a principal empresa exportadora deste estado, com 40,57% (em dólares). Na década do chamado *boom* da mineração (2003 a 2013), as reservas de minérios no país totalizavam 28,9 bilhões de toneladas, sendo que, desses, 67% estavam localizados em Minas Gerais. Em 2014, estatísticas do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)

apontavam este estado como o maior produtor de minério do país, com 47,01% da produção nacional<sup>46</sup>.

O núcleo dessa produção fica na região do QF, onde se concentram 80% das minas de ferro no país (CARMO *et al.*, 2012 citada por ROJAS, 2014) e onde estão localizadas as corporações transnacionais Vale<sup>47</sup>, com 18 minas em operação na região, e a sul-africana AngloGold Ashanti, com três minas, líderes na produção mineral no QF e no mundo (considerando, também, a produção de ouro). Além disso,

A presença de outras corporações transnacionais líderes no setor da mineração mundial como a BHP Billiton e a Jaguar Mining denota mais uma vez a importância e interesse mundial do QF para o setor da mineração. Assim, o Quadrilátero Ferrífero é atualmente controlado – e disputado – por transnacionais e países que dominam a produção mundial de minerais, como o Brasil, a África do Sul, os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália (ROJAS, 2014, p. 34).

São comuns as narrativas e os números estratosféricos da produção mineral e, em especial, do minério do ferro. As publicações que tratam do tema procuram mensurar o papel da indústria mineral nas economias, uma vez que, sendo uma *commodity*, o minério de ferro possui valor comercial e estratégico. Remeter à importância de sua produção (que, no Brasil, concentra-se em extração e exportação) enquanto motor gerador de empregos, impostos e matéria-prima para a produção de bens de consumo é a forma consolidada da linguagem de valoração econômica aplicada a um recurso natural<sup>48</sup>.

Entretanto, essa mesma produção estratosférica narrada em tons de “orgulho nacional” – ainda que a “maior mineradora de ferro do mundo”, a Vale, nascida no ano de 1942, em Itabira (MG), tenha sido privatizada em 1997 e possua capital internacional – tem gerado uma série de tensões socioambientais nas localidades onde são instaladas as atividades mineradoras. Rojas (2014) lembra como, ao longo do tempo, as mineradoras dominaram o QF, incorporando direitos minerários de empresas que operavam na região desde o século XIX, constituindo-se, dessa forma, como um dos principais agentes que

---

<sup>46</sup> Cf. REZENDE (2016). O peso dessa produção também expressa-se em relação aos impostos do setor. Em 2013, Minas Gerais liderou a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) respondendo por 53,18% da arrecadação nacional (ROJAS, 2014).

<sup>47</sup> Presente em 38 países, 2ª maior empresa de mineração do mundo, operando em cinco continentes. Além do minério de ferro, a Vale extrai outros nove minerais no QF.

<sup>48</sup> Essa mesma forma de valorar um recurso natural aparece em outra época, mais distante, localizada durante uma fase do período colonial, quando o Brasil, e mais particularmente, Minas Gerais e a então capital da província, Ouro Preto, viveram o “Ciclo do Ouro” ou “febre do ouro”. Não é exagero assim se referir a essa fase quando a extração de ouro, entre os anos de 1700 e 1770, “equivaleu à produção correspondente de toda a América, desde o descobrimento a 1850, ou à metade da produção mundial nos séculos XVI, XVII e XVIII. Somente no século XIX, Minas foi o Estado responsável pela totalidade da produção de ouro no Brasil. Entre os séculos XVIII e XIX, o Brasil passou de maior produtor mundial, com 60% dessa produção, para um percentual de 18,6%” (CASTRO; NALINI JÚNIOR; LIMA, 2011, p. 36). Essa narrativa, colhida junto à publicação “Entendendo a Mineração no Quadrilátero Ferrífero” (2011), repete-se em outras do gênero e faz-nos refletir sobre a construção de uma imagem de uma época de riqueza e pujança – e de novo, com números estratosféricos que remetem à valoração econômica do mineral – em detrimento de uma verdadeira calamidade ambiental, como a contaminação do solo e de cursos d’água por arsênio, pelos séculos seguintes, nas regiões de extração do ouro.

potencializaram/potencializam transformações espaciais, sociais, ambientais, econômicas e políticas na região. Ao se estenderem territorialmente e imporem sua racionalidade aos lugares agora transformados em “espaços da mineração” (COELHO, 2000 citado por ROJAS, 2014), as grandes corporações desencadeiam processos conflituosos envolvendo degradação ambiental, social e humana.

Um dos processos mais polêmicos, o projeto Minas-Rio, da Anglo American<sup>49</sup>, teve início em 2007, com a implantação de uma mina de extração de minério de ferro a céu aberto, mineroduto de 525 km, ligando o município mineiro de Conceição do Mato Dentro, inserido na Reserva da Biosfera do Complexo da Serra do Espinhaço – uma das vertentes do Quadrilátero Ferrífero –, ao Porto de Açú, em São João da Barra, litoral norte fluminense. O mineroduto passa por 33 municípios, 26 mineiros e sete municípios do norte e noroeste do estado do Rio de Janeiro (GESTA UFMG, S/D)<sup>50</sup>.

Neste conflito, a relação água-extração de minério de ferro fica mais evidente, uma vez que o maior mineroduto do mundo a transportar o minério extraído em Conceição do Mato Dentro até São João da Barra, para exportação, literalmente bebe a água mais pura da Serra do Cipó, a região onde está instalado o complexo minerador. Segundo reportagem publicada pelo jornal Folha de São Paulo em 2014, mina e mineroduto consomem 2.500 metros cúbicos de água por hora, o que seria suficiente para abastecer uma cidade de 220 mil habitantes<sup>51</sup>. Enquanto isso, populações tanto da localidade de Conceição quanto ao longo do trajeto já não têm acesso às fontes de abastecimento, agora poluídas ou destruídas pela mineradora.

Percebe-se que o outro lado da disputa assimétrica pelos recursos naturais é marcada pela desproporção do peso político e dos recursos de poder (e econômico) dos atores em disputa: de um lado, megacorporações transnacionais, agentes do capital global, apoiadas pelos Estados; de outro, comunidades locais, em sua maioria camponesas, em geral isoladas, com economias estagnadas ou estigmatizadas como tradicionais ou atrasadas (ARAOZ, 2013, p. 24). A comunidade de Água Quente, localizada a apenas 3 km da estrutura da mineradora, enfrentou o desprezo e a invisibilidade a que foi relegada ainda durante o processo de licenciamento ambiental.

Os problemas centrais enfrentados pelas famílias decorrem dos impactos sobre os recursos hídricos. Além de lidarem com a progressiva seca das nascentes – em uma região conhecida pela abundância e qualidade de suas águas - os principais córregos utilizados por essas populações foram diretamente afetados pelas obras do empreendimento. O córrego Passa Sete, cujas margens estão próximas da maioria das casas de Água Quente,

<sup>49</sup> Iniciado em 2007 pela MMX, Minas Rio Mineração S.A, o negócio passou a ser denominado Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S/A ao ser assumido pela Anglo, em 2008.

<sup>50</sup> Informações sobre o conflito estão disponíveis no Observatório dos Conflitos Ambientais do GESTA UFMG. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=253>. Acessado em 23 de março de 2017.

<sup>51</sup> **Folha de S.Paulo**, 01\12\2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/12-/1555725-maior-mineroduto-do-mundo-comeca-a-funcionar-em-meio-a-queixas.shtml>. Acesso em: 23 mar. 2017.

nasce exatamente onde o barramento para o reservatório foi construído. O córrego que era antes formado por cascalho e águas cristalinas (...) é agora turvo e barreado. As consequências desse processo são vividas de forma profunda e cotidiana (TORRES, 2014, p.105).

Denúncias de violações de direitos humanos e irregularidades nos processos de licenciamento ambiental que abrangem estruturas do empreendimento, transposição das águas do Rio do Peixe, afluente do Rio do Carmo e Doce, para escoar o minério de ferro até o Rio de Janeiro, têm sido recorrentes ao longo dos anos. Os problemas gerados pela atividade minerária continuam sem solução, tais como a poluição dos córregos, a supressão de nascentes, barulho, poeira, etc. Os impactos causados pelo Minas-Rio atingem proprietários rurais, população afrodescendente, moradores de pequenas e tradicionais comunidades e a própria cidade de Conceição do Mato Dentro. Conforme texto publicado no Observatório dos Conflitos Ambientais em Minas Gerais, “os atingidos reafirmaram o propósito de serem protagonistas de sua luta, falando por si mesmos, com autonomia para decidir coletivamente sobre as questões relacionadas aos seus direitos e demandas” (REAJA, 2016 citado por GESTA UFMG, S/D)<sup>52</sup>.

O Observatório de Conflictos Mineros de América Latina<sup>53</sup> registra 219 casos de conflitos ambientais neste continente, sendo 20 deles envolvendo mineração no Brasil – a maioria a partir dos anos 2000. No país, iniciativas envolvendo universidades e centros de pesquisa produzem vasta cartografia sobre esses conflitos. O Banco de Dados de Recursos Minerais e Territórios, do Centro de Tecnologia Mineral (Cetem)<sup>54</sup>, documenta, somente em relação a conflitos que implicam a atividade de extração mineral, 25 casos em todo território nacional. O Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde<sup>55</sup>, da Fiocruz e Fase, registrava 244 (25% do total) casos de conflitos relacionados à atividade mineral no país em 2016. E o mapa dos conflitos ambientais de Minas Gerais<sup>56</sup> indicava, em 2014, 39 conflitos ligados à mineração e 14 associados apenas à siderurgia.

Conflitos ambientais falam de relações assimétricas e não de iguais condições de negociação. Zhouri *et al.* (2016) chama a atenção para a desigualdade nas posições ocupadas pelos agentes envolvidos em conflitos dessa natureza em função da distribuição dos capitais econômico, político e simbólico, que irão definir o poder de ação e enunciação. A assimetria também é apontada por Santos (2013), ao definir conflitos ambientais a partir da

---

<sup>52</sup> Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=253>. Acesso em: 23 mar. 2017.

<sup>53</sup> Disponível em: [http://basedatos.conflictosmineros.net/ocmal\\_db/](http://basedatos.conflictosmineros.net/ocmal_db/). Acesso em: 23 mar. 2017.

<sup>54</sup> Disponível em: <http://verbetes.cetem.gov.br/verbetes/Mapas.aspx?item=77&titulo=Mais%20de%2020%-20anos>. Acesso em: 01 mar. 2016.

<sup>55</sup> Disponível em: <http://www.confliotoambiental.icict.fiocruz.br/>. Acesso em: 01 mar. 2016.

<sup>56</sup> Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/observatorio-de-conflitos-ambientais/mapa-dos-conflitos-ambientais/>. Acesso em: 14 mar. 2014.

competição desigual por bens naturais, opondo práticas socioeconômicas e culturais tradicionais *versus* a indústria extrativa mineral.

Compreendem-se, nessa interpretação, as diferentes formas de valoração material e simbólica da natureza que levam a disputas de significado e a processos desiguais de apropriação e uso dos territórios (ASCERALD, 2004). Nessa linha, os conflitos ambientais abordam lutas sociais pela significação do território, pelos diferentes modos de apropriação e uso dos recursos naturais, mas, principalmente, falam do seu tempo.

É nos contextos político, histórico e econômico em que emergem e se desenvolvem que podem ser compreendidos. Tais fenômenos constituem-se como processos de oposição, de resistência e mobilização coletiva, suscitados por situações de efetivo ou potencial dano ambiental, social e à saúde (contaminação ambiental, perda de biodiversidade ou outros bens naturais, perda de qualidade de vida e autonomia local, valoração simbólica e material da natureza, entre outros) e também pela discordância com os modelos de desenvolvimento vigentes (BRAVIN; FERNANDES, 2017, p. 05).

Nesse sentido, concordamos com Alonso e Costa (2002), quando estes autores afirmam que, uma vez tendo história, não é possível compreender os conflitos ambientais considerando apenas a configuração presente da ação coletiva. Faz-se necessário considerar desde a produção de alianças, a adesão a valores, a criação e redefinição de identidades, já que esses movimentos não são estáticos, mas processuais, como veremos nos exemplos a seguir.

A reação aos grandes projetos mineradores tem no movimento SOS Serra da Piedade, que se forma em defesa do Monumento Natural da Serra da Piedade<sup>57</sup>, em 2001, um importante protagonista do ativismo da sociedade civil no enfrentamento à mineração e aos seus discursos em Minas Gerais. A mobilização consegue impedir os avanços da empresa Brumafer Mineração Ltda sobre os limites do patrimônio cultural e ambiental que não estavam sendo respeitados<sup>58</sup>. A partir da ação coletiva do SOS Serra da Piedade, forma-se o Movimento em Defesa das Serras e Águas de Minas (MovSam), em 2008. Ambos são considerados “berços” do Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela (MPSG).

## 2.1 O PRÉ-MOVIMENTO GANDARELA E A FORMAÇÃO DA COLETIVIDADE: A “ESCOLA” DO SOS SERRA DA PIEDADE E DO MOVSAM

O Movimento SOS Serra da Piedade uniu associações de moradores, ambientalistas, profissionais autônomos, pesquisadores, Igreja católica, Ministérios Públicos

<sup>57</sup> A ficha técnica deste conflito no Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=286>. Acesso em: 19 ago. 2018.

<sup>58</sup> E que permanece atual, uma vez que outras mineradoras continuam tentando explorar a área. Apesar de a legislação garantir o tombamento da Serra, a delimitação do perímetro da área protegida gera conflitos.

Estadual e Federal e Assembleia Legislativa de Minas Gerais em defesa da preservação da lendária Serra da Piedade<sup>59</sup>, patrimônio natural, histórico e cultural do estado, localizada nos municípios de Caeté e Sabará, a cerca de 50 quilômetros de Belo Horizonte. O local abriga o conjunto arquitetônico e paisagístico do Santuário da Serra da Piedade, ponto de peregrinação de fiéis desde meados do século XVIII, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (Iphan), em 1956<sup>60</sup>. Desde 1958, a Piedade é berço da padroeira do estado de Minas Gerais, título conferido pelo papa João Paulo XXIII.

Por todos esses fatores, os atores sociais reagem contra o pedido de licenciamento ambiental formalizado pela empresa Brumafer Mineração Ltda, junto à Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), para ampliar sua área de extração de minério de ferro naquela serra, passando dos dois para quatro pontos de exploração, o que provocaria a perda de área significativa da lendária Piedade.

Como será demonstrado no caso do Movimento Gandarela, diante da ameaça, surge a primeira reação da sociedade civil<sup>61</sup>. Em 25 de julho de 2001, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental (Codema) e a Câmara Municipal de Caeté solicitam à FEAM uma audiência pública para esclarecimento sobre o pedido de licenciamento. Cinco dias depois, moradores de Caeté encaminham à FEAM um abaixo-assinado com 900 assinaturas contra o licenciamento e realizam protesto em frente à sede da Fundação, em Belo Horizonte (CAPANEMA, 2009; SOS..., 2008).

Menos de um mês após a realização da audiência pública, forma-se um coletivo reunindo cidadãos de Caeté e Sabará, lideranças comunitárias e voluntários. Conforme o histórico do movimento, relatado em seu *blog*, no dia 09 de agosto de 2001, “vários grupos de trabalho assumiram tarefas específicas de ações estratégicas, formando o Movimento SOS Serra da Piedade” (SOS..., 2008). A partir daí, traça-se o projeto de “guarda” da Serra e de resistência à forma de apropriação do território pretendida pela empresa. A motivação é a proteção relacionada à defesa de crenças, valores e ideais comuns em torno dos significados histórico, afetivo e paisagístico do lugar. Aciona-se o sentimento de pertencimento em relação ao “bem comum” (a Serra da Piedade como um patrimônio dos mineiros), formando um “nós”

---

<sup>59</sup> Localizada a 1.746 metros de altitude, oferece uma visão privilegiada das serras do Espinhaço e do Caraça, da bacia do Rio das Velhas (Lagoa Santa) e de Belo Horizonte, sendo, também, local de visitação turística pela beleza cênica. Também conhecida por Sabarabussu, numa abreviação do tupi *tesáberabussu* – que significa “grandes olhos brilhantes”, em referência às pepitas de ouro que foram encontradas na região no século XVII – a história da Serra da Piedade é marcada por lendas, misticismo, referências sagradas e paisagísticas. Inicia-se com o relato da aparição de Nossa Senhora a duas jovens, no século XVIII e prossegue com a peregrinação de fiéis ao local do milagre, onde foi erguido um templo dedicado a Nossa Senhora da Piedade, em 1767.

<sup>60</sup> Somente em 2005 o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA-MG) concluiu o tombamento da Serra da Piedade como monumento natural, arqueológico, etnográfico e paisagístico com uma área de cerca de 1.950 hectares. Informação disponível em: [http://sigep.cprm.gov.br/propostas/Serra\\_da\\_Piedade\\_MG.htm](http://sigep.cprm.gov.br/propostas/Serra_da_Piedade_MG.htm). Acesso em: 27 jan. 2017.

<sup>61</sup> O risco da expansão minerária na Serra da Piedade implicava em perdas não somente paisagísticas mas também ambientais, porém, nesse primeiro momento de mobilização do SOS Serra da Piedade, trabalhou-se com a ideia de preservação de um patrimônio cultural e histórico. Vale recordar que a mineração já estava em curso na Piedade, portanto, diferente do que veremos em relação à Serra do Gandarela.



(a coletividade) e engajando a comunidade em face da pretensão de extração mineral (CAPANEMA, 2009).

A luta contra a exploração minerária na Serra da Piedade alcança a visibilidade pública por meio da significância do lugar ao reforçar seus valores paisagístico, histórico e cultural. A Serra é considerada um “símbolo” dos mineiros e, assim como no poema de Drummond – o da epígrafe deste capítulo –, cada mineiro considera ter seu “pedaço” na Piedade, diferente do que veremos no caso da Serra do Gandarela, em que o valor acionado pelo MPSG – a defesa da água como um bem comum – precisa ser construído pelo próprio movimento para ressignificar a “montanha de minério”, objeto de interesse da mineradora Vale, em reservatório de água para o futuro do abastecimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

As ações de mobilização local em defesa da Piedade continuam e tomam as ruas de Caeté quando, ao final de agosto de 2001, ocorre uma passeata considerada histórica pelos ativistas do SOS Serra da Piedade. Isto porque, ao reunir

(...) centenas de pessoas e (ser) registrada pelas redes de TV de todo o estado e iniciada no pátio do Poli esportivo, termina em frente ao prédio da Prefeitura com a multidão gritando palavras de ordem e entregando ao Prefeito um abaixo-assinado com mais de 3 mil assinaturas pedindo a defesa da Serra da Piedade. Os proprietários da Brumafer que estavam reunidos com o Prefeito até aquele instante, procurados pela Rede Globo e Jornal Estado de Minas, declararam desistir de minerar em Caeté, ou seja de estender a mineração ao ‘lado de cá’ da Serra da Piedade (o outro lado é Sabará) (SOS..., 2008, s/p).

Apesar da desistência da Brumafer, o movimento não arrefece, uma vez que o objetivo era recuperar os danos causados pela mineração nas proximidades da área tombada como patrimônio e garantir que não houvesse novas concessões a empresas mineradoras. Nesse sentido, o acionamento do campo jurídico será uma das primeiras ações do então formalizado Movimento SOS Serra da Piedade. Ainda em 2001, uma representação é feita aos ministérios públicos Estadual e Federal com o objetivo de impedir o avanço das atividades de extração de minério de ferro na serra. Conforme Capanema (2009, p. 75),

O mencionado movimento e os cidadãos interessados na preservação deste bem natural noticiaram aos órgãos ministeriais a existência de extração mineral no local, relataram os danos já causados, bem como os riscos futuros e solicitaram atuação do *Parquet* junto aos órgãos ambientais, para que não fossem concedidas novas licenças à mineradora e não se renovassem as outorgas já existentes. (...) Esse movimento (SOS Serra da Piedade) mostrou-se fortemente articulado com outros atores, pelo que provocou uma concreta articulação tanto entre os entes ministeriais como entre esses e atores políticos, como as Secretarias de Estado e a Arquidiocese de Belo Horizonte.



A articulação resultou na Ação Civil Pública (ACP) contra a empresa Brumafer, a FEAM e o Estado de Minas Gerais, ajuizada, em 2001, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Ministério Público Estadual (MPE) e Ministério Público Federal (MPF). O pedido de recomposição paisagística da área tombada e a não concessão/renovação de licenças ambientais<sup>62</sup> foram atendidos pelo Poder Judiciário, que concedeu liminar, determinando a paralisação do empreendimento até decisão final, constituindo-se em um fato inédito em Minas Gerais<sup>63</sup>. Segundo o Informante 1 (2017, s/p), “conseguiu-se ampliar os mecanismos de proteção àquele bem e tudo oriundo realmente de um movimento que envolvia cidadãos, entidades, associações, em muitos momentos a própria Igreja, o reitor (da UFMG), que, na época, também tava junto”.

Ao identificar e analisar as diferentes estratégias de ação de cidadãos e entidades da sociedade civil que buscaram o Ministério Público no conflito ambiental envolvendo a Serra da Piedade, Capanema (2009) aponta para aspectos que nos auxiliam a compreender, nas formas de ação do SOS Serra da Piedade, o aprendizado coletivo que buscamos conectar ao modo de agir do Movimento Gandarela. São elas: a formação de uma rede de articulação (interna); a rede de ação (externa); o capital social e técnico; e a solidariedade orgânica. Acrescenta-se, ainda, a mobilização do direito (LOSEKANN, 2013) como uma das formas de ação resultante da parceria com Ministério Público.

A rede de articulação interna mostrou-se necessária para a própria constituição do movimento, por meio da organização de listas de apoio de indivíduos, instituições públicas locais e entidades via *mailing*, acionada para momentos específicos de mobilização e manifestações públicas. Já a rede de ação externa estabeleceu conexões com outros atores e parceiros na luta, como os ministérios públicos, Igreja, Iphan, Assembleia Legislativa, Codema de Caeté, entre outros.

Capanema (2009) refere-se à formação de um capital social à medida que o grupo promoveu a adesão de parceiros que compartilharam do objetivo de preservação da serra, o que contribuiu para agregar valor ao movimento. Suas frentes de defesa se ampliaram com a promoção de maior intercâmbio com sua rede de conexões e, também, por meio da assinatura conjunta de documentos enviados aos ministérios públicos, exemplos tanto de conhecimento quanto de reconhecimento mútuo dos atores sociopolíticos. A atuação conjunta desses atores

---

<sup>62</sup> A ACP baseava-se na especificidade da Serra e de seu Santuário e na necessidade de proteger seu valor ameaçado – paisagístico histórico e natural – diante da realização da atividade minerária que se tornava, assim, incompatível com a preservação do local (CAPANEMA, 2009).

<sup>63</sup> Entretanto, as ameaças não findaram. Em 2004, o Instituto Estadual de Florestas (IEF) apresentou proposta de alteração da área protegida pela Lei n. 15.178/04, o que deixaria descoberta regiões onde se encontravam os pontos pretendidos para se minerar. Em 2006, nova legislação voltou a ameaçar as áreas protegidas com a promulgação da Lei n.16.133/2006, que reduzia o perímetro de proteção. Uma Ação Civil Pública movida pelo MPE conseguiu impedir esse avanço e manteve intacta a área de preservação definida na Lei n. 15.178/2004 (CAPANEMA, 2009). Em 2007, também houve a tentativa de redução da área do Parque Estadual da Serra do Rola-Moça, representada pela mineração e ocupação de loteamentos urbanos (OLIVEIRA, 2008 citado por MARENT; LAMOUNIER; GONTIJO, 2011).

– Igreja, Poder Executivo, Iphan, Iepha, MPs – os tornou parceiros de luta na defesa do bem comum Serra da Piedade.

Ao capital social somou-se o capital técnico do movimento, expresso por meio do uso de uma linguagem legitimadora do campo ambiental na confecção de documentos para subsidiar a atuação dos ministérios públicos, como mapas cartográficos, pareceres técnicos e jurídicos, além de constantes informações sobre o encaminhamento e o andamento do caso nos órgãos ambientais, de proteção ao patrimônio histórico e cultural e na Assembléia Legislativa.

Nesse sentido, a ação da sociedade civil é buscar um aliado influente, sendo os promotores públicos fortes aliados, o que é indicativo do uso da mobilização do direito que Losekann (2013) caracteriza como um repertório de ação coletiva. Implica não só a mobilização estratégica de recursos legais, mas a interação com agentes do campo jurídico, resultando na constituição de um repertório para posição de confronto – como o uso de Ação Civil Pública, de enquadramentos legal/ambiental e de injustiça. O uso dessas oportunidades legais, ou estratégias judiciais, afeta a própria ação coletiva confrontadora (LOSEKANN; BISSOLI, 2017), como também será apontado em relação à ação coletiva no Movimento Gandarela.

Por fim, a solidariedade orgânica diz respeito ao que cada ator oferece de seu próprio conhecimento, ou as suas ferramentas na luta. Assim, fotógrafos, topógrafos, professores, filósofos, advogados, pesquisadores, entre outros, contribuíram com conhecimento de suas áreas específicas na luta em defesa da Piedade. Evidencia-se, portanto, a importância do capital social e técnico na atuação dos movimentos de defesa ambiental. Porém, além desses saberes como pontos diferenciais na interlocução entre sociedade civil e Ministério Público, o envolvimento da esfera pública em suas demandas e reivindicações e a articulação com diferentes atores para agir em parceria foram determinantes no conflito ambiental envolvendo a Serra da Piedade.

### **Movimento em Defesa das Serras e Águas de Minas, MovSam**

Durante os anos de luta em defesa da Serra da Piedade, o aprendizado coletivo foi se dando em audiências públicas, reuniões com órgãos ambientais, promotores, legisladores, pesquisadores, em performances públicas (como passeatas/protestos/eventos) e na interlocução com outros grupos que se opunham ao avanço das atividades mineradoras na região do QF. Os cidadãos e organizações que participavam dessas mobilizações percebiam que estavam enfrentando um problema maior relativo não só a um conjunto de ameaças e destruição ambientais praticadas por empresas extrativistas, mas também à ação

articulada destas com agentes de Estado, o que também resultava em ameaça aos direitos das coletividades<sup>64</sup>.

Tais ameaças e ações articuladas, somadas ao sentimento de que “era preciso fazer algo” para resistir à destruição do patrimônio coletivo – caracterizado pelas serras e águas de Minas Gerais – levaram à organização de um encontro, entre 13 e 15 de junho de 2008, no alto da Serra da Piedade, em Caeté, reunindo cidadãos, entidades ambientais e movimentos sociais de diversas localidades deste estado. Conforme o histórico do MovSam em sua página na Internet<sup>65</sup>:

Trinta e sete cidadãos, de diferentes entidades, movimentos sociais e localidades de Minas Gerais se reuniram por dois dias para compartilhar suas angústias e seu testemunho sobre processo de condenação ambiental jamais visto no estado, pela destruição e ameaças às águas superficiais e e às serras (marcos e continuidades do relevo mineiro) que caracterizam um dos conjuntos naturais e paisagísticos mais notáveis e singulares do Brasil. (...) A idéia desse “Encontro pelas Serras e Águas de Minas” foi nascendo ao longo do primeiro semestre de 2008, em diversos momentos em que as pessoas com ações em prol das diferentes causas se reuniam e podiam expor suas preocupações e a necessidade de atuar de forma mais incisiva sobre um problema, que emergia como comum a todos. Assim, verificou-se a necessidade e a urgência de se trocarem experiências e buscar caminhos em conjunto (MOV SAM, S/D – Grifos nossos).

Durante o histórico encontro, foram relatados conflitos envolvendo a mineração em diferentes localidades do QF: Parque Estadual Serra do Rola Moça, Belo Vale, Conceição do Mato Dentro, São José do Brumadinho, Araxá, Capão Xavier, serras da Moeda, Piedade, do Cipó, Gandarela e Caraça. Dentre as entidades presentes naquele primeiro encontro, estavam: Articulação Popular pelo Rio São Francisco, Assembléia Popular, movimento contra o lixão metropolitano em Sabará, o Grupo de Estudos em Temática Ambiental (Gesta), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Conlutas, Movimento SOS Serra da Piedade e Macaca – Movimento Cultural, Artístico e Comunitário de Caeté.

A partir desse marco inicial, nascia o Movimento pelas Serras e Águas de Minas, o MovSam, que não adquiriu caráter jurídico, porque, conforme o Informante 1 (2017, s/p), “o MovSam são entidades e pessoas agregando esforços e se unindo naquilo que for possível,

---

<sup>64</sup> Conforme manifesto “Afiml Temos Nós de Minas Orgulho Próprio”, do MovSam. Disponível em: <http://movsam.ning.com/page/manifesto-afiml-temos-nos-de>. Acesso em: 20 mar. 2017. Uma terceira geração de direitos, de alto teor humanístico e de universalidade, resultante de lutas sociais, refere-se aos *direitos coletivos e difusos* como os em defesa do meio ambiente, do consumidor, da infância e juventude, entre outros (SIMÕES, 2007 citado por CARRARA, 2010).

<sup>65</sup> Apresentação do MovSam. Disponível em: <https://movsam.ning.com/page/quem-somos-movimento>. Acesso em: 20 mar. 2017. Importante destacar que os nomes das entidades e pessoas que, hoje, constituem o MovSam foram suprimidos de sua página na Internet, assim como informações sobre seus projetos, como forma de proteger indivíduos e grupos de ações de espionagem nas redes sociais praticadas por uma empresa mineradora, denunciada ao Ministério Público Federal, em 2013.

mas continuando a fazer seus enfrentamentos nos seus lugares”. Essa união de esforços resultou na configuração de uma rede de movimentos, organizações sociais locais e indivíduos, articulada por uma “identidade própria” associada ao questionamento à “atividade de mineração e seu ciclo (re)produtivo, contexto em relação ao qual se destaca no universo atual de movimentos e ONGs ambientais de Minas Gerais” (MOVSAM, S/D). O MovSam se diz um movimento pautado pela diversidade de indivíduos e entidades que ancora-se em algumas “unidades” de valores:

Somos seres humanos diversos e nossas diferenças não são só pessoais – mas das experiências adquiridas nos lugares de onde viemos e onde cada um vive, participa e é chamado a intervir, para defender o patrimônio coletivo. A diversidade dos indivíduos e das entidades participantes compõe a bandeira e o *movimento*. O que nos une é a visão crítica do atual *modelo* de desenvolvimento, que passa por cima da lei e da dignidade, impondo destruição, ameaças e uma enorme insatisfação com o poder público e com alguns segmentos empresariais, principalmente, mineradores. A unidade de nossa ação está alicerçada no nosso amor à natureza, no anseio por justiça, na defesa da Vida, na utopia de sonhar um novo paradigma para a raça humana e a vida no Planeta Terra e no trabalho de resistência (MOVSAM, S/D – Grifos nossos).

Destaca-se, nesse trecho, a forma como o MovSam diz sobre a sua própria identidade (“o que nos une”...), a quem se contrapõe (“insatisfação com o poder público/mineradores”), e os sentimentos que o movem para a luta (“amor à natureza”, “anseio por justiça”, “defesa da vida”, “sonhar um novo paradigma”, “trabalho de resistência”). Além disso, a partir das “experiências adquiridas nos lugares” os sujeitos são “chamados a intervir” na realidade. Essas são pistas para a compreensão das formas da ação coletiva e dos quadros de interpretação que serão constituídos pelo MovSam e, também, pelo Movimento Gandarela, a partir de um fundo sofrer/agir e de experiências e expectativas nas quais a ação se move.

Os enquadramentos do MovSam ficam mais claros nos documentos “Quem Somos - Movimento”<sup>66</sup>, em que, em sete parágrafos, se apresenta publicamente, e o “Manifesto pelas Serras e Águas de Minas”<sup>67</sup>, no qual formula discursivamente o seu posicionamento como agente crítico do conluio entre instituições de Estado e empresas privadas mineradoras em detrimento do patrimônio ambiental e cultural dos mineiros e como defensor da lei e dos direitos das coletividades.

Este documento é composto por quatro partes: 1) “Considerações”: na qual apresenta, em 20 pontos, suas crenças, seus valores, sua ideologia e aquilo ao qual se opõe;

<sup>66</sup> Apresentação do MovSam. Disponível em: <https://movsam.ning.com/page/quem-somos-movimento>. Acesso em: 19 ago. 2018.

<sup>67</sup> Disponível em: <https://movsam.ning.com/page/manifesto-1>. Acesso em: 20 mar. 2017

2) “Afinal, temos nós, de Minas, orgulho próprio?”, em que declara suas intenções e lança um alerta à sociedade; 3) “Por eleições livres de interferência econômica”, onde incentiva os eleitores a avaliarem “os candidatos e a postura que assumiram ou assumem perante as ações e agentes que prejudiquem os interesses da coletividade”; e 4) “Momento de movimento”, em que anuncia o início de suas manifestações públicas para “reverter o atual quadro político, cerceador de ambiente mais digno e sustentável que o atual” e convoca a sociedade a assinar seu manifesto<sup>68</sup>.

Identifica-se, nesses documentos seminais, três formas como o MovSam enquadra sua ação. São elas: quadros de identidade/luta, injustiça e mobilização/reivindicação. Ao articular atores diversos, o MovSam promove a constituição identitária do grupo a partir de um enquadramento de luta que emerge da questão “quem somos”, apresentando-se como um movimento formado por cidadãos, entidades ambientais e movimentos sociais cuja luta central é “a resistência à destruição e ameaças às águas (superficiais e subterrâneas) e às serras (marcos e continuidades do relevo mineiro), principalmente exercida pela atividade de mineração”. Assim, constroi um quadro de identificação que diz quem é o agente, sua causa (luta ambiental) e antagonistas comuns.

Nesse quadro, sempre falando como um coletivo (“nós”, “somos”), afirmam-se como “testemunhas de um processo de destruição ambiental jamais visto em Minas Gerais”, “cidadãos conscientes de um mundo marcado pelo aquecimento global, pela crescente escassez de água e pela ampliação do tempo livre das pessoas”, e com atitudes que os assemelha “como os primeiros inconfidentes: Era urgente sonhar mais alto e se preparar para horizonte de realizações menos limitado e vigiado do que o representado pelo fornecimento da matéria-prima para a metrópole”.

Neste último caso, uma memória histórica – a Inconfidência Mineira, no século XVIII – é invocada para afirmar uma identidade (mineira) calcada em uma atitude de contestação e de luta por direitos. Ainda nesse quadro, apresentam-se os antagonistas do movimento: empresas mineradoras e “governantes irresponsáveis”, “governantes não zelosos para com o cumprimento da lei e defesa dos interesses coletivos”, o que “configura improbidade da administração pública”, uma vez que o “Estado opera como máquina licenciadora e facilitadora de empreendimentos minerários”.

É preciso elaborar a contrariedade como uma injustiça e apontar que direitos existentes estão sendo descumpridos (LOSEKANN, 2013). Assim, o enquadramento de injustiça é formulado pelo MovSam à medida que é associado a fatores como: a) água como recurso estratégico: “ataque ao bem comum (o patrimônio cultural e ambiental de Minas e sua população (águas e serras) ameaçado pela mineração)”, “comprometimento ao

---

<sup>68</sup> O Manifesto data de 15 de junho de 2008. Disponível em: <http://movsam.ning.com/>. Acesso em: 20 mar. 2017.

desenvolvimento do turismo e de lazer e o abastecimento presente e futuro com águas de qualidade”, “o predomínio das decisões políticas e administrativas do governo em benefício da economia privada de empresas cujas atividades impactam recursos hídricos ignora escasseamento (futuro) e valorização da água”; b) modelo de desenvolvimento econômico: “transferência patrimonial para grupos privados ou público-privados sem compromisso com questões locais”, “o monopólio do transporte ferroviário para a exportação mineral e de outras *commodities*”, “a ganância – exploração de todos os recursos naturais *versus* a perenidade”, “a geração de empregos e o crescimento da produção, que concorram para a destruição do planeta, não nos interessam”; c) legislação falha: “No QF o foco da preservação não alcança a dimensão mais ameaçada pelos impactos da mineração”, “nos contrapomos à produção de normas, regulamentos, decretos, licenças, alvarás e eventuais leis que acarretem a deterioração do ‘bem comum’”, “irresponsabilidade, desrespeito à vida e à beleza do nosso lugar”; d) herança intrageracional: “metamorfose de nossas montanhas em buracos, dos campos abertos em condomínios fechados, dos córregos, ribeirões e cachoeiras em leitos secos, dos sonhos e utopias em pesadelos”.

Aquilo que se pretende mudar e as soluções apontadas aparecem nos quadros de mobilização/reivindicação onde o MovSam indica os motivos para agir e as saídas possíveis. Assim, diante de uma população que se encontra “cética e descrente com as instituições democráticas”, a primeira solução apontada é a responsabilização, não de um agente em específico, mas de todos “por resistência, consentimento, conivência ou omissão – a responsabilidade pelo curso que as coisas irão tomar”. Desta forma, o MovSam invoca a sociedade a agir e a não esperar por soluções advindas dos agentes públicos no que diz respeito às garantias de manutenção do patrimônio ambiental e cultural ameaçado – e perdido, em muitos casos – pelas/para atividades mineradoras.

A mobilização para a luta é associada, mais uma vez, a uma memória histórica: “É surpreendente, mas, em pleno século XXI, a água é o ‘quinto’, que a ‘coroa’ atual revolveu cobrar à nossa região”, “(...) que os reservatórios de água para abastecimento público sejam lavrados para a extração de outras matérias-primas, fazendo perder ou colocar em risco a qualidade das águas”.

A amplitude da ação das mineradoras na ocupação do espaço/território e destruição das fontes de água na região do QF é apontada também como motivo para agir – o conjunto de serras destruídas ou sob ameaça da mineração, entre elas, a Gandarela:

Não bastou a Serra do Curral e o Pico do Itabirito, aviltados. Querem agora a lendária Sabarabussu, nossa Serra da Piedade. Não basta a deplorável exploração de Capão Xavier, em cima de quatro mananciais de abastecimento público de Belo Horizonte. Querem detonar as serras do Gandarela e do Caraça, para falar apenas de algumas das principais fontes

de águas classe especial que abastecem vários municípios, o Alto Rio das Velhas e a bacia do Piracicaba (MOVSAM, S/D).

O MovSam produz um quadro de mobilização para a ação que resulta na compreensão das dimensões de responsabilização, memória (temporalidade) e espacialidade implicadas nas experiências vividas pela população mineira, de um modo geral, com a atividade de mineração. E quais são as saídas apontadas? Neste quadro, duas interpretações emergem: a salvaguarda do patrimônio ambiental/cultural dos mineiros e outras perspectivas de desenvolvimento para além do modelo extrativista vigente.

No primeiro, preocupa o MovSam os licenciamentos ambientais na Área de Proteção Ambiental (APA) Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), alvo principal das mineradoras na região do QF. A solução apontada seria o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), “com um mínimo de efetividade, seriedade e dignidade”. Mas, caso os licenciamentos persistam, “esta realidade inviabilizará qualquer possibilidade de zoneamento”. O ZEE, se efetivado, se tornaria um modelo (legal) de ação preventiva aos danos, uma vez que estabeleceria limites à ação das mineradoras na APA-Sul, área mais disputada no QF. O ZEE é apontado como solução desde que “atendesse aos interesses e necessidades de toda a sociedade e não somente de grupos de grande poder econômico ou político”<sup>69</sup>.

A outra solução seria o apoio ao desenvolvimento da região, “com matrizes limpas e propícias ao surgimento de novos mercados e ciclos econômicos, para Minas Gerais”, como o turismo ecológico. Aposta-se em “administrar um caminho razoável”, uma vez que o MovSam defende que “há vida inteligente além do extrativismo predatório e da produção desenfreada de bens”, em uma clara postura crítica em relação ao modelo de desenvolvimento em curso, pautado no neoextrativismo.

Entre 2009 e 2010, o MovSam realiza novos encontros de sua base e amplia a abrangência de sua área de atuação para situações de ameaça às águas nos biomas Cerrado e Caatinga. Ainda em Minas Gerais, atua nas questões envolvendo pequenas centrais hidrelétricas (PCH) em série, sobretudo em sub-bacias do rio Doce, e na questão minerária em outras localidades do Espinhaço, a exemplo do Norte de Minas – alvo de uma nova corrida por minério de ferro e ouro. Afirma-se apartidário, sem vínculo religioso e “solidários a outras causas socioambientais, comunidades, movimentos e lugares ameaçados” (MOVSAM, S/D).

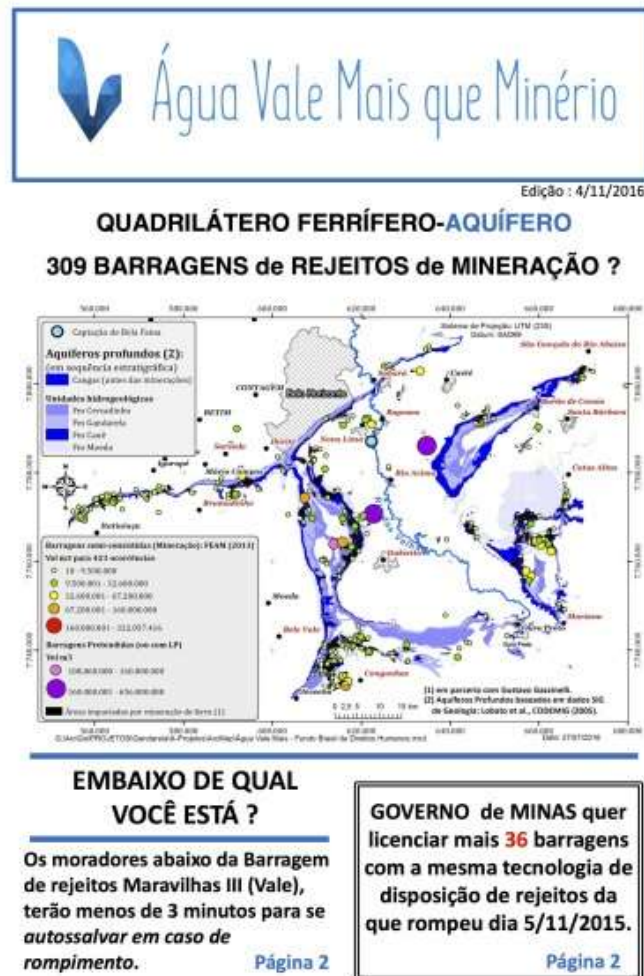
Nesse sentido, diversas ações e projetos em conjunto foram desencadeados. Um dos que alcançou grande visibilidade, a partir de 2015, foi a campanha “Água Vale mais que

---

<sup>69</sup> Conforme manifesto “Afiml Temos Nós de Minas Orgulho Próprio”, do MovSam. Disponível em: <http://movsam.ning.com/page/manifesto-afiml-temos-nos-de>. Acesso em: 20 mar. 2017.

Minério no Quadrilátero Ferrífero”<sup>70</sup>, que contou com recursos do Fundo Brasil de Direitos Humanos e gerou o documentário “Não Vale à Pena”<sup>71</sup> e o “Dossiê sobre ameaças e violações ao direito humano à água no Quadrilátero Ferrífero-Aquífero, em Minas Gerais”<sup>72</sup>. Outra atividade foi o evento “Rejeito – 2 anos de crime e impunidade”, realizado em 05 de novembro 2017<sup>73</sup>, para lembrar o crime ambiental da Vale, BHP Billiton e Samarco, em Mariana (MG).

FIGURA 5 – Jornal da Campanha "Água vale mais que minério"



Fonte: <https://aguavalemaisqueminerio.wordpress.com/2016/02/15/lancamento-campanha-agua-vale-mais-que-minerio/>. Acesso em: 28 nov. 2017.

<sup>70</sup> Página oficial da campanha: <https://aguavalemaisqueminerio.wordpress.com/>. Página da campanha no Facebook: <https://www.facebook.com/aguavalemais/>. Acesso em: 19 ago. 2018.

<sup>71</sup> Realizado entre agosto de 2015 e outubro de 2016, nos municípios de Santa Bárbara, Catas Altas, Mariana, Congonhas, Belo Vale, Itabirito, Brumadinho, Sarzedo, Sabará, Nova Lima, Raposos e Rio Acima (MG). Conta com recursos do Fundo Brasil de Direitos Humanos e o apoio da Arca Amaserra. O documentário de 38 minutos pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_hu9Sb3yYKY](https://www.youtube.com/watch?v=_hu9Sb3yYKY). Acesso em: 27 mar. 2017

<sup>72</sup> O documento foi entregue ao relator oficial da ONU para o Direito Humano à Água e ao Esgotamento Sanitário, professor Dr. Léo Heller, em 04 de novembro de 2016. Disponível em: <https://aguavalemaisqueminerio.wordpress.com/>. Acesso em: 22 dez. 2016

<sup>73</sup> Ocorreu na Feira da Afonso Pena, em frente a entrada do Parque Municipal de Belo Horizonte, zona central da capital mineira, que, aos domingos, recebe centenas de visitantes para a feira hippie do local.



FIGURA 6 - *Frame* do documentário "Não Vale à pena"

Fonte: <https://aguavalemaisqueminerio.wordpress.com/2016/02/15/lancamento-campanha-agua-vale-mais-que-minerio/>. Acesso em: 28 nov. 2017.

O MovSam passa a integrar órgãos representativos da sociedade civil relacionados à questão da água, como o Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacia Hidrográficas (Fonasc-CBH) e Conselho Nacional de Recursos Hídricos, além de ampliar a sua participação em redes de movimentos nacionais de resistência e denúncia às atividades predatórias da mineração, como a Rede Justiça nos Trilhos (Pará), a Articulação Popular São Francisco Vivo e o Comitê Nacional e Defesa dos Territórios Frente a Mineração (CNDTFM), e internacionais, como a Articulação Internacional das Atingidas e Atingidos pela Vale (AIAV)<sup>74</sup>. Na página oficial da campanha “Água Vale mais que Minério”, na Internet, o MovSam atualiza a sua missão:

Atuar firmemente frente à hegemonia da mineração e seus inúmeros impactos às serras e águas de Minas Gerais, articulando ações comuns que agreguem e fortaleçam cada um dos grupos que fazem o enfrentamento, divulgando o máximo possível a causa, acompanhando de perto as lutas, dando visibilidade aos problemas e conquistas e possibilitando cada vez mais a troca de experiências e ajuda mútua (MOVSAM, S/D).

<sup>74</sup> Grupo formado por sindicalistas, ambientalistas, ONGs, associações de base comunitária, grupos religiosos e acadêmicos de oito países, que, desde 2010, denuncia as violações cometidas por esta corporação multinacional. O MovSam participou de todas as campanhas realizadas por esta entidade, geralmente por ocasião da Assembleia Geral dos Acionistas da Vale, no primeiro quadrimestre do ano, apoiando a participação dos acionistas críticos com questionamentos e denúncias às atividades da empresa dentro do seu espaço oficial, assim como ajudando a compor o Relatório de Insustentabilidade da Vale.

O município de Caeté aparece como importante núcleo aglutinador de dois importantes movimentos socioambientais organizados em torno da luta contra a mineração – o SOS Serra da Piedade e o MovSam –, considerados “berço para a luta na Serra do Gandarela, a qual tem adquirido um formato que vai além da luta por aquele território, pois traz um questionamento mais profundo sobre o modelo econômico” (COELHO-DE-SOUZA, 2015, p. 82). A experiência aprendida nesses dois movimentos – o “grande aprendizado” – preparou o caminho para germinar a futura criação do Movimento Gandarela, agregando os movimentos e as pessoas que defendiam a Piedade, a partir da percepção da ameaça de uma grande mineradora, conforme o depoimento:

Em Caeté, tínhamos essa luta muito árdua, da mineração na Serra da Piedade. Nós éramos analfabetos (sobre processos ambientais), e houve uma grande aprendizagem. E, como parte da Serra do Gandarela também está no município de Caeté, nós começamos a ver os sinais de que ia ter um grande empreendimento de mineração no nosso município. Aquele grupo (da Piedade) foi surpreendido com essa história do Gandarela e foi agregando outros (INFORMANTE 1, 2017, 2017, s/p – Grifos nossos).

O trecho em destaque oferece uma perspectiva para a compreensão dos enquadramentos que serão promovidos pelo Movimento Gandarela, a partir do fator motivador das lutas anteriormente descritas: a ameaça da atividade minerária que também será o *leitmotiv* da ação subsequente deste movimento. Entretanto, essa “percepção” ou os “sinais” de um problema maior nos auxiliam a desvendar a *iniciativa* do Gandarela como uma ação diferenciada, pautada por medidas de precaução e não de mitigação dos danos já ocorridos, como será demonstrado. Compreende-se, assim, que o conflito se estabelece antes mesmo dos impactos, uma vez que outros atores reivindicam outros valores para o território ameaçado.

O princípio da precaução, como mecanismo legal de controle do risco ambiental, relaciona-se à ação antecipada diante da ameaça de danos sérios ou irreversíveis sem esperar que o perigo seja cientificamente definido. Se, por um lado, a legislação proíbe ações danosas, mas possibilita a mitigação dos riscos, por outro, pode-se aplicar o princípio da precaução como forma de limitar, enquadrar ou mesmo impedir a degradação ao meio ambiente caso não haja posicionamentos científicos conclusivos, ou seja, mesmo diante de incertezas, de forma que as ações presentes devem ser pautadas por um comportamento ético em relação às gerações futuras<sup>75</sup>.

<sup>75</sup> Cf OLIVEIRA, K.C.B.F.; BECKER, M. A. “O princípio da precaução e o direito à informação na produção de transgênicos”. Disponível em: <http://licaufs.blogspot.com/p/anais2017.html>. A matéria também é debatida no Direito Ambiental, onde gera controvérsias sobre sua interpretação. Cf SAMPAIO MINASSA, P. **A incógnita ambiental do princípio da precaução**. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/view/4982/3348>. No campo da filosofia política de ambiente, a tese de Vaz (2007), “Circumstances of responsibility. Contributions from virtue thinking in the realm of the environmental crisis”, aponta

A *iniciativa*, nos termos de Ricouer (1997), como uma ação no presente, e o princípio da precaução, como uma ação antecipadora diante das incertezas futuras provocadas por ameaças no tempo presente, indicam que o modo de agir do Movimento Gandarela, como será descrito nos próximos capítulos, tanto difere dos demais movimentos mobilizados nos conflitos socioambientais oriundos dos quadros descritos no início deste capítulo, quanto provém justamente dessa experiência.

Porque, no caso do MPSG, o movimento age antecipando-se aos danos que poderão ser causados pela atividade da mineradora Vale na ainda inexplorada Serra do Gandarela. Uma atitude preventiva, baseada na precaução – e não da mitigação ou compensação dos danos causados pela atividade da mineração, como na Serra da Piedade – que irá embasar, inclusive, as ações no campo jurídico. Essa ação antecipadora tem, portanto, antecedentes no espaço de experiência configurado a partir das lutas anteriores e do aprendizado daí resultante. Também nesse mesmo sentido, a percepção de um horizonte de expectativas, antecipado no presente, diante do avanço da mineração e suas consequências que já são conhecidas.

Do aprendizado com o SOS Serra da Piedade e com o MovSam, resultaram lições que serão incorporadas ao repertório de ação do MPSG: a mobilização pelo direito (LOSEKANN, 2013), que irá fundamentar as ações no campo jurídico capazes de impedir e postergar a ação do outro/Vale na Gandarela<sup>76</sup>; o uso de linguagem legitimadora do campo ambiental, presente nos inúmeros ofícios trocados com agentes de Estado e do campo jurídico, além da produção de documentos técnicos sobre a Serra do Gandarela; a atuação em redes de intercâmbio e de comunicação entre os parceiros na luta; o uso do capital técnico-científico; e uma linguagem de valoração (MARTÍNEZ-ALIER, 2014), contrapondo valores socioambientais representados pela água *versus* valores econômicos representados pela atividade mineradora. Resultará daí a construção da imagem da Serra do Gandarela como um “aquífero”, um reservatório que, ao mesmo tempo, armazena água e possui minério, porque “onde tem minério tem água”, mas “minério não se bebe”.

Compreende-se, pelo exposto até o momento, que o emergir tanto do SOS Serra da Piedade quanto do MovSam se dá em torno da luta pelo reconhecimento dos interesses da sociedade civil na defesa de bens comuns<sup>77</sup> ameaçados pela mineração. Esse ponto de

---

no princípio da precaução um novo paradigma de política ambiental pautado na responsabilidade como um valor fundamental. Disponível em: [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6199/1/ulsd053427\\_td\\_Sofia-\\_Vaz.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6199/1/ulsd053427_td_Sofia-_Vaz.pdf). Este princípio será invocado pelo Ministério Público em uma de suas ações para impedir o avanço da Vale sobre a Serra do Gandarela, a partir de denúncias da sociedade civil, como veremos.

<sup>76</sup> A atuação junto, desde 2007, aos ministérios públicos do Estado de Minas Gerais e Federal foi fundamental neste sentido, em diversas fases da ação coletiva, como veremos.

<sup>77</sup> A Serra da Piedade e as serras de Minas Gerais que estão sob ameaça da expansão da atividade mineradora, como bens comuns e patrimônios paisagísticos, histórico-culturais e naturais dos mineiros. Nesse sentido, os movimentos sociais aqui descritos estão promovendo uma outra valoração para os chamados “recursos naturais” envolvidos no conflito.

vista fornece perspectivas para a observação analítica dos processos que resultarão na formação da identidade coletiva<sup>78</sup> do Movimento Gandarela.

Como defendemos neste trabalho, a ação empreendida pelo MSPG antecipa-se aos danos da mineração, ressignifica a Serra do Gandarela e lhe dá um caráter diferencial àquele conferido pela valoração econômica dos “recursos naturais” ali depositados – o minério de ferro. Passemos, agora, a compreensão sobre o território ameaçado, a Serra do Gandarela, o projeto de expansão mineradora da Vale, os diferentes modos como a Serra é significada pela perspectiva socioambiental dos atores da sociedade civil e o que está em disputa: a manutenção da água *versus* a exploração da mineração.

## 2.2 A VALE AVANÇA SOBRE AS SERRAS: O PROJETO APOLO E O CONTROLE TERRITORIAL

Para melhor compreender o processo que leva à mobilização dos atores na defesa da Serra do Gandarela, importa relacionar ao conflito em tela – a partir do quadro geral dos conflitos ambientais envolvendo a mineração, esboçado anteriormente – à dinâmica de expansão da Vale e sua estratégia empresarial para garantir controle territorial e viabilizar seus negócios no Quadrilátero Ferrífero (ROJAS; PEREIRA, 2015), como o Projeto Apolo. O movimento da empresa, no início dos anos 2000, conjuga altos investimentos na expansão territorial, ampliação das reservas minerais, aumento da capacidade de produção e dos lucros. As apostas da empresa estão direcionadas para seus novos projetos, como o Serra Sul, na região de Carajás, e a Mina Apolo (MG).

A empresa reflete, desse modo, a política neoextrativista implementada com mais força no país a partir da década de 2000. Ainda em 2004, quando solicitou a licença prévia para minerar Maquiné-Baú, a Vale já se preparava para acelerar o seu crescimento orgânico, a partir do aumento de sua produção, baseando-se “em sua confiança na economia global e em sua percepção de uma mudança estrutural na demanda de minérios e metais” (CVRD, 2007 citado por FARIA, 2014, p. 52).

Para conduzir a esse aumento da capacidade produtiva, a empresa apostava no Projeto Maquiné-Baú, futuramente Apolo, considerado seu principal pivô estratégico para engrossar a produção de minério de ferro (DAMATO, 2007a), a 24 milhões de toneladas ao ano, durante um período inicial de 17 anos, a partir de 2011/2012<sup>79</sup>. Os investimentos neste projeto chegavam a 2,2 bilhões de dólares. Originalmente, Apolo ocuparia cerca de 6 mil

---

<sup>78</sup> A identidade coletiva como conceito analítico, conforme Melucci (1996), nos fornece o caminho da investigação para analisarmos: os processos de mobilização, formas organizacionais e de comunicação; modelos de liderança (nível interno dos movimentos); relações com os concorrentes, aliados e adversários; e reações do sistema político e de controle social (interação do movimento com seu exterior).

<sup>79</sup> Essas previsões de vida útil da mina e de início das atividades serão alteradas, ano a ano, nos relatórios da empresa, como veremos na sequência.

hectares, que se estenderiam por uma área de 1,8 mil hectares, em direção ao município de Raposos, incluindo a instalação de minas de ferro, barragem de rejeitos e ferrovia. A cava da mina teria cerca de 477 hectares e seria a segunda maior de extração de minério de ferro a céu aberto da empresa no país, depois de Carajás (PA).

A área impactada abrangeria os municípios de Caeté, Nova Lima, Raposos, Rio Acima e Santa Bárbara, situando-se na Serra do Gandarela, no interior do QF, na porção sul da Serra do Espinhaço<sup>80</sup> (FARIA, 2014; SANCHES, 2012; DAMATO, 2007a). A Gandarela, localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), está a cerca de 65 km de Belo Horizonte (BH), mas, se traçássemos uma linha reta, esse percurso se reduziria a 25 km de distância (FARIA, 2014). Com uma extensão de 466,6 Km<sup>2</sup>, esta serra também se insere na Área de Proteção Ambiental Sul (APA SUL) da RMBH, importante unidade de conservação de uso sustentável, ao Sul da capital mineira.

Paralelo ao desenvolvimento do Projeto Maquiné-Baú, a Vale realiza, entre os anos de 2005 e 2008, a compra dos direitos minerários da Mineração Apolo, também entre Caeté e Santa Bárbara<sup>81</sup>. A aquisição é concluída em 2008, em acordo de 145 milhões de dólares, no qual a empresa destaca a aquisição da lavra que pode aumentar suas reservas minerais em aproximadamente 1,1 bilhão de toneladas de minério de ferro naquela região. A mineração Apolo, que detém direitos minerários nos municípios de Rio Acima e Caeté (MG), trabalha com pedras ornamentais, mas também possui reservas de minério de ferro próximas a outras minas da Vale.

A aquisição de Apolo caiu como “luva” para os planos de expansão da mineradora, uma vez que esta mina está inserida em uma área maior, “que já pertencia à Vale”, aumentando, desse modo, a “sinergia do projeto” de expansão e consolidando a posição da empresa na região do QF (ENNES, 2008). Em entrevista ao jornal “Diário do Comércio Indústria & Serviço” (DCI), o então diretor executivo de Ferrosos e de Participações em Siderúrgicas da Vale, José Carlos Martins, afirmou: “Todas as áreas que julgarmos de interesse a gente vai considerar, mas não temos urgência disso, porque a quantidade da nossa reserva já é bastante grande” (ENNES, 2008, s/p).

Em 2006, as reservas da Vale eram estimadas em 7,6 bilhões de toneladas (ENNES, 2008). Naquele ano, enquanto realizava a compra da mineração Apolo, a empresa anuncia, em uma reportagem escrita por Rodrigo Damato, publicada no jornal O Tempo, de Belo Horizonte, na edição de 09 de março de 2006, seus planos de exploração das minas do Baú, Maquiné e Dois Irmãos, localizadas nos municípios de Barão de Cocais e Santa Bárbara (região Central do Estado). A expansão é justificada em função da demanda externa

---

<sup>80</sup> Trata-se de um conjunto de montanhas reconhecido como Reserva da Biosfera pela UNESCO desde 2005, e que está entre as regiões de maior biodiversidade da América do Sul.

<sup>81</sup> Formulário de Referência da Vale, 2010.

crecente, principalmente da China, e para suprir a exaustão da mina de Gongo Soco, em Barão de Cocais, prevista para 2015.

A diretoria da Vale não sabe quantificar exatamente o potencial das três minas, mas afirma que somente as jazidas de Baú e Maquiné juntas possuem o dobro do potencial de Gongo Soco, que produz anualmente 6 milhões de toneladas de minério de ferro. A duas jazidas ficam muito próximas entre si. O maior dos três empreendimentos, a mina do Baú, (...) está em fase mais adiantada que as outras. A Vale já deu entrada nos pedidos de licenças ambientais junto à Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam). Ainda este ano a empresa já começa a explorar a mina (DAMATO, 2006, s/p).

Em 2009, a Vale possuía sete das 14 propriedades rurais na área, destinadas à implantação do futuro Projeto Apolo, e estava “em fase de negociação para aquisição” das demais, o que totalizaria 11.937,27 ha em seu poder (ROJAS; PEREIRA, 2015). A empresa também adquiria terras para a criação de áreas protegidas, em atendimento à legislação brasileira, e para as futuras ampliações das minas Apolo, Baú e Capanema, as duas últimas no entorno da Serra do Gandarela (ROJAS, 2014)<sup>82</sup>.

A compra de direitos minerários na Serra remonta a década de 60. Conforme Coelho-de-Souza (2015, p. 79), moradores do entorno da Gandarela contaram que, desde aqueles anos, “chegaram grandes companhias comprando os terrenos na região, algumas plantaram eucalipto para fazer carvão para a sua própria siderúrgica, mas a maioria das terras foram mantidas como ‘reserva, (...) só compraram para segurar’”. Tal ação gerou desequilíbrio nos postos de emprego da região, baseados em atividades agrícolas e extrativistas, como o manejo de candeia, apicultura, extração de musgo (COELHO-DE-SOUZA, 2015; ROJAS, 2014).

Rojas (2014) aponta a percepção local de que “a serra (da Gandarela) toda é da Vale”, assim descrita por um morador da comunidade de Socorro, uma das que estão na área de abrangência do Projeto Apolo.

(...) a Serra do Maquiné, que é conhecida como Apolo, lá chama Maquiné. Essa serra pega lá e faz essa volta e termina ali. A Vale acabou de comprar um terreno ali, de (morador), que mora em Barão. Por que? Porque encontrou muito material (minério de ferro). Tem um projeto de 180 anos só dessa Serra... Essa serra toda que você olha, que você enxerga é da Vale. Aqui (Socorro) está ficando só o miolo, só o miolo da rua. Meu terreno aqui faz divisa com ela (a Vale). Eu não vendi para ela (a Vale). Ela (a Vale) me propôs mas eu não quis vender. Eu não tenho interesse nenhum de vender, fica aí para os netos... Aqui quase que está ficando só Socorro mesmo (Morador de Socorro, 2013 citado por ROJAS, 2014, p. 150).

---

<sup>82</sup> Em 2013, a Vale possuía 18 minas em atividade no Quadrilátero Ferrífero e sua intenção era ampliar e intensificar a mineração na região. À medida que sua fronteira mineral se expandia, a empresa impedia que outras mineradoras se instalassem na região, sendo este um dos fatores que contribuiu para afastar e retardar, até então, a instalação de grandes empreendimentos minerários na Serra do Gandarela (ROJAS, 2014).

Apolo, o carro-chefe da Vale na Serra do Gandarela, é citado nos relatórios anuais da empresa referentes aos anos de 2007 a 2016, disponibilizados em sua página na Internet. Ele também é informado nos *press releases* publicados na Sala de Imprensa do site da empresa a partir de 2009, ano em que foi oficialmente apresentado no Palácio da Liberdade, sede do Governo de Minas Gerais. Apolo é projetado como a aposta principal da Vale para substituir a produção das minas que estão em fase final de operação como: Gongo Soco, Cauê e Córrego do Meio, daí a sua importância estratégica e a perseverança da empresa na aprovação de seus processos de licenciamento, como veremos ao longo dos embates com o movimento social que se opõe a ele.

Nos relatórios anuais da empresa, são informadas a compra dos direitos minerários da Mineração Apolo, entre Caeté e Santa Bárbara, no ano de 2005; sua incorporação aos negócios da Vale, em 2008; as reservas minerais estimadas em Apolo, citadas entre as Minas do Sistema Sudeste da Vale, com detalhamento, nos relatórios de 2007 a 2010; assim como os gastos em projetos de investimentos na mina no mesmo período. Entretanto, a informação sobre previsão do início das atividades de exploração aparece uma única vez, no relatório de 2009, e sobre previsões de investimentos mudam a cada ano até desaparecer, a partir do relatório de 2011.

Recorda-se que o processo de licenciamento do projeto Apolo, iniciado em 2009, foi suspenso pelo Semad, em 16 de novembro de 2010, atendendo recomendação do Ministério Público Estadual, em função da análise da proposta de criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela, na mesma área prevista para a exploração do complexo minerador da Vale.

No relatório de 2007, a Vale informou que pagou ágio na aquisição da Sociedade de Mineração Apolo. Neste mesmo ano, a empresa concedeu entrevistas coletivas, em Belo Horizonte, para anunciar investimentos em uma nova mina, entre Caeté e Santa Bárbara. O jornal O Tempo, da capital mineira, publicou duas reportagens, em 16 e 26 de outubro de 2007, a esse respeito.

Na primeira, intitulada “Estado terá nova mina de US\$ 2,2 bi”, a Vale informa que Maquiné-Baú irá abranger os municípios de Santa Bárbara e Caeté. Será construída uma infraestrutura ferroviária e a previsão de produção é de 24 milhões de toneladas/ano, tratando-se do maior investimento isolado da Vale em Minas (26%) até 2012, com início das operações previsto para 2011. O jornal informa que se trata da “aposta da empresa para aumentar a produção de minério de ferro” (DAMATO, 2007a, s/p).

Na segunda reportagem, de 26 de outubro, a empresa informa que as obras de montagem da usina de Maquiné-Baú podem começar em 2009 e que, em 2012, planeja produzir 225 milhões de toneladas de minério de ferro em MG, com a nova mina integrando

essa projeção (DAMATO, 2007b). As reportagens não fazem referência ao pedido de licenciamento ambiental e muito menos à licença social para as operações.

Em 2008, a empresa informou em seu relatório anual que adquiriu os direitos minerários da Mineração Apolo.

No segundo trimestre de 2008, adquirimos de direitos de exploração do minério de ferro da Mineração Apolo, localizados nos distritos de Rio Acima e de Caeté, em Minas Gerais. Fizemos pagamentos da ordem de US\$128 milhões em 2008 e liquidaremos os pagamentos restantes, da ordem de R\$7 milhões (cerca de US\$3 milhões) (VALE, 2009, p.18).

Neste mesmo relatório, pela primeira vez, cita o projeto Apolo:

*Apolo (anteriormente Maquiné-Baú)*. Estimamos que este projeto, localizado no Sistema Sudeste, alcance uma capacidade de produção anual de 24 milhões de toneladas métricas. O custo total estimado deste projeto, que está sujeito à aprovação do nosso Conselho de Administração, é de US\$ 2,509 bilhões. O final das operações está previsto para o primeiro semestre de 2013, sujeito as condições de mercado (VALE, 2009, p. 24).

Ainda no relatório de 2008, a empresa informou a estimativa de reservas minerais de suas minas do Sistema Sudeste, incluindo Apolo (Tabela 1):

TABELA 1 - Estimativa de reservas minerais das minas do Sistema Sudeste da Vale

	Minério de ferro – Minas do Sistema Sudeste (1)					
	Provadas		Prováveis		Total	
	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor
<i>Minas de Itabira</i>						
Conceição.....	321,1	51,4	28,0	58,9	349,1	52,0
Minas do Meio.....	344,7	53,7	176,9	56,1	521,7	54,5
<i>Minas Centrais</i>						
Água Limpa / Cururu.....	46,5	41,8	6,3	42,2	52,8	41,8
Gongo Soco.....	54,2	64,6	20,2	58,6	74,4	63,0
Brucutu.....	295,0	52,3	364,2	50,1	659,2	51,1
Baú.....	-	-	37,1	55,7	37,1	55,7
Apolo(2).....	145,2	60,3	133,5	56,2	278,7	58,3
Andrade.....	106,8	59,7	14,1	54,8	120,9	59,2
<i>Complexo de Mariana</i>						
Alegria.....	185,2	50,2	55,7	48,1	240,8	49,7
Fábrica Nova.....	511,3	47,0	351,4	44,2	862,6	45,8
Fazendão.....	251,5	50,1	94,5	49,7	346,0	50,0
Timbopeba.....	-	-	73,3	55,2	73,3	55,2
<i>Urucum</i>						
Mina de Ferro.....	8,1	62,7	29,5	62,1	37,5	62,3
Total Sistema Sudeste.....	2.269,6	51,7	1.384,6	50,8	3.654,2	51,4

(1) A tonelagem está expressa em milhões de toneladas métricas de ROM úmida. O teor é em porcentagem de Fe. Os espaços aproximados de porços perfurados para classificar as reservas foram: 100m x 100m para reservas provadas e 200m x 200m para reservas prováveis.

(2) Anteriormente, Maquiné

Fonte: Companhia Vale do Rio Doce (2009, p. 53).

E a previsão de esgotamento da reserva estimada para 2029 (Tabela 2):



TABELA 2 - Estimativa de reservas minerais das minas do Sistema Sudeste da Vale

	Minério de ferro – Minas do Sistema Sudeste (1)					
	Provadas		Prováveis		Total	
	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor
<i>Minas de Itabira</i>						
Conceição.....	321,1	51,4	28,0	58,9	349,1	52,0
Minas do Meio.....	344,7	53,7	176,9	56,1	521,7	54,5
<i>Minas Centrais</i>						
Água Limpa / Cururu.....	46,5	41,8	6,3	42,2	52,8	41,8
Gongo Soco.....	54,2	64,6	20,2	58,6	74,4	63,0
Brucutu.....	295,0	52,3	364,2	50,1	659,2	51,1
Baú.....	-	-	37,1	55,7	37,1	55,7
Apolo(2).....	145,2	60,3	133,5	56,2	278,7	58,3
Andrade.....	106,8	59,7	14,1	54,8	120,9	59,2
<i>Complexo de Mariana</i>						
Alegria.....	185,2	50,2	55,7	48,1	240,8	49,7
Fábrica Nova.....	511,3	47,0	351,4	44,2	862,6	45,8
Fazendão.....	251,5	50,1	94,5	49,7	346,0	50,0
Timbopeba.....	-	-	73,3	55,2	73,3	55,2
<i>Urucum</i>						
Mina de Ferro.....	8,1	62,7	29,5	62,1	37,5	62,3
Total Sistema Sudeste.....	2.269,6	51,7	1.384,6	50,8	3.654,2	51,4

(1) A tonelagem está expressa em milhões de toneladas métricas de ROM úmida. O teor é em porcentagem de Fe. Os espaços aproximados de porços perfurados para classificar as reservas foram: 100m x 100m para reservas provadas e 200m x 200m para reservas prováveis.

(2) Anteriormente, Maquiné

Fonte: Companhia Vale do Rio Doce (2009, p. 53).

Na tabela a seguir, a Vale informa os gastos com os principais projetos de investimento em 2008 e os orçados para 2009, incluindo Apolo, além de uma estimativa dos gastos totais para cada projeto, em valores de caixa (Tabela 3).

TABELA 3 - Estimativa de gastos com os principais projetos da Vale

Área de negócios	Projeto	Reais		Orçado	
		2008	2009	2009	Total capex(1)
				(US\$ milhões)	
	adicionais.				
	Mina de minério de ferro Fazendão	79	-		233
	Mina de minério de ferro Serra Sul (S11D)	58	675		11.297
	Mina de minério de ferro Apolo	2	54		2.509
	Usina de pelotização Vargem Grande	501	17		1.192
	Usina de pelotização Tubarão VIII	82	527		636
	Usina de pelotização Oman	77	458		1.356
	Corredor Norte	212	-		956
	Corredor Sul	205	163		553
	Ferrovia Litorânea Sul.	-	107		935
Minerais não ferrosos	Mina de níquel Onça Puma	985	597		2.297
	Mina de níquel Goro	1.063	520		4.083
	Mina de níquel e cobre Totten	41	112		362

Fonte: Companhia Vale do Rio Doce (2009, p. 81).

Em 22 de setembro de 2009, o então secretário estadual de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, Sérgio Barroso, disse ao Caderno Economia & Negócios, do Jornal O Estado de S.Paulo, que “o governo mineiro pretende apoiar projetos de infraestrutura e planejamento logístico, além de atrair investimentos dos setores de tecnologia e equipamentos” (MASSOTE, 2009, s/p). Em novembro de 2009, a empresa Vale S.A. apresentou, em solenidade no Palácio da Liberdade, seu novo projeto de mineração, com a

compra, por US\$ 145 milhões, da mina Apolo, até então destinada à produção de pedras ornamentais, na Serra do Gandarela, região Central do Estado, a 40 km de Belo Horizonte. A postura do Governo em apoiar o empreendimento foi publicamente criticada por não haver consulta prévia ao Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)<sup>83</sup>.

A partir do relatório de 2009, os dados sobre o Apolo são alterados, ano a ano. Naquele ano, a empresa apresenta valores reduzidos para o realizado no ano anterior, e também diminui a previsão de investimento para Apolo para o ano seguinte (Tabela 4), em um movimento de retração que acompanha as incertezas do mercado de *commodities* no período:

TABELA 4 - Principais projetos de investimento da Vale em 2009 e gastos orçados em 2010

Área de negócios	Projeto	Realizado (1)	Orçado	
		2009	2010	Total(2)
(milhões de US\$ )				
Minerais Ferrosos e Logística	Carajás – mina de minério de ferro 20 Mtpa adicionais	45	90	575
	Carajás – mina de minério de ferro 30 Mtpa adicionais	384	480	2.478
	Mina de minério de ferro Carajás Serra Sul (mina S11D)	213	1.126	11.297
	Mina de minério de ferro Apolo	9	38	2.509
	Mina de minério de ferro de Vargem Grande Itabiritos	–	79	975
	Mina de minério de ferro de Conceição Itabiritos	7	184	1.174
	Usina de pelotização Tubarão VIII	208	122	636
	Centro de distribuição de minério de ferro e planta de pelotas de Oman	344	484	1.356
	Terminal marítimo e centro de distribuição Teluk Rubiah	4	98	900
	Minerais não ferrosos	Mina de níquel Onça Puma	486	510
Mina de níquel Totten		56	146	362
Unidade de Processamento de níquel Long-Harbour		101	441	2.821
Mina de cobre Tres Valles		52	27	109
Mina de cobre Salobo		436	600	1.808
Expansão da mina de cobre de Salobo		2	66	1.025
Mina de cobre de Konkola North		–	50	145
Mina de fosfato de Bayóvar		296	219	566
Mina de potássio do Rio Colorado		–	304	4.118
Carvão	Mina de carvão Moatize	302	595	1.322
Energia	Usina hidrelétrica de Estreito	284	186	703
	Usina hidrelétrica de Karebbe	53	126	410
	Biocombustíveis	46	55	407

(1) Os números são apresentados em regime de caixa.

(2) Custo de produção estimado, para cada projeto.

Fonte: Vale S.A. (2010, p. 65).

Entre os projetos de ferros e pelotas divulgados no relatório de 2009, a empresa volta a informar sobre Apolo, anunciando o início das atividades para 2014: “*Apolo*. Estimamos que este projeto *greenfield*, localizado no Sistema Sudeste, venha a alcançar uma capacidade de produção anual de 24 milhões de toneladas métricas, devendo ser iniciado no primeiro semestre de 2014, após aprovação do Conselho de Administração” (VALE, 2010, p. 66). Em 2007, a empresa havia projetado o início das atividades para 2011, conforme reportagem

<sup>83</sup> Com informações publicadas no caderno *Minas*, do *Jornal Hoje em Dia*, de 04/07/2010.

publicada em O Tempo. Outra projeção que se altera aparece no relatório de 2010, quando a Vale adia a previsão de exaustão da mina Apolo, passando de 2029, anunciado no relatório de 2008, para o ano de 2039 (Tabela 5).

TABELA 5 - Previsão de Exaustão das minas do Sistema Sudeste da Vale

Outros dados da mina: Minas de Minério de ferro do Sistema Sudeste				
	Tipo	Em operação desde	Data provável de exaustão	Participação da Vale (%)
(%)				
<i>Minas de Itabira</i>				
Conceição.....	A céu aberto	1957	2023	100
Minas do Meio.....	A céu aberto	1976	2023	100
<i>Complexo de Minas Centrais</i>				
Água Limpa.....	A céu aberto	2000	2020	50
Gongo Soco.....	A céu aberto	2000	2018	100
Brucutu.....	A céu aberto	1994	2024	100
Apolo.....	A céu aberto	-	2039	100
<i>Complexo de Mariana</i>				
Alegria.....	A céu aberto	2000	2021	100

Fonte: Vale S.A. (2011, p. 55).

A previsão de gastos em Apolo também se altera no relatório de 2010. O gasto de US\$ 7 milhões no projeto daquele ano fica bem abaixo dos US\$ 35 milhões inicialmente previstos no relatório do ano anterior (Tabela 6). A previsão de investimentos para 2011 sobe para US\$ 377 milhões, o maior valor até então, mas a estimativa de gasto total não é informada, porque ainda “não foi aprovado pelo Conselho de Administração” (VALE, 2011, p.65).

TABELA 6 - Gastos totais e orçados da Vale em projetos de investimentos em 2010 e 2011

Área de negócios	Projeto	Realizado	Orçado	
		2010(1)	2011	Total(2)
(milhões de US\$ )				
Bulk materials e logística	Carajás - expansão para 20 Mtpa (4)	125	121	575
	Carajás - expansão para 40 Mtpa	361	481	2.968
	Vargem Grande – Itabiritos	56	356	1.521
	Conceição - Itabiritos	177	411	1.174
	Conceição – Itabiritos II	9	153	1188
	CLN 150 Mtpa	587	1.289	2.986
	Tubarão VIII	132	185	833
	Moatize	626	422	1.658
	Serra Leste	15	274	455
	Simandou(3)	31	861	1.260
	Apolo	7	377	*
	Carajás Serra Sul S11D	211	1.017	6.776
	CLN S11D	18	155	*
	Oman(4)	474	269	1.356
	Teluk Rubiah	43	148	1.371
	Expansão de Moatize		161	*
Corredor Nacala	66	298	*	
Metais base	Totten	84	112	362
	Long-Harbour	531	817	2.821
	Onça Puma(4)	435	146	2.841

Fonte: Vale S.A. (2011, p. 65).

Nos relatórios de 2011, 2012 e 2013, Apolo é citado entre as reservas minerais e previsão de exaustão das minas, que passa de 2039 para 2038, mas não aparece entre os projetos de investimentos da Vale naqueles anos. No período, a proposta de criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela (Parna Gandarela), com uma área de 38 mil hectares para proteger a região pretendida pela mineradora, era analisada em audiências públicas realizadas pelo Instituto de Conservação para a Biodiversidade Chico Mendes (ICM-Bio), órgão do Ministério do Meio Ambiente, junto aos municípios abrangidos pela área do futuro parque. O pedido para sua criação, entregue pelo recém-criado MPSPG, através do Projeto Manuelzão, da UFMG, foi assinado por 28 entidades, entre associações comunitárias e de trabalhadores rurais, sindicatos, e ONGs.

Em 2014, mesmo ano em que o Parna Gandarela será oficializado, a Vale informa que, devido à mudança nos padrões de pesquisas, as reservas minerais de Apolo aumentaram, o que indica as novas medições realizadas pela empresa (Tabela 7), e a previsão de exaustão da mina foi transferida de 2038 para 2046 (Tabela 8). Com a área pretendida para minerar excluída do Parna Gandarela, a Vale aumenta suas apostas na continuidade de seu projeto minerador ao longo de cerca de três décadas – uma vez que a previsão era iniciar a exploração entre 2011-2012 e encerrar em 17 anos, ou seja, 2028 e 2029.

TABELA 7 - Reservas de minério de ferro por minas no Sistema Sudeste da Vale

	Reservas de minério de ferro por mina no Sistema Sudeste (1)(2)							
	Provadas - 2014		Prováveis - 2014		Total - 2014		Total - 2013	
	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor
<i>Itabira</i>								
Conceição.....	456,6	45,6	93,3	47,9	549,9	46,0	584,8	46,1
Minas do Meio.....	189,5	50,5	60,9	48,9	250,4	50,1	272,6	50,8
<i>Minas Centrais</i>								
Água Limpa(3).....	15,3	41,9	5,2	42,8	20,5	42,1	27,0	42,2
Bruçutu.....								
<b>Apolo(4)</b> .....	<b>192,1</b>	<b>50,1</b>	<b>240,3</b>	<b>48,1</b>	<b>432,4</b>	<b>49,0</b>	<b>470,3</b>	<b>49,3</b>
	47,9	57,4	622,3	56,3	670,2	56,3	632,1	56,1
<i>Mariana</i>								
Alegria.....	203,3	45,9	141,8	43,8	345,1	45,1	356,8	45,4
Fábrica Nova.....	363,9	43,3	775,3	40,9	1.139,2	41,6	1.158,3	41,8
Fazendão.....	299,6	45,7	306,2	40,6	605,8	43,1	619,2	43,2
Capanema.....	-		610,7	47,1	610,7	47,1	610,7	47,1
Conta História.....	-		515,9	45,4	515,9	45,4	515,9	45,4
<b>Total do Sistema Sul.....</b>	<b>1.768,2</b>	<b>46,5</b>	<b>3.371,9</b>	<b>46,5</b>	<b>5.140,0</b>	<b>46,5</b>	<b>5.247,7</b>	<b>46,5</b>

- (1) A tonelagem está expressa em milhões de toneladas métricas de ROM úmido, considerando as umidades a seguir: Itabira 1,5%; Minas Centrais 5,9%; Mariana 3,9%. O teor é em porcentagem de Fe. O espaçamento aproximado dos furos de sonda perfurados para classificar as reservas foi: 100m x 100m para reservas provadas e 200m x 200m para reservas prováveis.
- (2) A recuperação média de produto (por tonelagem) é: 57% para Itabira, 71% para Minas Centrais e 54% para Mariana.
- (3) A participação da Vale em Água Limpa é de 50% e os números da reserva não foram ajustados para refletir nossa participação.
- (4) **Apolo aumentou as reservas devido ao modelo atualizado dos recursos geológicos e os novos limites finais da cava.**

Fonte: Vale S.A. (2015, p. 70).

TABELA 8 - Previsão de exaustão nas minas de minério de ferro do Sistema Sudeste da Vale

Minas de minério de ferro no Sistema Sudeste				
	Tipo	Em operação desde	Data de exaustão projetada	Participação da Vale (%)
<i>Itabira</i>				
Conceição .....	A céu aberto	1957	2025	100,0
Minas do Meio .....	A céu aberto	1976	2022	100,0
<i>Minas Centrais</i>				
Água Limpa .....	A céu aberto	2000	2017	50,0
Brucutu .....	A céu aberto	1994	2023	100,0
<b>Apolo .....</b>	<b>A céu aberto</b>	<b>-</b>	<b>2046</b>	<b>100,0</b>
<i>Mariana</i>				
Alegria .....	A céu aberto	2000	2033	100,0
Fábrica Nova .....	A céu aberto	2005	2040	100,0
Fazendão .....	A céu aberto	1976	2048	100,0
Capanema .....	A céu aberto	-	2057	100,0
Conta História .....	A céu aberto	-	2052	100,0

Fonte: Vale S.A. (2015, p. 72).

Em 2015 e 2016, os dados sobre Apolo praticamente desaparecem dos relatórios da empresa, resumindo-se em informações sobre as reservas minerais, em nota de rodapé: “A operação integrada de Minas Centrais inclui as minas de Brucutu e Água Limpa. Além disso, temos a jazida de Apolo, que não está atualmente em produção. (...)” (VALE, 2017, p. 65 – grifo nosso).

Mesmo não estando em produção, como destacado anteriormente, Apolo figura no horizonte da Vale não como possibilidade, mas como uma certeza da empresa que joga com o tempo, a oscilação do mercado de *commodities*, os investimentos externos, as condições internas para sua efetivação, e com a busca de aliados para realizar seu projeto. Mesmo em 2014, ano da criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela, Apolo se mantém nas projeções da Vale, o que indica a perseverança da empresa em conseguir aprovação para seu empreendimento, considerando-se que se tratava do mesmo território reivindicado pela sociedade civil como área livre de mineração. Em sua grandiosidade, Apolo/Serra do Gandarela é uma realidade traduzida em números, investimento, lucro estimado, reservas e milhões de toneladas de minério de ferro a serem extraídas.

No horizonte cinzento da ordem da especulação e da lucratividade, a Serra do Gandarela inexistente em sua outra grandiosidade, a da biodiversidade, das belezas naturais, da riqueza de sua capacidade de armazenar e distribuir água e de alimentar importantes bacias hidrográficas do Sudeste – as dos rios das Velhas e Doce, por exemplo – tal como será enfatizado pela ação do movimento social que nasce em sua defesa. A ordem do lucro demonstrada nos relatórios e nas declarações públicas da empresa no momento da publicização do projeto Apolo encontra governantes e imprensa favoráveis – e impressionáveis – com a promessa do negócio de milhões de toneladas de minério de ferro ao ano. Nesse momento, silencia-se sobre os inúmeros impactos ambientais e sociais decorrentes da atividade de mineração que se pretende implantar, sobre comunidades no



entorno e mesmo na área visada pela Vale. A Gandarela, por trás dos números estratosféricos de Apolo, parece, assim, ter seu destino traçado, a exemplo do que o poeta Carlos Drummond de Andrade vaticinou sobre o Pico do Caué, em sua cidade natal, Itabira (MG).

No entanto, outra visão a respeito desse mesmo território emerge do discurso científico e encontra ecos no MPSG e na defesa da “última montanha não minerada no Quadrilátero Ferrífero”<sup>84</sup> – ainda que essa visão romântica oculte as pequenas minerações e outras atividades econômicas<sup>85</sup> nas proximidades e os conflitos resultantes da proposição do Parque Nacional da Serra do Gandarela até mesmo entre as comunidades que vivem no seu entorno<sup>86</sup>. Entretanto, destaca-se, aqui, preliminarmente, esse imaginário de uma Gandarela semelhante ao “Avatar”<sup>87</sup> – como no filme de James Cameron –, em favor de sua destacada condição de preservação, o que explica a existência do que os ambientalistas designarão como “singularidades” ambientais e vestígios ali existentes tanto históricos, do Ciclo do Ouro (séculos XVII e XVIII), quanto da pré-história ambiental, como a paleotoca de tatus gigantes lá encontrada<sup>88</sup>.

### 2.3 A SERRA DO GANDARELA E SUA RELAÇÃO COM A ÁGUA

A importância ambiental e hidrológica da Gandarela, descrita sistematicamente em diversos estudos (BARBOSA, 1980; LAMOUNIER, 2009; LAMOUNIER *et al.*, 2008; MARENT; LAMOUNIER; GONTIJO, 2011), já havia despertado a atenção de pesquisadores ligados à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), antes mesmo da primeira licença prévia concedida a então CVRD para minerar a mina Maquiné-Baú (futura Apolo), em 2004.

Conforme Marent, Lamounier e Gontijo (2011, p. 100),

(...) estudos apontando o Quadrilátero Ferrífero como de grande importância ecológica surgiram ao mesmo tempo em que diversos conflitos econômicos e ambientais. Um exemplo foi o embate ocorrido no Monumento Natural da Serra da Piedade.

O conflito envolvendo mineração e a serra “irmã” da Gandarela aparece também como impulsionador na produção de conhecimento científico a corroborar as ações de

<sup>84</sup> Expressão que será recorrente no material de campanha em defesa da Gandarela, produzido pelo MPSG, como o Jornal O GANDARELA.

<sup>85</sup> Como apontado por Lamounier *et al.* (2008), além da mineração, outras intervenções na Serra do Gandarela são marcadas por plantio de eucalipto, pastagem e atividades agrícolas. Porém, seu alto grau de conservação e abundante cobertura vegetal natural são mais significativos.

<sup>86</sup> Como apontado por Rojas (2014) a respeito dos conflitos envolvendo Parque x mineração; Parque x comunidades; mineração X comunidades.

<sup>87</sup> Cf. artigo de Paulo Baptista, intitulado “Gandarela: o *Avatar* é aqui”, publicado no Jornal O GANDARELA, N. 1, à pág. 2, edição novembro de 2010-janeiro de 2011.

<sup>88</sup> A esse respeito, cf. reportagem “Gandarela tem paleotoca de tatus gigantes extintos há 10 mil anos”, publicada em Jornal O GANDARELA, N. 4, edição janeiro de 2014. Paleotocas são tocas cavadas por animais extintos que viviam em parte em abrigos subterrâneos.

preservação ambiental, conforme destaca depoimento a seguir, a respeito do interesse de pesquisa pelo Gandarela:

O professor André Salgado, geógrafo que morava em Caeté, foi quem orientou<sup>89</sup>, a dissertação do Lamounier, porque ele via que aquela região e a Gandarela estavam ameaçadas. No momento que precisamos de elementos com escopo científico para fundamentar o pedido de um parque nacional tínhamos uma tese [dissertação] apontando que ali podia ser uma unidade de conservação de proteção integral. Isso foi construído muito tempo antes. Para nós, isso também faz parte desse movimento, que veio se somando, e é esse o sentido para nós, embora com a formação com esse nome [MPSG] tenha sido depois da reunião no [Projeto] Manuelzão onde todo mundo se congregou (INFORMANTE 1, 2017, s/p).

O depoimento faz referência à dissertação de mestrado em geografia de Wanderson Lopes Lamounier (2009), que, em 2007, iniciou seu trabalho de campo, pelo Instituto de Geociências da UFMG, fazendo um levantamento do patrimônio de bens naturais da região da Gandarela, com vistas a propor a criação de um mosaico de unidades de conservação para aquela área. A pesquisa fundamentou, posteriormente, o pedido formulado pelo MPSG para a criação do Parna Gandarela.

Em seu estudo, Lamounier (2009) aponta que as áreas de proteção integral (unidades de conservação no qual estão inseridos os parques nacionais) do Quadrilátero Ferrífero correspondem a apenas 2% deste território, mas uma das que possui as mais altas taxas de conservação e diversidades biológica, geológica e geomorfológica necessitava dessa proteção, a Serra do Gandarela. Conforme Marent, Lamounier, Gontijo (2011, p. 99), “trata-se de importante patrimônio que precisa ser avaliado sobre todos os ângulos e não apenas pela perspectiva econômica, como tem sido realizado no Quadrilátero Ferrífero ao longo dos últimos tempos”.

A região onde está localizada a Serra do Gandarela foi incluída no Atlas da Biodiversidade de Minas Gerais, na categoria das áreas com importância biológica especial, sendo um ambiente único do Estado (com a vegetação de canga, que são os aquíferos superficiais que garantem a recarga de água nas cerca de 1,5 mil nascentes que brotam somente na Gandarela). Em 2008, Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF) lançaram o documento “Identificação de áreas prioritárias para implantação de Áreas Protegidas e Corredores Ecológicos do setor Sul da RMBH”, no qual a Serra do Gandarela é identificada como uma das áreas prioritárias à criação de uma unidade de conservação.

---

<sup>89</sup> Professor do Instituto de Geociências da UFMG, foi coorientador da referida pesquisa de mestrado de Wanderson Lamounier, cuja orientadora foi a professora Vilma Lúcia Macagnan Carvalho.

FIGURA 7 - Heterogeneidade ambiental de cangas no QF



Heterogeneidade ambiental e as diversas fisionomias vegetais encontradas em cangas no QF. A) Extensos lajeados localizados na Chapada de Canga (Catas Altas) e as linhas de vegetação formadas por *Vellozia* sp.; B) Vegetação rupestre em cangas localizadas na Serra de Capanema (Ouro Preto); C) Vegetação rupestre localizada na Serra de Brígida (Ouro Preto); D) Lagoa localizada em Catas Altas; E) Escarpa com cerca de 20m de altura localizada no P. E. Serra do Rola Moca (Nova Lima); F) Capão de altitude localizado na Serra da Moeda (Moeda). Fotos: Flavio Fonseca.

Fonte: ICM-Bio (2010).

Também na proposta elaborada pelo ICM-Bio (2010) para criação do Parna Gandarela, a Serra é apresentada como a última área natural em bom estado de conservação dentro do Quadrilátero Ferrífero, contendo remanescentes de Mata Atlântica, vegetação de campos rupestres sobre canga ferruginosa e sobre quartzito, com formações do Cerrado e, sobretudo, mais de mil nascentes de água. No documento, ainda vem destacada a elevada diversidade biológica, a importância paleontológica e arqueológica da região e a quantidade expressiva e em bom estado de conservação do geossistema canga/itabirito, uma das formações rochosas mais ameaçadas por sua coincidência com áreas de interesse mineral e recarga de aquíferos.



FIGURA 8 - Atributos da Mata Atlântica do Gandarela



Foto A) de Alice Okawara; B) de Paulo Baptista; C) de Alice Okawara.

Fonte: ICM-Bio (2010).

Justifica-se sua proteção, portanto, por diversas variáveis, mas, sem dúvida, o argumento a respeito da contribuição da Gandarela para a manutenção das fontes de abastecimento de água para milhões de pessoas ganhará maior relevo. Os ambientalistas do MPSG irão se esforçar tanto para “traduzir” a relação entre Gandarela-água-minério quanto

para “comprovar” a relevância dessa montanha para a disponibilidade e qualidade hídrica de boa parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e de importantes bacias do Sudeste, como as dos rios das Velhas e Doce. Nessa trama narrativa, tecida por ambientalistas e cientistas, destaca-se, primeiro, um conjunto de elementos não-humanos como central para a sobrevivência do aquífero sob a Gandarela, o geossistema canga/itabirito, justamente os mais ameaçados pela atividade de extração mineral. As montanhas da Serra do Gandarela estão cobertas por essas rochas ferruginosas, as cangas, que recobrem áreas ricas em ferro. Partimos, aqui, da explicação didática sobre o funcionamento desse mecanismo, fornecida por um dos pesquisadores do assunto que integram o MPSPG.

As cangas são formações geológicas que ocupam, no Quadrilátero Ferrífero, os topos de morros. E, topo de morro, segundo o Código Florestal, é área de preservação permanente. Porque esses topos de morro são áreas de recarga hídrica, onde a chuva vai cair, infiltrar e recarregar os aquíferos, que por sua vez vão disponibilizar, ao longo do tempo, água para as nascentes que, por sua vez, vão abastecer os rios. Ou seja, os aquíferos são espécies de mecanismos retardatórios da percolação (evitam a perda) da água. Enquanto que a chuva que cai e não alcança os aquíferos vai escoar rapidamente para o rio e se perder diretamente para o mar, digamos assim, os aquíferos seguram essa água nas chamadas zonas de recarga, e vão cedendo essa água para a manutenção do equilíbrio hídrico (INFORMANTE 3, 2017, s/p).

É dessa forma que as montanhas do Gandarela alimentam os sistemas que abastecem cerca de 5 milhões de pessoas na terceira mais populosa região metropolitana do país, a de Belo Horizonte. Por sua vez, as ilhas de cangas no alto das montanhas alimentam aquíferos que armazenariam, segundo estimativas dos geólogos, “reservas hídricas estimadas em 5 bilhões de m<sup>3</sup>, dos quais 4 bilhões de m<sup>3</sup> estejam no geossistema canga/formações ferríferas” (IBRAM, 2003 citado por ICM-Bio, 2010, p. 38). Por isso, na proposta do ICM-Bio para criação do Parna, este aspecto é o mais relevante, uma vez que

(...) o fato de tratar-se de área de recarga de aquíferos (característica intrínseca às cangas), com grande concentração de nascentes, córregos e rios que drenam para as bacias dos rios Conceição e das Velhas, importantes afluentes, respectivamente, dos rios Doce e São Francisco. Estes mananciais são considerados estratégicos inclusive para o abastecimento presente e futuro da região metropolitana de Belo Horizonte, em face do seu contínuo crescimento populacional (ICM-Bio, 2010, s/p).

Conforme o estudo de viabilidade econômica do Parna Gandarela, realizado pelo próprio Movimento Gandarela, intitulado “Parque Nacional da Serra do Gandarela. Oportunidade de Riqueza Limpa para Toda a Vida”, em 2012, a constatação de que essas formações ferríferas são os mais importantes aquíferos na região do QF e da Área de Proteção Ambiental Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte (APA Sul – RMBH) é antiga e remonta

(...) aos anos 1980 e, sobretudo, 1990, tendo adquirido publicidade durante processos de licenciamento ambiental em Minas Gerais, destacadamente no da mina de Capão Xavier, que se instalou (a partir de 2005) sobre o sistema aquífero que serve a mananciais utilizados para abastecer a capital mineira a partir da década de 1910 (manancial do córrego do Barreiro) e das de 1940 e 1950 (mananciais do ribeirão Catarina e dos córregos Mutuca e Fechos) (GAZZINELLI; RODRIGUES, 2012, p. 39).

A intrínseca relação canga-formações ferríferas-água torna a Serra do Gandarela a mais importante área de recarga de aquíferos do QF, conforme estudos citados anteriormente. Eis aí sua principal “singularidade” como fator preponderante e, ao mesmo tempo, conflitante na sua manutenção, uma vez que ela se encontra no coração da região que é uma das maiores produtoras de minério de ferro no mundo. Sendo as cangas um conjunto de rochas que coincide com o Itabirito, o minério de ferro, é de se supor as consequências de sua retirada, uma vez que água e minério de ferro estão intrinsecamente relacionados no interior das formações geológicas do QF, ou seja, as montanhas da mesma região de onde se extrai e exporta a maior parte desse minério produzido no país também armazenam água. Por isso, pesquisadores e ambientalistas afirmam que, em Minas Gerais, onde tem minério, tem água, e que o Quadrilátero, na verdade, é Aquífero-Ferrífero. Nesse sentido, compreende-se porque os ambientalistas irão destacar o fato de que

(...) o minério de ferro deixa de ser tão somente um produto ou *commodity* para ser o mais importante elemento responsável pelo funcionamento hidrológico e pela grande “memória” do geossistema ferruginoso (...). A atividade da mineração de ferro remove os conteúdos principais destes geossistemas: as cangas, desmontadas – e transformadas em pilhas de estéril – para se atingir o minério, e o próprio minério de ferro, que é o cerne do processo de filtragem e passagem natural de água pelo geossistema em questão. Portanto, no Quadrilátero, jazida de ferro e aquífero são a mesma coisa (GAZZINELLI; RODRIGUES, 2012, p. 39).

Este argumento, aliás, será central para o Movimento Gandarela em sua configuração narrativa a respeito do conflito envolvendo água *versus* mineração, como veremos mais adiante. Por hora, conforme Marent, Lamounier, Gontijo (2011), a respeito da situação singular encontrada nas montanhas do QF e na Gandarela, importa compreender que, nessa relação,

São justamente estas porções onde ocorrem os itabiritos e cangas as áreas de maior interesse minerário, pela sua alta concentração do minério de ferro. Tal fato deixa a região extremamente vulnerável, uma vez que a Serra do Gandarela não possui nenhuma unidade de conservação de proteção integral (MARENT; LAMOUNIER; GONTIJO, 2011, p. 102).

Dessa maneira, o apelo conservacionista (em função da proteção integral requerida com a proposta de criação do Parque Nacional) é o que primeiro se sobressai a partir das pesquisas produzidas sob o risco de desaparecimento do patrimônio ambiental – e do comprometimento do aquífero – em função da intensificação das atividades minerárias no QF e sobre a Serra do Gandarela.

Esse apelo também aparece no estudo “Avaliação do patrimônio biológico da Serra do Piaco e identificação de alternativas econômicas sustentáveis nas comunidades adjacentes”, produzido pelo Instituto Pró-Citta e pelo Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, realizado no território adjacente às sete comunidades na Serra do Gandarela, que abarca a Serra do Piaco. Participaram do estudo as comunidades: André do Mato Dentro, Conceição do Rio Acima, Cruz dos Peixoto, Paiol, Galego e Vigário da Vara, no município de Santa Bárbara, e Socorro, no município de Barão de Cocais. A pesquisa concluiu que as áreas florestais da Serra do Gandarela possuem alta diversidade e heterogeneidade florística e que

(...) a inexistência de unidades de conservação nesta região, bem como a presença de atividades minerárias e silviculturais são fortes ameaças a essa diversidade. Corredores ecológicos, unidades de conservação e projetos de Educação Ambiental devem ser implementados em prol da sua conservação (Pró-CITTA, 2012, p. 118).

Pelo exposto até aqui, pode-se afirmar preliminarmente que a percepção sobre a importância dessa montanha para o abastecimento de uma grande metrópole, e a necessidade de sua proteção, resultam de uma co-construção baseada nas vivências e experiências dos atores no lugar – e no (re)conhecimento dos impactos gerados por outras atividades mineradoras no QF – e em pesquisas científicas que corroboram o apelo conservacionista e preventivo ao avanço da mineração.

Estudos resultantes tanto de pesquisas realizadas no âmbito da universidade quanto do próprio movimento ambientalista, ou envolvendo uma organização não-governamental e atores locais, como as comunidades do entorno da serra que poderão sofrer os impactos gerados pelo projeto minerador da Vale, ajudam a construir a compreensão a respeito da problemática socioambiental em questão. Atores locais e cientistas vivenciam conjuntamente a ameaça concreta de um projeto minerador na região – o que irá resultar na urgência da proposição para a criação do Parna Gandarela tanto para salvaguardar a Gandarela quanto para oferecer uma alternativa econômica à mineração.

### 3 AÇÃO COLETIVA, COMUNICAÇÃO E MOVIMENTOS DE FRATURA

#### 3.1 A MOBILIZAÇÃO DOS ATORES: DA AMEAÇA À FORMAÇÃO DO MOVIMENTO PELA PRESERVAÇÃO DA SERRA DO GANDARELA (MPSG)

A concessão de uma Licença Prévia<sup>90</sup> (LP) pela Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), para lavra de minério de ferro na Mina Maquiné, localizada na Serra do Gandarela, no município de Caeté, à então Cia Vale do Rio Doce, em 26 de agosto de 2004, mobilizou Prefeitura, Promotoria de Justiça, entidades ambientalistas e associações comunitárias de Caeté, reunidas no Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente, o Codema. Isto porque a LP fora concedida sem a declaração de conformidade do poder público local, que atesta a aprovação das atividades industriais no município.

Ao longo do segundo semestre de 2004 e do ano seguinte, esses três órgãos municipais questionarão a legalidade da autorização para a empresa Vale expandir suas atividades sobre o Gandarela, quando o projeto ainda era chamado Maquiné-Baú (quatro anos mais tarde, em 2008, será rebatizado como Projeto Apolo). Enquanto Prefeitura e Promotoria agiam junto à Feam e ao Conselho Estadual de Política Ambiental, o COPAM, considerando a “manifestação contrária do Município ao deferimento do licenciamento ambiental”<sup>91</sup>, o Codema enviava ofícios ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, o CBH-Velhas, à Procuradoria da República em Minas Gerais e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Meio Ambiente (Ministério Público Estadual), solicitando ajuda para revogar a licença prévia. A anuência não foi concedida pela Prefeitura de Caeté, em função da importância das águas do local para o abastecimento da cidade, não tendo havido continuidade no pedido daquele licenciamento (COELHO-DE-SOUZA, 2015).

Ainda que, em 2004, não houvesse dados suficientes para dimensionar as pretensões da Vale sobre a Serra do Gandarela, o que só ficará claro à medida que a empresa tenta licenciar o empreendimento de maneira fracionada, como será abordado adiante, pode-se afirmar que sua expansão em direção àquele território enfrentou um primeiro “embate” legal a partir da articulação entre atores político-institucionais locais de Caeté. Entretanto, é preciso considerar que o Poder Executivo de Caeté exerceu um papel ambíguo nesse processo: em um primeiro momento, opoñdo-se ao projeto da mineradora, e, nos anos

---

<sup>90</sup> O processo de número 1391/2002/001/2002, que se encontrava no Copam, posteriormente, será incorporado ao processo de licenciamento ambiental da Mina Apolo na Supram-CM (COELHO-DE-SOUZA, 2015).

<sup>91</sup> De acordo com o histórico fornecido pelo MPSG: “O Promotor de Justiça de Caeté, Dr. Flávio Reis Melo, encaminha ao Presidente da Feam, Sr. Ilmar Bastos Santos, ofício nº 450/04-PJ solicitando [...] cópia integral do Processo COPAM nº 1391/2002/001/2002 DNPM 832.610/1983, relativo à Licença Prévia para a Lavra de Minério de ferro na Mina Maquiné pela Cia. Vale do Rio Doce, município de Caeté, [...] tendo em consideração manifestação contrária do Município ao deferimento do licenciamento ambiental” (HISTÓRICO MOVIMENTO PELA PRESERVAÇÃO DA SERRA DO GANDARELA, S/D).

seguintes, posicionando-se de maneira favorável. Conforme Faria (2014), o município encontrava-se em franca decadência econômica desde 1995, quando do fechamento da Companhia Metalúrgica Bárbara, e ansiava ampliar sua arrecadação com o projeto da mineradora. Isto porque,

(...) Em 2008, os fundos de repasse da União representavam 80% da arrecadação municipal, e o Projeto Maquiné-Baú levaria royalties e repasses de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) ao município, o que aumentaria enormemente a receita da Prefeitura (CAETÉ..., 2008; TOMAZ, 2010). Caeté depositou no projeto da mineradora suas esperanças de, novamente, obter recursos financeiros próprios e de se libertar da dependência dos repasses do Governo Federal. Com isso, a cidade poderia se tornar mais um município mineiro dependente do desempenho da Vale (FARIA, 2014, p. 53).

O Codema<sup>92</sup> de Caeté, por sua vez, teve um papel destacado nesse início de mobilização contra o projeto da Vale, especialmente a partir da ação de conselheiros ligados a entidades ambientalistas e associações de moradores que haviam integrado o Movimento SOS Serra da Piedade. Uma delas, o Movimento Artístico, Cultural e Ambiental de Caeté (Macaca), atuará conjuntamente a uma entidade externa, integrada por moradores de uma das áreas de influência direta do projeto Maquiné-Baú, da Vale, a Associação Comunitária Rural de André do Mato Dentro (Acramda), comunidade pertencente ao município de Santa Bárbara, e uma das que poderão sofrer diretamente impactos ambientais e sociais do futuro Projeto Apolo, assim como as localidades de Cruz dos Peixotos (de Santa Bárbara) e Morro Vermelho (de Caeté). Em André do Mato Dentro a movimentação da empresa chamou a atenção dos moradores.

Desde aquela época, por volta de 2005, 2006, o pessoal de Santa Bárbara, principalmente da comunidade de André do Mato Dentro, começou a perceber a chegada de terceirizados, sondagem, abrir estradas, compra de terreno. Então a gente sinalizou, tem alguma coisa pra acontecer aqui no Gandarela. Foram os primeiros sinais de que havia uma tentativa da Vale de licenciar esse megaempreendimento que ela hoje chama de Mina Apolo. E depois disso teve todo o trabalho de identificar, pôr no mapa, levar pro Ministério Público estadual e federal, que acionaram a empresa, pediram informações (INFORMANTE 1, 2017, s/p).

Ainda em 2005, representantes da mineradora estiveram nas comunidades do entorno do Gandarela, “anunciando o seu grande projeto de mineração na serra, tendo argumentado que já possuíam os direitos minerários do subsolo” (COELHO-DE-SOUZA,

---

<sup>92</sup> Este órgão chegou a ser considerado “como um dos mais avançados e democráticos do país, pois não era controlado pelo poder público, como era de praxe, e a eleição da diretoria se dava entre os seus membros, algo inédito, pois regra geral era a presidência nas mãos do secretário de meio ambiente”. Informação disponível na página do Movimento Comunitário, Artístico e Cultural de Caeté, Macaca: <http://macacaete.blogspot.com.br/>. Mas, com a mudança instituída pela Lei 2.460/2006, o Codema de Caeté passa a ser presidido pelo secretário municipal de meio ambiente (COELHO-DE-SOUZA, 2015, p. 82).

2015, p. 83). Moradores relataram que “eles chegaram de helicóptero, e contaram com a presença de deputados e outros aliados da mineração (...), com presidente de empresa dizendo que ali seria o maior complexo” (*Id. Ibid.*). Assim, os moradores foram informados de que se tratava de um projeto que iria interligar o Quadrilátero Ferrífero e que o Gandarela seria a principal articulação com outras minas do Quadrilátero, à altura de Carajás, no Pará.

A percepção sobre essa “grande ameaça à Serra do Gandarela” (INFORMANTE 1, 2017, s/p) foi tornando-se mais clara à medida que a própria empresa anunciava, na imprensa<sup>93</sup> de Belo Horizonte, o seu projeto de expansão. Um grupo de conselheiros do Codema de Caeté, todos ligados a associações de moradores e a entidades ambientalistas da cidade, estranhou o fato de jornais da capital noticiarem que Caeté teria “a maior mina a céu aberto com a maior barragem de rejeito” (INFORMANTE 1, 2017, s/p), sem que nenhum pedido houvesse passado pelo Conselho.

Foi esse “estranhamento” que levou esse grupo a buscar junto ao Sistema Integrado de Informação Ambiental (Siam), da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Semad), mais informações sobre os processos de licenciamento relacionados à Caeté. As consultas eram presenciais, não havendo ainda sistema informatizado. Foram feitas várias viagens a Belo Horizonte a fim de acessar os documentos que ficavam abrigados na Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam).

O levantamento de informações sobre os processos de licenciamento ambiental, aliás, foi uma das experiências acumuladas pelos cidadãos que também participaram do SOS Serra da Piedade e revelaram-se fundamentais para que o grupo de conselheiros do Codema de Caeté descobrisse as tentativas de fracionamento do licenciamento ambiental do megaempreendimento minerador da Vale.

Fizemos anotações sobre cada processo, fichas com dados principais de cada um. Um dos integrantes do grupo, que era geógrafo, foi colocando no mapa as coordenadas dos DNPMs<sup>94</sup>, para verificar a localização dos pedidos de licenciamento, foi quando a gente constatou as tentativas de licenciar através das Autorizações Ambientais de Funcionamento, as AAFs. Eles pediram AAFs para vários DNPMs isoladamente, mas quando colocamos nos mapas estavam os DNPMs grudados um nos outros, o que daria um contexto maior de mineração. Cada AAF para um DNPM – uma parte em Caeté e uma parte em Santa Barbara (INFORMANTE 1, 2017, s/p).

As consultas revelaram que essas primeiras tentativas de licenciamento do então projeto Maquiné-Baú, posteriormente Apolo, ocorreram de forma fragmentada, entre 2006 e 2007, com processos distintos para DNPMs diferentes, “onde a empresa iria minerar até 300

---

<sup>93</sup> A esse respeito, cf. DAMATO (2006; 2007a).

<sup>94</sup> Os números dos processos minerários cadastrados no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)

mil toneladas de minério de ferro ao ano em cada um”<sup>95</sup>. Foi nesse momento que este grupo entendeu porque as notícias sobre a questão da “maior mina de minério de ferro em Caeté” saíam somente nos jornais da capital Belo Horizonte e nenhuma solicitação de licenciamento chegava ao Codema: os pedidos de Autorizações Ambientais de Funcionamento (AAFs) passavam por outros órgãos ambientais. Isto porque a estratégia da empresa revelada nessas tentativas, conforme um dos conselheiros, era

(...) começar com uma autorização ambiental de funcionamento em um pedacinho do Gandarela e, a seguir, entrar com a ampliação para uma classe 6<sup>96</sup>, todos mais para o lado Norte da Serra do Gandarela. Esses processos passam por requerimento de pesquisa, requerimento de lavra e concessão de lavra. Descobrimos que, pela brecha da lei, a Vale tinha uma estratégia para começar um licenciamento sem passar por EIA<sup>97</sup>, sem consulta pública, sem visibilizar o tamanho do estrago. Tanto que esse foi o argumento usado pelos ministérios públicos, que conseguiram intervir, e isso não se concretizou (INFORMANTE 1, 2017, s/p).

A Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF) era um procedimento previsto na legislação ambiental de Minas Gerais voltado a atividades consideradas de impacto não significativo, solicitado diretamente à Semad. Esse tipo de procedimento era permitido, por exemplo, para atividades de extração de até 300 mil toneladas/ano de minério de ferro, considerada de baixo impacto ambiental. Por isso, o empreendedor ficava dispensado do processo de licenciamento ambiental com as licenças prévias de instalação e de operação (LP, LI e LO), e do Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo relatório (EIA/RIMA). A legislação permitia que o processo ocorresse, por exemplo, sem pedido de audiência pública, sendo mais simples e rápido (COELHO-DE-SOUZA, 2015).

Ao desvendarem a estratégia da empresa em tentar licenciar seu grande projeto minerador de forma fragmentada, o grupo de conselheiros do Codema juntou-se a integrantes de outros coletivos que atuaram na defesa da Serra da Piedade e a moradores da região, procurou os Ministérios Públicos Estadual e Federal, questionou o procedimento legal e pediu proteção para o patrimônio natural da Serra do Gandarela.

Documentos foram entregues aos promotores informando sobre os distintos DNPMs descobertos lado a lado, sobre os pedidos de AAFs e inúmeras concessões desse tipo de autorização para mineradoras, levando à fragmentação dos projetos como forma de burlar a legislação do licenciamento ambiental, as dimensões do projeto da Vale e a importância da Gandarela. Com a entrega desse “dossiê”, deu-se início a um inquérito civil (nº 02/2007) no Ministério Público Estadual e de um processo administrativo (no.

---

<sup>95</sup> Em Minas Gerais, a legislação permitia às atividades de mineração, de até 300 mil toneladas/ano, ter as suas autorizações de funcionamento através da AAFs.

<sup>96</sup> Classificação utilizada nos processos de licenciamento para atividades de maior impacto ambiental.

<sup>97</sup> Estudo de Impacto Ambiental.



1.22.000.001322/2008-19) na Procuradoria da República (este, em 15/04/2008), com o objetivo de apurar

(...) os fatos que indicavam possíveis irregularidades praticadas pelas empresas minerárias, com fracionamentos de suas atividades para utilizar autorização ambiental de funcionamento, sem a devida observação do art. 225 da Constituição Federal que estabeleceu a obrigatoriedade de licenciamento ambiental para fins de “IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade” (FERREIRA, 2013, p. 105-106).

A agência dos movimentos sociais, ambientais e de moradores junto às promotorias Estadual e Federal, na defesa prévia da Gandarela, resultou em três movimentos, no campo jurídico, que levaram a mudanças na legislação referente às AAFs. O primeiro, em 2010, foi a recomendação do Ministério Público Federal (MPF) ao Conselho de Política Ambiental (Copam), órgão estadual, e ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para suspenderem a expedição de Autorizações Ambientais de Funcionamento para o setor de mineração e convocarem os empreendedores para o licenciamento ambiental.

O MPF acusou o Governo estadual e o DNPM de descumprirem a Constituição Federal e resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente, o que levou a danos ambientais sem nenhum controle por parte do Estado (PORTO, 2010, s/p).

Em seguida, em 29 de novembro de 2010, foi ajuizada uma Ação Civil Pública em Defesa do Meio Ambiente, pelo Ministério Público Estadual<sup>98</sup>, arguindo como inconstitucional e ilegal a liberação de atividades de extração ou beneficiamento de minério de ferro em Minas Gerais por meio de AAFs, autorizadas pela Deliberação Normativa (DN) 74/2004, do Copam, que, no caso do minério de ferro, permitia a extração de até 300 mil toneladas ao ano “sem qualquer estudo ambiental prévio, publicidade, anuência do município explorado ou monitoramento subsequente dos impactos”. Os promotores enfatizaram ainda: “para se ter idéia do que isso representa, basta dizer que para transportar 300 mil t de minério de ferro bruto são necessárias 10.715 viagens, utilizando-se caminhões com capacidade de 14 m3 (Scania P420)”. Segundo os autores da ação,

Essa permissividade ambiental, flagrantemente ilícita, tem ocasionado sérios danos ao meio ambiente natural e cultural de Minas Gerais, de que é exemplo a completa destruição, na Serra da Moeda, de uma cavidade natural subterrânea com vestígios arqueológicos por uma grande mineradora que

---

<sup>98</sup> Por meio das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Belo Horizonte, da Promotoria de Justiça de Defesa das Bacias dos Rios das Velhas e Paraopeba e da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico.

operava com base em meras AAFs expedidas pelo Estado de Minas Gerais (quando no caso seria necessário EIA/RIMA e Licenciamento Ambiental), gerando enorme autuação administrativa pelo Ibama ( Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), propositura de ação civil pública pelo Ministério Público contra o empreendedor e órgãos estaduais, além da requisição de inquérito policial para apuração de crime ambiental (art.67 da Lei 9.605/98) (ECODEBATE, 2011, s/p).

Finalmente, dois meses depois, em janeiro de 2011, o juiz da 2ª. Vara da Fazenda Pública Estadual de Belo Horizonte, Osvaldo Oliveira Araújo Firmo, atendendo ao pedido da Promotoria, concedeu liminar à ação, proibindo o uso de AAFs para atividades mineradoras, e ainda acusou o Estado de que, ao usar esse instrumento, “por assim dizer mais frouxo, (...) optou por instituir, acreditando-se autorizado – à primeira vista – por uma retórica hermenêutica sintomaticamente casuística, para isentar-se de assumir suas atribuições legais (...)” (ECODEBATE, 2011, s/p). Com a decisão, as atividades de extração de minério de ferro em Minas Gerais ficaram obrigadas a obter Licenças Ambientais, precedidas de elaboração de Estudos de Impacto Ambiental, e de preverem medidas compensatórias e condicionantes.

### **Lançado o alerta, forma-se uma rede em defesa do Gandarela**

A mesma reportagem que alertou os conselheiros do Codema e integrantes do Macaca, em Caeté, assim como conselheiros do Codema de Rio Acima, e integrantes do SOS Serra da Piedade, em Belo Horizonte, também despertou preocupação entre os moradores do povoado de André do Mato Dentro, no município de Santa Bárbara. Ainda que o processo de licenciamento ambiental não tivesse começado, os números projetados pela mineradora para o projeto Maquiné-Baú (futuramente Apolo) assustavam a todos (COELHO-DE-SOUZA, 2015; ROJAS, 2014).

A dimensão do que iriam enfrentar é detalhada no primeiro comunicado enviado por integrantes da Acramda, via email, a um grupo de moradores, entidades ambientalistas, pesquisadores, jornalistas e representantes de Organizações não Governamentais (ONGs) alertando a respeito do projeto minerador sobre a Serra. “Estamos buscando aliados para que consigamos assegurar o não-comprometimento dos recursos hídricos e a manutenção da população do entorno e orientações de como proceder, que instrumentos usar”, dizia o email (ANEXO A), em tom de apelo. O projeto da Vale foi assim apresentado nesse comunicado intitulado “SOS Espinhaço – Serra do Gandarela”, enviado em 12 de setembro de 2007:

Trata-se de um projeto de grande porte. Conforme descrito em documento do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Ministério da Fazenda), datados de 2005, referente à compra pela CVRD dos direitos de exploração da Mina de Água Limpa, em Rio Acima, tal aquisição representa a possibilidade de sinergia entre as áreas envolvidas (Água Limpa e Fazenda Maquiné, dividida em Maquiné Norte e Maquiné Centro-Sul) e as áreas que

a CVRD já detinha – Mato Grosso (licença de operação concedida) e Extramil, permitindo a lavra conjunta das referidas áreas. De acordo com esse documento, a Região de Maquiné Norte (municípios de Caeté e Santa Bárbara) já foi submetida a pesquisa que verificou a existência de ferro em quantidades economicamente viáveis (ANEXO A).

A seguir, destaca-se no alerta o conhecimento sobre a importância hidroambiental da Gandarela, a partir de informações coletadas em pesquisas científicas assim como na legislação a respeito, o que nos aponta o aspecto central que move a sociedade civil a atuar na direção contrária à pretendida pela mineradora:

Trata-se de uma área de mananciais, cujas águas são classificadas na Deliberação Normativa n.º 10 de 16/12/1986 do COPAM (Conselho Estadual de Política Ambiental), como "classe especial", estando vedadas nas bacias destes mananciais um conjunto de atividades econômicas, entre elas atividades extrativas vegetal e mineral. A Serra da Gandarela é também responsável por grande parte de reserva hídrica para o abastecimento de Belo Horizonte (ANEXO A).

O comunicado também chamou a atenção para o aspecto socioambiental, indicando que, além dos impactos sobre as reservas de água contidas na Gandarela, os povoados da região, como André do Mato Dentro e Cruz dos Peixotos, os mais próximos à área pretendida pela Vale, se sentiam seriamente ameaçados pelo futuro empreendimento, além do sofrimento emocional causado por boatos, espalhados a interesse da empresa mineradora, dando conta de que, no futuro, a população do entorno da Serra do Gandarela seria removida. Enfatiza-se a busca de apoio “na defesa dos interesses públicos (ambiental e social) face ao interesse privado da Vale do Rio Doce”, orientações e parcerias, uma vez que o grupo entendia ser necessário “o acesso aos processos de licenciamento e a realização de uma audiência pública para discussão do empreendimento” (ANEXO A).

Esse comunicado-apelo indica tanto o conhecimento da Acramda a respeito dos passos da mineradora, das suas intenções ao adquirir terras na região, das ameaças à população e aos recursos hídricos da Gandarela quanto revela a seminal formação de uma rede de agentes em sua defesa. Atendendo ao chamado, integrantes da ONG Macaca procuraram os representantes da Acramda, em André do Mato Dentro, e realizaram uma reunião no povoado para compartilharem informações sobre o projeto de mineração e conhecer a opinião da comunidade local. Além disso, nessa reunião, a comunidade foi alertada sobre os impactos e ameaças que poderia sofrer e foi estimulada “a denunciar qualquer tipo de movimentação realizada pela empresa na região” (ROJAS, 2014, p. 90). Inicia-se uma “caminhada”, nas palavras de um dos informantes do Macaca a esta autora, envolvendo Caeté e André do Mato Dentro, dois territórios considerados “embriões” do futuro

MPSG, e Belo Horizonte, por meio de integrantes do Movimento SOS Serra da Piedade e de pesquisadores ligados à UFMG.

O próximo passo da ação de mobilização dos atores da sociedade civil para impedir o avanço da mineração sobre a Gandarela resultou na atuação junto a um dos parceiros mais frequentes na luta, o Ministério Público. O primeiro ofício encaminhado em conjunto pela Acramda e Macaca ao Ministério Público Estadual data de 14 de novembro de 2007. Como primeiro alerta aos riscos sobre a região em função da magnitude do empreendimento da Vale, as entidades afirmam ter consultado os processos no Siam e apontam “falhas, omissões e erros muito sérios diante da magnitude deste empreendimento e as graves consequências nas mais diversas vertentes, tanto para a população local como para os municípios envolvidos e o futuro de Belo Horizonte”. Este documento aponta as bases de várias argumentações que serão usadas pelo Movimento Gandarela em seu contraponto ao projeto minerador e ao modelo de mineração em vigor, especialmente a referência ao comprometimento do abastecimento da capital mineira.

O alerta dado pela reportagem onde a então CVRD anuncia seu novo negócio, o projeto Baú-Maquiné, reforça, nas entidades representativas de moradores da região, a percepção, já “há algum tempo”, de que as ameaças, com o avanço da mineração sobre as serras, podem ser ainda maiores com os riscos futuros provenientes do grande projeto da Vale na Gandarela. Especialmente no que diz respeito ao “comprometimento dos recursos hídricos e ameaças à população local”.

Matérias veiculadas na imprensa no mês passado, cujas cópias seguem em anexo, trouxeram a público um assunto que nos vem preocupando há algum tempo, principalmente pela ameaça de comprometimento dos recursos hídricos e da ameaça à população local, uma vez que correm boatos do interesse da Companhia Vale do Rio Doce em, futuramente, remover a população do entorno do empreendimento. (...) Encontra-se em andamento o Projeto Baú-Maquiné da referida empresa. A área está localizada na Serra da Gandarela na divisa entre os municípios de Santa Bárbara e Caeté, impactando assim as bacias hidrográficas dos Rios Doce (Rio São João/Piracicaba) e São Francisco (Rio das Velhas) (ANEXO B).

Acramda e Macaca afirmam ter conhecimento dos interesses da mineradora na região desde 2005, quando a CVRD comprou os direitos de exploração da Mina de Água Limpa, em Rio Acima, ação documentada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Ministério da Fazenda (CADE) (ANEXO A). São apontadas preocupações com impactos ambientais e sociais sobre as cidades a serem afetadas direta e indiretamente pelo projeto – Santa Bárbara, Caeté, Rio Acima, Itabirito, Barão de Cocais, Raposos e Belo Horizonte. Destaca-se o fato de o projeto estar localizado em uma Área de Proteção Ambiental, a APA-Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), e tratar-se de região de “extrema importância biológica”, segundo o Dossiê da Mata Atlântica (2001).

Além disso, indica-se o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) do município de Caeté que classifica a região como “de alto potencial turístico”, sendo este um “fator de desenvolvimento sócioeconômico claramente identificado e desejado pela comunidade caeteense de acordo com o referido documento”. O ofício chega a citar um trecho do ZEE para reforçar esta argumentação:

As festividades religiosas, as festas típicas regionais, as tradições culturais, a arquitetura colonial do séc. XVIII e os patrimônios ecológicos são tomados pela coletividade como o principal lastro do município para a retomada do desenvolvimento e da promoção socioeconômica. Com efeito, a consciência social se volta para suas tradições para pensar e construir um futuro mais permissivo e próspero (ANEXO B).

Sobre o risco aos mananciais de água que vertem da Gandarela, o documento ressalta sua relação com importantes bacias hidrográficas da Região Sudeste, como as dos rios Doce e São Francisco, a qualidade das águas e a proibição de atividades extrativas nessas bacias. Além disso, reforça-se, no trecho a seguir, compartilhado originalmente no primeiro email-comunicado da Acramda, um ponto central na argumentação do futuro MPSG a respeito da importância da Serra do Gandarela.

Do ponto de vista dos recursos hídricos, na vertente pertencente à Bacia do Rio Doce, encontram-se as nascentes do Rio São João (Córregos Mato Grosso, Cassimira e Socorro), manancial que abastece o município de Barão de Cocais (25 mil habitantes). Na vertente pertencente à Bacia do São Francisco encontram-se formadores do Rio das Velhas (Córregos Olhos D'água e Ribeirão do Prata) (ANEXO B).

A partir do elencado até o momento e da experiência compartilhada pelas entidades Acramda e Macaca – na representação de atores que estarão atuando conjuntamente –, pode-se argumentar preliminarmente sobre alguns dos traços da ação coletiva que irão pautar o futuro Movimento Gandarela. São eles: a ação vigilante sobre as ameaças das mineradoras, considerando-se que a Vale não atua sozinha sobre as serras do QF; o conhecimento do instrumental de proteção legal e de vocação econômica da área abrangida pelo projeto da Vale e outras mineradoras – APA Sul, ZEE de Caeté – e do instrumental técnico a respeito da importância ambiental da Gandarela – como o Dossiê Mata Atlântica.

São, portanto, saberes especializados – nos campos jurídico e ambiental – somados a uma ação antecipadora aos danos, ao convocarem a intervenção do Ministério Público, por exemplo, a partir do aprendizado coletivo proporcionado pelas lutas pretéritas dos movimentos socioambientais diante das ameaças da mineração no território do QF. Será

a partir de uma rede de atores que compartilham esses saberes técnico-científicos, além de político-institucional, que irá se constituir o Movimento Gandarela.

Destaca-se, ainda, que as entidades Macaca, de Caeté, e Acramda, da comunidade de André do Mato Dentro, em Santa Bárbara, constituem-se como importantes “lançadores de alerta” (ASCERALD, 2018)<sup>99</sup> – assim como o futuro MPSG – ao assinalarem um perigo ou risco representado pela ameaça danosa do projetado minerador sobre o que estimam ser um bem comum, os recursos hídricos. Ao visibilizarem o risco nas esferas locais e interpelarem os poderes constituídos, suscitam, também, a tomada de consciência sobre a problemática futura relacionada a uma atividade industrial que impactará de maneira definitiva os aquíferos da Gandarela, e cobram responsabilidade daqueles que deveriam evitar tais danos. Desse modo, atuam na mobilização de um aliado influente, o Ministério Público, de onde partirão medidas protetivas<sup>100</sup> para a Serra do Gandarela, anteriores à proposta de criação do Parque Nacional (Parna) da Serra do Gandarela, que será lançada ao final de 2009, concomitante à criação do MPSG.

### **A vigilância às tentativas de licenciamento da Vale**

Após a tentativa fracassada de licenciamento fragmentado por meio de AAFs, a empresa fazia outras três solicitações para licenciar seu empreendimento: o projeto Cava Norte, sem revelar que se tratava de uma parte do projeto maior, Apolo; dois pontos de amostragem de material industrial, sem informar que se tratava de local onde se encontra a cavidade de máxima relevância<sup>101</sup> na Gandarela; e finalmente, o pedido de Licença Prévia para a Mina Apolo.

Os lances da ação coletiva que se desenvolvem, na sequência, serão descritos de acordo com a cronologia dos fatos que nos foi fornecida pelo próprio MPSG. Importa destacar o fator tempo uma vez que os coletivos precisarão agir rápido, seguindo o passo a passo da empresa. Uma instância importante de “observação” e “vigilância” nessa etapa da luta antecipada foi o conselho consultivo da APA Sul RMBH, pelo qual passam as solicitações de licenciamento ambiental de áreas compreendidas dentro desta Unidade de Conservação.

---

<sup>99</sup> Este autor exemplifica nos movimentos sociais esse tipo de ação como atitude de predição ou antecipação direcionada ao futuro, ao contrário do delator que se situa em uma lógica de acusação em relação a fatos passados. Nesse sentido, correlacionamos os “lançadores de alerta” aos “profetas do presente”, de Melucci. Cf ASCERALD (2018).

<sup>100</sup> Losekann (2013) caracteriza a “mobilização do direito” como repertório de ação coletiva, e esta foi uma das estratégias de ação acionadas pelos coletivos, ainda na fase pré-Movimento Gandarela.

<sup>101</sup> Há um grande número de cavidades em área de canga na Gandarela, algumas consideradas raras, como a “paleotoca”, “uma toca de animais extintos, como os tatus gigantes, que viveram na América do Sul por milhões de anos, até cerca de 10 mil anos atrás” (Jornal O GANDARELA, n. 4, Janeiro, 2014, p.1) Pelo menos quatro cavidades da Gandarela foram indicadas para a classificação de “máxima relevância” (ICMBio, 2010).

Nesse espaço político-institucional, os coletivos puderam contar com um representante da sociedade civil que lhes mantinham a par dos movimentos da empresa.

Assim, em 19 de agosto de 2008, o gestor da APA Sul enviou e-mail ao presidente do conselho, com cópia a todos os conselheiros, comunicando que recebeu solicitação da Vale para anuência do “projeto Cava Norte” e que a empresa solicitava urgência no parecer. Conforme o depoimento de um integrante do Macaca, “quando isso chegou na APA Sul, que é o lugar onde tudo isso tem que passar primeiro, e por isso a gente ficava atento na APA Sul, vimos lá ‘Cava Norte’, então, significa que vai ter o Cava Sul. Era a Vale querendo uma licença prévia, de novo, num pedaço da Serra do Gandarela, no que, hoje, seria o norte da Mina Apolo” (INFORMANTE 1, 2017, s/p). Os atores compreenderam que se tratava de mais uma tentativa de fragmentar o licenciamento, pois era pedida a licença apenas para uma parte do megaempreendimento.

No dia seguinte, os atores mobilizados na defesa do Gandarela lançaram alertas em três direções: junto à Diretora de Áreas Protegidas (Diap) do Instituto Estadual de Florestas (IEF), com quem se reuniram; ao coordenador das Promotorias da Bacia do Rio das Velhas, do MPE, a quem enviaram comunicado; e com o presidente do Conselho Consultivo da APA Sul, solicitando espaço para apresentação sobre a Serra do Gandarela. Essa apresentação irá acontecer em 15 de setembro, mesmo dia em que os conselheiros aprovaram o projeto da Vale para a Serra do Gandarela denominado “Cava Norte”.

Importa destacar a lista de entidades que endossaram a apresentação da Macaca no conselho da APA Sul, o que demonstra o crescimento da rede de atores em defesa da Serra: associações Comunitária dos Chacareiros de Maravilha; Comunitária Rural do André do Mato Dentro e Arredores; para Recuperação e Conservação Ambiental em Defesa da Serra da Calçada; Assembleia Popular; Centro pela Mobilização Nacional em Minas Gerais; Comissão Pastoral da Terra; Coordenação Nacional de Lutas; Diretório Acadêmico de Ciências Biológicas (DA-PUC Minas/Betim); Diretório Central dos Estudantes (DCE-PUC Minas/Betim); Marcha Mundial das Mulheres; Movimento Artístico, Cultural e Ambiental de Caeté; Movimento pelas Serras e Águas de Minas; e SOS Serra da Piedade e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Bárbara e Catas Altas.

Ao mesmo tempo, ao longo dos anos 2008 e 2009, a empresa promovia reuniões sobre o “Projeto Mina Apolo e Cava Norte” com as comunidades de André do Mato Dentro, Cruz dos Peixotos e Morro Vermelho, Prefeituras de Raposos, Santa Bárbara, Caeté e Rio Acima. Também realizou programas de “atitude ambiental” nas comunidades, apresentação do projeto aos seus empregados em outras minas, como a Gongo Soco (Caeté), a fundações educacionais e conselhos de meio ambiente dos municípios citados (COELHO-DE-SOUZA, 2015). Desse modo, a Vale buscava construir as bases de sustentação do seu projeto minerador.

Será por meio da mobilização do direito que os atores conseguirão “barrar” o licenciamento da “Cava Norte”. Em 03 de novembro, por meio de ofício, solicitam à Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais que informe à Semad e à Feam sobre o inquérito civil em andamento – que investiga irregularidades na concessão de AAFs – para que a licença da Cava Norte não seja concedida pelo Copam *ad referendum*. O pedido é atendido e a licença para Cava Norte não é concedida.

No ano seguinte, em 27 de fevereiro de 2009, a empresa volta ao conselho da APA Sul em busca de aprovação prévia para o “Projeto de lavra para amostragem mineral para teste industrial, Mina Apolo”. Essa nova tentativa de licenciamento foi justificada como necessária para a realização de testes industriais do minério a ser extraído da Gandarela, mas não revelou tratar-se precisamente do local onde está localizada a cavidade considerada de máxima relevância naquela Serra. A vigilância sobre esse processo beneficiou-se do conhecimento técnico de um geógrafo, ligado à rede de atores que se formou em oposição ao projeto da Vale.

Quando o geógrafo do nosso grupo colocou no mapa as coordenadas dos dois pontos (de amostragem, da Vale), eles eram precisamente em cima do local onde está a cavidade de máxima relevância. Hoje sabe-se disso porque, quando veio (o projeto da) a Mina Apolo, a própria Vale, no seu plano de cava, teve que fazer um círculo, com aquela metragem protegendo essa cavidade e o ponto para teste para amostragem industrial, que se tivesse sido aprovado, se não tivéssemos trabalhado no sentido contrário, eles teriam detonado com uma cavidade de máxima relevância com a posição de que era para fazer um teste (INFORMANTE 3, 2017, s/p).

Após denúncias encaminhadas pelos atores ao MPE e MPF, em 11 de agosto de 2009, o Ministério Público Estadual expediu a Recomendação Conjunta nº 07/2009 ao gestor da APA Sul RMBH, referente ao pedido de Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF) para dois pontos de amostragem na Serra do Gandarela, que não foi concedido. A essa altura, o projeto Mina Apolo já era uma realidade tanto nos documentos públicos da Vale (veja item 2.2), nos anúncios feitos por meio da imprensa e no apoio ao seu projeto de expansão igualmente declarado por agentes públicos na imprensa.

Nas reuniões para obter licença (aprovação) social para seu projeto, nos municípios que integrariam a área de abrangência da atividade industrial, começaram a surgir questionamentos quanto aos impactos relacionados. Raposos tomou conhecimento da ameaça de uma barragem de rejeitos muito próxima à cidade; Rio Acima ficou a par dos impactos sociais que sofreria por conta das obras de infraestrutura para atender os fornecedores da mina, mas a empresa dizia publicamente que a cidade não receberia impacto direto de suas atividades. A comunidade do André do Mato Dentro, em Santa Bárbara, preocupava-se com a ameaça aos recursos hídricos. As vozes que se opõem ao projeto



minerador da Vale são ouvidas na reportagem intitulada *A Colossal Mina na Gandarela*, da Revista do Projeto Manuelzão, da UFMG, de outubro de 2008, escrita por Motta e Bechelane. São citadas a ONG Macaca, de Caeté, a Associação de Moradores de André do Mato Dentro, de Santa Bárbara, além do Conselho de Defesa do Meio Ambiente de Rio Acima.

Aponta-se a preocupação com o fato de o trecho da Serra do Espinhaço abrangido pela Gandarela ser um divisor das bacias dos rios Piracicaba (afluente do Doce), Velhas e Paraopeba (do São Francisco), como na fala do agricultor familiar Júlio César Gomes, de André do Mato Dentro: “A gente está tentando defender a água não só para o [povoado do] André, mas algo que atinge toda grande Belo Horizonte e também traz qualidade para o rio Piracicaba” (MOTTA; BECHELANE, 2008, p. 15).

Outro ator ouvido na reportagem é o representante do Conselho de Defesa do Meio Ambiente de Rio Acima, Raul Herman, que se preocupa com a divisão do processo de licenciamento em partes, “como se ele se referisse a projetos diferentes”, e com a proximidade do empreendimento em relação à área urbana da cidade (MOTTA; BECHELANE, 2008, p. 15). No conselho da APA Sul, circulou um documento da Vale apontando áreas de pesquisa em Rio Acima. Esse documento chegou ao conhecimento do Codema de Rio Acima.

Depois, nós viemos a saber que teria o Apolo Norte e o Apolo Sul. E aí, um desses pontos, uma dessas coordenadas, ficaria no município de Rio Acima. Aí, no Codema [de Rio Acima], o Raul [Herman, engenheiro e à época membro do Movimento<sup>129</sup>] levou o papel que eles tinham, as tais folhas de papel, durante a reunião [do CODEMA] [...]. Então, na reunião do Codema em Rio Acima o cara [representante da Vale] tava apresentando o projeto, aí o Raul sacou a cópia desse documento, apresentou na mão dele e perguntou se ele reconhecia. Se sabia do que se tratava. “Não, isso é outro projeto nosso, e tal”. Ele [Raul] falou “pois é, você tá falando que não vai ter nada em Rio Acima, mas essas coordenadas aqui são dentro de Rio Acima”. Aí nós começamos a questioná-los dentro do Codema de Rio Acima. Questionar a idoneidade deles – iam lá, falavam que não tinha nada, mas ao mesmo tempo tinha um documento comprovando o que eles iriam fazer... (GAZZINELLI citado por MOTTA, 2016, p. 99).

Já em Raposos, corriam boatos de que representantes da Vale estavam entrando em contato com a população através de lideranças e de políticos. Havia pouco conhecimento a respeito do projeto da mineradora em relação à cidade. Tanto o prefeito quanto o secretário de Meio Ambiente demonstravam estar preocupados com a situação. Raposos foi o último município a dar a anuência para o empreendimento. O anúncio nos jornais de que a nova mina da Vale traria empregos e que Raposos seria beneficiado parecia satisfazer a população, aponta o Informante 2 (2017), morador da cidade. Foi proposta à Vale fazer uma reunião aberta com a população para esclarecimentos sobre o projeto.

O pessoal da Vale, já acreditando na aceitação da população, demonstrou total incapacidade para colocar a situação como deveria, chegando a ser

interrompida a reunião e remarcada uma outra oportunamente. Ficou claro que Raposos ficaria apenas com a barragem de rejeitos de 128 Mts de altura e a 200Mts de altitude em relação ao nível de Raposos e a aproximadamente 7 Km do leito do Ribeirão da Prata. Entre a vantagens para Raposos insinuaram até o aspecto turístico, pois seria a maior barragem do mundo no gênero a acumular rejeito. Falaram em total segurança, pois o monitoramento seria constante e sempre se preocupavam em visitas internacionais a barragens daquele tipo, que, por ventura, apresentavam algum inconveniente para prever possíveis acidentes nesta questão (INFORMANTE 2, 2017, s/p).

De acordo com o EIA da Mina Apolo, cerca de 10 km à jusante do barramento de rejeitos pretendido está o município de Raposos (AMPL0, 2009). O Ribeirão da Prata, que nasce na Serra do Gandarela, atravessa Rio Acima e Raposos e deságua no Rio das Velhas, foi considerado como o único local para receber a barragem de rejeitos e captação de água para o abastecimento da usina por sua “capacidade volumétrica e disponibilidade hídrica para atender o empreendimento com a implantação de apenas uma barragem” (AMPL0, 2009).

As dimensões do risco que a barragem de rejeitos da mina Apolo representava para a cidade de Raposos em caso de rompimento, tão próximo à nascente do rio, somadas ao fato do manacial ser fonte de abastecimento e de recreação da população, além de seu potencial turístico, mobilizou um grupo de moradores em torno do Movimento Contra a Barragem de Raposos (MCB), que fará parte do MPSG posteriormente. Os integrantes estudaram o EIA-Rima do projeto Apolo, que só foi liberado após a assinatura da anuência (da Prefeitura), e organizaram um abaixo-assinado.

O movimento praticamente não tinha líderes porque nesta altura a população estava apreensiva. Em pouco tempo conseguimos mais de cinco mil assinaturas para ao abaixo-assinado contra a barragem e todos se manifestavam de alguma forma com exceção de alguns líderes que já tinham sido contactado pela Vale anteriormente. Ilustro como exemplo a Banda Municipal que ao ser convidada para auxiliar nas manifestações, seu líder alegou não poder por ter ganhado um uniforme novo para os componentes (INFORMANTE 2, 2017, s/p).

O abaixo-assinado foi entregue à Prefeitura pelo MCB, mas, mesmo diante da reação da população, o ex-prefeito assinou a Declaração de Anuência autorizando a instalação da barragem, dando início, dessa forma, ao processo de licenciamento ambiental do Projeto Apolo no município. O ofício com o abaixo-assinado também foi encaminhado ao presidente do Copam. Nele, o MCB apresenta argumentos sobre a importância ecológica da Gandarela no Quadrilátero Ferrífero, a qualidade das águas e a preocupação com o abastecimento da região metropolitana. Concluía-se que Raposos ficaria apenas com prejuízos ambientais, já que a mineração estaria em Santa Bárbara e Caeté e que uma barragem de rejeitos no leito do Ribeirão da Prata colocaria em risco vidas e propriedades.

A tabela, a seguir, apresenta a cronologia dos principais acontecimentos relativos à mobilização dos atores, entre 2004 e 2009, antes da criação oficial do MPSG.

TABELA 9 - Cronologia da mobilização dos atores (2004-2009)

2004	<ul style="list-style-type: none"> <li>Vale obtém da Feam Licença Prévia para lavra de minério na Mina Maquiné sem anuência da Prefeitura de Caeté.</li> </ul>
2004 a 2007	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sociedade civil inicia mobilização e processo de vigilância ao Projeto Maquiné-Baú da mineradora Vale, na Serra do Gandarela.</li> </ul>
2006/2007	<ul style="list-style-type: none"> <li><u>Tentativa de licenciamento 1</u>: Vale solicita à Feam seis pedidos de AAFs na Serra do Gandarela, entre Caeté e Santa Bárbara.</li> </ul>
2007	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reportagem sobre o complexo minerador da Vale na Serra do Gandarela alerta moradores e ambientalistas de Caeté e Santa Bárbara.</li> <li>Sociedade civil denuncia ao MPE e MPF pedidos de licenciamento fracionado de um grande projeto minerador da Vale sobre a Gandarela. Entidades também recorrem ao conselho consultivo da APA Sul RMBH.</li> <li>Lançado pela Acramda, de Santa Bárbara, primeiro alerta sobre a ameaça do projeto minerador da Vale, o “SOS Espinhaço – Serra do Gandarela”; no qual são convocados aliados para atuarem em defesa da Serra.</li> <li>Aberto inquérito nº 02/2007, na Promotoria de Belo Horizonte, para apurar a denúncia de tentativa fracionada de licenciamento ambiental de um grande projeto minerador da Vale (Mina Apolo) sobre a Serra do Gandarela.</li> </ul>
2008	<ul style="list-style-type: none"> <li>Vale anuncia, na imprensa, a compra da Mineração Apolo e aumento das reservas minerais do Projeto Apolo, na Gandarela.</li> <li><u>Tentativa de licenciamento 2</u>: Vale pede ao conselho da APA Sul anuência prévia para o projeto Cava Norte, na Serra do Gandarela.</li> <li>Ambientalistas apresentam importância da Serra do Gandarela em reunião do conselho da APA Sul. Na mesma reunião, conselheiros aprovam a manifestação prévia sobre o projeto Cava Norte, da Vale. Ambientalistas recorrem à Supram.</li> <li>Publicada, na revista do projeto Manuelzão, da UFMG, reportagem intitulada “A colossal mina na Gandarela” que menciona os atores que questionam os impactos da obra.</li> <li>A pedido dos ambientalistas, o Ministério Público Estadual comunica Semad sobre inquérito nº 02/2007 em andamento e pede que licença para projeto Cava Norte, da Vale, não seja concedida.</li> </ul>
2008/2009	<ul style="list-style-type: none"> <li>Vale realiza reuniões com comunidades sobre Projeto Apolo e inicia trabalho com vistas à aceitação do projeto pela sociedade (licença social).</li> </ul>
2009	<ul style="list-style-type: none"> <li>Movimento Contra Barragem de Raposos recolhe cerca de cinco mil assinaturas contra a instalação de barragem de rejeitos da mina Apolo no Ribeirão da Prata, a 10 quilômetros da cidade.</li> <li>Em fevereiro, <u>Tentativa de licenciamento 3</u>: Vale pede ao conselho da APA Sul anuência prévia para realizar dois pontos de amostragem para colher material industrial na Serra do Gandarela (“Projeto de Lavra para Amostragem Mineral para teste Industrial”), em processo de licenciamento das AAFs.</li> </ul>

- Ambientalistas alertam conselheiros da APA Sul e acionam MPF e MPE, que expede Recomendação Conjunta, nº 07/2009, ao conselho da APA Sul, que não concede autorização.
- Durante II Encontro do Movimento pelas Serras e Águas de Minas, na Serra da Piedade, são definidas ações para trabalhar pela criação de um Parque Nacional e conseguir viabilizar estudos para identificar a Mata Atlântica na Serra do Gandarela.
- Em agosto, em reunião que integrou todas as frentes que atuavam em prol da Serra do Gandarela, criou-se, oficialmente, o Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela, com a participação de diversos coletivos.
- Em setembro, Tentativa de licenciamento 4: a Vale solicita, junto à Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central (Supram Central Metropolitana), licença para construir o posto de abastecimento e a barragem de rejeitos da Mina Apolo.
- Em 25 de setembro, o Projeto Manuelzão/UFMG e mais 18 entidades encaminham pedido de criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela ao ICM-Bio.
- Tentativa de licenciamento 5: Em 9 de outubro, Vale encaminha pedido de licenciamento da Mina Apolo, como empreendimento de grande porte e grande potencial.
- Em 15 de dezembro, o ICM-Bio envia ofícios à Supram e à Semad informando sobre o andamento dos estudos para a criação de uma Unidade de Conservação nacional na área pretendida pela Vale.

Fonte: Elaboração própria.

### **O conflito toma forma: a rede dá suporte à criação do MPSG e à proposição do Parque**

As reações ao Projeto Apolo em Caeté, Santa Bárbara, Rio Acima, Raposos e Belo Horizonte aconteciam de maneira dispersa, dependendo dos esforços locais dos atores mobilizados. Foi quando um grupo de pesquisadores ligados ao projeto de extensão Manuelzão, da Universidade Federal de Minas Gerais, propôs realizar uma expedição pelo Rio das Velhas, que compreende a Serra do Gandarela, realizando uma miniexpedição em cada município do seu trajeto, da nascente à foz. Assim, o grupo ligado à entidade Macaca, em Caeté, foi convidado a participar no trecho que compreende a Gandarela no município. Essa miniexpedição ajudou os grupos a se reunirem e a fazerem a “conexão” com o Projeto Manuelzão, recorda a Informante 1 (2017, s/p):

Quando já tinha começado essa movimentação, nesse momento já havia uma proposta do projeto Manuelzão, por causa da Nanci, que era de

Raposos, e disse ‘vamos unir todo mundo pra ver o que a gente vai fazer’ e foi aí que surgiu o Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela. Nós começamos reunindo pessoas de Caeté, de Santa Barbara, Rio Acima, de Raposos, de BH.

Essa conexão com o Projeto Manuelzão foi importante tanto para reunir os defensores da nascente “causa” Gandarela quanto para ampliar a compreensão sobre os impactos das atividades mineradoras na bacia hidrográfica do Rio das Velhas, objeto de estudos e trabalho de campo dos pesquisadores e estudantes deste projeto de extensão, voltado para práticas de conscientização da população e busca de soluções para os problemas enfrentados nas sub-bacias deste manancial, especialmente relacionados à saúde pública. Por conta mesmo da atividade de pesquisa de campo, conhecia-se a importância hídrica da Gandarela, e, desta forma, interessava a este ator social encontrar uma forma de salvaguardar a Serra do Gandarela, “porque se deixar esse lugar nas mãos das empresas, igual é hoje, isso tudo vai acabar”<sup>102</sup>.

Desse modo, oriundos de diversas frentes da sociedade civil, desde organizações, entidades, ONGs, associações de condomínios, a cidadãos que não são de nenhuma entidade, pessoas ligadas à universidade, moradores dos municípios do entorno do Gandarela e de Belo Horizonte, esses atores fundarão, em junho de 2009, o Movimento Pela Preservação da Serra do Gandarela. A “junção de forças” se deu em uma reunião, tendo à frente o Projeto Manuelzão, juntamente ao Instituto Guaicuy SOS Rio das Velhas<sup>103</sup>, e o Movimento Contra a Barragem de Raposos.

Essa junção de várias forças (se deu) em prol de garantir que a Serra do Gandarela não tenha o destino que a Vale quer pra ela. E depois, quando ela entrou com o licenciamento, se confirmou aquilo que a gente já tinha percebido nas entrelinhas, que é o segundo maior projeto depois de Carajás. Assim, nessa caminhada surgiu a proposta do Parque Nacional da Serra do Gandarela (INFORMANTE 1, 2017, s/p).

O MPSPG nasce com a participação de 20 atores sociais oriundos de representações em sete municípios e em movimentos e entidades regionais e estaduais (ver Figura 2 citada à página 19). Decidiu-se pelo formato de organização sem uma inscrição jurídica, sem dirigentes formais, a exemplo do Movimento SOS Serra da Piedade, como forma de evitar cooptação ou ameaças sobre os integrantes, uma vez que, sendo organizado por uma rede de movimentos<sup>104</sup> e funcionando dessa forma, estariam asseguradas a independência e autonomia de seus integrantes. Como esclareceu um dos integrantes, havendo necessidade de utilizar “alguma coisa jurídica ou que dependesse de CNPJ, as entidades que estavam no

<sup>102</sup> Depoimento de um integrante do MPSPG à pesquisadora Carolina H. Coelho-de-Souza (2015, p. 85).

<sup>103</sup> ONG criada para apoiar o Projeto Manuelzão.

<sup>104</sup> Conforme abordado no Capítulo 1.

movimento fariam essa parte, o que foi uma sábia decisão, porque está funcionando muito bem assim” (INFORMANTE 3, 2017, s/p). Isto porque, o MPSG,

Se eu estivesse do outro lado e fosse adversária, eu não saberia onde que eu iria pegar o Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela, porque como ele é um movimento, ele está em cada um que tá lutando, então se de repente tem lá alguém, um cidadão, que soube do caso e tá em Teofilo Otoni e, de repente, tá divulgando o Gandarela, ele é o Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela. Se tem as entidades que estão correndo atrás de possibilidades de conseguir inserir o assunto dentro de debates, dentro de seminários, e isso não é feito pela determinação de uma diretoria, é pelo Movimento, autêntico, espontâneo, dinâmico, em prol desse lugar, e isso traz além de independência e autonomia, uma força muito grande, traz uma capilaridade muito grande, esse tipo de movimento. E fica muito difícil alguém querer segurar ou querer colocar em uma outra direção, mudar de rumo (INFORMANTE 1, 2014, s/p).

A capilaridade do MPSG, como destacado nessa fala de um de seus integrantes, favorece que a entidade não seja “cooptada” pelos chamados “adversários”, que seus integrantes tenham liberdade de atuação, propondo e realizando atividades em prol da causa em diferentes tempos e espaços, e que haja uma constante renovação na própria entidade, constituindo-se em uma forma de organização horizontalizada e descentralizada. Dessa forma, garante-se que “se na caminhada, determinadas entidades desistirem de preservar o Gandarela e acharem que tem que ser outra coisa, elas simplesmente saem e não estão mais naquele movimento e vão chegando outras” (INFORMANTE 1, 2014, s/p).

Além disso, há uma clareza quanto ao que une seus integrantes (cidadãos e entidades), aquilo que define o *nós* e o(s) *outro(s)* aos quais o grupo se opõe na causa em comum em defesa da Serra do Gandarela. A solidariedade que os une é, assim, apresentada em um dos instrumentos de comunicação constituído para divulgar a luta do MPSG:

O movimento é formado por pessoas que conhecem, se preocupam e, de diferentes formas, colaboram para a preservação desse lugar único. (...) Uns trouxeram a vivência calejada e atenta às manhas dos licenciamentos minerários, outros a larga experiência de divulgação e mobilização. Uns trouxeram sua fé, garra e sabedoria e outros o conhecimento profundo da região (JORNAL O GANDARELA, 2010-2011, p. 08).

Na união de diferentes atores, reconhece-se a Serra como fator de identidade e, sua defesa, como produto do processo de atribuição de significados e, para mudar alguma situação, como enfatiza o mesmo texto de apresentação do Movimento: “Hoje, pode-se dizer que o Movimento e sua luta pela criação do Parque Nacional tornaram-se símbolos do desejo dos cidadãos de se criar uma nova mentalidade e uma nova prática na relação dos seres humanos com a natureza que nos cerca” (JORNAL O GANDARELA, 2010-2011, p. 08). Assim, ao compartilharem da forma de organização que os identifica enquanto um

“movimento” dinâmico, horizontal e capilar da solidariedade, que os une a uma causa, e do conflito ambiental (o aspecto problemático), percebido como uma injustiça, podemos inferir, nesses aspectos, os traços da identidade coletiva do MPSG, nos termos de Melucci<sup>105</sup>.

A primeira estratégia de luta traçada pelo coletivo foi a proposta de criação de uma Unidade de Conservação (UC) federal para preservar a Serra do Gandarela e seus aquíferos. Essa proposição será feita ao ICM-Bio em ofício encaminhado em 25 de setembro de 2009 pelo Projeto Manuelzão/UFGM, endossado pela assinatura de 25 entidades, endereçado ao diretor de criação de Unidades de Conservação e ao presidente do Instituto (ANEXO C). Sua relevância é destacada, no documento, em relação aos seguintes tópicos: Reserva da Biosfera, Serra do Espinhaço e Mata Atlântica; HotSpot; Cavernas; Atlas da Biodiversidade; Zoneamento Ecológico Econômico de Minas Gerais e Municípios, em referência aos planos diretores de Caeté e Santa Bárbara. Nos anexos, refere-se às pesquisas científicas que corroboram a proposição<sup>106</sup>.

O documento resulta de uma ampla frente de luta socioambiental, do aprendizado coletivo, do conhecimento técnico e empírico a agregar uma miríade de atores sociais, como vimos ao longo da trajetória da mobilização desde o ano de 2004. O MPSG havia sido oficializado há pouco mais de um mês e as entidades que assinam o ofício também integram, em sua maioria, o recém-criado Movimento. O mesmo conhecimento prático reflete-se na decisão de propor a criação de uma UC federal e não estadual.

Após as diversas tentativas de licenciamento fracionado do projeto Apolo, os atores ficaram “calejados” em relação às estratégias utilizadas pela empresa “por dentro” das instâncias dos poderes estadual – como as pressões exercidas sobre órgãos decisivos para os licenciamentos – e local, neste caso, relativo às ações junto às comunidades e Prefeituras envolvidas. Da mesma forma, compreenderam o movimento favorável dos agentes de Estado à proposição da mineradora (COELHO-DE-SOUZA, 2015).

A escolha de uma UC Parque também foi entendida como a que poderia garantir a exclusão total de qualquer atividade de mineração na Gandarela, por tratar-se de uma categoria de proteção integral no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), permitindo apenas o uso indireto dos recursos naturais (COELHO-DE-SOUZA, 2015). Importa, agora, compreender as bases argumentativas da proposta do Parque Nacional da Serra do Gandarela, ou simplesmente Parna, e como esses argumentos oferecem outro olhar

---

<sup>105</sup> Cf. Capítulo 1 desta tese.

<sup>106</sup> Conforme citado no estudo: Patrimônio Natural da Serra do Gandarela e seu Entorno: Análise Ambiental como Subsídio para a Criação de Unidades de Conservação no Quadrilátero Ferrífero – Minas Gerais; As Correlações entre Geologia e Distribuição da Cobertura Vegetal e Uso do Solo na Serra do Gandarela, Quadrilátero Ferrífero-MG; Mapeamento das unidades de relevo da região da Serra do Gandarela – Quadrilátero Ferrífero-/MG; Cavernas Identificadas na Serra do Gandarela – MBR; Identificação de Áreas Prioritárias para Implantação de Sistemas de Áreas Protegidas e Corredores Ecológicos no setor sul da região Metropolitana de Belo Horizonte; A Paisagem do Quadrilátero Ferrífero, MG: Potencial para uso Turístico da sua Geologia e Geomorfologia (ANEXO C).

sobre a questão Gandarela em contraponto à visão apresentada pela mineradora, em seu EIA-Rima, como veremos em seguida.

Ao proporem a criação de um Parque Nacional, os atores reunidos em torno do MPSG fazem referência aos municípios da área de abrangência da Serra, sua relação com a Serra do Espinhaço, sua importância ambiental, às pesquisas sobre a área e à legislação que corroboram a proposição de protegê-la integralmente, o que reforça as bases de sustentação de sua defesa comprometidas com o conhecimento científico e legal, indicativo de um enquadramento conservacionista, porém, não único, como veremos ao longo da proposição.

A Serra do Gandarela está localizada nos municípios de Caeté, Santa Bárbara, Barão de Cocais, Rio Acima, Itabirito e Raposos na região metropolitana de Belo Horizonte, MG. Faz parte da Reserva da Biosfera do Espinhaço, e apresenta alguns dos *habitats* mais significativos de toda a cadeia. Diversos estudos acadêmicos, concluídos e em andamento, e a compatibilidade da área com as legislações municipais, estadual e federal vêm reforçar a vocação e a necessidade de proteção integral desta área (MPSG, 2009, p. 01).

Os atores endossam a proposta de criação de um mosaico de unidades de conservação, como apontado no estudo “Patrimônio Natural da Serra do Gandarela e seu Entorno: Análise Ambiental como Subsídio para a Criação de Unidades de Conservação no Quadrilátero Ferrífero – Minas Gerais”, realizado por Lamounier (2009) na Serra do Gandarela. Este autor defende a criação de três UCs: Parque Nacional, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Área de Relevante Interesse Ecológico. Desse modo, apontam para a necessidade de ajustar os limites da área proposta para a criação da unidade de conservação para não prejudicar as comunidades que vivem dentro dela, “uma vez que algumas comunidades situadas dentro da área proposta do parque próximas aos seus limites devam ficar na zona de amortecimento, evitando assim quaisquer conflitos com as comunidades” (MPSG, 2009, p. 03).

Outra justificativa refere-se à vulnerabilidade dos ecossistemas encontrados nessa zona, responsáveis pela manutenção das águas que vertem para importantes bacias hidrográficas do Sudeste, como as cangas e os campos rupestres sobre canga, que não possuem unidade de conservação, no Brasil, voltada para sua preservação e, em especial, ao fato de a Serra estar localizada na

(...) Área de Proteção Ambiental Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte (APA-SUL RMBH), criada para preservar a biodiversidade e os mananciais que abastecem toda a região. Os campos rupestres sobre cangas são os mais preservados de toda a região, constituindo a principal área de recarga do Sinclinal Gandarela, a abastecer vários córregos e ribeirões, de classes Especial e 1, das bacias dos rios Piracicaba/Doce e Velhas/São Francisco – este último, à montante da principal captação para o abastecimento público da RMBH (MPSG, 2009, p. 01).



(...) as Cangas são formações raras, que ocorrem apenas na região do Quadrilátero Ferrífero, na Região Central de Minas Gerais, e em Carajás, no Pará. São áreas pouco estudadas, importantes para a recarga hídrica, possuindo endemismo e espécies, áreas com cavernas com evidências de artefatos e troglóbios (espécies cavernícolas) (MPSG, 2009, p. 01).

Para sustentar sua argumentação pela preservação daquele território, recorre-se a um instrumental variado. Estudos do Instituto Estadual de Florestas (IEF) e da Associação Mineira de Defesa Ambiental (AMDA) apontam a identificação de localizações prioritárias para implantação de áreas protegidas e corredores ecológicos no setor Sul da RMBH por conta da produção de grande volume de água, importante para a população humana regional. Com relação à prioridade de conservação, a Gandarela apresenta um grande fragmento de Mata Atlântica, sendo, por isso, categorizada como “Extremamente Alta”, um *Hotspot*, termo que se refere às regiões com grande biodiversidade e ameaçadas no mais alto grau<sup>107</sup>.

Ainda com relação às prioridades ambientais, a proposta cita o documento “Biodiversidade em Minas Gerais: Um Atlas para sua Conservação (2005)”, que faz referência à área proposta para o Parque Gandarela como prioritária para a conservação de mamíferos, aves, Mata Atlântica, campos rupestres, devido à “ocorrência alta, a riqueza de espécies endêmicas, raras ou ameaçadas no Estado, grau de ameaça e riqueza de espécies geral, e a presença de remanescente de vegetação significativo ou com alta conectividade” (MPSG, 2009, p. 18).

Aos aspectos ambientais e, em especial, sua relação com a água – por ser um importante divisor das bacias hidrográficas dos rios Doce e São Francisco – e formar um corredor ecológico natural com a Serra do Caraça, unindo as duas bacias, soma-se os históricos e paleontológicos. Os primeiros, relativos à sua importância na Estrada Real, que fazia a ligação entre Santa Bárbara e Ouro Preto durante o Ciclo do Ouro e por possuir vestígios dessa época.

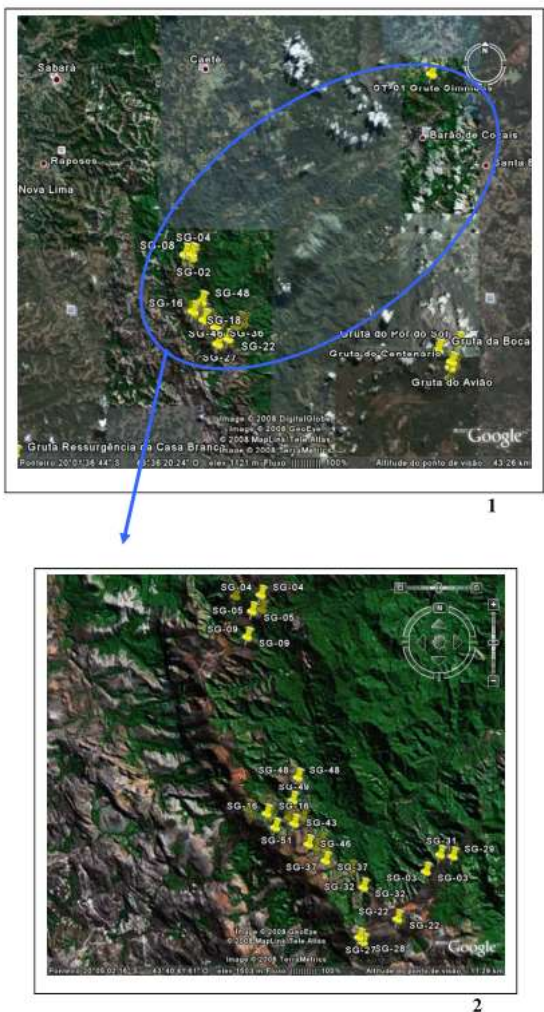
Os segundos, pela dimensão de seus patrimônios espeleológico, paleontológico e arqueológico, com mais de 50 cavernas e grutas já mapeadas na região. Possui uma das maiores geodiversidades do Quadrilátero Ferrífero e seu patrimônio de cavernas e sítio Paleoambiental tem proposta de registro no Patrimônio Mundial pela comissão brasileira de sítios geológicos e paleobiológicos (MPSG, 2009, p. 02).

O documento refere-se, ainda, à legislação que protege tais patrimônios, uma vez que as cavernas são propriedade da União, conforme Capítulo II, Art. 20 – Inciso X da Constituição Federal de 1988 e a Portaria Ibama nº 887/90, que regulamenta a proteção e o manejo de cavidades subterrâneas.

---

<sup>107</sup> De acordo com o estudo, “é considerada *Hotspot* uma área com pelo menos 1.500 espécies endêmicas de plantas e que tenha perdido mais de 3/4 de sua vegetação original” (MPSG, 2009, p. 10).

FIGURA 2 – Localização das cavernas mapeadas na região do Gandarela



Toda a grandiosidade da Gandarela, como apontado na proposta de criação da sua unidade de conservação, é, também, altamente vulnerável, principalmente diante de atividades danosas, como as industriais e da mineração, por isso, sua salvaguarda deve resultar da “responsabilidade compartilhada” daquilo que é um “bem da União”. E, nesse sentido, a proteção de seu patrimônio espeleológico é prioritária. Para isso, indica-se o fomento às atividades do turismo como compatíveis à conservação das cavernas, uma saída econômica “limpa”, o que indica um enquadramento socioambiental da questão, promovendo uma compreensão sobre modelos econômicos diferenciados da “vocação mineradora” dessa região, como será enfatizado no EIA-Rima do Projeto Apolo.

A responsabilidade compartilhada na gestão ambiental do “Bem da União” objetiva resultados mais satisfatórios na prote o, conserva o e valoriza o

do patrimônio espeleológico brasileiro, cujas normas de gestão, se por um lado proíbem e restringem atividades potencialmente danosas às cavernas, casos da implantação de indústrias e da mineração em seu entorno, por outro, autorizam o poder público a estabelecer critérios e condições para tornar [ou fomentar] atividades econômicas compatíveis com a conservação das cavernas, a exemplo do turismo (MPSG, 2009, p. 16).

As vulnerabilidades naturais na região onde se pretende implantar o Parque Nacional Gandarela são apontadas, também, no Zoneamento Ecológico-Econômico de Minas Gerais (ZEE-MG), e variam de *status Muito Alta* (porção Sul de Caeté, Oeste de Santa Bárbara e Leste de Rio Acima) a *Alta*, na porção Sul de Caeté. A “naturalidade” da situação vulnerável, aqui, designa “a incapacidade de uma unidade espacial resistir e/ou recuperar-se após sofrer impactos negativos decorrentes de atividades antrópicas consideradas normais, isto é, não-passíveis de licenciamento ambiental pelo órgão competente” (MPSG, 2009, p. 19). Desse modo, a proposta também promove uma compreensão a respeito dos motivos “porque não se deve minerar aqui” – um enquadramento de motivos que será promovido pelo MPSG em seu material da campanha pela criação do Parna Gandarela.

O elenco de vulnerabilidades encontra nos corpos d’água a razão que se destacará em todo processo de significação que será promovido pelo nascente MPSG para transvalorar a Serra do Gandarela de uma grande reserva de minério de ferro para um grande aquífero. Além de todo o exposto, reforça-se os argumentos em razão do instrumental técnico-legal do ZEE-MG, que aponta o “enquadramento dos corpos d’água, nas bacias do Rio Piracicaba (DN 09/94) e do Rio das Velhas (DN 20/97), classificados como Especial e Classe 1, na área onde pretende-se a criação do parque Gandarela” (MPSG, 2009, p. 23). Significa que as águas que vertem dessa serra são as mais puras, podendo ser consumidas *in natura*, sem a necessidade de tratamento.

Nesse sentido, relaciona-se a vulnerabilidade da Gandarela à vulnerabilidade das populações que dependem de suas águas diretamente. No município de Caeté, o abastecimento público é originário de águas que nascem em seu território, sendo 85% dele captado na Serra do Gandarela. Um importante manancial é o Ribeirão da Prata, também com a água classificada como Classe 1, cujas nascentes encontram-se na divisa de Caeté e Rio Acima. Este ribeirão abastece o município de Raposos, sendo considerado o último manancial para abastecimento futuro de água com qualidade para Caeté.

Por fim, o documento recorre ao instrumental técnico-legal dos municípios do entorno da Serra, os Planos Diretores de Caeté e Santa Bárbara, onde, em relação ao local previsto para a implantação do empreendimento minerador, parte Sul de Caeté, apresenta alto potencial para o turismo, enquanto a face Oeste de Santa Bárbara é caracterizada como Zona de Conservação Ambiental (MPSG, 2009). Em 06 de outubro de 2009, o ICM-Bio instaurou o processo nº. 02070.002759/2009-75 para analisar a proposição de criação do

Parque Nacional na Serra do Gandarela, encaminhada pelo Projeto Manuelzão e os atores reunidos no MPSG. O quadro a seguir elenca os principais argumentos reunidos pelos atores em sua proposta e que serão comparados aos argumentos apresentados pelo minerador, no próximo tópico.

QUADRO 2 - A proposição como fratura: a criação de UCs na Serra do Gandarela

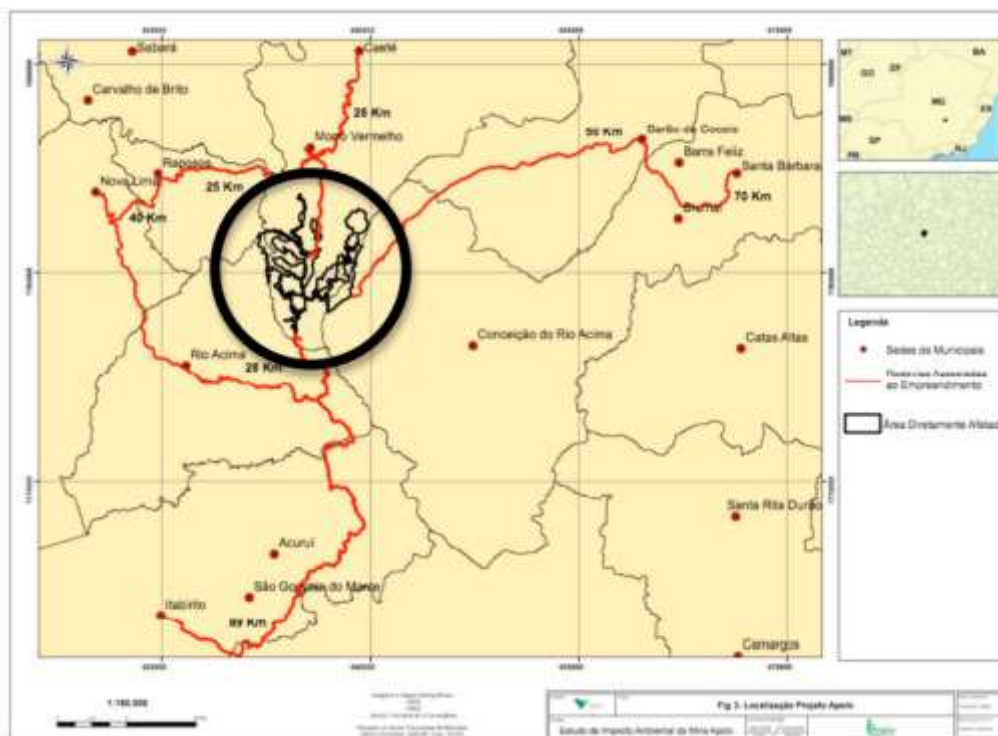
<b>O valor ambiental:</b> o potencial hídrico, a biodiversidade, as raridades, a economia limpa (ordem socioambiental).
<b>Área de abrangência:</b> Caeté, Santa Bárbara, Barão de Cocais, Rio Acima, Itabirito e Raposos (RMBH), Serra do Espinhaço, APA Sul RMBH.
<b>Prioridade:</b> extremamente alta para conservação dos recursos hídricos, vulnerabilidades ( <i>Hotspot</i> , Reserva da Biosfera da Unesco), raridade das cavernas, alta qualidade das águas.
<b>Vocação</b> para a criação de uma UC, para lazer e turismo.
<b>Riscos e perdas</b> potenciais, escassez de água no futuro para RMBH.
<b>Precaução:</b> em vez de prevenir, impedir a ação danosa.
<b>Água:</b> disponibilidade hídrica do Ribeirão do Prata para abastecer Caeté, Raposos, Rio Acima.
<b>Tempo</b> de serviços ambientais da Gandarela: inestimável.
<b>Identidade</b> cultural do lugar

Fonte: Elaboração própria.

Paralelamente ao processo de criação do Parna Gandarela, a Vale deu entrada ao EIA-RIMA do Projeto Mina Apolo na Supram, em 9 de outubro de 2009, solicitando Licença Prévia para um complexo minerador que previa a produção de 24 milhões de toneladas anuais de minério de ferro e a construção de estruturas para lavra, beneficiamento e transporte da produção de minério de ferro na Serra do Gandarela, localizando-se nos municípios que integram a Região Metropolitana de Belo Horizonte – Caeté, Santa Bárbara, Raposos e Rio Acima.

A grandiosidade do projeto mede-se ainda pelas dimensões da ocupação de uma área de 1.758,3 hectares, onde somente a cava da mina teria 385,46 ha, a área para a pilha de estéreis alcançaria 434,41 ha, enquanto a barragem de rejeitos chegaria a 671,31 ha. Tudo isso para uma vida útil prevista de 17 anos para a mina (AMPLO, 2009), mas que mudaria ao longo dos anos seguintes (veja item 2.3).

FIGURA 3 - Localização do projeto Apolo, os limites municipais e os principais acessos.



Fonte: AMPLO (2009, p. 10).

Justifica-se o empreendimento em função da região do Quadrilátero Ferrífero, na qual está localizado, possuir perfil com “marcante vocação mineradora” (AMPLO, 2009, p. 04), daí a Mina Apolo ser apresentada pelo seu potencial para expansão, devendo substituir as minas de Gongo Soco, Cauê e Córrego do Meio, todas no QF, quando em fase de exaustão. Destaca-se, ainda, que a localização de Apolo possibilita a sinergia com outros projetos da Vale na região, prevendo-se a construção de um ramal ferroviário operado pela Estrada de Ferro Vitória-Minas, o que viabiliza que a região do Gandarela receba a implantação de um empreendimento minerário de grande porte.

Além das causas expostas, justifica-se a prioridade sobre esse projeto em função da jazida Apolo possuir minérios granulados, do tipo *sinter feed*, de alta qualidade e baixo nível de impureza, um dos motivos pelos quais a empresa se mantém à frente no competitivo mercado internacional de minério de ferro, atendendo, principalmente, os mercados asiático e europeu. Sua produção, portanto, será voltada para atender à exportação.

Com relação aos impactos de um empreendimento deste porte, o EIA considera primeiro a chamada rigidez locacional da cava da mina, ou seja, aquilo que é inegociável para o minerador, considerando a área exata de extração do minério. Em seguida, aborda as alternativas locacionais ao restante da estrutura prevista para o empreendimento, de modo que barragem de rejeitos de minério e de lama, pilhas de estéreis, captação de água e mesmo

usina de beneficiamento possam ser deslocadas em função dos impactos de sua implantação sobre as condições ambientais locais.

Prevista como a maior estrutura do projeto Apolo, a barragem de rejeitos, com altura máxima em 128m e volume do reservatório formado de 141,86Mm<sup>3</sup> (AMPLO, 2009), estava prevista para ser instalada no Ribeirão da Prata, apontado também para a captação da água para usina de beneficiamento do minérios. Isto porque esse rio apresenta “capacidade volumétrica e disponibilidade hídrica para atender o empreendimento com a implantação de apenas uma barragem” (AMPLO, 2009, p. 32).

Curioso que o empreendedor não ignora o fato desse manancial ser um dos afluentes do Rio das Velhas e possuir atrações turísticas e de lazer, como inúmeras cachoeiras, entretanto, o curso d’água é significado em função de possuir “vale extenso cuja capacidade de armazenamento pode atingir a ordem de 1x10<sup>9</sup> m<sup>3</sup> de rejeitos”, apresentando “as condições necessárias para acomodar todo o rejeito a ser gerado durante a extração e beneficiamento do minério a ser produzido no âmbito do Projeto Mina Apolo” (AMPLO, 2009, p. 32). A apenas dez quilômetros abaixo do local previsto para a construção da barragem, fica o município de Raposos. Outro número que chama a atenção do Projeto Mina Apolo diz respeito à sua demanda hídrica da ordem de 1.800m<sup>3</sup>/h de água nova, justamente a água mais pura da Gandarela – Classe 1 e Especial, como demonstrado na proposta para a criação de um parque na região, a pedido do MPSG ao ICM-Bio.

A previsão de investimento nessa megaestrutura, segundo a empresa, era de R\$ 4 bilhões e geração de empregos girando em torno de 2 mil postos na fase de implantação, devendo chegar a 4,1 mil pessoas nos meses iniciais. A empresa estimou, no EIA, que 2 mil trabalhadores viriam dos municípios vizinhos, como Caeté, Itabirito, Nova Lima, Raposos, Rio Acima, Sabará, Santa Bárbara e Belo Horizonte. Os outros 2 mil seriam alojados em locais a serem construídos no empreendimento, próximo às entradas de acesso à mina. Esses postos de emprego temporários teriam uma duração de, no máximo, 33 meses. Estava previsto um programa para treinar a mão-de-obra oriunda dos municípios vizinhos, em funções como as de auxiliares de obras (construção civil, mecânica e elétrica), carpinteiros, armadores e operadores de máquinas (AMPLO, 2009).

Em função da implantação de um empreendimento desse vulto, com a previsão da chegada de milhares de trabalhadores aos povoados e pequenas cidades do entorno da Gandarela, previa-se impactos de ordem social ainda mais preocupantes, enfatiza Rojas (2014), tais como: aumento populacional (principalmente masculino); alteração no cotidiano das comunidades locais; aumento da violência; alteração e trânsito intenso nos acessos e estradas utilizadas pelas comunidades locais, dentre outros. As três comunidades locais da Serra do Gandarela mais impactadas na área do Projeto Apolo apontadas no EIA são: André do Mato Dentro e Cruz dos Peixotos (em Santa Bárbara), e Morro Vermelho (em Caeté). Outra

previsão dizia respeito à injeção de aproximadamente 40 milhões de reais por ano na economia regional, com a criação dos postos de emprego diretos, e ao aumento da arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), em torno de 12% do total da arrecadação dos municípios envolvidos no projeto (ROJAS, 2014).

Mas o processo aberto no ICM-Bio acabou suspendendo as análises do EIA-Rima do Projeto da Mina Apolo, na Supram. Depois de receber a proposta do grupo de entidades reunidas em torno do MPSG para a criação de um mosaico de unidades de conservação na Serra do Gandarela no mesmo território requerido para mineração, o ICM-Bio enviou ofício à Supram, em 15 de dezembro de 2009, informando sobre o andamento desse estudo, que será concluído em setembro do ano seguinte.

Nesse momento, a proposta de criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela é encaminhada oficialmente pelo ICM-Bio à Semad, prevendo uma área de abrangência de 38 mil ha para a unidade de conservação nos municípios de Barão de Cocais, Caeté, Itabirito, Nova Lima, Ouro Preto, Raposos, Rio Acima e Santa Bárbara. Na sequência, em 10 de novembro de 2010, o Ministério Público Estadual expede a Recomendação nº 06/2010 à Supram e pede a suspensão do processo de licenciamento “Mina Apolo”, na Serra do Gandarela, em função da proposta para a criação do Parna Gandarela, já encaminhada à Semad. Em 16 de novembro, a Semad encaminha ofício à Supram sustentando o processo de licenciamento.

Compreende-se, portanto, que a proposta inicial de criação de unidades de conservação, dentre elas, um parque nacional, elaborada pelos coletivos e entregue ao ICM-Bio, ainda em 2009, constituiu-se em uma linha de força do nascente Movimento Gandarela a contrapor-se e fraturar a linha de força da empresa mineradora apresentada no processo de licenciamento por meio do EIA-Rima. Ao lançar luzes sobre aquilo que é invisibilizado no e pelo projeto minerador, ou sobre aquilo que é descrito de outra forma e, sobretudo, a partir de outros valores – o fazer ver uma outra grandiosidade na Gandarela –, a linha de força construída na proposta do Parna revela-nos o olhar oriundo dos campos científicos, aliado às compreensões legais e socioambientais a respeito dos riscos e vulnerabilidades relacionados ao conjunto de humanos (população adjacente à Serra) e não-humanos (sistema geoferruginoso que favorece a formação do aquífero na Gandarela) ameaçados pela mineração.

A proposta do mosaico de unidades de conservação apresentada pelo grupo reunido em torno do MPSG, e centralizada no Parque Nacional pelo ICM-Bio, configurou-se, portanto, como importante estratégia de luta e mobilização a fim de proteger antecipadamente a Serra da mineração, mas também para inserir a temática da defesa dos recursos hídricos na agenda pública frente à agenda política favorável aos interesses privados do minerador, de forma a impor limites à ocupação dos territórios, como a Gandarela, que resulte em riscos

presentes e futuros. No quadro a seguir, reunimos os principais argumentos do agente minerador no EIA-RIMA do Projeto Mina Apolo e as fraturas produzidas pelos agentes sociais a partir de outra proposição e finalidade para o território que se pretende minerar.

QUADRO 3 – As disputas de horizontes e as fraturas ao projeto minerador na Gandarela

<b>MINERAÇÃO (VALE)</b>	<b>FRATURAS (MPSG)</b>
Lógica do presente: desconecta experiência de expectativas; ordem da especulação.	Lógica do futuro: articula experiência e expectativas; ordem da ação ética.
O valor econômico: o investimento, o potencial minerador, o potencial de expansão e a geração de empregos (ordem especulativa).	O valor ambiental: o potencial hídrico, a biodiversidade, as raridades e a economia limpa (ordem socioambiental).
Área de abrangência: Caeté, Raposos, Rio Acima e Santa Bárbara (RMBH).	Área de abrangência: Caeté, Santa Bárbara, Barão de Cocais, Rio Acima, Itabirito e Raposos (RMBH), Serra do Espinhaço e APA Sul RMBH.
Prioridade: rigidez locacional, a rara qualidade do minério a ser extraído.	Prioridade: extremamente alta para conservação dos recursos hídricos, vulnerabilidades ( <i>Hotspot</i> , Reserva da Biosfera da Unesco), raridade das cavernas, alta qualidade das águas
Vocação mineradora da região.	Vocação para a criação de uma UC, para lazer e turismo.
Silencia sobre impacto sobre o Rio da Prata, afluente do Rio das Velhas; riscos potenciais, escassez de água no futuro perdas ambientais definitivas.	Aponta destruição irreversível dos aquíferos, evidencia riscos e perdas potenciais, escassez de água no futuro para RMBH.
Prevenção: compensações e mitigação.	Precaução: em vez de prevenir, impedir a ação danosa.
Água: disponibilidade para a barragem de rejeitos de minério e lama no Ribeirão do Prata (disposição por 20 anos).	Água: disponibilidade hídrica do Ribeirão do Prata para abastecer Caeté, Raposos e Rio Acima.
Tempo de vida útil da mina: 17 anos.	Tempo de serviços ambientais da Gandarela: inestimável.
Identidade da mineradora.	Identidade cultural do lugar.

Fonte: Elaboração própria.

Após a análise da mobilização dos atores, na qual se constituiu o MPSG e o movimento de fratura correspondente – que chamarei de Fratura 1, relativa à proposição do Parque Nacional e a um mosaico de unidades de conservação –, compreendemos que a construção dessa proposta resultou dos esforços dos sujeitos coletivos nos campos jurídico e científico, aliando saberes especializados à interlocução entre atores localizados em diferentes espaços representativos (como os Codemas, o conselho consultivo da APA Sul, as associações comunitárias) e institucionais (como o MPMG e MPF). A interlocução entre esses atores



favoreceu a vigilância cidadã exercida sobre os movimentos da empresa nas suas quatro tentativas de obter licença ambiental de forma fragmentada, levando à urgência na proposição de uma saída legal, a criação de UCs, para salvaguardar a Gandarela. Nesse sentido, a partir do repertório de ação desenvolvido na mobilização dos atores, relacionamos os contextos comunicativos relativos a esse momento da ação coletiva:

QUADRO 4 - O contexto, a ação e a comunicação na mobilização dos atores

<b>Contextos de mobilização</b>	<b>Ação estratégica</b>	<b>Níveis e formas de comunicação</b>
Anúncio sobre atividade da mineradora Vale na Serra do Gandarela.	Pesquisa sobre licenciamento; Reunião de atores da sociedade civil.	Interpessoal, intergrupar e horizontal; local e comunitária; conversas, e-mails, telefonemas.
Pedidos de licenciamento 1, 2 3, 4 e atividades da empresa na Gandarela.	Atuação junto aos órgãos ambientais, órgãos consultivos, MPE e MPF.	Interpessoal, organizacional e institucional; verticalizada; ofícios, reuniões.
Vale apresenta projeto de barragem de rejeitos da Mina Apolo em Raposos.	Cria-se Movimento Contra Barragem (MCB) em Raposos; atores recolhem 5 mil assinaturas contra a barragem.	Local, comunitária, regional e nacional; faixas e cartazes; manifestações em vias públicas; intermediada (meios de comunicação).
Reunião de diversos atores que se opõem à mineração.	Definidas ações para trabalhar pela criação de um Parque Nacional na Gandarela.	Interpessoal, intergrupar e horizontal; local e comunitária; conversas, e-mails, telefonemas, reunião.
Vale entrega EIA-Rima do projeto Apolo à Supram.	Atores reunidos em torno do MPSG encaminham pedido de criação do Parna Gandarela ao ICM-Bio.	Intergrupar e horizontal; organizacional e institucional; verticalizada; ofício.

Fonte: Elaboração própria

### 3.2 A PROPOSIÇÃO: A CAMPANHA DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO GANDARELA

A importância da proposta do Parna levada ao ICMBio pelos atores reunidos no MPSG pode ser medida pelo efeito imediato à dinâmica relativa ao licenciamento do projeto da Mina Apolo, como vimos no Item 3.1. A paralisação desse processo obriga tanto gestores públicos quanto empresa mineradora a convocarem a sociedade civil para debater o empreendimento proposto. Nesse sentido, foram realizadas seis audiências públicas para apresentação do Projeto Apolo, todas no ano de 2010: Caeté (12/01), Raposos (15/01), Nova Lima (08/04), Rio Acima (13/04), Santa Barbara (15/04) e Belo Horizonte (14/06).

A partir do primeiro movimento de fratura – que propõe outra finalidade para o território Gandarela que não a extração mineral à custa da exploração e esgotamento dos recursos hídricos e naturais –, a ação coletiva passa a uma nova fase, na qual será preciso intensificar os processos de compreensão e aceitação, junto à sociedade, a respeito do que seja um Parque Nacional e por quê isso é necessário naquele contexto.

É preciso ganhar aliados para a causa e torná-la comum a todos em um sentido mais ampliado, envolvendo não somente a sua organização no campo da ação prática, o corpo a corpo, mas também na produção dos seus próprios meios de comunicação, de suas próprias mensagens através das quais o MPSG promove tanto o simbolismo do aquífero Gandarela e da água como um valor maior frente ao minério quanto realiza a contínua vigilância sobre a ação dos agentes de Estado e da mineradora em torno dos jogos políticos nas diferentes instâncias de mediação para a criação do Parque Nacional.

O Quadro 5 indica os principais acontecimentos dessa fase, elencados no recorte temporal entre o envio da proposta do Parque Nacional pelo ICM-Bio à Semad, em 2010, até a sua criação por decreto presidencial, em 2014. A tais ações no campo prático relaciono as ações desenvolvidas pelo MPSG no campo comunicacional, elencando um conjunto diversificado de atores – sociedade civil, instituições políticas, instância jurídica, setor empresarial –, contextos de debate e disputa, nos quais o nosso ator intervém por meio de participação em instâncias de negociação, como o Grupo de Trabalho (GT2), criado pela Semad para negociar os limites do futuro Parque com os atores envolvidos no conflito.

O MPSG também atua na agência junto aos agentes responsáveis (ICM-Bio, MMA) e apoiadores (MPE, MPF), pressionando pela realização das consultas públicas e do envio do projeto à instância federal, além de exercer vigilância sobre os trâmites do processo no Ministério do Meio Ambiente e sobre as ações das mineradoras que representem riscos à Gandarela. Mas, sobretudo, é nessa fase que produzirá suas próprias formas de comunicação. Desse modo, pode-se arguir: em que medida é possível perceber a articulação de diferentes contextos comunicativos na ação coletiva empreendida pelo MPSG? O Quadro a seguir indica essas articulações, temporalmente.

QUADRO 5 - Cronologia dos principais acontecimentos sobre a criação do Parna Gandarela e ações coletiva e comunicativa do MPSG

<b>2010</b>	<p>Em setembro, ICMBio envia à Semad proposta para criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela com 38.210 hectares, abrangendo os municípios de Caeté, Santa Bárbara Rio Acima, Raposos, Nova Lima, Barão de Cocais, Itabirito e Ouro Preto. A proposta entra em desacordo com os interesses de mineradores na região.</p> <p>Em 10 de novembro, o MPE expede Recomendação 06/2010 à Supram pedindo para sustar processo de licenciamento da Mina Apolo. Em 16 de novembro a Semad susta o processo de licenciamento.</p>
-------------	--

<b>2010</b>	Realizadas seis audiências públicas para apresentação do Projeto Apolo nos seguintes locais: Caeté (12/01), Raposos (15/01), Nova Lima (08/04), Rio Acima (13/04), Santa Bárbara (15/04) e Belo Horizonte (14/06). A proposta inviabiliza área pretendida para mineração.
<b>2010</b>	MPSG lança campanha de mobilização pela criação do Parna Gandarela e recolhe 20 mil assinaturas em um abaixo-assinado (via Internet e co-presença).
<b>2010</b>	MPSG lança o primeiro folder (impresso) sobre a defesa da Serra, intitulado “Gandarela, Serra, Água e Vida” para distribuição nas audiências públicas e convoca a população para ajudar na causa. Divulga endereço de e-mail e de blog.
<b>2010/2014</b>	Movimento realiza palestras, eventos, ações de divulgação em fóruns e congressos, manifestações públicas, exposições, vídeos; cria o evento Abrace a Serra do Gandarela (todo 21/09), participa da Rio+20 e dos protestos de junho de 2013. Atividades e campanhas em conjunto serão realizadas com as redes MovSam, Comitê Mineiro em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, entre outros. Também concede entrevistas à imprensa.
<b>2010/2014</b>	MPSG lança quatro edições anuais do impresso “O GANDARELA – o jornal do Parque” e cria sua rede social <a href="http://www.aguasdogandarela.org">www.aguasdogandarela.org</a> , abrigada na rede Ning. Cria a newsletter “Gandarela Informa” enviada via e-mail aos colabores e simpatizantes.
<b>2011</b>	A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável cria o Grupo de Trabalho (GT) para “elaboração de proposta de consenso entre ICM-Bio e Semad para a conservação da Serra do Gandarela”. A proposta, que ficou conhecida como “acordo ICM-Bio/Semad,” concilia Parque com mineradoras em licenciamento na região: Mundo Mineral (Rio Acima), Ferro Puro (Santa Bárbara), MSOL (Itabirito) e Pedreira U (Santa Bárbara). Proposta retira do desenho do Parque a área pretendida pela Vale para a mina Apolo (1.700 hectares).
<b>2011</b>	Semad cria o GT2 com a participação de ICM-Bio, Sede, Ibama, prefeituras de Santa Bárbara e Raposos, AMDA, SINDIEXTRA, Vale e os representantes do MPSG, as entidades Instituto Guaicuy, Macaca e Pró-Citta. O objetivo era discutir os limites a serem definidos para o Parna, a criação de um Sistema de Áreas Protegidas e as atividades econômicas em processo de licenciamento na região da Serra do Gandarela. O GT2 ocorre de novembro de 2011 a fevereiro de 2012.
<b>2012</b>	MPF ajuíza ação civil pública contra o ICM-Bio para que agilize consultas públicas sobre a proposta do Parna.
<b>2012</b>	Realizadas, em maio, seis consultas públicas em Belo Horizonte, Rio Acima, Raposos, Caeté, Ouro Preto e Santa Bárbara. Ao todo, participam 1.975 pessoas. No total, 150 propostas foram encaminhadas pela sociedade civil, dentre elas, a de criação de Reservas de Desenvolvimento Sustentável para atender às comunidades de agricultores tradicionais que vivem no entorno da área traçada para o Parna. Vale não se manifesta nas consultas.
<b>2012</b>	Comunidades de André do Mato Dentro e Cruz dos Peixotos (Santa Bárbara) e Socorro (Barão de Cocais) encaminham ao ICM-Bio, em 26/6, a proposta de criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes do Rio São João.
<b>2012</b>	Em setembro, Vale solicita Licença de Operação de Pesquisa Mineral (LOP) dentro do processo de licenciamento da Mina Apolo para fazer 227 praças de sondagem geotécnica na Serra do Gandarela (tentativa de licenciamento 5).
<b>2012</b>	MPSG intervem junto ao MPE para que não seja concedida a licença, pois o processo para a criação do Parna ainda estava em curso. Licença não é concedida.

<b>2012</b>	Em 11/11, as comunidades de Vigário da Vara, Jardim, Conceição de Rio Acima, Galego e Paiol (Santa Bárbara) e Campo Grande e São Gongalo (Barão de Cocais) pediram a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Conceição de Rio Acima e adjacências.
<b>2012</b>	MPSG inicia campanha pela criação do Parna + RDS em seu informativo O GANDARELA, agora chamado também de “o jornal do Parque e da RDS”.
<b>2013</b>	Em reunião com representantes do Governo de Minas, do MMA e do ICM-Bio, em janeiro, Vale se mostra surpresa com pedido de criação de RDS.
<b>2013</b>	Movimento se reúne em Brasília, em 8/11, com o diretor de Departamento de Áreas Protegidas (DAP) do Ministério do Meio Ambiente, e é informado que a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) solicitada não será criada.
<b>2013</b>	Reunião de candidatos ao Governo do Estado, à Presidência e com prefeitos para pedir apoio à criação do Parna + RDS.
<b>2013</b>	MPSG cria o Circuito Águas do Gandarela de Turismo Comunitário, com apoio da Caixa, e participação de atores locais, organizou roteiros turísticos levando grupos a Rio Acima e às coudades de André do Mato Dentro (município de Santa Bárbara), Cândida (Raposos), Morro Vermelho (Caeté), todas na Serra do Gandarela.
<b>2014</b>	MPSG cria Estação Gandarela, em Rio Acima – posto de informações sobre a Serra do Gandarela e sobre o futuro Parna.
<b>2014</b>	Em 11 de junho, o Movimento se reúne com a ministra do Meio Ambiente, em Brasília e entrega cópia de um ofício com 194 mensagens enviadas por email à presidenta Dilma e dos cerca de 5 mil nomes inscritos na petição do Avaaz “Dilma, Salve a Serra do Gandarela”.
<b>2014</b>	MPSG promove segundo abaixo-assinado pela criação do Parna.
<b>2014</b>	Prefeitura de Rio Acima revoga Carta de Conformidade, emitida em 2009 para a Vale; Parte da Serra é tombada como patrimônio histórico neste município.
<b>2014</b>	Em 13 de outubro, o Parque é criado por Decreto presidencial, com área menor que a apresentada à sociedade nas audiências públicas e sem as RDSs solicitadas. Viabiliza-se o projeto Apolo na Gandarela.
<b>2014</b>	MPSG lança a campanha pelo site Petição Pública, “Carta aberta à Presidenta Dilma: Parque Nacional da Serra do Gandarela e Minerodutos em MG”, com o Comitê Mineiro em Defesa dos Territórios Frente à Mineração.

Fonte: elaboração própria

A sequência temporal dos fatos acima expostos e o elenco de atores implicados nessa fase da ação coletiva, em seus mais variados tempos indicam como nosso ator principal se organiza frente aos diferentes desafios a enfrentar na manutenção de sua contraproposta e, principalmente, efetiva o uso estratégico da comunicação como elemento a auxiliar a compreensão da ação coletiva nos momentos mais acirrados em torno do projeto do Parna, como a criação dos impressos “GANDARELA, Serra, Água e Vida”, para distribuição das audiências públicas do projeto Mina Apolo, em 2010, e “O GANDARELA – O Jornal do Parque”, no final do ano de 2010, e com edições anuais até 2014, constituindo-se na

ferramenta especificamente constituída para comunicar o passo a passo das ações do grupo e de seus contendores – Vale, Semad, mineradoras, MMA – durante a campanha. A partir desse ponto, o que será alinhado, pelo grupo, em seu trabalho de comunicação com a sociedade? O que se destaca na profusão de estratégias de mobilização e de comunicação? Como ele se organiza nesse campo? Começemos por este último aspecto.

A comunicação é um recurso permanentemente acionado nessa fase da ação coletiva e seus usos definem-se a partir dos objetivos propostos pela organização para traçar as formas e os contextos em que serão utilizadas. Sendo assim, a partir do levantamento dos objetivos, identificamos os seguintes contextos e meios de comunicação<sup>108</sup> criados pelo MPSG: 1) ampla abrangência: blog, site, página rede social Facebook, canal no Youtube; 2) maior urgência: constituído pelas *newsletters* Gandarela Informa e Comunicado, distribuídas a uma lista de e-mail com cinco mil inscritos; 3) mobilização interna: organiza a comunicação com colabores mais frequentes (cerca de 500 nomes na lista de e-mails); 4) momentos-chave: voltou-se para a produção de material impresso – folder Gandarela e jornal O Gandarela – destinados à distribuição em co-presença. Tais contextos e formas de comunicação indicam variados objetivos:

- Visibilizar a campanha pela criação do Parna e as manobras governamentais e empresariais que se interpõem a esse projeto;
- Alcançar públicos diferenciados em contextos específicos – como as audiências e consultas públicas sobre a mina Apolo e sobre o Parna, as manifestações públicas, os eventos que o grupo promove ou dos quais participa;
- Ampliar a interlocução com públicos menos especializados – alcance que se pretende atingir com as redes sociais Águas do Gandarela;
- Ampliar a interlocução com a imprensa, principalmente com o uso das *newsletters*;
- Produzir e disponibilizar a memória da campanha pela criação do Parna a partir do ponto de vista do grupo, ou de seu modo de dizer essa luta, ampliando a compreensão sobre os propósitos e significados da ação coletiva.

A cada momento da campanha, como indicado no Quadro 5, desenvolvem-se diferentes estratégias de ação e de comunicação em co-presença e mediadas que foram importantes instrumentos para alcançar a visibilidade para a “causa” Gandarela.

Usamos de todas as formas. Abaixo-assinados: tinha virtual e físico. A gente buscava assinaturas na feira da Afonso Pena, levava banners, colhíamos

<sup>108</sup> Descritos detalhadamente na Introdução desta tese, em percurso metodológico.

assinaturas presencialmente, fizemos o Abraço a Serra do Gandarela, evento Viva o Gandarela. Foi uma estratégia formidável porque as pessoas chegavam, aumentava o *mailing*. A estratégia do jornal foi pensada assim: temos que visibilizar o parque. Foi voluntário, colhemos colaboração entre os membros, usamos todos os territórios para entregar o jornal. A turma de Raposos colocava faixas sobre o Gandarela nos pontos de maior circulação, (no) sinal (de trânsito) de Belvedere, saída de Nova Lima, Cidade Administrativa, com frases da campanha. Usamos muito formatos. O que era Gandarela que ninguém sabia se tornou uma coisa conhecida nesse tempo de luta, agregando porque é importante todas as formas diferentes de divulgar. Foi muito diversificada a comunicação, realmente nos ajudou muito a visibilizar a história do Gandarela (INFORMANTE 1, 2017, s/p).

Melucci destaca, como abordado no Capítulo 1 desta tese, a importância das formas de comunicação como um dos níveis da análise da identidade coletiva dos movimentos sociais juntamente aos processos de mobilização e às formas organizacionais. Assim, a forma como os atores interagem possibilita que estabeleçam importantes vínculos de confiança, o que reforça a solidariedade para além da causa que os une em torno de um “nós”. A organicidade funciona no nível interno e interpessoal através de trocas mediadas entre os integrantes e voluntários do MPSG. Os e-mails e, mais recentemente, as trocas via grupos em redes sociais possibilitam desde a mobilização de ideias quanto organização da ação no campo prático. “Tem pessoas que nunca puderam vir aqui nas reuniões presenciais, mas estão acompanhando diariamente tudo que está sendo articulado, as possibilidades, as ações, e aí cada um vai se posicionando e assumindo tarefas” (INFORMANTE 1, 2017, s/p).

Além dessa forma aberta e descentralizada de funcionar, o grupo também desenvolve seu senso de identidade coletiva ao colocar em prática a solidariedade orgânica, na qual cada um dos integrantes, nas suas diferentes áreas de conhecimento, colabora em frentes específicas de trabalho, como a produção de elementos essenciais à comunicação do grupo. “Colocar ideias em mapas às vezes funciona melhor que em tabelas. Nesse sentido, fazemos um esforço para transformar dados em mapas para dar uma ideia melhor, uma visualização do problema. Foi o que fizemos quando construímos mapas para contestar os limites do Parna” (INFORMANTE 3, 2017, s/p).

No nível externo, a necessidade de construir sua própria forma de comunicação se impôs, após 2009, quando o grupo passou a manter contatos mais frequentes com a imprensa, por meio das *newsletters*, anteriormente citadas, por e-mail, telefonemas e visitas às redações de empresas jornalísticas. Durante todo o processo da campanha do Parna, a imprensa foi informada das ações de contestação do MPSG, o que não significa que elas tenham resultado em coberturas jornalísticas dos fatos por eles informados. Entretanto, o esforço em ampliar o conhecimento sobre o conflito em tela favoreceu que o Movimento Gandarela tenha ultrapassado os espaços formais de comunicação mediada.

Um exemplo, em um nível intermediário, envolveu atores implicados no processo durante audiências e consultas públicas sobre a Mina Apolo e o Parna, respectivamente. Nessas instâncias de debate e de publicização de sua ação coletiva, seus integrantes agiram em conjunto, aproveitando as oportunidades para comunicar seu posicionamento diferenciado.

No espaços que a gente tinha oportunidade de trazer o confronto e visibilidade, a gente se preparava antes para levar para esses espaços argumentos, trabalhava nisso dividindo as tarefas, cada um se voluntariando a fazer uma frente; buscava mais informações para construir esse material e, dependendo do que era colocado nesses espaços no sentido contrário, aquilo nos dava ganchos para a gente pensar “olha isso aqui não está bem argumentado” (INFORMANTE 2, 2017, s/p).

Outro importante nível da comunicação praticada pelo MPSG refere-se às articulações intergrupais junto às redes de movimentos sociais, como a Articulação Internacional das Atingidas e Atingidos pela Vale (AIAV) – assim como o Gandarela, trata-se de um movimento sem estatuto jurídico, que articula grupos atingidos pela mineradora nos locais onde a empresa opera, Rede Justiça nos Trilhos, Ação Popular São Francisco Vivo, Observatório de Conflitos da Mineração na América Latina (OCMAL), todos relacionados ao tema da mineração e seus impactos, e que promovem ações conjuntas. As formas de ação articuladas pelas redes, o compartilhar estratégias, vitórias e derrotas, conhecimentos, saberes que cada agente executa em seu território, favorecem e fortalecem sentimentos de pertencimento, solidariedade e a resistência na luta em comum.

Porque onde está dando certo e onde se consegue resistência ou vitórias nessa caminhada do enfrentamento, uma coisa que é tão forte com esse poder econômico, com essa filosofia do desenvolvimento, o que eu tenho percebido é que são precisamente nos grupos, movimentos, articulações que estão trabalhando nessa perspectiva (de rede) (INFORMANTE 1, 2017, s/p).

A articulação por meio das redes de movimentos sociais contribuiu para ampliar o escopo de alcance de sua luta ao promover o conhecimento a respeito do conflito, divulgando-o junto a instâncias internacionais, como no Mapa de Injustiças Ambientais, Projeto EJOLT, da Universidade Autônoma de Barcelona, onde o caso Gandarela está registrado junto aos conflitos ambientais em todo o mundo. O conflito também foi incluído na denúncia sobre impactos e ameaças da mineração à água em Minas Gerais, encaminhado à Relatora Oficial da ONU para o Direito Humano à Água e Saneamento.

Visto seus variados níveis de comunicação e interação, passemos agora às formas desempenhadas pelo MPSG em seu trabalho de comunicação com a sociedade para dotar de significado próprio a luta empreendida. Em seu trabalho de significação do conflito

em curso, o MPSG retoma a experiência constituída em outros momentos conflituos envolvendo a mineração e a sociedade civil. Os argumentos apresentados pelo grupo para contrapor-se ao projeto minerador e à lógica que predomina sobre o processo – constituída pela primazia à atividade extrativista em detrimento de perdas e impactos ambientais, ou processos corrosivos do social – seguem a linha argumentativa de seus antecessores, o SOS Serra da Piedade e o MovSam, com acréscimos.

Os quadros interpretativos, como será demonstrado em seguida, assemelham-se mais proximamente ao formulado por este último – água como recurso estratégico; crítica ao modelo de desenvolvimento econômico; legislação falha; e herança intrageracional – e a mobilização pela ação responsável, convocando a sociedade a exercer sua cidadania. Em relação ao SOS Serra da Piedade, como enfatizado no Capítulo 2, o MPSG argumenta em defesa de um lugar que não é dotado simbolicamente de valores culturais compartilhados por uma comunidade mais ampla, a exemplo da Serra citada. Como vimos no caso rememorado, o valor cultural e histórico da Piedade formulou um quadro de simbolismo identitário aproximando diferentes atores em sua defesa.

Já a Serra do Gandarela, apesar de localizada a 65 km de Belo Horizonte, é mais frequentada pela população das proximidades em busca de lazer nas inúmeras cachoeiras no fim de semana, e por pesquisadores da área de ciências naturais em função de sua rica biodiversidade, como apontado em outros momentos desta tese. Portanto, não era um “destino” amplamente conhecido para além de suas fronteiras. Mesmo assim, é justamente o teor local da luta em sua defesa que se apresenta como diferencial.

Será preciso destacar, nesse trabalho de dotar a Gandarela de significados compartilhados, aqueles aspectos que se aproximam do cotidiano, da realidade empírica da população que vive no seu entorno ou próximo, de revelar, afinal, o que é esse lugar, o que ele tem de especial e porque sua defesa se faz urgente. Mas, como se contrapor à mineração em uma região historicamente dependente dessa atividade? Como argumentar em favor de recursos naturais diante de uma empresa que os explora mundo afora e da força de um discurso conectado ao desenvolvimentismo governamental? Como fazer a Gandarela existir para quem dela vive distante e próximo? Como tornar a campanha do Parque conhecida e sua existência necessária aos propósitos que se defende?

Conforme explicitamos no item sobre o procedimento metodológico desta tese, alcançamos junto às ações comunicativas do MPSG em suas variadas formas e formatos de comunicar sua luta – e que derivam de seus posicionamentos no campo prático – quatro eixos temáticos a conduzirem o trabalho de interpretação desse ator, o que, entretanto, sabemos não serem os únicos. O que se oferece aqui é mesmo o trabalho de interpretação desta pesquisadora em seu “mergulho” para oferecer uma compreensão possível.



Assim, os quatro eixos temáticos derivados das argumentações apresentadas pelo MPSG em variadas instâncias foram selecionados a partir de sua própria mídia – o primeiro folder “GANDARELA, Água, Serra e Vida”, distribuído em 2010 durante as audiências públicas da Mina Apolo; o jornal O GANDARELA – O jornal do Parque, distribuído principalmente no corpo a corpo, manifestações, eventos, palestras e nas comunidades, e a *newsletter* Gandarela Informa, enviada para uma lista de e-mails com mais de cinco mil pessoas inscritas<sup>109</sup>. A seleção respondeu aos conteúdos produzidos durante a campanha de criação do Parna e por cobrir, temporalmente, o recorte pretendido para fins desta pesquisa.

Os eixos identificados nas argumentações expostas pelo MPSG nesses espaços dizem respeito à percepção desses atores para uma problemática maior que, mas acoplada, a ameaça da mineradora sobre a Serra que defende. O que se verificou foi que a percepção de uma injustiça, aquilo que move a luta e funda a coletividade, deriva da experiência vivida desses atores em uma região profundamente marcada pelas atividades de extração mineral que, ao mesmo tempo que representa “lucro” e “desenvolvimento” implica em exclusão e despossessão. A crítica que se faz – o movimento em si e suas formas de comunicação – é, principalmente, a um modelo de exploração mineral e econômico.

Percebemos, nesse movimento de análise, que a presença da Vale e do projeto Apolo na Serra do Gandarela é elaborada como uma injustiça à medida que os atores apontam a relação entre a existência de água produzida e armazenada na Serra e a área pretendida pela mineradora. Argumentar em favor de um direito que está sendo ameaçado (o direito humano à água) e apresentar razões científicas, jurídicas e socioambientais para sua preservação será um dos trabalhos desenvolvidos durante a campanha do Parna.

Os sentidos construídos na ação apontaram para quatro formas como os atores enquadraram a problemática na Gandarela e produziram significados sobre sua ação. A combinação dessas formas, que serão comunicadas na ação coletiva às proposições feitas pelo Movimento, ajudam a promover a compreensão sobre o conflito e seu quadro de referência – a mineração a qualquer custo favorecida por uma política econômica neoextrativista<sup>110</sup> – a partir dos seguintes eixos temáticos e quadros de interpretação: 1) a importância da água/ “água como valor”; 2) por que não se pode minerar na Gandarela e os direitos usurpados/ “injustiça”; 3) as formas possíveis de alcançar autonomia econômica frente à mineração e os jogos de interesse/ “alternativas econômicas”; 4) o compromisso ético / “as responsabilidades compartilhadas”.

Voltando ao “teor local” da luta anteriormente destacado, os argumentos construídos farão referência a essa localidade, suas especificidade ou “singularidade” como dizem os ambientalistas, sua referencialidade espacial em um conjunto de serras já

---

<sup>109</sup> O *corpus* e os procedimentos metodológicos estão detalhados no item sobre metodologia, na Introdução.

<sup>110</sup> Conforme apontado no Capítulo 2.

comprometidas ou destruídas pela mineração. Mas não ignoram a relação do local com o capital global e, para isso, importa, e muito, nesse trabalho significativo, apontar o que está em jogo, o lucro ou a preservação de fontes de água e de ambiente rico em biodiversidade. Levantar tal questionamento no “coração” do QF corresponde a assumir um posicionamento “radical”, por isso, o MPSG também apresenta os limites dessa ação.

No primeiro eixo temático, a importância da água, percebemos como o MPSG tece a compreensão sobre a água como um valor maior que o minério<sup>111</sup>. A primeira referência é feita à localidade “distante-próxima” do Gandarela, como neste trecho: “A Serra do Gandarela é um grande reservatório de água que está armazenada exatamente onde tem minério. Essa água é importante não só para quem mora próximo à Serra, mas para a população de muitas cidades da RMBH” (O GANDARELA, 2015, p. 02).

Portanto, as informações irão caminhar no movimento de revelar a Serra e aproximá-la do cidadão e da cidadã mais distantes, mas a ela relacionados devido aos “serviços ambientais” prestados pelas nascentes que brotam da Serra até questionar a exploração mineral em regiões com áreas prioritárias para a preservação como a Gandarela, onde estão armazenados 1,6 trilhão de litros de água, por isso, a afirmação “a Serra do Gandarela é um aquífero” passa a fazer sentido – a ser compreendida – para aqueles que não compartilham dessa informação mais próxima. A seguir, o quadro com os argumentos elencados no primeiro eixo temático e sua interpretação.

QUADRO 6 - Quadro de interpretação da ação comunicativa do MPSG: água como valor

<b>Eixo temático: a importância da água</b>
<b>Quadro interpretativo: ÁGUA COMO VALOR</b>
“A proteção do Gandarela significa guardar águas profundas para o presente e o futuro de nossa população” (FOLDER, 2010).
“Não somos contra a mineração, mas defendemos que a água deva estar em primeiro plano, e que antes de abrir novas frentes de destruição, é necessário recuperar as águas degradadas, que não são poucas” (FOLDER, 2010).
“No Gandarela, estima-se estejam armazenados cerca de 1,6 trilhão de água potável, cuja recarga pelas chuvas é feita através da couraça de canga ferruginosa que recobre seus pontos mais elevados” (BAPTISTA, P. em artigo no Jornal O GANDARELA, 2010/20111, p. 01)

<sup>111</sup> Compreensão compartilhada também pela rede de movimentos parceiros, como o MoVSam.

“A Serra do Gandarela é um aquífero” (O GANDARELA, 2014, p.04).

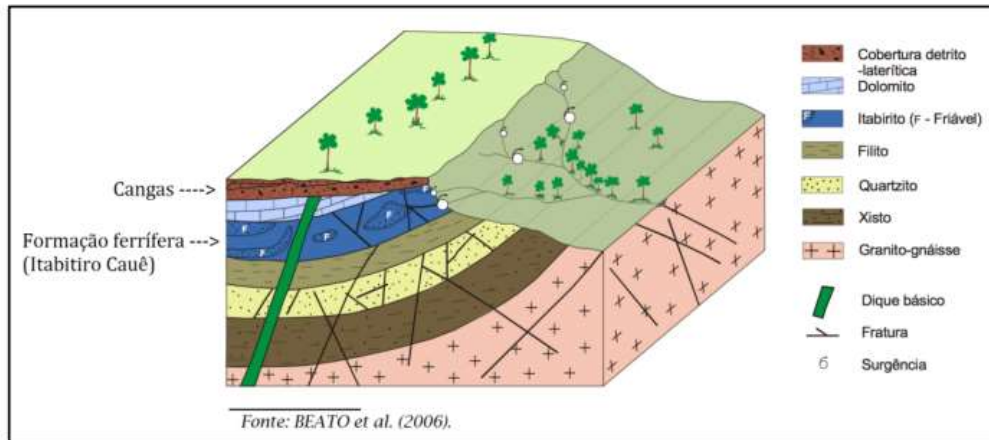
“A Serra do Gandarela é um grande reservatório de água que está armazenada exatamente onde tem minério. Essa água é importante não só para quem mora próximo à Serra, mas para a população de muitas cidades da RMBH” (O GANDARELA, 2015, p.02).

Fonte: Elaboração própria.

Ao afirmar seu posicionamento não contrário à mineração mas favorável a limitar tais atividades em favor da manutenção das águas, como no trecho selecionado anteriormente, o MPSG oferece uma pista ao questionamento sobre “áreas prioritárias de preservação” *versus* mineração, o que leva à ideia de áreas livres de mineração, uma compreensão que perpassa sua ação comunicativa em vários momentos. Essa compreensão também aponta para os limites de sua própria ação, uma vez que poderia se questionar o porquê de efetivamente não afirmam ser contra algo que destrói aquilo que amam e querem preservar. Mas, para argumentar em favor desse conceito ainda inédito na região requerida pela mineração, era preciso ir além.

Por isso, o uso de ilustrações, como indicado a seguir, também narra sobre aquilo que é invisível aos olhos ao apresentar, didaticamente, a relação água-minério e provocar o debate sobre o impacto da mineração sobre os recursos hídricos, especialmente em função de determinada formação geológica daquela Serra e região mineira. Nesse sentido, pesquisadores se unem aos esforços dos ambientalistas numa co-produção de conhecimento científico (CASTELFRANCHI, 2010) e colaboram para popularizar a intrínseca relação *canga-formações ferríferas-água*, conforme demonstra a ilustração exibida nas diversas mídias do MPSG, incluindo-se o jornal O GANDARELA. Aponta-se que onde tem minério, tem água. Isto nas montanhas do QF. Encontramos exemplos da circulação dessa narrativa no projeto para a criação do Parque do Gandarela (ICM-Bio, 2010), em publicação sobre conflitos minerários no país e em reportagens sobre o tema, o que indica o alcance da trama tecida pelo MPSG e a efetividade dessa argumentação.

FIGURA 4 - Bloco esquemático com as formações geológicas do Quadrilátero Ferrífero/Aquífero com destaque para o Geossistema Canga + Formação Cauê (formação ferrífera) e as surgências



Fonte: Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela (2014)

O segundo eixo temático deriva do primeiro e assume um quadro interpretativo que relaciona aquilo pelo qual se luta a um sentimento de injustiça. A identidade acionada nesse quadro reivindicativo do dizer “por que somos contra a mineração na Serra do Gandarela” implica assumir um posicionamento através do qual os atores tecem a identidade coletiva ao projeto comum de luta, no qual as unidades de conservação reivindicadas para a área “vão preservar essa região e suas águas e ainda gerar um modelo de desenvolvimento através de outras possibilidades de geração de emprego e renda”.

O sentimento de injustiça mobiliza o MPSG diante das perdas ocasionadas pelo modelo mineral de intensificação dessas atividades sobre a região do QF, o que corresponde a um “ecocídio” ambiental, de forma que a situação do estado de Minas Gerais é comparada a um “sacrifício da perspectiva de desenvolvimento sustentável” – o que se perde e o que se ganha com esse modelo é o que se aciona nesse quadro interpretativo em que os atores questionam a visada privilegiada da “geração de lucro no mercado internacional e a socialização regional dos prejuízos econômicos e ambientais”. O local e o global se encontram nessa compreensão de modo que a percepção dos problemas enfrentados no território direcione a ação para o que é específico nesse lugar, o que de fato possa mobilizar os cidadãos localmente, mas sem perder de vista a crítica às forças globais do capital que se movem localmente.

QUADRO 7 - Quadro de interpretação da ação comunicativa do MPSG: injustiça

<b>Eixo temático: Por que não se pode minerar a Gandarela e os direitos usurpados</b>
<b>Quadro interpretativo: INJUSTIÇA</b>

“Minas Gerais tem assistido ao sacrifício da sua perspectiva de desenvolvimento sustentável e à degradação de seu patrimônio natural e mananciais estratégicos para a geração de lucro no mercado internacional e a socialização regional dos prejuízos econômicos e ambientais” (FOLDER, 2010).

“As cangas são dinamitadas e transformadas em ‘estéril’ para a extração mineral a céu aberto. Quase metade desse ambiente do QF foi destruída pela mineração e já existem projetos que ameaçam extinguir 80% do que ainda resta nos próximos anos – um verdadeiro Ecocídio” (FOLDER, 2010).

“A implantação de empreendimentos minerários de grande porte no Gandarela prejudicaria irreversivelmente o abastecimento futuro de água de qualidade para a população desta região, estimada em mais de cinco milhões de habitantes” (O GANDARELA, 2012, p. 01).

“Por isso somos contrários à mineração na Serra do Gandarela e lutamos pela criação do Parque Nacional e da RDS, duas Unidades de Conservação que juntas vão preservar essa região e suas águas e ainda gerar um modelo de desenvolvimento através de outras possibilidades de geração de emprego e renda, como as que já são desenvolvidas pelas comunidades que moram na área proposta para a RDS (...)” (O GANDARELA, 2012, p.04).

Fonte: Elaboração própria.

A moderação nesse gesto interpretativo, que não se assume “antimineração” e nem contra “todo tipo de mineração” mas se diz “contrário à mineração na Serra do Gandarela”, nos indica uma fratura interna no MPSG, uma vez que precisa lidar com uma luta local apoiada nas características culturais da região de onde se fala – Minas Gerais, “o Estado minerador” – o que poderia provocar a fuga de apoiadores à sua causa. Por isso, a centralidade temática caminha por afirmar que naquela região não pode ser minerada porque tem água e porque o próprio QF está esgotado pelas perdas ambientais e impactos causados pela mineração. Nesse sentido, os argumentos econômicos são invocados, pois essa forma de minerar – e não a mineração em si – só atende interesses privados, o Estado já está esgotado e esse modelo econômico não serve mais, caracterizando, dessa forma, uma injustiça.

Ao mesmo tempo que lança as bases para um visada diferenciada à predominante na região – a de territórios livres de mineração –, provoca a discussão sobre os limites ao avanço da mineração sobre áreas destinadas à preservação no QF, como na imagem abaixo,

fruto de sua campanha pelo Parna e que exhibe, à esquerda, a Serra do Caraça, a poucos quilômetros da Gandarela, e à direita, marcas da atividade mineradora em uma montanha.

FIGURA 5 - Campanha “A extinção é para sempre”



Fonte: Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela (2014).

Ao questionar o valor econômico associado à atividade mineradora em detrimento de danos irreversíveis ao lugar e apontar saídas desse modelo perverso de dependência, o MPSG promove uma fratura na narrativa que privilegia o lucro à manutenção da vida. Elabora e oferece essa alternativa local com a proposição do Parque e, na sequência, do Parque Nacional e de Reservas de Desenvolvimento Sustentável.

Constrói argumentos utilizando a mesma linguagem econômica do minerador e do Estado, afirmando a sustentabilidade real de tal proposta que, numa perspectiva comparativa, supera a própria mineração em termos de geração de emprego e de lucro revertidos para o local.

Entre outros resultados, prevê-se uma movimentação de renda na economia dos municípios abrangidos (pelo Parque) da ordem de R\$ 65 milhões (primeiros 8 anos) a R\$ 110 milhões anuais (a partir do 12º. ano), correspondendo a uma geração de 6,5 mil empregos permanentes (O GANDARELA, 2014, p. 04).

QUADRO 8 - Quadro de interpretação da ação comunicativa do MPSG: alternativas econômicas

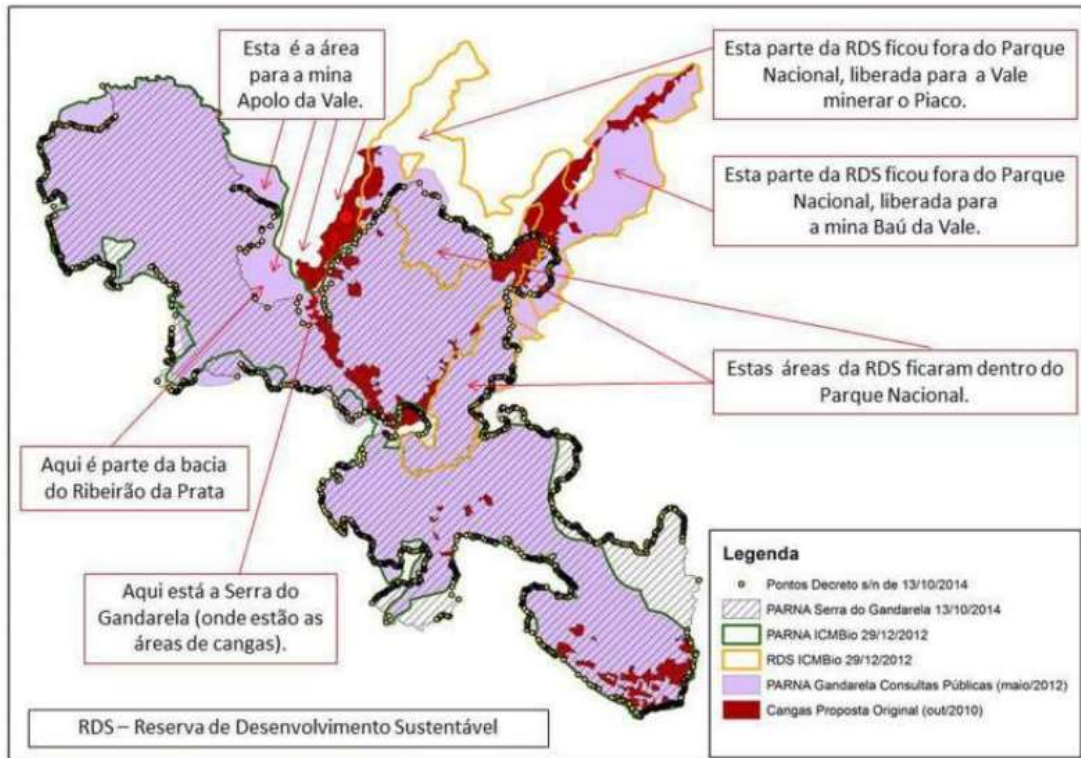
<b>Eixo temático: as formas possíveis de alcançar a autonomia econômica frente à mineração e os jogos de interesse</b>
<b>Quadro interpretativo: ALTERNATIVAS ECONÔMICAS</b>
“As comunidades se beneficiarão com a atratividade gerada pelo Parque, com o aumento no fluxo de visitantes e com os desdobramentos dessa demanda: hotelaria atividades ligadas ao ecoturismo e ao turismo de aventura, comércio de produtos orgânicos e artesanais” (O GANDARELA 2010/2011, p. 7).
“Entre outros resultados, prevê-se uma movimentação de renda na economia dos municípios abrangidos (pelo Parque) da ordem de R\$ 65 milhões (primeiros 8 anos) a R\$ 110 milhões anuais (a partir do 12º. ano), correspondendo a uma geração de 6,5 mil empregos permanentes” (O GANDARELA, 2014, p.04).
“Existe uma correlação entre incidência de pobreza e arrecadação da CFEM (para minério de ferro) nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte e seu colar, o que indica que a mineração de ferro não é a melhor solução para alavancar o desenvolvimento no que se refere à população” (O GANDARELA, 2014, p.04).
“Denunciamos a Vale S/A por continuar interferindo na criação do Parque Nacional e da RDS e a responsabilizamos pelo atraso na criação das duas unidades de conservação federais” (O GANDARELA, 2014, p.02).

Fonte: Elaboração própria.

O quadro de reivindicação a favor de alternativas econômicas acaba por converter-se em injustiça, uma vez que, como apontado na Figura 12 a seguir, a disputa pelos limites do Parna (como elencado na tabela dos principais acontecimentos dessa fase da ação coletiva) acaba por resultar em uma distribuição desigual de poder, ao passo que a disputa legal sobre os limites geográficos a serem alcançados pelo parque não alcança a vontade expressa pelos grupos sociais, apesar de o debate ocupar as instâncias de deliberação como o Grupo de Trabalho 2 (GT2) e as consultas públicas. O quadro de injustiça sobre os limites do Parna criado pela Presidência da República em 31 de outubro de 2014 é assim representado na seguinte imagem:



FIGURA 6 - O Parna mutilado



Fonte: Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela (2014).

Por fim, as responsabilidades são apontadas e os agentes públicos e privados indicados como responsáveis pela vulnerabilização da Serra do Gandarela, a serra em si excluída dos limites do Parque, e as comunidades de seu entorno, sem contarem com a garantia de permanecerem no local a partir da retirada das RDSs da proposta. Uma serra invisível em tempos de escassez hídrica, “só para atender os interesses da mineração?” (GANDARELA INFORMA, 2015). Entretanto, as responsabilidades são compartilhadas com a sociedade, a quem o MPSG devolve a missão de zelar pelo território, porque aquele patrimônio pertence a todos e porque ela é a garantia de sobrevivência futura.

QUADRO 9 - Quadro de interpretação da ação comunicativa do MPSG: responsabilidades compartilhadas

<b>Eixo temático: o compromisso ético</b>
<b>Quadro interpretativo: RESPONSABILIDADES COMPARTILHADAS</b>
<b>Argumentos (o que dizem)</b> Uma questão de sobrevivência futura
“A preservação das reservas hídricas é atitude preventiva essencial para nossa sustentabilidade humana, social e econômica” (FOLDER, 2010).



“A Serra do Gandarela, suas águas e rica biodiversidade são nossas! O conjunto natural é um acervo vivo, que nenhum museu ou reserva natural desprovidos da diversidade e da magnitude de ambientes que caracterizam este patrimônio, poderão substituir” (Folder GANDARELA, 2010)

“E os governantes? Estes parecem mais interessados em apoiar a mineração do que garantir que a população tenha água, que é fundamental para a vida e que permite outras formas de desenvolvimento e geração de renda bem menos impactantes como a agricultura familiar e orgânica, o turismo e indústrias de tecnologia limpa” (GANDARELA INFORMA, 2015).

“Que realidade é esta em que a Serra do Gandarela se torna invisível precisamente para quem tem a responsabilidade de zelar pela garantia de água da população, sendo claro que esta invisibilidade é só para atender o interesse da mineração?” (GANDARELA INFORMA, 2015).

Fonte: Elaboração própria.

A partir desse ponto, pode-se argumentar que as ações empreendidas pelo MPSG, nos campos político e comunicacional evidenciaram alguns dos traços de sua identidade coletiva, tais como: a sua formação em uma rede de movimentos (rede interrelacional), a vigilância sobre passos da mineradora como uma atitude de permanente alerta compartilhada por seus integrantes, o uso conjunto de saberes especializados, uma atitude preventiva de alerta aos riscos e consequências futuras, um posicionamento moderado em relação à atividade mineradora mas de oposição a sua realização em áreas prioritárias para preservação, e o chamamento à responsabilidade (agentes públicos e sociedade em geral), o que pressupõe uma atitude ética.

Nesse sentido, pode-se argumentar com Melucci (1996) que a formação dos movimentos sociais se explica por meio de um processo que envolve razão e emoção, simultaneamente, na conversão de pessoas comuns em ativistas (emoções coletivas). Ele vai lembrar que é necessário “um certo grau de investimento emocional” para definir uma identidade coletiva, para que os atores sintam-se parte de uma “unidade comum”. Este ponto nos ajuda a perceber um dos sentimentos compartilhados pelos membros do MPSG como um dos aspectos que configuram sua identidade coletiva: o amor à Serra do Gandarela.

FIGURA 7 - Coração na Serra do Gandarela



Fonte: Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela (2014)

A seguir, apresenta-se o quadro com o conjunto de ações empreendidas pelo MPSPG ao longo dos anos de luta em defesa da Serra do Gandarela:

QUADRO 10 - Repertório de Ação do Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela

<b>REPERTÓRIO DE AÇÃO DO MOVIMENTO GANDARELA</b>		
<b>1. Vigilância</b>	<b>2. Participação</b>	<b>3. Comunicação e mobilização</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Pedidos de licenciamento e atividades da Vale;</li> <li>▪ Atuação junto aos órgãos ambientais, consultivos, MPE e MPF;</li> <li>▪ Denúncias contra a empresa;</li> <li>▪ Em 2010, proposta criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela (Parna);</li> <li>▪ Alerta à Copasa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam-MG; Conselho da APA Sul RMBH;</li> <li>▪ Grupo de trabalho sobre criação do Parna na Semad;</li> <li>▪ Sub-Comitê da Bacia Hidrográfica Águas do Gandarela;</li> <li>▪ Redes de movimentos ambientais e anti-mineração.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Jornal, newsletter, site, Facebook, canal no youtube, lista de e-mails;</li> <li>▪ Abaixoassinado.org (2010); Avaaz (2014)</li> <li>▪ Passeatas, palestras, Dia do Gandarela, Rio+20, eventos, protestos e ações de divulgação em fóruns e congressos;</li> <li>▪ Envolvimento das comunidades.</li> </ul>
<b>RESULTADOS</b>		
<b>1. Vigilância</b>	<b>2. Participação</b>	<b>3. Comunicação e mobilização</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Desde 2009, cinco tentativas para licenciar Mina Apolo, suspensas por recomendações do MPE;</li> <li>▪ Em 2014, Prefeitura de Rio Acima revoga Carta de Conformidade, de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Seis consultas públicas para discutir proposta do Parna foram realizadas em Belo Horizonte, Rio Acima, Caetés, Raposos, Ouro Preto e Santa Bárbara;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Primeiro abaixo-assinado obtem 20 mil assinaturas;</li> <li>▪ Imprensa divulga e acompanha caso;</li> <li>▪ Abrace a Serra do Gandarela, todo 21-9;</li> <li>▪ Em 2013, criado Circuito Águas do</li> </ul>

<p>2009, para a Vale; Parte da Serra é protegida como patrimônio histórico;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>População diz Não à barragem em Rio Acima.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Diferentes aspectos foram enfocados nas audiências.</li> </ul>	<p>Gandarela de Turismo Comunitário com apoio da Caixa;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Em 2014, criada Estação Gandarela, em Rio Acima, posto de informações sobre a Serra.</li> </ul>
<b>REPERTÓRIO DE AÇÕES DO MOVIMENTO GANDARELA</b>		
<b>4. Vigilância</b>	<b>5. Participação</b>	<b>6. Comunicação e mobilização</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Em 2012, pedida criação do Parna com Reservas de Desenvolvimento Sustentável - RDS</li> <li>Cartas à Presidência; “Dilma: Salve a Serra do Gandarela”;</li> <li>Reunião com ministra do Meio Ambiente; candidatos ao Governo e à Presidência;</li> <li>Pressiona ICM-Bio pelo envio da proposta do Parna + RDS ao MMA.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Comunidades: associações de moradores;</li> <li>Pesquisadores;</li> <li>Universidades;</li> <li>Justiça: Ministério Público (Estadual e Federal);</li> <li>Organizações de Direitos Humanos locais, nacionais e internacionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Justiça Ambiental, Justiça nos Trilhos, Movimento pelas Serras e Águas de Minas, Movimento Nacional pela Soberania Frente a Mineração, Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale; Observatório dos Conflitos Mineiros da América Latina, Articulação São Francisco Vivo. ONU.</li> </ul>
<b>RESULTADOS</b>		
<b>4. Vigilância</b>	<b>5. Participação</b>	<b>6. Comunicação e mobilização</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Em 2013, MPE move Ação Pública contra ICM-Bio. Órgão é obrigado a enviar proposta do Parna ao MMA.</li> <li>Em 2014, Parna é criado com 31,2 mil hectares, mas exclui a serra e RDS;</li> <li>MPSG denuncia que limites do Parque atendem interesses das mineradoras.</li> <li>Composição do conselho gestor do Parna;</li> <li>Em 2017, reunião com presidência do ICM-Bio.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Divulgação dos pedidos de suspensão do licenciamento, com Ministério Público;</li> <li>Moradores de Rio Acima dizem Não à barragem de rejeitos da Vale na cidade;</li> <li>Prefeitura de Nova Lima protege trilhas para ciclistas próximas à área do Parque.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O conflito aparece no Atlas Mundial de Justiça Ambiental (Ejatlas, Espanha), no Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais (Gesta/UFMG), do Cetem, da Fiocruz e da OCMAL;</li> <li>O caso Gandarela é levado ao fórum das ONGs na Rio +20</li> <li>Denúncia encaminhada à relatora da ONU para o Direito à Água e ao Saneamento.</li> </ul>

## CONCLUSÃO

Agir no presente é antecipar as expectativas; o que se antecipa, com base no presente e no passado, é gestão do futuro. Antever, no horizonte de atividades industriais que impactam os modos de vida de diferentes formas e levam a catástrofes ambientais, envolve o compromisso ético do presente com o futuro, através do cuidado. Oferecemos, ao longo do caminho percorrido nesta tese, uma interpretação sobre a comunica(a)ção posta em curso no modo antecipado de agir de um movimento social em defesa dos recursos hídricos e do território livre da mineração.

Abordamos uma forma de luta ambiental (a ação coletiva) descrevendo sua forma de comunicação (a ação comunicativa), aquilo que se revelou como a comunica(a)ção que constitui o Movimento Pela Preservação da Serra do Gandarela (MPSPG). Nessa trajetória, abordou-se o campo de onde emerge esse ator coletivo e sua constituição a partir de estruturas pré-existentes de afiliação, em torno de movimentos da sociedade civil surgidos em conflitos com a mineração. Foram mapeados dois momentos-chave para a compreensão dessa forma de ação coletiva: a mobilização dos atores e a campanha pela criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela.

A primeira ação desse Movimento foi dar nome às coisas “invisíveis” ao descrever o objeto de sua defesa sob ameaça da atividade mineradora, a Serra do Gandarela, a partir de uma outra perspectiva que não a do viés econômico: a sua relação com a água apresentada/presentificada por meio de textos que constroem outros sentidos e visibilizam a existência da Serra, e do próprio Movimento, como símbolo da água.

O seu gesto de resignificação, pautado em uma ação política de questionamento à primazia às atividades extrativistas em detrimento das características ambientais intrínsecas ao local, realocaliza a questão da água no centro do debate sobre manutenção dos recursos hídricos e as prioridades governamentais aos licenciamentos de tais atividades; desta forma, confunde a hierarquia de valores, ou seja, a consideração sobre aquilo que é mais relevante. A descrição do repertório de ação desse agente coletivo como a realidade a ser nomeada foi feita e, no meio desse repertório, a comunica(a)ção foi apontada.

Nesse modo preventivo de agir, o Movimento cria uma comunica(a)ção que revela o valor ambiental da água, representada na Gandarela livre da mineração, dirigindo sua reivindicação tanto para a esfera política quanto para a sociedade em geral, de modo que os cidadãos acessem outra compreensão a respeito da prioridade do capital sobre os recursos naturais a que todos têm direito. Isto porque os movimentos personificam a própria mudança que defendem. Eles são o meio e a mensagem dos valores e novos sentidos que subjazem a sua ação de pensar o ainda não pensado (LEFF, 2006).

Esse falar antes dos movimentos sociais coloca em evidência uma problemática concernente a toda a sociedade (MELUCCI, 1999; 1996), por meio de uma experiência criadora (CEFAI, 2009), que se expressa tanto na sua “forma” quanto no seu “conteúdo”, em ações realizadas como um modo de visibilizar suas demandas, reverberar sua voz e pressionar por mudanças. Agindo dessa forma, prestam contas do que fazem e em vista do que o fazem (CEFAI, 2009). Nesse sentido, a nossa perspectiva comunicacional sobre o papel dos movimentos sociais é devedora da compreensão de que eles são meios que falam através da ação.

(...) su función es revelar los problemas, anunciar a la sociedad que existe un problema fundamental en una área dada. Tienen una creciente función simbólica, tal vez podría incluso hablarse de una función profética. Son una especie de nuevos medios de comunicación social (MELUCCI, 1999, p. 70).

O seu papel como *medium* não se expressa somente pelo uso de palavras, slogans ou mensagens, mas pelo fato de existirem e agirem, o que implica em compreender nessa perspectiva algo além do aspecto informacional. A sua existência comunica à sociedade algo que é presente, interpretando os dilemas que emergem do sistema (econômico, social, cultural etc) e oferecendo, por meio de sua ação, uma mensagem que interpreta onde e como esses dilemas são enfrentados no cotidiano de cidadãos e cidadãs. Nesse modo de dizer e agir, revelam as situações problemáticas concernentes a todos para que sejam tomadas como reais, e oferecem uma nova leitura da realidade, resignificando-a.

O que de mais interessante eles trazem é que, como meios de comunicação, os movimentos sociais tanto anunciam quanto são o que anunciam. O dizer antes, o antecipar-se, o agir no sentido de provocar e promover mudanças também diz da capacidade de agendamento dos movimentos sociais, à medida que lançam luzes sobre o que está oculto, invisibilizado pelas estruturas de poder, e colocam em evidência outros sentidos e outras interpretações sobre a realidade na qual se inserem, seja por meio do que fazem ou do modo de fazer. É assim que esses agentes nos abrem à possibilidade de abordar uma questão de interesse público de outra maneira, como a que diz respeito à prioridade governamental e à exploração irrefreável de recursos minerais, atualmente em curso. E, ainda, que “las necesidades de los individuos o de los grupos no pueden reducirse a la definición que de ellos hace el poder” (MELUCCI, 1999, p. 126).

Nesse sentido, a ação dos movimentos surge no campo dos símbolos e da comunicação, construindo suas linhas de força na argumentação dos propósitos que pretende difundir para promover o que se aponta, nesta tese, como movimentos de fratura na linha de força do outro, ou o outro lado da questão, o ainda não pensado, como nos termos de Leff (2006), as alternativas ao que o poder tenta impor. Nesse modo, os movimentos sociais, como

“lançadores de alertas” (ASCERALD, 2018) ou “profetas do presente” (MELUCCI, 1989; 1996), afirmam que aquilo que o poder apresenta como solução ao problema, “no solo no es la única posible sino que oculta una serie de intereses, el núcleo de um poder arbitrario y la opresión” (MELUCCI, 1999, p. 126).

Assim, a comunica(a)ção do Movimento Gandarela revela, por um lado, os problemas concernentes às decisões sobre o futuro do território e de suas fontes de abastecimento e, por outro, aponta saídas ou alternativas que se colocam em lugar daquilo que o poder intenta impor. É nesse sentido que realiza sua proposição política pela criação de um Parque Nacional, promove o simbolismo da Gandarela como um aquífero, defende limites à mineração em territórios destinados à preservação da água e aponta a insustentabilidade da atividade mineradora. Trata-se, também, de um debate que vai além da questão ambiental e alcança a reivindicação de participação nas decisões que afetam a todos e na responsabilização de tais atos.

A ação responsável desse agente revela-se por meio da combinação de saberes especializados à atitude vigilante colocada em prática em sua comunica(a)ção. Acompanha de perto os processos de licenciamento ambiental do projeto minerador que ameaça a Gandarela; informa e mobiliza a população; encaminha denúncias aos órgãos jurídicos; promove eventos em favor da causa; constrói conhecimento e práticas alternativas econômicas para o lugar; busca mecanismos de proteção e revela o outro lado da contradição dos processos da mineração. Ação vigilante que se oferece como linha de força e de visibilidade ao argumentar em favor da água e lançar luzes sobre aquilo que está oculto sob o “véu” do poder:

A mineração diz que não existe alternativa técnica locacional para seus empreendimentos porque o minério está em determinado lugar e nós dizemos que não existe alternativa técnica e locacional para a Serra do Gandarela, suas cachoeiras e suas águas, superficiais e subterrâneas. Há alguns anos chamamos o Quadrilátero, que sempre foi chamado de “Ferrífero”, de “Quadrilátero Aquífero” e aproveitamos todas as oportunidades para “desmistificar” a mineração junto à população. Porque mudar o discurso é fundamental nessa luta, e assim, nós estamos ao longo do tempo mudando paradigmas (ZHOURI; GENEROSO; CORUJO, 2016, p. 365).

Apreendemos que são das vivências e das experiências dos danos e impactos causados pela atividade mineradora, adquiridas no lugar onde os sujeitos são chamados a intervir na realidade, que derivam as formas de ação coletiva e os quadros de interpretação que permitiram ao MPSG enquadrar a problemática da mineração não somente pela perspectiva do econômico e suas compensações ambientais aos danos muitas vezes irreparáveis, mas a partir de um outro conceito de justiça, aquele no qual convoca-se o direito em si, antes de ser lesado.

A ação que mobiliza esse agente coletivo não necessariamente precisa do dano ocorrido, uma vez que a memória de danos anteriores é compartilhada por seus integrantes em um amplo *espaço de experiência* correlativo ao *horizonte de expectativas* (KOSELLECK, 2006), o que leva esse agente a expressar, em sua comunica(a)ção, uma atitude de precaução com aquilo que significa risco à sobrevivência presente e futura. Falar em desabastecimento ou crise hídrica, provocados pelo rápido desaparecimento das fontes de abastecimento de água impactadas pela atividade mineradora, não significa jogar com tempo, mas antever, logo, de volta à proposição expressa no início desta conclusão, gestar o futuro, e o futuro que se vislumbra, nesse sentido, toma contornos sombrios. As capacidades desenvolvidas nesse campo experiencial de onde emerge forneceram condições para que o MPSG se tornasse o sujeito que narra sua ação, sua comunica(a)ção, ou, nos termos de Ricouer (1991b), o *agente*, o *quem narra* sua própria luta.

Iniciamos essa investigação com o intuito de testar a hipótese de que: a comunica(a)ção – a ação coletiva e comunicativa – do MPSG possibilita a apresentação, e presentificação, de novos campos problemáticos, ao redefinir um objeto, a Serra do Gandarela, e seu sentido econômico, social, político, ambiental e simbólico; e que essa comunica(a)ção aponta para uma diferença e a relaciona a uma ação preventiva, um gesto de antecipação ao curso dos acontecimentos dados como certos no campo político-empresarial. Neste sentido, singularizar o campo do conflito; apontar os atores implicados; revelar a constituição de estruturas pré-existentes e de *espaço de experiências* relacionado a conflitos da mineração; conhecer os processos e as dinâmicas desenvolvidas na constituição da ação coletiva-comunicativa desse agente possibilitou a comprovação de nossa hipótese.

Ao final desse percurso, vislumbramos possibilidades de ampliar a compreensão sobre a perspectiva da comunica(a)ção colocada em prática dentro das redes de movimentos de justiça ambiental, especialmente envolvidas em conflitos da mineração, disputa territorial e da água. Esse campo de estudos ainda pouco explorado nos diz da efetivação de uma “escola” de ativismo ambiental, da qual emergiu o MPSG, e da construção de um padrão para outras lutas em que os termos se tornam exemplares – a favor da água e de impor limites à mineração, por exemplo. Também nos diz da forma colaborativa como os grupos produzem sua comunica(a)ção, aquilo que dizem e fazem, para deslocar verdades a respeito da problemática socioambiental na qual estão implicados. Acreditamos que essas redes de movimentos vêm ampliando a visibilidade e promovendo a compreensão sobre os problemas enfrentados e que afetam a todos.

Tomar a identidade coletiva (IC) como um conceito analítico (MELUCCI, 1996) e observar sua constituição processual, a partir do campo do conflito, também se mostrou produtivo, uma vez que intensionamos responder como e de que modo a ação coletiva-comunicativa do Movimento Gandarela procurava fraturar as narrativas legitimadoras da

mineração e da exploração dos recursos naturais a qualquer custo, como a água, ao mesmo tempo em que configurava a IC desses atores, implicando um modo de agir, engajar-se e comunicar o seu projeto em defesa de um território livre de mineração.

Sobressaiu-se desse Movimento um dos traços marcantes de sua IC constituída por uma atitude preventiva que se expressa, portanto, por meio de uma atitude ética e responsável no cuidado de si e do Outro-nós, aqui pensado como a sociedade a quem se dirige, e de ações de vigilância, participação política, comunicação e mobilização. Ao argumentar sobre a construção das identidades coletivas dos movimentos sociais em torno de princípios éticos universalizáveis, Ilse Scherer-Warren (2013) enfatiza o compartilhamento de valores que não elimina as especificidades setoriais, comunitárias, regionais etc. Assim, invocar o valor da água acima ao do minério, como faz o MPSG, é remeter a uma visão mais ampliada sobre a relação seres humanos-natureza que se contrapõe à visão dominante que privilegia a racionalidade econômica e a precificação da natureza.

Nesse sentido, o economista ecológico Enrique Leff (2006, p. 280-293) relaciona identidades coletivas de movimentos ambientalistas aos novos valores por eles difundidos em uma prática de “saber ambiental”, aquele no qual “o saber constitutivo do ser e da identidade” seria mais próximo de um sentimento de si que passa pela experiência vivida. O saber ambiental na prática dos movimentos sociais relaciona-se aos novos valores por eles difundidos, à construção de novas formas de significação que são atribuídas aos bens, valorização cultural da natureza, assim como às necessidades, aos desejos e, sobretudo, às formas de existir. Por isso, as identidades construídas nesse campo de ação podem ser reconhecidas em torno de uma concepção diferenciada tanto da natureza, numa perspectiva holística, quanto da existência humana.

É desse modo que os movimentos pensam o ainda não pensado, abrindo a história para utopias, como a de construir sociedades sustentáveis, a exemplo da projetada no horizonte de alternativas econômicas à mineração pelo Movimento Gandarela. A constituição desse *horizonte de expectativas* trata-se, conforme Leff (2006, p. 313), do “direito a diferir no tempo” – aquele que ainda não é. Essa diferença apresenta-se como uma das faces do Gandarela que emerge da sua comunica(a)ção, indicando uma identidade coletiva pautada por uma visão de mundo na qual é preciso prevenir. A idéia de prevenção aqui invocada remete à urgência de um futuro que já é presente e à emergência de uma ética da responsabilidade (JONAS, 2006) ao qual todos são convocados. Assim, a comunica(a)ção do Movimento Gandarela é direcionada por e para a precaução e apresenta uma perspectiva sobre o meio ambiente – o Outro da racionalidade dominante (LEFF, 2006) – na qual todos estamos implicados. O cuidado para com o Outro/meio ambiente implica o cuidado consigo naquilo que nos afeta e nos constitui como humanidade.



## REFERÊNCIAS

ÁGUAS DO GANDARELA - Movimento em prol da criação do Parque Nacional das Águas do Gandarela. S/D. Disponível em: <http://www.aguasdogandarela.org/>. Acesso em: 28 nov. 2018.

ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Revista Lua Nova**: São Paulo, n. 79, p. 49-86, 2009.

ALONSO, Ângela; BOTELHO, André. Repertórios de ação coletiva e confrontos políticos: entrevista com Sidney Tarrow. **Revista Sociologia&Antropologia**, vol. 02.03:II, n. 19, 2012. Disponível em: [http://revistappgsa.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2015/05/2-ano2v3\\_artigo\\_angela-alonso\\_andre-botelho.pdf](http://revistappgsa.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2015/05/2-ano2v3_artigo_angela-alonso_andre-botelho.pdf). Acesso em: 30 ago. 2016

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano. Por uma Sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. In: **Ecología política. Naturaleza, sociedad y utopía**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20100930023420/7alonso.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2018.

AMPLO, Treinamento e consultoria Ltda. **Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental do Projeto Mina Apolo (EIA/RIMA PROJETO APOLO)**. Belo

ANTONELLI, Maristela. Minería transnacional y dispositivos de intervención en la cultura. La gestión del paradigma hegemónico de la “minería responsable y del desarrollo sustentable”. In: SVAMPA, M.; ANTONELLI, M. (Orgs). **Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales**. Buenos Aires: Biblos, 2009: 51-101.

ANTUNES E.; MAFRA R.; JÁUREGUI C. Mídia em trânsito, mídia em transe: textualização, epifania e distanciação. In: **Textualidades midiáticas**, Belo Horizonte: PPGCom/UFMG, 2018.

ARAOZ, Horácio. Entre la fiebre del oro y el povo de las voladuras...Cuerpos y emociones en contextos de mineralización. In: **Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad**. Córdoba, Argentina, v.5, n. 11, p. 21-33, abril-julho, 2013.

ASCERALD, Henri. Mariana, novembro de 2015: a genealogia política de um desastre. In: ZHOURI (Org). **Mineração, Violência e resistências. Um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. 1.ed. Marabá, PA : Editorial iGuana; ABA, 2018.

ASCERALD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. In: **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

ASCERALD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ASCERALD, H. (Org). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

ASCERALD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2004.

BACELAR, Rafael Prosdocimi. **Nem só de mineração vive o MatoDentro**: a experiência de jovens em território de conflito socioambiental. 2014. 310f.Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

BARBOSA, G. V. Superfícies de Erosão no Quadrilátero Ferrífero. **Revista Brasileira de Geociências**. São Paulo, v.10, p. 89-101, 1980.

BRAVIN, Adriana; FERNANDES Lúcia. Apresentação. In: **CES CONTEXTO Debates: Diferentes formas de dizer não. Expressões de conflitos ambientais de mineração e petróleo em Portugal e na América do Sul**. Coimbra, no. 17, maio de 2017, pp. 5 a 9. Disponível em: <[www.ces.uc.pt/cescontexto](http://www.ces.uc.pt/cescontexto)>. Acesso em: 14 nov. 2018.

CABO, Ana I. **Os Novos Movimentos Sociais e os Media**. Os Movimentos Antiglobalização nas Páginas do *Público*. Coleção Media e Jornalismo. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

CAPANEMA, Márcia G. M. **Ministério Público e Sociedade Civil: alcances e limites para a ação ambiental em Minas Gerais**. 2009. 128f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

CARRARA, Virginia A. **Responsabilidade Social Empresarial: intervenção social e conflito**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

Castelfranchi, Yuri. Por que comunicar temas de ciência e tecnologia ao público? (Muitas respostas óbvias... mais uma necessária). **Jornalismo e ciência: uma perspectiva ibero-americana**. Rio de Janeiro: Fiocruz / COC / Museu da Vida, 2010

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade, cultura**. Vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Paulo de T. A.; NALINI JÚNIOR, Hermínio A.; LIMA, Hernani M. de. **Entendendo a mineração no Quadrilátero Ferrífero**. Belo Horizonte: Ecológico, 2011. Disponível em: [http://sites.ufop.br/sites/default/files/qfe2050/files/quadrilatero\\_ferrifero.pdf?m=1525724467](http://sites.ufop.br/sites/default/files/qfe2050/files/quadrilatero_ferrifero.pdf?m=1525724467). Acesso em: 29 nov. 2017.

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 11-48, abr./maio/jun. 2009. Disponível em: [http://lemetro.ifcs.ufrj.br/Cefai\\_Como\\_-nos\\_mobilizamos\\_Dilemas\\_2009-libre.pdf](http://lemetro.ifcs.ufrj.br/Cefai_Como_-nos_mobilizamos_Dilemas_2009-libre.pdf). Acesso em: 30 mar. 2015

COELHO, Tádzio P. **Mineração e dependência no quadrilátero ferrífero- aquífero: o discurso do desenvolvimento minerador e o projeto Apolo**. 2012. 160f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

COELHO-DE-SOUZA, Carolina H. **O 'espaço da resistência' na Serra do Gandarela: instrumentos, contraposições e a necessária utopia**. 2015. 371f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. **Relatório Anual 2008**. Conforme arquivado na Bolsa de Valores de Nova York em 28 de abril de 2009. Disponível em: <http://www.vale.com-brasil/PT/investors/information-market/annual-reports/20f/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 19 nov. 2018.

FARIA, Elisa S. de. **Cartografia de controvérsias: conexões entre o conhecimento científico e a disputa sobre a instalação do Projeto Apolo na Serra do Gandarela**. 2014. 190f.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

FERREIRA, Marcilene A. **Mineração, Direito Humano e da Natureza à Água**: estudo sobre o conflito ambiental na Serra do Gandarela. 2013. 223f. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável) – Escola Superior Dom Helder Câmara, Belo Horizonte, 2013.

FLACKS, Dick. A questão da relevância nos estudos dos movimentos sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 72, 2005. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/980>>. Acesso em: 30 ago. 2016

GAZZINELLI, G. T.; RODRIGUES, P. C. H. Patrimônio Hídrico do Quadrilátero Ferrífero (Parte 1). In: **Parque Nacional da Serra do Gandarela. Oportunidade de Riqueza Limpa e para Toda a Vida**. MPSG, 2012

GESTA UFMG. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/>. Acesso em: 23 mar. 2017.

GOHN, Maria da G. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. V. 16, n. 47, mai-ago, 2011b.

GOHN, Maria da G. **Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOHN, Maria da G. Teorias sobre os movimentos sociais: o debate contemporâneo. In: **XV Congresso Brasileiro de Sociologia**, Curitiba, PR: 2011a. Disponível em: [http://www.sbsocio-logia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=2356&Itemid=171](http://www.sbsocio-logia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2356&Itemid=171). Acesso em 30 ago 2016. Horizonte, 2009.

ICM-Bio. **Proposta para a criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela. Ministério do Meio Ambiente**. ICM-Bio: Brasília, setembro de 2010. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-fazemos/Estudo%20que%20originou-%20a%-20proposta.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2018.

INFORMANTE 1. Entrevista concedida à Adriana Bravin. Belo Horizonte, 25 de julho de 2014.

INFORMANTE 1. Entrevista concedida à Adriana Bravin. Belo Horizonte, 25 de maio de 2017.

INFORMANTE 2. Entrevista concedida à Adriana Bravin. Raposos, 30 de maio de 2017.

INFORMANTE 3. Entrevista concedida à Adriana Bravin. Belo Horizonte, 25 de maio de 2017.

KOSELECK, Reinhart. **Estratos do tempo**. Estudos sobre a história. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC, 2014.

KOSELECK, Reinhart. **Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed.PUC, 2006.

LAMOUNIER, W. L.; SALGADO, A. A. R.; CARVALHO, V. L. M; MARENT, B. R. As Correlações entre Geologia e Distribuição da Cobertura Vegetal e Uso do Solo na Serra

do Gandarela, Quadrilátero Ferrífero-MG. In: **VII Simpósio Nacional de Geomorfologia** (II Encontro Latino-Americano de Geomorfologia). Belo Horizonte, 2008.

LAMOUNIER, W. M. **Patrimônio natural da Serra do Gandarela e seu entorno: análise ambiental como subsídio para a criação de unidades de conservação no Quadrilátero Ferrífero – Minas Gerais**. 2009. 152f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental. A reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOSEKANN C.; BISSOLI, L.D. Direito, mobilização social e mudança institucional. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 32, no. 94, 2017.

LOSEKANN, Cristiana. Mobilização do Direito como Repertório de Ação Coletiva e Crítica Institucional no Campo Ambiental Brasileiro. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 56, no 2, 2013.

MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. **Sobre o projeto**. S/D. Disponível em: <http://www.conflitoambiental.icict-fiocruz.br/>. Acesso em: 28 nov. 2018.

MARENT, B.R.; LAMOUNIER, W.L.; GONTIJO, B. M. Conflitos ambientais na Serra do Gandarela, Quadrilátero Ferrífero - MG: mineração x preservação. In: **Geografias**. Belo Horizonte, 07(1): 99-113, jan.-jun., 2011.

MARTINEZ-ALIER, Juan. Mining conflicts, environmental justice, and valuation. In: **Journal of Hazardous Materials**, n.86, p. 153–170, 2001.

MARTÍNEZ-ALIER, Juan *et al.* Between activism and science: grassroots concepts for sustainability coined by Environmental Justice Organizations. **Journal of Political Ecology**, n. 21, p. 19- 60, 2014.

MCADAM, D; TARROW, S.; TILLY, C. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, 76:11-48, 2009

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente - movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MELUCCI, Alberto. **Challenging codes: collective action in the information age**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MELUCCI, Alberto. Um objeto para os movimentos sociais?. **Lua Nova**, São Paulo, n 17, junho, 1989.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. **Challenging codes: collective action in the information age**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda?. **37º Encontro Anual da ANPOS**, Seminário temático 39, Águas de Lindóia - SP, setembro, 2013.

MILANEZ, Bruno *et al.* Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP”. In: ZONTA, M.; TROCATE, C. (Orgs). **A questão mineral no Brasil**, Vol 2, Marabá, PA: Editorial Iguana, 2016. Disponível em:

<http://www.ufjf.br/poemas/files/2016/11/-Livro-Completo-com-capa.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2018.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M.L. **Estado, classe e movimento social**. Vol 5. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTTA, Filipe Mendes. **Conflito e deliberação na Serra do Gandarela**: pela superação de uma dicotomia. 2016. 173f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

MOVSAM. Movimento Pelas Serras e Águas de Minas. S/data. **Quem somos**. Disponível em: <https://movsam.ning.com/page/quem-somos-movimento>. Acesso em: 28 nov. 2018.

MPSG. **Proposta original do Parque**. 2009.

NUNES, J. H. Frame e identidade coletiva: uma perspectiva interacionista de análise dos movimentos sociais. **Contemporânea**, v. 3, n. 1, jan-jun, 2013.

OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS DE MINAS GERAIS. **Ficha Técnica Serra do Gandarela**. S/D. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=498>. Acesso em: 18 ago. 2013

OLIVEIRA, K. C. B. F.; BECKER, M. A. O princípio da precaução e o direito à informação na produção de transgênicos. In: **3º Encontro Interdisciplinar de Comunicação Ambiental: Comunicação de riscos e vulnerabilidades socioambientais**. Universidade Federal de Sergipe, 2017. Disponível em: <http://licaufs.blogspot.com/p/anais2017.html>. Acesso em: 14 nov. 2018.

PRÓ-CITTA. **Avaliação do patrimônio biológico da Serra do Piaco e identificação de alternativas econômicas sustentáveis nas comunidades adjacentes**. Relatório técnico de pesquisa. Serra do Gandarela, Julho, 2012.

REZENDE, V. L. A mineração em Minas Gerais: uma análise de sua expansão e os impactos ambientais e sociais causados por décadas de exploração. In: **Soc. & Nat.**, Uberlândia, 28 (3): 375-384, set/dez/2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sn/v28n3/1982-4513-sn-28-03-0375.pdf>. Acessado em: 23 mar. 2017.

RICOUER, Paul. Da hermenêutica dos textos à hermenêutica da ação. In: RICOUER, Paul. **Do texto a acção**: ensaios de hermenêutica II. Porto: Res, 1991a.

RICOUER, Paul. **O Si Mesmo Como Um Outro**. Campinas, SP: Papyrus, 1991b.

RICOUER, Paul. **Percurso do reconhecimento**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

RICOUER, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tomo I. São Paulo: Ed. Papyrus, 1994.

RICOUER, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tomo II. São Paulo: Ed. Papyrus, 1995.

RICOUER, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tomo III. São Paulo: Ed. Papyrus, 1997.

ROJAS, C. M.; PEREIRA, D. Políticas e estratégias empresariais de controle territorial: a VALE S.A e os embates na Serra do Gandarela/MG. **Novos Cadernos NAEA**, v. 18, n. 3, p. 29-49, set-dez, 2015.

ROJAS, Claudia M. O. **Os conflitos ambientais da Serra do Gandarela na perspectiva das comunidades locais**. 2014. 215f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

SAMPAIO MINASSA, P. A incógnita ambiental do princípio da precaução. In: **Revista Direito Ambiental e Sociedade**, V. 8, n. 1, Jan./Abr. 2018. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/view/4982/3348>. Acesso em: 28 nov. 2018.

SANCHES, Rejane. M. A. **Serra do Gandarela**. 2012. 169f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

SANTOS, Boaventura de S. **Em busca da cidadania global**. 2013. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura\\_e.html](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura_e.html). Acesso em: 08 mar. 2015.

SANTOS, Rodrigo S. P. O projeto neoextrativista e a disputa por bens naturais no território: mineração, direitos e contestação social em torno da terra e da água. In: CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia R.S.; Lazzarin, Flávio, **Conflitos no Campo-Brasil 2012**, Brasil: CPT Nacional, 2013, p.15-19. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/316-conflitos-no-campo-brasil-2012>. Acesso em: 30 de ago. 2016.

SCHERER- WARREN, I.; SIMEONE, M.; ARROYO, M. **Sociedade Civil e Participação**. Belo Horizonte: UFMG, 2013

SCHERER- WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

SEMAD/MG, ICMBio. **ATA da Reunião GT 1**. 2011.

SEMAD/MG, ICMBio. **DOCUMENTO Síntese GT 2**, 2012.

SOS SERRA DA PIEDADE. Sempre é bom lembrar (2008). Disponível em: <http://sosserradapiiedade.blogspot.com/>. Acesso em: 18 nov. 2018.

SVAMPA, Maristela. Consenso de los *Commodities* y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 244: 30-46, marzo-abril, 2013.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento. Movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TORRES, Marina A. **Histórias de água e minério: os efeitos do Projeto Minas-Rio em Água Quente, Conceição do Mato Dentro**. 2014. 172f. Monografia (graduação em Ciências Sociais) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

TOURAINÉ, Alain. Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos. **Lua Nova**. São Paulo, N. 17, jun., 1989.

VALE S.A. **Relatório Anual 2009**. Conforme arquivado na Bolsa de Valores de Nova York em 29 de abril de 2010. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/investors-information-market/annual-reports/20f/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 19 nov. 2017.

VALE S.A. **Relatório Anual 2010**. Conforme arquivado na Bolsa de Valores de Nova York em 28 de abril de 2011. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/investors-information-market/annual-reports/20f/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 19 nov. 2017.

VALE S.A. **Relatório Anual 2014**. Conforme registrado junto à Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos em Março de 2015. Disponível em: <http://www.vale.com/-brasil/PT/investors-/information-market/annual-reports/20f/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 19 nov. 2017.

VALE S.A. **Relatório Anual 2016**. Conforme registrado junto à Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos em 10 de abril de 2017. Disponível em: [http://www.vale.com/PT/investors/information-market/annual-reports/20f/20FDocs/Vale\\_20-F\\_FY2016\\_-\\_p.pdf](http://www.vale.com/PT/investors/information-market/annual-reports/20f/20FDocs/Vale_20-F_FY2016_-_p.pdf). Acesso em: 29 nov. 2017.

VAZ, Sofia G. A. **Circumstances of responsibility. Contributions from virtue thinking in the realm of the environmental crisis**. 2007. 314f. Tese (Doutorado em Filosofia da Natureza e do Ambiente) - Faculdade de Letras, Departamento de Filosofia, Universidade de Lisboa. Lisboa, 2007. Disponível em: [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6199/1-/ulsd053427\\_td\\_Sofia\\_Vaz.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6199/1-/ulsd053427_td_Sofia_Vaz.pdf). Acesso em: 29 nov. 2017.

ZHOURI, Andréa et al. Nas tessituras da pesquisa e da ação: narrativas de mulheres sobre água, mineração, resistência e colaboração em Minas Gerais. In: **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume, 2016.

ZHOURI, Andréa et al. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Cienc. Cult.** vol.68, n.3, 36-40, 2016. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252016000300012-&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000300012-&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 30 ago. 2016.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: Um Novo Campo de Investigação – Introdução. In: **Desenvolvimento e conflitos ambientais**, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice. Introdução. Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais. In: ZHOURI *et al.* (Org). **A Insustentável leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais**. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

## ARTIGOS/ PUBLICAÇÕES DE JORNAIS E REVISTAS

DAMATO F. Estado terá nova mina de US\$ 2,2 bi. **O Tempo**, Belo Horizonte, 2007a. Disponível em: [www.otempo.com.br/capa/economia/estado-ter%C3%A1-nova-mina-de-us-2-2-bi-1.27970](http://www.otempo.com.br/capa/economia/estado-ter%C3%A1-nova-mina-de-us-2-2-bi-1.27970). Acesso em: 18 ago. 2013.

DAMATO, F. MG detém 67% do minério da Vale. **O Tempo**, Belo Horizonte, 2007b. Disponível em: [www.otempo.com.br/capa/economia/mg-det%C3%A9m-67-do-min%C3%A9rio-da-vale-1.278776](http://www.otempo.com.br/capa/economia/mg-det%C3%A9m-67-do-min%C3%A9rio-da-vale-1.278776). Acesso em: 18 ago. 2013

DAMATO, F. Vale do Rio Doce amplia a exploração de minério em Minas. **O Tempo**, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/capa/economia/vale-do-rio-doce-amplia-a-explora%C3%A7%C3%A3o-de-min%C3%A9rio-em-minas-1.317204>. Acesso em: 16 out. 2018.

ECODEBATE. MG: Justiça atende MPE e proíbe a concessão de autorização ambiental de funcionamento para mineradoras. **EcoDebate**, 2011. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2011/01/12/mg-justica-atende-mpe-e-proibe-a-concessao-de-autorizacao-ambiental-de-funcionamento-para-mineradoras/>. Acesso em: 25 out. 2018.

ENNES, J. Vale compra direitos de Mineração Apolo por US\$ 145 milhões. **Diário do Comércio, Indústria & Serviços (DCI)**, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.dci.com.br/impreso/vale-compra-direitos-de-minerac-o-da-apollo-por-us-145-milh-es-1.144505>. Acesso em: 18 ago. 2013

JORNAL O GANDARELA. O Jornal do parque. Elaboração: Coordenação do Movimento pela preservação da Serra do Gandarela. Belo Horizonte, No. 1, 2010-2011.

JORNAL O GANDARELA. O Jornal do parque. Elaboração: Coordenação do Movimento pela preservação da Serra do Gandarela. Belo Horizonte, No. 2, abril, 2012.

JORNAL O GANDARELA. O Jornal do parque. Elaboração: Coordenação do Movimento pela preservação da Serra do Gandarela. Belo Horizonte, No. 3, novembro, 2013.

JORNAL O GANDARELA. O Jornal do parque e da RDS. Elaboração: Coordenação do Movimento pela preservação da Serra do Gandarela. Belo Horizonte, No. 4, janeiro, 2014.

MASSOTE, R. Vale planeja investir R\$ 6 bi em Minas Gerais. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,vale-planeja-investir-r-6-bi-em-minas-gerais,439460>. Acesso em: 25 set. 2013.

MOTTA, F.; BECHELANE, S. A colossal mina na Gandarela. **Projeto MANUELZÃO**, n. 48, ano 11, pp.14-15, outubro, 2008.

O TEMPO. Caeté e Santa Bárbara devem ser os próximos. **O Tempo**, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: [www.otempo.com.br/capa/economia/caet%a9-e-santa-b%a1rbara-devem-ser-os-pr%b3ximos-1.618262](http://www.otempo.com.br/capa/economia/caet%a9-e-santa-b%a1rbara-devem-ser-os-pr%b3ximos-1.618262). Acesso em: 27 set. 2013.

PORTO, Bruno. MPF questiona licença rápida para explorar minas. **Jornal Hoje em Dia (Online)**, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: [https://sisindi.indi.mg.gov.br/sistema\\_integrado/cake\\_1.1.15.5144/index.php/pqi/pqi\\_noticias/view\\_externa/37365](https://sisindi.indi.mg.gov.br/sistema_integrado/cake_1.1.15.5144/index.php/pqi/pqi_noticias/view_externa/37365). Acesso em: 24 nov. 2017.

## LEGISLAÇÃO CONSULTADA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Recomendação No. 06/2010**. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://www.rioacima.com/txt/15/parque-gandarela-recomenda%C3%A7%C3%A3o-n-06-2010.html>. Acesso em: 27 set. 2013.



## ANEXOS

### **ANEXO A – COMUNICADO “SOS ESPINHAÇO – SERRA DO GANDARELA”, ACRAMDA, 2007 (1º email da Gloria, da Acramda, convocando aliados e falando do projeto da Vale)**

Saudações a tod@s!

Abaixo um texto sobre o Projeto Maquiné / CVRD, complexo minerador na Serra da Gandarela, em fase de licenciamento. Estamos buscando aliados para que consigamos assegurar o não comprometimento dos recursos hídricos e a manutenção da população do entorno e orientações de como proceder, que instrumentos usar.

Estão tod@s convidad@s para um dia de atividades na comunidade de André no dia 21/10/07 (domingo), quando acontece a Festa de São Geral e Santo Antônio e a Cavalhada Feminina. Contamos com a contribuição de tod@s! Enviem comentários e sugestões e, por favor, repassem este email para pessoas/organizações que possam se aliar a nós nessa luta.

Obrigada,

Associação Comunitária Rural de André do Mato Dentro e Arredores

### **SOS Espinhaço – Serra da Gandarela**

Encontra-se em processo de licenciamento ambiental o Projeto Maquiné, da Cia. Vale do Rio Doce. A área em licenciamento está localizada na Serra da Gandarela na divisa entre os municípios de Santa Bárbara e Caeté, impactando assim as bacias hidrográficas dos Rios Doce (Rio São João/Piracicaba) e São Francisco (Rio das Velhas).

Trata-se de um projeto de grande porte. Conforme descrito em documento do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Ministério da Fazenda), datados de 2005, referente à compra pela CVRD dos direitos de exploração da Mina de Água Limpa, em Rio Acima, tal aquisição representa a possibilidade de sinergia entre as áreas envolvidas (Água Limpa e Fazenda Maquiné, dividida em Maquiné Norte e Maquiné Centro-Sul) e as áreas que a CVRD já detinha – Mato Grosso (licença de operação concedida) e Extramil, permitindo a lavra conjunta das referidas áreas [1]. De acordo com esse documento a Região de Maquiné Norte (municípios de Caeté e Santa Bárbara) já foi submetida a pesquisa que verificou a existência de ferro em quantidades economicamente viáveis. Informações extra-oficiais indicam o início do funcionamento da mina Maquiné Norte já em 2009.

De acordo com informações fornecidas pelo diretor das Minas Centrais o empreendimento afetará diretamente quatro municípios: Santa Bárbara, Caeté, Rio Acima e Itabirito (onde estaria localizada a base operacional para a instalação do projeto) e terá porte semelhante ao da Mina de Brucutu (previsão de atingir 30 milhões de toneladas/ano até 2008). Encontra-se em estudo ambiental também um ramal ferroviário em território do município de Caeté para escoamento do minério de ferro.

O empreendimento localiza-se na Área de Proteção Ambiental Sul de Belo Horizonte (APA Sul) em região apontada no Dossiê Mata Atlântica (2001) como prioritária para a conservação da biodiversidade sendo classificada como de "extrema importância biológica".

Do ponto de vista dos recursos hídricos, na vertente pertencente à Bacia do Rio Doce, encontram-se as nascentes do Rio São João (Córregos Mato Grosso, Cassimira e Socorro), manancial que abastece o município de Barão de Cocais (25 mil habitantes). Na vertente pertencente à Bacia do São Francisco encontram-se formadores do Rio das Velhas (Córregos Olhos D'água e Ribeirão do Prata). Trata-se de uma área de mananciais, cujas águas são classificadas na Deliberação Normativa n. 10 de 16/12/1986 do COPAM (Conselho Estadual de Política Ambiental), como "classe especial", estando vedadas nas bacias destes mananciais um conjunto de atividades econômicas, entre elas atividades extrativas vegetal e mineral. A Serra da Gandarela é também responsável por grande parte de reserva hídrica para o abastecimento de Belo Horizonte.

A despeito de toda movimentação na região, com pesquisas geológicas em estado adiantado e estudos para construção de um novo ramal ferroviário e, segundo o diretor das Minas Centrais da CVRD, da existência de uma licença prévia para extração de minério em Maquiné, não existe no sistema de informação da FEAM (o SIAM) registro do processo de licenciamento desses empreendimentos.

Os licenciamentos existentes desconhecem a presença de núcleos populacionais próximos ou trazem informações erradas. O Relatório de impacto ambiental referente à exploração de minério de ferro na Fazenda Maquiné, licença prévia concedida à SONGEO (processo 01391/2002), afirma que na área de influência existem apenas 10 famílias no povoado de André do mato Dentro, quando existem cerca de 40; e 10 famílias no povoado de Cruz dos Peixotos, quando há também um número acima deste.

Estamos nos mobilizando diante da ameaça de comprometimento dos recursos hídricos e da ameaça à população local, uma vez que correm boatos do interesse da CVRD em, futuramente, remover a população do entorno. Buscamos apoio na defesa dos interesses públicos (ambiental e social) face ao interesse privado da Vale do Rio Doce. Buscamos orientações e parcerias nesse movimento. Queremos acesso ao processo de licenciamento e a realização de uma audiência pública para discussão do empreendimento.

Convidamos a todos para uma visita à região por ocasião da Festa dos padroeiros locais, São Geraldo e Santo Antônio, que se realizará nos dias 20 e 21 de outubro. No dia 20 acontece a Congada e Boi da Manta e no dia 21 a Cavallhada Feminina. Nessa ocasião podemos trocar informações a respeito do empreendimento visitar a área afetada na Serra da Gandarela, onde estão sendo realizadas as sondagens pela CVRD.

As atividades minerárias têm crescido em Minas e na Serra do Espinhaço – Patrimônio Ambiental da Humanidade - através de projetos como o Minerioduto da MMX, as lavras de Bauxita na região da Zona da Mata e Leste e os projetos de extração de minério de ferro no Quadrilátero Ferrífero. É necessário que juntemos forças para que os interesses econômicos privados, disfarçados como interesse "público", não prevaleçam sobre o interesse social e ambiental.

André do Mato Dentro, Município de Santa Bárbara, setembro 2007.

**ANEXO B – Ofício do Macaca/Acramda ao MPMG****ACRAMDA**

Associação Comunitária Rural  
de André do Mato Dentro  
e Arredores

**MACACA**

Movimento Artístico, Cultural e  
Ambiental de Caeté

Caeté, 14 de novembro de 2007.

Senhora Promotora,

Matérias veiculadas na imprensa no mês passado, cujas cópias seguem em anexo, trouxeram a público um assunto que nos vem preocupando há algum tempo, principalmente pela ameaça de comprometimento dos recursos hídricos e da ameaça à população local, uma vez que correm boatos do interesse da Companhia Vale do Rio Doce em, futuramente, remover a população do entorno do empreendimento.

Encontra-se em andamento o Projeto Baú-Maquiné da referida empresa. A área está localizada na Serra da Gandarela na divisa entre os municípios de Santa Bárbara e Caeté, impactando assim as bacias hidrográficas dos Rios Doce (Rio São João/Piracicaba) e São Francisco (Rio das Velhas).

Trata-se de um projeto de grande porte, do qual já tínhamos conhecimento através de documento do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Ministério da Fazenda), datado de 2005, referente à compra pela CVRD dos direitos de exploração da Mina de Água Limpa, em Rio Acima. Tal aquisição representa a possibilidade de sinergia entre as áreas envolvidas (Água Limpa e Fazenda Maquiné, dividida em Maquiné Norte e Maquiné Centro-Sul) e as áreas que a CVRD já detinha – Mato Grosso (licença de operação concedida) e Extramil, permitindo a lavra conjunta das referidas áreas [1]. Segundo este documento a Região de Maquiné Norte (municípios de Caeté e Santa Bárbara) já foi submetida a pesquisa, que verificou a existência de ferro em quantidades economicamente viáveis.

De acordo com informações fornecidas pelo diretor das Minas Centrais, o empreendimento afetará diretamente quatro municípios: Santa Bárbara, Caeté, Rio Acima e Itabirito (onde estaria localizada a base operacional para a instalação do projeto) e terá porte semelhante ou maior ao da Mina de Brucutu (previsão de atingir 30 milhões de toneladas/ano até 2008). Indiretamente afetará também Barão de Cocais, Raposos e Belo Horizonte.

Como parte da infra-estrutura está previsto um ramal ferroviário em território do município de Caeté para escoamento do minério de ferro que, por sua envergadura e percurso, por si só gerará impactos enormes na região, não só ambientais como sociais.

O empreendimento localiza-se na APA-Sul/ RMBH que *possui uma das maiores extensões de cobertura vegetal nativa contínua do Estado, abrangendo regiões conhecidas como Caraça e Gandarela. Ocorrem aí as matas úmidas de fundos de vales e as matas de altitude e*

*grandes formações rochosas. Estas características determinam inestimável valor em termos de biodiversidade.” [2]*

O Dossiê Mata Atlântica (2001) aponta a região onde este empreendimento está previsto como prioritária para a conservação da biodiversidade, sendo classificada como de “*extrema importância biológica*”.

O Zoneamento Ecológico Econômico do Município de Caeté, elaborado pela Brandt Meio Ambiente após a elaboração e aprovação do Plano Diretor Participativo do município e através de convênio de cooperação técnica entre o SINDIEXTRA e as Prefeituras de Caeté e Sabará, classifica a região como de alto potencial turístico.

Este fator de desenvolvimento sócio-econômico é claramente identificado e desejado pela comunidade caeteense de acordo com o referido documento que diz “*Em termos hierárquicos pode-se observar, através dos relatórios das oficinas, que a vocação para o turismo tem uma destacada participação na consciência coletiva. As festividades religiosas, as festas típicas regionais, as tradições culturais, a arquitetura colonial do séc. XVIII e os patrimônios ecológicos são tomados pela coletividade como o principal lastro do município para a retomada do desenvolvimento e da promoção socioeconômica. Com efeito, a consciência social se volta para suas tradições para pensar e construir um futuro mais permissivo e próspero.* [3]

Do ponto de vista dos recursos hídricos, na vertente pertencente à Bacia do Rio Doce, encontram-se as nascentes do Rio São João (Córregos Mato Grosso, Cassimira e Socorro), manancial que abastece o município de Barão de Cocais (25 mil habitantes). Na vertente pertencente à Bacia do São Francisco encontram-se formadores do Rio das Velhas (Córregos Olhos D’água e Ribeirão do Prata). Trata-se de uma área de mananciais, cujas águas são classificadas na Deliberação Normativa nº 10 de 16/12/1986 do COPAM (Conselho Estadual de Política Ambiental), como “classe especial”, estando vedadas nas bacias destes mananciais um conjunto de atividades econômicas, entre elas atividades extrativas vegetal e mineral. A Serra da Gandarela é também responsável por grande parte de reserva hídrica para o abastecimento de Belo Horizonte.

A despeito de tudo isto e da crescente movimentação na região, com pesquisas geológicas em estado adiantado, estudos para a construção do novo ramal ferroviário e pressão sobre pequenos proprietários rurais para aquisição das suas terras, encontramos no Sistema Estadual de Meio Ambiente, através da consulta ao SIAM e aos processos consultados, falhas, omissões e erros muito sérios, inaceitáveis diante da magnitude deste empreendimento e as graves conseqüências nas mais diversas vertentes, tanto para a população local como para os municípios envolvidos e o futuro de Belo Horizonte.

Os licenciamentos existentes, por exemplo, desconhecem a presença de núcleos populacionais próximos ou trazem informações erradas. O Relatório de impacto ambiental referente à exploração de minério de ferro na Fazenda Maquiné, licença prévia concedida à SONGEO (processo 01391/2002), afirma que na área de influência existem apenas 10 famílias no povoado de André do Mato Dentro, quando existem cerca de 40; e 10 famílias no povoado de Cruz dos Peixotos, quando há também um número acima deste.

Estamos também diante do preocupante fato das Prefeituras, através das suas Secretarias de Meio Ambiente e CODEMA’s, assim como as Câmaras Municipais dos municípios envolvidos não estarem cumprindo adequadamente o papel conferido a elas pela população, às vezes se omitindo e em outras sendo claramente coniventes com empreendimentos como este que aqui apresentamos.

Sabemos que as atividades minerárias têm crescido em Minas e na Serra do Espinhaço, declarada pela UNESCO como Reserva Mundial da Biosfera, através de projetos como o Mineroduto da MMX, as lavras de Bauxita na região da Zona da Mata e Leste e os projetos de extração de minério de ferro no Quadrilátero Ferrífero.

Cabe ressaltar, no entanto, que a área do Quadrilátero Ferrífero é classificada pelo documento "Áreas Prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da Biodiversidade Brasileira: Atualização – Portaria MMA nº 09, de 23 de janeiro de 2007", do Ministério do Meio Ambiente, como de importância extremamente alta.

Consideramos que se faz urgente e necessária a atuação do Ministério Público Estadual, para que os interesses econômicos privados da Companhia Vale do Rio Doce e outras, disfarçados de interesse "público", não prevaleçam sobre o interesse social e ambiental garantidos pela Constituição Federal aos 113.159 habitantes de Santa Bárbara, Caeté, Rio Acima, Barão de Cocais e Raposos, num primeiro momento, e aos 2.412.937 habitantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte no futuro.

Consideramos oportuna a atuação neste momento do Grupo especial de Proteção à APA-Sul/RMBH criado pelo Procurador-Geral de Justiça através da Resolução nº 07/2001 de 19 de março de 2001, em conjunto com o Procon Estadual, as Coordenadorias de Proteção ao Patrimônio Cultural, Histórico e Turístico e de Defesa do Rio São Francisco assim como com as Procuradorias de Direitos Difusos e Coletivos e de Combate aos Crimes Praticados por Agentes Políticos Municipais.

Desde já nos colocamos à inteira disposição para colaborar naquilo que V.Exa. considerar oportuno.

Atenciosamente,

Associação Comunitária Rural de André do Mato Dentro e Arredores – ACRAMDA

MACACA – Movimento Artístico, Cultural e Ambiental de Caeté

EXMA.  
DRA. LUCIANA IMACULADA DE PAULA  
MD. PROMOTORA  
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL  
Av. Raja Gabaglia, 615 2º andar  
Belo Horizonte

## ANEXO C – Proposta do Parna pelo Manuelzão (Ofício)



OFÍCIO

Nº 255/2009

Belo Horizonte, 24 de Setembro de 2009.

Ao,

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Exmo. Senhor,

Marcelo M. Cavallini,

Coordenador de criação de Unidades de Conservação

CC

Rômulo José Fernandes Mello

Presidente

Ricardo José Soavinski

Diretor de Unidades de Conservação de Proteção Integral

A Serra do Gandarela está localizada nos municípios de Caeté, Santa Barbara, Barão de Cocais, Rio Acima, Itabirito e Raposos na região metropolitana de Belo Horizonte, MG. Faz parte da Reserva da Biosfera do Espinhaço, e apresenta alguns dos *habitats* mais significativos de toda a cadeia. Diversos estudos acadêmicos, concluídos e em andamento, e a compatibilidade da área com as legislações municipais, estadual e federal vêm reforçar a vocação e a necessidade de proteção integral desta área.

Fazendo uma curva de mais de 180 graus, as cristas da serra são os vértices de um dos mais importantes sinclinais da região central de Minas Gerais e da Área de Proteção Ambiental Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte (APA-SUL RMBH), criada para preservar a biodiversidade e os mananciais que abastecem toda a região. Os campos rupestres sobre cangas são os mais preservados de toda a região, constituindo a principal área de recarga do Sinclinal Gandarela, a abastecer vários córregos e ribeirões, de classes Especial e I, das bacias dos rios Piracicaba/Doce e Velhas/São Francisco – este último, à montante da principal captação para o abastecimento público da RMBH.

Além de divisor das bacias hidrográficas dos rios Doce e São Francisco, o Gandarela forma um corredor ecológico natural com o Caraça, unindo as duas bacias.

Podemos considerar a região do Gandarela como a área mais extensa com tal diversidade de características e que ainda não apresenta a exploração maciça de seus recursos minerais e a interferência urbana. A Mata Atlântica, no interior e nas vertentes exteriores da serra, é a maior e mais preservada de toda a região. Juntamente com os

Projeto Manuelzão/ UFMG – Avenida Alfredo Balena, 190, 8º andar, sl 813 Belo Horizonte - MG. Telefone: (31) 3409-9818/ 9810

campos rupestres e os campos de altitude, guarda uma rica diversidade de flora e fauna, que abriga espécies endêmicas e em extinção, além de uma das maiores geodiversidades da região do Quadrilátero Ferrífero. Mais de 50 cavernas já foram cadastradas e um sítio Paleontológico de grande importância (constituído de depósitos sedimentares da idade terciária, ocorrência única de três unidades continentais empilhadas, do Eoceno Superior, Oligoceno e Mioceno Inferior).

Trata-se finalmente de uma área mediterrânea entre referências fundamentais da topografia regional (Serra do Caraça, Serra da Piedade, Pico do Itacolomi e Pico do Itabirito) e da porção Leste do Quadrilátero, possivelmente a mais pujante do conjunto dos povoamentos originários do Ciclo do Ouro na região.

Diante da importância da área acima exposta e o apoio das comunidades do entorno e da região metropolitana, as entidades abaixo relacionadas e o Projeto Manuelzão-UFMG, solicitam a criação do Parque Nacional Gandarela, conforme a proposta-justificativa anexa.

Entidades apoiadoras desta solicitação:

- Associação de Artesões e Artistas de Caeté
- Associação do Bairro Matadouro - Raposos
- Associação Brasileira das Vítimas de Danos Causados pela Mineração ABRAVIM
- ASCAR – Associação de Catadores de Recicláveis de Raposos
- Associação Comunitária Nossa Senhora da Piedade
- Associação Comunitária Quintas da Serra - Caeté
- Arca amaserra
- Articulação Popular do São Francisco
- CONLUTAS/MG
- Diretório Central dos Estudantes - UFMG
- Entidade Nacional dos Estudantes de Biologia – GTP Meio Ambiente
- Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas
- Instituto de Estudos Pró-Cidadania – PRÓ-CITTÁ
- Movimento Artístico Cultural e Ambiental de Caeté – MACACA
- Movimento pelas Serras e Águas de Minas
- OSIPE Conexão Cidadã
- ONG Amigos da Natureza

Projeto Manuelzão/ UFMG – Avenida Alfredo Balena, 190, 8º andar, sl 813 Belo Horizonte - MG. Telefone: (31) 3409-9818/ 9810



- ONG Caminhos da Serra
- ONG Grão
- ONG LEÃO
- ONG Verde Novo Rio das Velhas
- ONG Mineiridade em Pencas
- Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas
- Sociedade Pró-Melhoramentos do Bairro São Geraldo - SOPROGER
- SOS Serra da Piedade

Atenciosamente,



Marcus Vinicius Polignano  
Coordenador Geral do Projeto Manuelzão